NIVERSIDADE DO CEARÁ
OTECA DE CULTURA SÉRIE B – ESTUDOS E PESQUISAS VOL. 1

rlos Studart Filho

O ANTIGO ESTADO DO MARANHÃO E SUAS CAPITANIAS FEUDAIS

PRENSA UNIVERSITÁRIA DO CEARÁ

CARLOS STUDART FILHO é, sem favor, um dos mais distinguidos intelectuais do Ceará, destacando-se, sobretudo, nos domínios da pesquisa histórica, onde há demonstrado sempre sua invejável erudição.

O livro ora publicado pela Universidade do Ceará é bem um atestado de suas brilhantes qualidades de pesquisador e de estudioso da História, constituindo trabalho meditado e profundo sôbre o antigo Estado do Maranhão, com as mais completas informações e pormenores valiosos.

Membro de prestigiosas instituições culturais, consagrou sua vida ao magistério e ao estudo, possuindo inúmeros livros que lhe granjearam encômios em todo o País.

Sôbre êle, lê-se a seguinte nota na "Antologia Cearense" organizada por Raimundo Girão:

"Nasceu em Fortaleza, no dia 17 de julho de 1896. Filho de Carlos Guilherme Studart e Maria Pereira Studart. Depois de ter feito com distinção os estudos primários e os de humanidade no Ceará, em Manaus e na Suíça, doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, colando grau em dezembro de 1918 e obtendo a láurea do prêmio Gunning. Mediante concurso, ingressou no Corpo de Saúde do Exército (1919). Para o magistério militar entrou, como professor do Colégio Militar do Ceará, em 1928. Exerceu a cátedra, igual-

O ANTIGO ESTADO DO MARANHÃO E SUAS CAPITANIAS FEUDAIS

CARLOS STUDART FILHO

O ANTIGO ESTADO DO MARANHÃO E SUAS CAPITANIAS FEUDAIS

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA DO CEARÁ
1960

981.21
S931a

UNIVERSIDADE DO CEARÁ
INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA
Nº do tombo 392/60

PREFÁCIO

O Estado do Maranhão, como entidade política, que teria seccionado o Brasil nascente, não constituiu, na verdade, uma criação arbitrária, que significasse um propósito negativo, uma decisão tomada sem maior exame ou visando mesmo a dividir para melhor administrar, como foi do espírito da política colonial britânica. Ao contrário, a decisão importou numa medida ditada pelos imperativos geográficos e serviu, eficientemente, ao desenvolvimento do Extremo-Norte da Colônia portuguêsa, permitindo que se tornasse mais dinâmica a conquista e a ocupação permanente e sua posterior integração definitiva no Brasil. Região cobiçada, disputada pelos concorrentes inglêses, holandeses e franceses que teimaram, durante mais de trinta anos, em transformá-la numa dependência ultramarina dos impérios que pretendiam estabelecer na América do Sul, sua incorporação ao espaço colonial português devia ser processada com impetuosidade, com energia e tomando em consideração suas peculiaridades gritantes, a exigirem um tratamento especial. A formação do Estado, conseqüentemente, foi uma resultante dessa condição peculiar regional e nunca uma medida irrefletida, ocasional, sem fundamentação.

A monografia do General Carlos Studart Filho é, nesse particular, de uma clareza meridiana. Depois de lida e compreendida, ninguém, de boa fé, poderá fazer qualquer restrição à providência reinol. Lembra, por exemplo, para demonstrar a evidência da tese, o eminente historiador nortista, que tôda uma geo-

grafia característica, diversa da geografia a que se haviam habituado os portuguêses nas suas andanças pelo litoral brasileiro, lhes vinha ensinando a considerar a chamada costa leste-oeste nas suas peculiaridades específicas. Os ventos eram caprichosos, as correntes, desnorteantes, o desnível das águas, acentuado, as vagas que a castigavam, incessantes, os abrolhos e os baixios, perigosos. Os ventos e as correntes, sobrelevando os demais fatôres, geravam condições de periculosidade ou pressionavam profundamente a navegação, conseqüentemente o comércio, realizado por embarcações pequenas. Escreve o historiador: "Condicionando o comércio marítimo, êsses poderosos agentes da dinâmica terrestre condicionaram também, em grande parte, a evolução histórica e política de todo um amplo setor da terra brasileira."

O raciocínio é perfeito. E decorre não de uma conclusão apressada do autor, mas do exame que realizou, com a necessária serenidade, da documentação pertinente, e constante de roteiros, exposições de capitães do descobrimento, soldados que se impuseram à nossa admiração pelos trabalhos a que se lançaram para a façanha da conquista, religiosos que tomavam contacto nem sempre manso com a gentilidade local. Por essa documentação, verifica-se que o pensamento dominante e conseqüente à experiência que todos tomavam da região é que não se poderia incorporar a grande área nortista sem respeitar aquêles imperativos geográficos. E êles levavam a uma única solução — a criação de uma nova unidade político-administrativa, sem subordinação ao Brasil, uma vez que de lá não poderiam vir o socorro e as providências constantes, que servissem à consolidação da operação de manutenção daquela área imensa. As relações de govêrno deviam ser processadas com Lisboa, e não com a Bahia, para onde não era possível avançar partindo do próprio Nordeste por conquistar.

A decisão da Côrte espanhola, pois então Portugal e seu Império eram partes integrantes da Coroa unificada na Península, foi, portanto, uma decisão tomada na base da experiência havida durante quase cem anos. O ato régio que a expressou, datado de 13 de junho de 1621, podia ter sido divulgado na monografia. Sua análise, seguramente, antecedida pela da vasta documentação que se foi reunindo no processo pertinente, aberto desde 1617, comprovaria o fundamento geográfico a que a Coroa obedeceu para a grande providência política.

A história do Estado, evidentemente, não foi escrita pelo General Carlos Studart Filho nessa sua monografia de agora. Não constitui êsse, aliás, o seu propósito. O que desejou escrever, e escreveu bem, muito bem mesmo, foi o que êle denominou, com bastante propriedade, "Fundamentos Históricos e Geográficos do Estado do Maranhão e Grão-Pará", (*) registrando os episódios memoráveis que o assinalaram ou caracterizaram. Temos a impressão de que fêz um trabalho bom, que se tornará clássico e fonte preciosa para um futuro ensaio de maiores proporções acêrca da evolução do Extremo-Norte.

O autor adotou afirmações anteriores de nossa autoria. Não temos por que reformá-las. Ao contrário, o que poderíamos fazer seria especificá-las em detalhes maiores, obtidos no prosseguimento de nossas pesquisas, como é o caso das Capitanias menores, erigidas no Pará e no Amazonas, sôbre que já é possível dar certas minúcias interessantes, da expansão territorial, dos incidentes entre colonos e religiosos.

Criando-se, num destaque de quase três séculos da vida brasileira que se realizava do Ceará para o sul, isto é, em direção ao Rio Grande, que viria a constituir a fronteira extrema meridional, o Estado do Maranhão e Grão-Pará cresceu em direção norte e principalmente em direção oeste, provocando, na expansão efetuada, o aumento da base territorial e da área de atividade econômica, portanto de atividade social. Uma sociedade perfeitamente definida e com uma dinâmica muito expressiva constituiu-se, naquele trecho da Colônia. Afirmando-se decisivamente, em demonstrações de capacidade e de vontade, escreveu uma história própria, em nada inferior à que os brasileiros do Centro e do Sul estavam escrevendo com suas decisões e seus ímpetos criadores. A Amazônia, para exemplificar, foi a maior conseqüência de sua existência como unidade autônoma. Não tivesse

(*) Êste título foi posteriormente mudado para "O Antigo Estado do Maranhão e suas Capitanias Feudais".

existido o Estado e possìvelmente aquêle vasto território não teria sido obtido na extensão que apresenta. Os governantes do Brasil não poderiam atender ao assunto com a energia e a rapidez necessárias.

O General Carlos Studart Filho soube fixar os lances decisivos dessa obra admirável. Indicou-a sem limitações, com segurança, firmado na autoridade dos que o precederam na documentação que compulsou com a serenidade que é um dos ângulos melhores por que podemos interpretar sua obra, já bastante valiosa, de historiador do Nordeste. Se aqui e ali estamos em desacôrdo com sua exegese, nem por isso podemos, de qualquer maneira, deixar de aplaudir o conjunto do trabalho. Ninguém antes dêle soube coordenar o material existente a respeito da história do Estado, tirando tanto rendimento. E, se alguma observação nos fôra lícito indicar, essa seria acêrca das diferenças surgidas entre Belém e São Luís, na disputa dos favores oficiais, inclusive aquêle da preferência para sede do govêrno, e principalmente em tôrno da sociedade e da economia que realizaram ali, sociedade e economia que êle conhece tão bem e que seria muito interessante expor num capítulo especial, no fim da monografia. A história do Estado do Maranhão e Grão-Pará, nas páginas que escreveu, tem o seu livro inicial elaborado com técnica moderna. Seus precursores, inclusive o famoso Berredo, não possuiram a visão antropogeográfica que se encontra no seu magnífico ensaio.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1958

Arthur Cézar Ferreira Reis

I

OS FATÔRES GEOGRÁFICOS

As costas do Brasil Norte-Oriental apresentam-se, de ordinário, baixas, maciças e desabrigadas. Pequenas barreiras vermelhas, de vinte a trinta metros de altura, e insignificantes renques de palmares bravos que surgem, de espaço a espaço, não chegam a quebrar-lhes a uniformidade verdadeiramente desalentadora.

Raro, em seu perfil monótono, se divisa um acidente digno de consideração e análise. Mesmo êsses não são, porém, penínsulas investindo majestosas para o pélago ou cabos talhados em altas e agrestes penedias. Apenas se vêem aí saliências medíocres e barrancos cavados no sopé de minguadas colinas, constituídas de arenito eólio ou de folhelhos de côres extremamente variegadas.

Das pontas existentes no trecho litorâneo que mais nos interessa e que se estende do rio Parnaíba à ponta do Pitinga, no Rio Grande do Norte, as mais notáveis são, sem dúvida, a de Jeriquaquara, formada por duas eminências arredondadas de mais de cem metros de elevação; a ponta do Iguape, que se ergue a cento e vinte metros acima do nível médio das águas; a Ponta Grossa, ou do Retiro Grande, com os seus cem metros de altura; e, finalmente, a do Mel, medindo noventa e cinco metros, tôdas visíveis do mar à distância que varia de 20 a 23 milhas marítimas.

As outras saliências que figuram nas cartas, como as pontas dos Mangues Verdes, do Sal, das Almas, dos Patos, do Paràzinho, Curumucuara, Pecém, Mucuripe,

Redonda, Tubarão, dos Três Irmãos de Santo Alberto, do Calcanhar, dos Touros, Gameleira e Pitanga, também chamada morro de Santa Cruz, têm pouca importância topográfica por serem ainda mais baixas e menos definidas do que aquelas.

Pobres em chanfraduras, as praias rasas do Nordeste ondulam, quase sempre, suavemente. Nunca desenham abras nem golfos caprichosos; constituem, quando muito, concavidades largamente abertas em forma de meia-lua, incapazes de servir por si sós de ancoradouro seguro a qualquer embarcação.

"Como tôdas as costas arenosas, carecem de portos. Em parte alguma formam enseadas ou baías de sensível profundidade e, assim mesmo, raro é existirem pontos em que se possa desembarcar sem perigo. Sòmente quando pequenos recifes estendem-se até fora das pontas, é que se encontram abrigos, formados por angras acessíveis às embarcações pequenas." Fora disso oferecem refúgio a barcos de regular tamanho a baía de Jeriquaquara, fundeadouro menos ruim que se pode encontrar neste trecho da costa, a do Roteiro Grande, hoje em via de obstruir-se, e poucas mais (Alm. Raul Tavares).

Nessa extensa costa o vento reina em soberano, sobrelevando em importância qualquer outro agente do modelado terrestre. Varrem-na o ano todo brisas amenas, monções marinhas, propiciadoras de chuvas, e alísios rijos e duradouros. Soprando, segundo as estações, nos rumos gerais sudeste-noroeste, leste-oeste e nordeste-sudoeste, as correntes aéreas transportam as areias, depositadas pelo mar entre o fluxo e refluxo das ondas, e as vão acumular, logo a seguir, em forma de morros elevados e extensos, na própria planície costeira.

Do cabo de Santo Agostinho ao semidelta assimétrico do Parnaíba, alinham-se, assim, enormes médãos de terra frouxa que se movimentam e caminham à maneira de vagas sucessivas avançando para a brandura de praias distantes. Crescendo no sentido tridimensional, chegam

as dunas a medir dois e mais quilômetros de comprimento por setenta e até oitenta metros de altura e dezenas de metros de largura.

As dimensões avantajadas de tais cômoros bem denunciam a intensidade e o dinamismo das correntes aéreas que sopram neste trecho do litoral brasileiro. Trabalhadas pelas fôrças eólias que as criaram, as dunas caminham pelo espraiado com bastante rapidez, tendo orientação preponderante, o rumo um quarto noroeste, sentido em que os ventos sopram, de ordinário, com maior violência e firmeza.

Defletindo para a direita e para a esquerda ao sabor dos ventos reinantes no momento ao longo do praial oceânico, a enorme massa de material transportado ora recobre largos trechos de terras planas e chega mesmo a alcançar zonas de cultura e habitação, ora invade a foz dos rios de pouca importância que aí defluem, entulhando-as ou desviando-as para N. e N.O.

Disso resulta a semelhança de aspectos e de insegurança que apresentam, não raro, as embocaduras das ravinas do Nordeste cuja margem esquerda está adornada de vegetação, enquanto a direita é estéril e cheia de dunas.

Carreadas pelas águas, as areias voltam ao oceano aumentadas por sedimentos fluviais; formam então barras, entopem portos, alteiam-se em croas ou recrescem em ilhotas rasas, enfeitadas de mangues, nascidos para resistir vitoriosamente aos embates das ondas dêsse mar sempre espevitado.

Acompanhando à distância a praia, alonga-se a massa das águas transgressivas da chamada corrente das Guianas. Como um debrum movediço, ela segue coleando a estreita plataforma continental, bastante rica de formas animais e vegetais. Suas águas que, unidas à da corrente do Brasil, haviam transposto o Atlântico, formando a corrente sul-equatorial, marcham agora a uma velocidade que varia, no correr do ano, de uma a quatro milhas

horárias pelas alturas do atol das Rocas. Nas costas maranhenses, de feição topográfica um tanto diversa da do Nordeste Oriental, mas não menos difíceis, encontram-se correntes secundárias que, revelando trajetos complexos, fluem a uma velocidade horária de três e até quatro milhas nas marés das sizígias.

Correntes locais, mais ou menos constantes, saídas da corrente-tronco ou geradas pelos baixios e pelas marés, emaranham-se, formando ao longo de todo o litoral nordestino complicada rêde de caminhos líquidos quase impossíveis de localizar e terrìvelmente traiçoeiros.

Em diferentes pontos surgem, a pouca profundidade e junto às praias baixas, parcéis e bancos de areia e também arrecifes de arenitos e de coral. Êstes aparecem, porém, com particular abundância no extremo leste e se prolongam em muralha descontínua desde o Ceará até Pôrto Seguro, na Bahia.

A amplitude de oscilação das marés é, aí, assaz acentuada e chega a atingir em São Luís, conforme os melhores cálculos, sete metros e oitenta centímetros, indo excepcionalmente até nove metros nas sizígias. Nas quadraturas, a diferença de nível é apenas de três e meio metros.

Ventos caprichosos, correntes desnorteantes, o acentuado desnível das águas, oriundo das fortes marés, as vagas, que castigam a costa sem cessar, os baixios e os abrolhos tornam os mares do Brasil Norte-Oriental cheios de perigos e os fazem sobremodo incertos e árduos às singraduras das embarcações que navegam chegadas à praia.

O fato, perfeitamente apreciável hoje, era-o, com muito maior razão, antigamente, quando a náutica não dispunha dos recursos técnicos de que agora é dotada, e os conhecimentos do nosso litoral estavam ainda na infância.

Dos fatôres citados, como exercendo influência apre-

ciável na navegação marítima regional, destacam-se, porém, os ventos e as corrents oceânicas.

Facilitando, de um lado, a marcha dos barcos que iam para o poente, pois atuam, como vimos, de maneira quase constante naquela direção, e, de outro, tornando excessivamente arriscadas e trabalhosas, quando não impossibilitando por completo, as viagens para barlavento, as correntes oceânicas e aéreas orientaram durante largos decênios, sempre no rumo do oeste, as derrotas dos grandes e pequenos veleiros que por aí seguiam costeando.

Condicionando o comércio marítimo, êsses poderosos agentes da dinâmica terrestre condicionaram também, em grande parte, a evolução histórica e política de todo um amplo setor da terra brasileira.

Sob o seu poderoso influxo, as primeiras explorações do litoral nordestino e, bem assim, as viagens mercantis levadas a efeito no decorrer do décimo sexto século e nos albores do seguinte, por pilotos europeus de tôdas as nacionalidades, far-se-iam, por isso, invariàvelmente do nascente para o poente.

II

RECONHECIMENTO E PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES DA COSTA LESTE-OESTE

A atuação dos ventos e das correntes marinhas, reinantes ao longo das raias oceânicas do Nordeste, transparece, conforme se disse, de modo inequívoco, no sentido da derrota seguida pelos navegantes que freqüentaram essas paragens no alvorecer do século dos descobrimentos.

As naus de Vicente Yánez Pinzon e Diogo de Leppe, os pilotos espanhóis que, segundo tôda a evidência, estiveram no Brasil antes de Cabral, foram prêsas fáceis de seus caprichos quando por ali transitaram.

Alvoroçado, à maneira de tantos outros marcantes de seu tempo, pela notícia alvissareira e excitante de que, nas terras firmes das Índias Ocidentais, nas famosas costas do gôlfo de Pária, haviam sido encontrados ouro, pérolas e gemas preciosas, apressara-se Pinzon em solicitar permissão para fazer descobrimentos e resgatar naquelas regiões longínquas e mal entreabertas ainda aos cúpidos europeus.

Sendo fàcilmente atendido, partiu Vicentianes ou Vicentiãns, como, por abreviação, é também chamado nos documentos da época, para o Novo Continente em princípio de dezembro de 1499. A efervescente animosidade do poderoso Cardeal Fonseca contra Colombo seguia seu curso e tais licenças, em parte criminosamente derrogadoras dos direitos daquele Almirante, começavam a ser concedidas em profusão.

Gerava-se, por essa forma, diz Pompeu, uma série de ousadas emprêsas marítimas mais ou menos bem equipadas, que se propunham dilatar os descobrimentos espanhóis pelas costas continentais do Novo Mundo ou, melhor, das Índias Ocidentais.

Assim, êle zarpou de Palos com uma flotilha de quatro caravelas, armadas às suas expensas, em busca de cenários ainda virgens para descobrir e explorar.

Já afeito a emprêsas marítimas de grande vulto e ousadia, pois, que fôra êle, no comando da Nina, uma das figuras máximas do achamento da América, dirigiu Pinzon sua pequena frota primeiramente para as Canárias e Cabo Verde, donde, amarando, orientou-a no rumo sul-1|4 sudoeste, um tanto mais para o meio-dia do que o haviam feito antes dêle Hojeda e o próprio Colombo.

O novo roteiro, traçado por Pinzon através do Atlântico-Sul, obedecia, sem dúvida, à imperiosa condição que lhe fora imposta pelo govêrno no próprio têrmo de sua licença para marear e que era não levar por diante incursões náuticas em lugares já anteriormente conhecidos ou visitados por pilotos espanhóis.

Impondo essas obrigações aos marujos que então deixavam a Espanha, tinham em mira, naturalmente, as autoridades metropolitanas demonstrar que tais concessões para viagens à América não anulavam, nem sequer feriam, os direitos do Grande Almirante, direitos decorrentes do contrato firmado, anos antes, entre êle e os Reis Católicos para o descobrimento do caminho do Levante.

Tendo navegado cêrca de quinhentas e quarenta léguas, atingiu a flotilha de Pinzon, a 2 de janeiro de 1500, terras do Continente Sul-Americano na altura de um cabo que foi denominado "Santa Maria de La Consolacion", possìvelmente o cabo de Santo Agostinho (Capistrano e João Ribeiro), ou, segundo outras hipóteses, a ponta de Mucuripe (Varnhagen) ou do Calcanhar (Rio Branco) ou,

ainda, a saliência de Jabarana, no litoral cearense (Pompeu), mas que é, sem nenhuma dúvida, terra brasileira (1).

Após ligeira parada ali, Pinzon correu o litoral que seguia ao noroeste, deixando nêle sinais de posse, atentando contra a vida e liberdade dos naturais que, alertados pelo instinto, nem sempre o recebiam com agrado, e dando nomes aos acidentes geográficos mais destacados do trecho que ia percorrendo.

Estêve na embocadura do Mearim, onde teria observado a pororoca; descobriu as ilhas de Marinatabalo (Marajó) e navegou um rio a que crismou Santa Maria de la Mar Dulce, sugestionado, sem dúvida, pelo desmedido volume e sabor de suas águas. Êsse rio era o majestoso Amazonas, segundo se pode depreender das indicações fornecidas pelo próprio itinerante a Pedro Mártir D'Anghiera, antes de 1510, e, depois dessa data, também ao

---

(1) As viagens ao Brasil dêsses dois precursores de Cabral têm sido, como é do conhecimento de todos, postas em dúvida por muitos escritores nacionais, nomeadamente Zeferino Cândido e Basílio Magalhães, e formalmente contestadas pelo erudito historiador português Professor Duarte Leite, em publicações dadas a lume de 1922 a 1931, e por seus discípulos assim lusitanos como brasileiros.

Não julgamos necessário, aqui, discutir a hipótese Álvares Cabral de vez que a prioridade histórica ou cronológica dos espanhóis no achamento das costas nordestinas é fato aceito e homologado como verdade irrefragável pelos mais ilustres homens de letras do Brasil, entre os quais se enfileiram Varnhagen, Capistrano, Rio Branco e João Ribeiro, e isso deve bastar.

Dir-se-á, talvez, que não se trata de uma questão que possa ser encarada e resolvida de modo assim tão primário e levando-se em conta, ao pretender solucioná-la, apenas o sentimento de patriótico respeito que nos deve merecer o que escreveram ou afirmaram os nossos historiadores de maior renome, mormente quando a cerrada e veemente argumentação do Professor Duarte Leite "em prol da primazia de Cabral e contra a de todos os outros navegadores até agora apresentados como precursores" permaneceu, conforme lembra Mozart Monteiro, sem opositores sérios.

Observaremos, todavia, que Pompeu em 1946 reviu o assunto em trabalho de cuidada erudição — inserto em sua excelente obra sôbre a "Proto-história Cearense" — trabalho que é, sem favor, o mais completo e que mais fundamente entra no problema da prioridade, aparecido, entre nós, depois da publicação das substanciosas monografias que integram essa obra monumental que é a "História da Colonização Portuguêsa". Reviu, dissemos, e acabou por demonstrar, de novo, exaustivamente, a precedência dos espanhóis sôbre os portuguêses no desvendar o Brasil ao Mundo Ocidental.

Sabemos que, últimamente, o Desembargador Vieira Ferreira, discrepando da maioria dos seus antigos colegas de Instituto, em conferência, ali pronunciada, sob o título de "Descobrimento do Brasil", sustentou a tese verdadeiramente revolucionária de que, muito antes de Colombo ter descoberto a América, as costas brasileiras eram, em sua quase totalidade, familiares aos navegadores lusitanos do tempo de D. João II. E tão familiares seriam, a ponto de conhecerem êsses marujos perfeita e pormenorizadamente a área de distribuição geográfica do pau-brasil, produto cujo desejo de posse teria sido, no entender do conferencista, o pivô de todo o esfôrço feito por D. Manuel na luta diplomática que sustentou com a Espanha e que terminou com a vitória portuguêsa e a assinatura do Tratado de Tordesilhas.

Radical e temerária, a nova tese defendida pelo douto letrado não nos parece, de nenhum modo, segura nem capaz de abalar as convicções de quem as firmou no estudo do que escreveram os historiadores acima citados.

processo que Diogo Colombo intentou contra a Coroa espanhola.

Passando além, montou o cabo de São Vicente (cabo Orange) donde tornaria a Castela, após incerto peregrinar pelo gôlfo de Pária e ter deixado para trás as ilhas de Haiti e Isabela.

Depois de cêrca de 10 meses de ausência, aportou a Palos em setembro de 1500, com duas caravelas pejadas de índios, quadrúpedes e pássaros, magros e pouco compensadores resultados das criminosas razias que levara a cabo em costa sul-americanas. Os dois outros barcos haviam desaparecido numa tempestade, dessas que tão comumente varrem os mares antilhanos. Apesar de pertencer a uma rica e tradicional família andaluza e possuir largos recursos financeiros, não desdenhara Pinzon, como ativo homem de negócios, de realizar atos de pirataria contra os habitantes nativos desta banda do Atlântico.

Uma vez na pátria, nem sempre se limitaram, o nosso herói e seus acompanhantes, a fazer um relato fiel das aventuras vividas no Novo Mundo. Visando, sem dúvida, a interêsses materiais imediatos, tratavam também de semear patranhas no gênero das que, tão comumente, usavam servir-se naquela época os navegantes para dar maior colorido e chamar atenção para suas viagens transatlânticas; patranhas que, para mal da História, cronistas pouco escrupulosos solìcitamente se encarregavam de registar e depois difundir entre leitores crédulos e sedentos do maravilhoso.

A tais autores devem os nossos silvícolas as primeiras notícias, nem sempre lisonjeiras e verazes, que aparecem a seu respeito na rica literatura peninsular e que tanto lhes seria prejudicial. Tão deformadas surgem nela, por motivo dêsse entrelaçamento de fábula e realidade, as descrições e torcidos os incidentes, que se torna hoje extremamente difícil, senão impossível, enquadrar tais cenas no panorama real da nossa costa nordestina.

A discordância dêsses dados veio, por sua vez, a ser uma das causas determinantes dos acirrados e intermináveis debates travados em derredor da questão da prioridade do descobrimento do Brasil, questão que ainda hoje rola sem alcançar solução que satisfaça.

Como recompensa dos serviços prestados à Pátria, abrindo-lhe horizontes geográficos jamais suspeitados, foi Vicente Yanez Pinzon feito Governador das novas áreas descobertas, título que nenhum proveito lhe traria pois nunca chegou a empossar-se dessas terras, "nem em tempo algum fêz sôbre elas valer seus direitos".

É que a zona visitada pelo navegador espanhol estava, em grande parte, dentro da área do domínio colonial português legalmente demarcada, ao poente, pela célebre linha de Tordesilhas e, uma vez verificado o fato, a mercê não podia vigorar.

* * *

Propelido por idênticos estímulos e ansioso também de participar dos descobrimentos que então se amiudavam ao longo de todo o flanco leste do Continente colombiano, outro espanhol, Diogo de Leppe, se fazia ao mar entre fevereiro e março de 1500.

Abriu panos e partiu da mesma cidade de onde saíra o descobridor do litoral nordestino e, semanas após, lhe navegaria mais ou menos na esteira, seguindo rota transatlântica quase idêntica. Seus navios, como os de Pinzon, tomaram contacto com as terras brasileiras aquém da linha equinocial e um tanto ao nascente do cabo de Santa Maria de La Consolacion.

Verificando, em rápida incursão para o oriente, sem dúvida até a ponta do Calcanhar, que a costa corria daí por diante ao Meio-Dia, desandou, reconhecendo o litoral. Impelido pelos elementos, como sucedera a seu compatriota, Leppe passou à vista de um cabo que chamou Rostro Hermoso (ponta de Jeriquaquara), visitando depois a foz do Amazonas, cujas águas, ao arrepio de sua corrente, singraria durante horas.

Chegando ao gôlfo de Pária, velejou diretamente para a Espanha, que alcançou muitos meses antes da chegada de Pinzon.

Os resultados econômicos dessa curiosa expedição foram, conforme observa Pompeu, pràticamente nulos; do ponto de vista da Geografia, teve, porém, particular significado. Graças a ela, pôde Leppe desenhar um esbôço da linha de nossas costas, esbôço possìvelmente destinado a servir a Juan de La Cosa, o companheiro de Alfonso de Hojeda, na confecção de seu célebre mapa, o primeiro documento cartográfico em que vem debuxado o litoral norte e nordeste do Brasil.

Em 1832, Humboldt e Walckenaer acharam o aludido mapa em Paris com a legenda: "Juan de La Cosa la hizo en el Puerto de Santa Maria de baía de Cadiz". O Equador atravessa a foz do Amazonas. Daí para o norte aparecem muitos nomes que, em grande parte, resistiram até hoje a tôdas as tentativas de explicação. Logo ao sul do Amazonas, êle mostra um grande rombo, seguindo-se depois uma nova série de nomes até o cabo de São Roque, um dos pontos destacados da costa, porque daqui muda de direção. O desenho continua até outro ponto destacado, em que a costa toma rumo sul-sudeste (Halfkemeyer).

Novamente encontrado o Brasil pelos navegadores do ciclo do Atlântico-Sul, sentiram, desde logo, os poderosos efeitos das correntes aéreas e marinhas as frágeis embarcações veleiras em cujo bôjo marujos portuguêses perlongavam a costa do Nordeste, fazendo reconhecimentos clandestinos ou mercadejando secretamente com os naturais.

Impulsionados pelos ventos e pelas águas, os barcos derivavam invariàvelmente para leste (2), e muitos dêles

(2) Nenhum verdadeiramente se conhece que haja seguido ao longo da costa leste-oeste rumo oposto à marcha aparente do sol na abóbada celeste. Pretende Gabriel Soares que os filhos de João de Barros, Jerônimo e João, em sua segunda viagem ao Brasil, teriam, após o fracasso de que foram vítimas, passado do Maranhão ao Ceará, onde muitos dos seus marinheiros pereceram vítimas dos indígenas locais. Essa viagem é, todavia, mais do que duvidosa.

iam desbaratar-se de encontro aos escolhos litorâneos (3), enquanto outros, talvez menos felizes, eram arrastados para as Antilhas, caindo prisioneiros dos castelhanos.

É certo que o tratado de Tordesilhas não impedia os navios de uma das partes contratantes navegarem nos mares adjudicados à outra, desde que as viagens não fôssem com o fito "de descobrir e achar terra, nem ilhas algumas, nem contratar, nem resgatar, nem conquistar", mas ambas as partes costumavam usar de violência para intimidar e manter afastado de suas possessões todo e qualquer estrangeiro.

E, assim, quem se aventurasse em águas espanholas, corria o risco de perder a vida, suspenso pelo pescoço a qualquer patíbulo, sob o pretexto, muitas vêzes falso, de infringir os dispositivos do tratado divisor do mundo, entre as duas Côrtes ibéricas.

Durante os últimos anos do reinado de D. Manuel, quando o Brasil, esquecido e desprezado do Monarca Venturoso, perdia insensìvelmente o nome oficial de Terra de Santa Cruz e suas praias eram o constante teatro da pirataria universal, não faltaram ao Nordeste visitas de barcos portuguêses, embora em menor número do que as recebidas pela costa oriental.

Para esta, mandavam declaradamente os contratadores e arrendatários de pau-brasil seus navios de comércio; iam, em missão oficial, as esquadras de reconhecimento, e, vez por outra, lá apareciam para refrescar as naus de alto bordo da carreira das Índias; enquanto para o Norte e Meio-Norte seguiam apenas marujos desabusados ou incautos e isso mesmo em caráter sigiloso, dada a incerteza da altura em que deveria passar o meridiano de Tordesilhas.

---

(3) Tendo em vista as tragédias, que, no Meio-Norte, sucediam, então, com uma regularidade raiante pela monotonia, disse Barbosa Lima Sobrinho, com muita propriedade, que " a história dessas paragens afigura-se antes uma crônica de naufrágio". Esqueceu, todavia, o ilustre escritor acrescentar que ela deve ser também considerada uma longa e entediante lista de arribadas involuntárias às Índias de Castela, em particular a São Domingos, onde os barcos portuguêses, porventura escapos do quasé inevitável naufrágio em costas nordestinas, iam tangidos dos ventos e das águas.

Nesse "período mítico" de nossa história, como lhe chamou com tanta propriedade o Professor João Ribeiro, período em que enxameiam os pontos duvidosos e problemas ainda insolvidos — particularmente no que tange aos fatos, porventura, sobrevindos ao poente do cabo de São Roque — teriam ocorrido, em mares do Nordeste, as estranhas aventuras náuticas de Estêvão Fróis e as viagens conjeturais dos emissários de Cristóvão de Haro.

Nêle sobreveio também a pouco conhecida expedição marítima de Gonçalo Coelho, pilôto que foi, possìvelmente, o primeiro português a fazer cortar com quilhas de seu barco as águas territoriais de nosso setentrião.

A conjetura mais aceitável, formulada em tôrno do caso (4), é que Gonçalo Coelho, tendo acompanhado Gaspar de Lemos em sua viagem pelo Atlântico-Sul, com êle avistou a fímbria litorânea do Brasil no dia 7 de agôsto de 1501, em angra de São Roque, muitas milhas ao norte do Cabo do mesmo nome, ou, como querem outros, no arraial do Marco, sito em chãos do atual Estado do Rio Grande do Norte.

Após refrescar, hasteou velas e seguiu em dir-eção do poente. Talvez já levasse em mente o propósit-o de buscar um caminho para a "ilha" da Malaca, missã-o que seria oficialmente investido cêrca de dois anos de-pois; talvez forcejasse apenas por verificar a verdadeira con-figuração da terra brasileira, cujos limites, ao norte, não tinham sido atingidos, nem sequer vislumbrados, pelo Comandante da nau dos mantimentos, e eram, por isso desconhecidos em Portugal.

A primeira hipótese é tanto mais plausível quant-o se sabe que, desde que os portuguêses alcançaram "a t-erra

(4) Formulado, aliás, por Pompeu, autor que muito nos serviu na elab-oração dessa parte do presente capítulo. Divergimos, porém; quanto a Gaspar de Lemos em vez de André Gonçalves, apontado por êle. É certo que Gaspar Corrêa nas "Lendas da Índia", aludindo ao pilôto que foi, por D. Manuel, investido na dire-ção da primeira armada exploradora, discorda dos demais cronistas de sua época e diz, textualmente: "logo armou (El Rei) navios em que tornou a mandar André Gonçalves a descobrir esta terra." Afirmativa tão formal não pode prevalec-er, de vez que estudos posteriores de crítica histórica, liquidando a dúvida, pron-unciam-ram-se a favor de Gaspar de Lemos, apontado por Castanheda e pelos cro-nistas oficiais do Reino, nomeadamente João de Barros e Damião de Góis, como sendo o navegador designado para iniciar as viagens ao Brasil.

firme" — assim chamavam os seus navegadores ao Continente — logo se sentiam tomados da preocupação de inteirar-se da existência ou não de uma passagem para a Índia (5).

Seja como fôr, êle teria velejado pela costa nortista ao mesmo tempo em que seu companheiro de travessia costeava o litoral norte-sul da Colônia em busca de regiões mais temperadas, impondo nomes aos lugares e indo até Cananor, que foi, conforme é sabido, o ponto mais austral avistado pelos homens de Gaspar de Lemos.

Mesmo sem podermos rastear o itinerário seguido por Gonçalo Coelho, é-nos lícito presumir que, desesperançado de chegar por aquela via à remota "ilha" de Malaca, "empório e feira universal do Oriente", como lhe chamou João de Barros, ou apenas cumprida a sua missão exploradora, mudasse de quadrante, voltando, depois de muito viajar, são e salvo a Portugal, onde estava em meados de 1502.

O feito verdadeiramente sensacional dêsse navegador português, excursionando incólume por uma região de águas tão perigosas quanto desconhecidas, não tem sido admitido pela unanimidade dos nossos historiadores que versam os fastos coloniais. Alguns o põem à margem de qualquer discussão esclarecedora. "Não obstante isso, êle parece-nos perfeitamente plausível".

Segundo lembra Pompeu com bons motivos, tal período resulta mesmo incontestável "do exame do planisfério de Cantino, confeccionado em Lisboa por artista português de mérito, no ano de 1502". Efetivamente, diz ainda o autor citado, "o traçado bastante correto da costa nordestina, não podendo derivar do mapa de Juan de La Cosa, sugere, nestas condições, que houve, sem dúvida, quem proporcionasse ao cartógrafo dados e indicações tão certas para o desenho respectivo"; ora, isso importa na conclusão de "que, antes de outubro de 1502, chegara à

---

(5) Manuel Múrias — in "História Portuguêsa". Lisboa, 1940.

capital lusitana alguma embarcação que tivesse percorrido aquelas costas. O mapa que analisamos, ultimado naquele mês, pressupõe, pois, a expedição de 1501" (6).

Receber, como bons e convincentes, tais argumentos e ter por demonstrado que um veleiro português andou pelo norte do Brasil no alvorecer do século XVI, não implica, é certo, necessàriamente em admitir também haja sido Gonçalo Coelho o homem que o dirigiu e comandou. Há, todavia, um dado não mencionado por Pompeu, que de certo modo nos induz a aceitar a plausibilidade da segunda tese, ou seja, a presença de Coelho no litoral do Nordeste, pelas alturas de 1501.

Aludimos à lição resultante do confronto das afirmativas contraditórias de certos cronistas do século XVI a respeito de quem, levando a Portugal a nova do descobrimento, tenha sido o primeiro capitão mandado ao Brasil; ou, mais particularmente, à divergência que existe entre alguns dêsses cronistas e o nosso Gabriel Soares, o consagrado autor do "Tratado Descritivo do Brasil". Sabe-se que Castanheda, sem dúvida dos mais credenciados daquela época, discorrendo sôbre os inícios da expansão lusa na América, aponta Gaspar de Lemos como sendo o navegador designado para iniciar as viagens oficiais ao Brasil, no que, aliás, é seguido por João de Barros e Damião de Góis.

Êste último, tratando do fato, esclarece: "Despachou pera ho Regno Gaspar de Lemos no seu navio, com novas dêste descobrimento, no qual mandou um homem dos da terra a El-Rei, no que feito, deixando ali dois degredados."

Dissentindo dessa opinião, hoje absolutamente vitoriosa, e apoiado talvez na tradição oral, talvez à vista de algum documento dos albores do século e agora desconhecido, Gabriel Soares nos informa, no primeiro capítulo de sua obra, ter sido Gonçalo Coelho, (7) e não qualquer dos outros, o primeiro comandante que, de

(6) Th. Pompeu Sobrinho — "Proto-História Cearense" — Fortaleza, 1946.
(7) No sentido de ser Gonçalo Coelho o Capitão da armada de 1501, opina também o Visconde de Santarém.

de Cabral, estêve no Brasil com três caravelas para "buscar-lhes os portos e rios".

"A estas partes foi depois mandado por S. A. Gonçalo Coelho com três caravelas de armada para que descobrisse esta costa, com as quais andou por elas muitos meses."

A divergência focalizada sugere, diante do fato de serem os dois escritores geralmente considerados honestos e verazes em suas assertivas, bem fundadas suspeitas de que, não apenas um, mas ambos os capitães deixaram Portugal, em 1501, e, ainda, que, sendo Gonçalo Coelho já então um navegador de certo renome, levasse missão independente da atribuída a seu colega Gaspar de Lemos, missão que bem poderia ser, conforme se disse, o descobrimento de uma passagem para o Oriente, ao longo da costa norte da Terra de Santa Cruz.

Mesmo que êsses argumentos e conclusões sejam reputados demasiado débeis, na parte relativa a Gonçalo Coelho, podemos ainda assim aceitar, com relativa segurança, que algum marujo lusitano, possìvelmente o Comandante da 2ª armada de reconhecimento, transitou pelas águas do nosso setentrião antes de findar-se o ano de 1502, e é muito provável que o tenha feito do nascente para o poente.

Sorte menos feliz do que a de Gonçalo Coelho, que conseguiu voltar à Pátria, embora por caminhos ignorados, tiveram, indubitàvelmente, os emissários de Cristóvão de Haro, holandês que, no raiar do século XVI, vivia em Portugal, a serviço de D. Manuel.

A julgar por informações disponíveis, informações, aliás, perfeitamente catalogadas por Pompeu, em trabalho de muito fôlego sôbre a proto-história cearense, Haro mandou duas expedições mercantis para traficar na costa leste-oeste da Colônia lusitana.

A primeira, formada de um só navio e equipada com a ajuda de capitais flamengos e lusitanos, fêz-se de vela para o Brasil, em 1513. Depois de costear, sem incidentes de monta, nossas praias setentrionais, foi colhida por

ventos e correntes desfavoráveis, desgarrando para o mar alto.

Forcejando em retomar o caminho do regresso, mas sem meios para resistir aos elementos desencadeados, a barca sofreu grande desvio de rota, atingindo Pôrto Rico, nas Antilhas, em péssimas condições de navegabilidade. Encontrava-se tôda "comida do busano, fazendo água e com o leme muito avariado", conforme explicaria mais tarde, em documento que chegou até nós, um dos componentes da tripulação a seu bordo.

As autoridades espanholas, vendo, como dissemos, em cada forasteiro um inimigo e sempre zelosas na defesa de suas colônias contra possíveis tentativas expansionistas de agentes de Portugal, detiveram a guarnição, recolhendo-a prisioneira a São Domingos.

A perda de um navio de comércio era, naquela quadra gloriosa dos descobrimentos, desastre comuníssimo e não deve ter causado nem surprêsa, nem desalento no meio dos armadores do Reino. Tanto que Haro, com a inquebrantável tenacidade dos homens de seu tempo, no mesmo ano ou no seguinte, de novo se associa a negociantes portuguêses para mandar uma flotilha carregada de mercadorias às plagas do Continente Sul-Americano.

Composta de duas velas, a pequena frota cindiu-se, já no hemisfério austral, abicando um de seus componentes para o Nordeste, donde, arrastado "pela contrariedade contínua das águas e dos ventos", se viu levado para Darien, ou seja, para o atual Panamá.

Prêsa a tripulação pelos castelhanos e mandada para São Domingos, ali teria encontrado os marujos de outros barcos portuguêses, vítimas também dos caprichos dos mares e ventos nordestinos.

Entre os navegantes detidos pelo arbítrio das autoridades da ilha de São Domingos, estava um certo Estêvão Fróis, reinol de filiação desconhecida e cujo espólio literário daria tema para tantas controvérsias aos mais renomados americanistas dos nossos dias.

Êsse obscuro aventureiro quinhentista é o autor de duas cartas endereçadas a D. Manuel, uma das quais veio até nós, tornando-se papel de alto valor, para a crônica dos primeiros dias do Meio-Norte e mesmo de todo o setentrião brasileiro.

O erudito Antônio Baião, que trasladou o citado documento do português antigo para o moderno, considera-o "um dos originais quinhentistas mais interessantes da coleção da Tôrre do Tombo, intitulado Corpo Cronológico".

E não é para menos.

Escrita em Haiti, no dia 30 de julho de 1514, nela menciona o missivista, de maneira sucinta, mas bastante clara, sua recente estada no Brasil setentrional, para onde o arrastaram motivos não esclarecidos e onde o quiseram matar indígenas reacionários; alude à arribada que houve de fazer, em terras do Rei de Espanha, certa embarcação veleira a cujo bordo êle próprio viajava de regresso à pátria, embarcação que, transitando casualmente pela nossa costa, aí o encontrara desamparado e o acolhera, salvando-lhe a vida.

Refere-se, ainda, o nosso homem, ao arbítrio das autoridades ilhoas que injustamente haveriam detido e processado a êle e a seus companheiros de desdita, e termina implorando ao Soberano que não o desampare.

Não são, todavia, apenas essas naturais lamúrias de desterrado que fazem da carta de Fróis um documento de relevância para a proto-história brasileira que ela tanto alargou.

Seu maior valor dimana, antes, do fato de consignar umas tantas informações concernentes a navegadores portuguêses que teriam visitado chãos nortistas nos primórdios de nossa existência histórica e cujos nomes, sem tal registo, jazeriam hoje em completo esquecimento.

A ela se devem, com efeito, as únicas indicações concretas, conhecidas e publicadas, a respeito de incerta expedição transatlântica levada a cabo por um tal João

Coelho. Esta expedição, conforme vaga dedução do missivista teria ocorrido muitos anos antes da dramática e involuntária visita que êle realizou às Antilhas e que constitui, como se viu, o motivo principal da sua carta.

Cabe notar que o tom eminentemente impreciso da referência, feita por Fróis ao seu misterioso patrício João Coelho, não torna de todo impossível a fixação bastante satisfatória, no tempo, da viagem dêste ao Brasil.

Se levarmos em conta, mais uma vez, os dados complementares que nos proporcionam o exame de certos mapas quinhentistas, realmente podemos, através dêles, reportá-la, com certa segurança, aos inícios do 1º século do descobrimento.

A perfeição do planisfério de Cantino, executado em Lisboa vinte meses depois do mapa de La Cosa, a rica nomenclatura das costas nortistas "que patenteia, segundo observa Pompeu, uma soma de detalhados conhecimentos, talvez demasiado grande para um só informante", (8) levam-nos a admitir, com êsse autor, que o cartógrafo tenha também colhido informes, para o perfazimento do seu trabalho, através do próprio João Coelho ou dos marinheiros que o seguiram em águas do Nordeste e que tal jornada se realizou muito provàvelmente pelas altu[ras] de 1502.

Cantino teria, segundo parece razoável supor[-se,] colecionado dados de Gaspar de Lemos (duas tentativ[as)] e de "Vespúcio, relativos às costas ao sul da Angra de S[ão] Roque, e de João e Gonçalo Coelho no tocante às cos[tas] ao norte daquela angra", daí a exatidão e esmêro de s[ua] obra.

As linhas angustiosas de Fróis salvaram ainda [do] esquecimento a triste história de Diogo Ribeiro que ne[las] nos é apresentado como um emissário do Monarca por[tu]guês "para olhar bem para as coisas do lugar", no ca[so,] o trecho atlântico do setentrião brasileiro e que teria [sido]

(8) Gonçalo Coelho, como se viu anteriormente.

perecido vítima dos silvícolas locais, tomando Fróis, de moto-próprio, a si a incumbência de substituí-lo à frente da emprêsa que ao outro fôra cometida e em cujo desempenho se viu, também, na eminência de ser trucidado pelos índios.

Em sua correspondência, Fróis, conforme se relatou atrás, igualmente regista a estada, nas praias nordestinas, de um Pero Galego, personagem misteriosa que alí vivia aposentado entre nativos a quem costumava orientar e dirigir em suas arremetidas guerreiras, até contra seus patrícios portuguêses.

Na sucinta epístola figuram, outrossim, os nomes de Pero e Francisco Corso, pilotos de ignota nau de reconhecimento, nau que, na opinião um tanto audaciosa de Pompeu, aliás, autoridade no assunto, outra não seria senão um dos veleiros de Haro.

Quem eram realmente êsses dois homens, que interêsses os moveram a abrir velas e passar ao norte do Brasil, que ponto do litoral aportaram primeiramente e até onde alongaram a sua marcha são coisas que ainda se ignoram.

Igualmente é desconhecido o destino final de Pero Galego, êsse êmulo nortista de João Ramalho e de Diogo Álvares, e, também, se Estêvão Fróis logrou volver à Europa, recuperando a liberdade por que tanto suspirava.

Diz-nos a carta de Fróis que, prisioneiros das autoridades de Hispaníola e metidos no tormento de águas e cordéis, os irmãos Corsos inculcaram-se como pilotos de uma caravela que tinha vindo à América fazer descobrimentos em terras do Rei de Portugal e logo acrescentaram pressurosos que, em sua derrota ao longo da costa brasileira, não haviam cruzado a linha equinocial de sul para norte, nem dela se tinham aproximado menos de 150 léguas.

Falariam os dois pilotos de fato a verdade ou fizeram afirmativas tão categóricas visando apenas a escapar aos duros tormentos que padeciam?

A missiva em aprêço é muito pouco explícita nesse particular e os parcíssimos dados complementares de que dispomos não nos permitem a esperança de poder encontrar a chave de tantos enigmas.

É de notar, todavia, que as reclamações levadas pelo embaixador de Castela à côrte de D. Manuel e relacionadas com certas viagens de barcos portuguêses que, nos anos de 1513 e 1514, se teriam aventurado pelas costas das Guianas, chegando mesmo a ultrapassá-las, (9) se não desmentem peremptòriamente as afirmativas dos prisioneiros, mostram, pelo menos, que nem todos os nautas daquela nacionalidade se sentiam, então, tomados de idênticos escrúpulos.

Há, porém, um indício capaz de invalidar, de certa maneira, as declarações dos dois ousados marujos e de fazermos suspeitar o caminho por êles seguido em águas brasileiras.

Aludimos à existência da palavra Corso em cartas do século XVI, em particular nos mapas de Diogo Gutierrez (1500-1562), assinalando um acidente topográfico, encontrado no trecho mais setentrional da orla marinha brasileira, e outro, no Rio Grande do Norte (Reinel, 1516 e Maiollo, 1519), fato êsse que torna possível supor uma natural conexão entre o topônimo das proeminências referidas e o nome daqueles navegadores. O reconhecimento de semelhante dependência impõe, desde logo, a conclusão de que os apelativos foram ali apostos em homenagem àqueles pilotos pelo fato de por lá terem transitado, ou para marcar as extremas do longo percurso que empreenderam costeando o litoral do norte, naturalmente de leste para oeste.

Quando pelas alturas de 1640 aquêle topônimo desapareceu da região do Amapá, onde permanecera durante cêrca de um século, êle continuaria a figurar, até 1834

---

(9) Êsses fatos são citados pelo Visconde de Santarém e Herrera e a êles se reporta também Rio Branco em seu trabalho sôbre a questão das nossas fronteiras com a Guiana Francesa.

(Brué), na ourila do Nordeste, como uma homenagem ao **memorandum** feito dos dois valentes pioneiros.

A carta de Fróis, importante para as letras porque amplia os horizontes da proto-história brasileira, é também sobremaneira interessante para nós porque, através dela, podemos reconstruir fatos que arrimam mais anos à tese que aqui defendemos. Denunciando diversos sucessos do mar, mostra-nos a dificuldade da mareagem em águas da costa leste-oeste e o destino mais comum das embarcações que por lá singravam e que era o soçôbro ou a arribada forçada em portos das Antilhas espanholas.

A insólita presença de desterrados lusitanos, como Pero Galego, Diogo Ribeiro e o próprio Fróis, em terras nordestinas, que ela igualmente regista, leva-nos, por outro lado, a admitir que, de certo modo, aquelas paragens eram familiares aos pilotos reinóis do comêço da primeira centúria.

Tudo parece indicar, com efeito, que, não obstante terem os portuguêses razões mais diretas para explorar a costa oriental do Brasil, alguns, de quando em quando, peregrinavam pelo Norte, voluntàriamente ou forçados pela "contrariedade contínua das águas e dos ventos".

Essa hipótese é, aliás, reforçada pelos indícios que se podem colhêr da observação atenta das cartas geográficas do primeiro quartel do século XVI, na parte relativa à América Meridional.

"Os dois mapas de Reinel, que são de 1516, o de Maiollo, de 1519, o de Turim, de 1523, e, especialmente, o de Diogo Ribeiro, de 1529, constituem provas positivas de que algumas expedições lusas visitaram o litoral nordestino e do norte do Brasil."

"A relativa perfeição do contôrno das costas nesses mapas, a nomenclatura portuguêsa por vêzes admiràvelmente rica, como no mapa de Turim, as legendas informativas, como no de Ribeiro, e certos detalhes extremamente expressivos, como a representação dos baixios marinhos, no mapa do Colégio da **Propaganda Fide**, só se

podem explicar mercê de viagens, no caso portuguêsas, ao longo de tais costas." (Pompeu)

O ciclo cronológico, aberto pela suposta expedição clandestina de Gonçalo Coelho ao Nordeste, não se encerra, doze anos depois, com a duvidosa viagem da segunda caravela do comerciante holandês Cristóvão de Haro. A êle pertencem, igualmente, os misteriosos périplos de Diogo Leite, de João de Braga e de João de Lisboa, êste último identificado, por vêzes, como sendo o mesmo João Coelho de que se ocupa a carta de Frois.

Tal suposição assenta, em grande parte, na afirmativa formal do missivista luso de ser João Coelho "o da porta da Cruz, vizinho da cidade de Lisboa".

É de observar que nem tôdas as expedições citadas podem ser aceitas sem reservas.

As duas primeiras são duvidosas e antevistas, apenas, pelo rastro que o nome de seus presumíveis pilotos deixaram na cartografia da época dos descobrimentos.

Assim é que tanto a derrota de João de Braga como a de João de Lisboa, ao longo do nosso praial oceânico, permanecem por inteiro ignorado. Nem mesmo sabemos se, realmente, elas ocorreram em águas brasileiras.

O nome daquele nauta peninsular aparece, ao que nos informa Pompeu, no mapa de Diogo Ribeiro, datado de 1529 e que se encontra no Colégio da **Propaganda Fide**, onde se vêem — junto ao litoral do Rio Grande em frente aos arrecifes do cabo de São Roque — assinalados "os baixos de Juã de Braga". Baseados na conjetura plausível de que "quem chegava a tais paragens era forçado, pelos ventos e correntes, a ir para as costas nordestinas no cotovêlo continental e arrastado para o Norte", concluem Pompeu e outros "que Braga velejou pelas nossas costas antes de 1529, e não muito longe desta data, porque, do contrário, os mapas que precederam ao de Ribeiro teriam figurado os baixios".

Como se vê, tudo isso, apesar de perfeitamente justo e aceitável, está muito envolto em nébula.

Não possuímos elementos mais positivos quanto à viagem ao Nordeste de João de Lisboa, pessoa que, de acôrdo com a justa opinião de Pompeu, não deve ser confundida com o homônimo, igualmente marinheiro lisboeta, que se tornou famoso pelo seu tino em questões relativas às coisas do mar e alcançou o invejável pôsto de Pilôto-Mor do Reino. Não consta houvesse êste realizado excursões pelo norte do Brasil.

Ficou-nos de João de Lisboa, como vago atestado de sua passagem pelo nosso litoral, o nome perpetuado no topônimo de um curso d'água, situado um pouco a oeste do gólfão maranhense e que figuraria nas cartas geográficas antigas durante mais de um século.

Pouco preciso em sua localização e servindo, por vêzes, a designar a simples inflexão da costa, o apelativo referido aparece nos mapas do Brasil desde Reinel (1516) até Jonghe (1640), para só desaparecer depois da famosa carta de João Teixeira (1642).

No roteiro de Gabriel Soares, o acidente praiano, designado pelo nome de João de Lisboa, está localizado a 17 léguas da ponta sul-este do rio Maranhão.

Ao lado de tôdas essas visitas conjeturais, surge, como sendo de indiscutível autenticidade, apenas, a estada no Nordeste das duas caravelas de Diogo Leite, o antigo Comandante subalterno da Armada guarda-costa de Cristóvão Jaques (1525).

Integrando a tripulação da esquadra exploradora de Martim Afonso de Sousa, de novo êle passou ao Brasil, em 1531, e teve a missão de seguir para o norte com a Rosa e a Princesa, a fim de correr o litoral até os limites marcados pela lindeira tordesilhana e dêle tomar posse em nome de D. João III.

Foi, portanto, Diogo Leite o primeiro navegante que oficialmente realizou o reconhecimento geográfico da costa nortista, por conta da coroa portuguêsa.

De seu périplo, como dos demais, falecem maiores minúcias. Uma reentrância do praial maranhense, bati-

zada em mapas antigos com o nome de **Abra de Diogo Leite**, sugere que êle tenha logrado alcançar aquêle ponto do Meio-Norte.

As viagens referidas, conforme lembra o historiador João Ribeiro, são ainda "do domínio da erudição e das pesquisas até hoje inconcludentes".

De um modo geral, o acervo material de tôdas elas, mapas, roteiros, diários e relatórios desapareceram para sempre.

Sepultados nos arquivos da Metrópole lusitana pela necessidade de os conservar secretos ou em virtude de sua natureza eminentemente informativa, consumiu-os o tempo ou foram destruídos de maneira criminosa por mãos interessadas.

Nem por isso deixaram tais navegações de ser fecundas em resultados para a história dos descobrimentos oceânicos e para a evolução da própria cartografia.

Perdidos para nós os seus remanescentes materiais e esquecidos, assim, os roteiros que seus pilotos seguiam, delas ficaram, evidentemente, as indicações que iriam servir de base à fixação das linhas fronteiriças entre as donatarias, demarcadas no território brasileiro sôbre o Atlântico. Também, as indicações que preencheram os claros existentes nos mapas da América Meridional, editados a êsse tempo, em sua mor parte parece serem derivadas dêles.

Das expedições espanholas que por aí passaram permanecera apenas a noção vaga da linha da costa correndo de sueste para noroeste e curvando-se depois bruscamente rumo do norte.

As indicações colhidas por Diogo Leite em sua rápida incursão pelo norte também não bastariam certamente a suprir tais deficiências.

III

DONATÁRIAS DO MEIO-NORTE

Três décadas após o descobrimento do Brasil, encontrou-se a Metrópole portuguêsa, como é sabido, ante a alternativa, cada vez mais angustiosa, de colonizar a terra ou perdê-la.

Dia a dia cresciam, com efeito, para a fértil região sul-americana as vistas cobiçosas dos competidores europeus, rivais menos felizes do que os povos ibéricos, no campos dos devastamentos marítimos.

Emulados no anseio de gordos lucros mercantis, marujos saídos dos portos da Bretanha e da Normandia, amiudavam visitas ao Atlântico-Sul, incrementando, destarte, a influência francesa entre ameríndios do nosso praial litorâneo.

Aleatórias se haviam mostrado, contra êsses audazes pioneiros do tráfico comercial transatlântico, as medidas violentas exercitadas pelos tripulantes das armadas Guarda-Costas. A crueza de Cristóvão Jaques, o Governador das partes do Brasil, para com os navegadores estrangeiros apanhados a barganhar nas costas da Colônia, mais não fizera que acender ódios e desencadear o furor de represálias sangrentas.

Igualmente se tornavam inúteis as largas propinas ministradas a personagens preeminentes da côrte de Francisco I, pelos embaixadores Garcez e João da Silva, num trabalho ingente para pôr côbro à expansão gaulesa em terras cabralinas.

Ludibriando sempre os compromissos assumidos, a nobreza, interessada não raro com haveres nas emprêsas dos corsários, incentiva ocultamente os atos de pirataria.

Aparentemente, Francisco I reconhecia os direitos que aos lusitanos assegurava a prioridade de certos descobrimentos geográficos e acatava as Bulas pontifícias que haviam repartido o mundo entre Castela e Portugal; na realidade, porém, favorecia os atentados contra tais direitos, outorgando grande número de cartas de marca que abriam os mares para distantes singraduras aos flibusteiros de França.

Tôdas as antigas feitorias, mesmo as regularmente instituídas para aqui afirmarem os direitos de posse da Coroa portuguêsa e vigiarem o contrabando, haviam desaparecido, aniquiladas pelo meio adverso quando não vegetavam mofinas e impotentes.

As providências que Martim Afonso de Sousa devia encarregar-se de levar por diante, a fim de garantir o domínio luso sôbre a região recém-descoberta, haviam sido reconhecidas também como insuficientes na própria Côrte de D. João III.

Não havia, porém, como remediar; Portugal não estava em condições de ampliá-las.

Nesse tempo, a fidalguia, formando a parte guerreira e mais aventurosa da população, afeminava-se no luxo do Oriente ou sucumbia em África, nas inúteis pelejas contra os infiéis; os judeus industriosos, inteligentes e ricos, refugiavam-se no estrangeiro, ou pereciam nos cárceres e autos-de-fé; ficava no Reino a plebe inumerável de frades, com o populacho, ocupado na montaria aos cristãos novos. Presidia a desordem a todos os serviços públicos; o tesouro real achava-se exausto, tomando-se dinheiro a juro tão alto que em quatro anos dobrava o capital; as frotas eram mal aparelhadas, muitos navios se perdiam pela imperícia das tripulações; enfim, ao descalabro da administração interna correspondia a grande imoralidade dos costumes, sendo os numerosos conventos,

principalmente os de feira, teatros de infrene libertinagem (10).

A exigüidade da população reinol e os poucos recursos pecuniários da Coroa não permitiam, portanto, ampliar tais disposições, criando, por conta do tesouro nacional, grandes centros de colonização em todo o litoral brasileiro.

Em tais condições foi muito sensatamente resolvido o enfeudamento da terra, conforme o alvitre expresso por Cristóvão Jaques, em 1527, e até então tido como fantasista pelo mundo oficial lisboeta.

Para isso dividir-se-ia o território, situado aquém da vaga lindeira tordesilhana, em lotes, começando todos da praia para o sertão; lotes que seriam doados a vassalos beneméritos da Coroa sob a expressa condição de os povoar e, ao mesmo passo, proteger contra as incursões de estranhos que os procurassem por via terrestre ou marítima.

Posta em prática a medida — medida para cuja adoção não concorrera menos o êxito observado na colonização das ilhas dos Açôres e da Madeira, que, favorecidas pelo sistema, estavam em pleno florescimento econômico — ficou o Nordeste dividido em quatro seções de tamanho desiguais. Denominavam-se capitanias e estavam enquadradas nas mesmas normas jurídicas das congêneres que se sucediam ao longo das costas levantinas do Brasil.

A primeira capitania, a mais oriental, englobando o Rio Grande do Norte e parte do Ceará, coube em comum, no ano de 1531, ao célebre cronista João de Barros, na época feitor da Casa das Índias, como mercê de seus muitos méritos, e a Aires da Cunha, marinheiro, de grande fama e valor. Tinha êste prestado assinalados serviços como Capitão, nas águas da Malaca e do Atlântico, e recolhera-se, então, à vida privada, rico e cheio de trabalhos, informa-nos Rocha Pombo.

---

(10) Apud J. Lúcio de Azevedo, "Estudos de História Paraense", Pará, 1893.

Desdobrava-se sôbre uma extensão litorânea de cêrca de 100 léguas de sesmaria, indo da baía da Traição, ou Acejutibiró, à angra dos Negros, dos mapas de Reinel e do Padron Real, de 1538. Êsse acidente geográfico aparece designado pôrto dos Parcéis por Gabriel Soares de Sousa, no seu "Roteiro da Costa do Brasil". É a enseada do Iguape.

A segunda porção alongava-se da angra dos Negros ao rio da Cruz, atual Camucim, (11) marcado com a altura de 2 graus e 30, no roteiro do já citado Gabriel Soares. Tinha apenas 40 léguas de costa e era a menor de tôdas as doações régias feitas ao Brasil.

---

(11). O Professor Max Fleuiss, seguindo a Francisco Lisboa, Abdias Neves e outros, escreveu, em seu último trabalho didático intitulado "Apostilhas de História do Brasil", que o rio da Cruz era o braço mais oriental do delta do Parnaíba. Não andava, todavia, bem informado sôbre coisas atinentes à história da "Terra da Luz" o ex-Secretário Perpétuo do Instituto Histórico Brasileiro.

O rio da Cruz, dos mapas do primeiro século, já está hoje perfeitamente identificado, graças às indicações insertas no "Regimento dos Pilotos", de Maris Carneiro. Trata-se, sem nenhuma dúvida, do rio Camucim.

E tanto isso é verdade que, ao referir-se ao citado rio cearense, aquêle atilado marinheiro acrescenta a preciosa observação seguinte: "Pela língua da terra se chama Camosim." É certo que o cosmógrafo João Teixeira, divergindo dos demais cartógrafos, faz figurar, em seu mapa de 1642, um rio com o nome de Camossy e outro com o de Rio da Cruz. Isso, todavia, não dá razão ao escritor das "Apostilhas", porquanto entre o citado rio Camossy e o Parnaíba, que Teixeira igualmente assinala, figuram ainda os rios Paraçu e Parameri.

No entender de Cruz Filho, autor de resumo didático sôbre a história do Ceará, a Angra dos Negros seria o rio Jaguaribe.

Apesar de partilhada ou, melhor, apadrinhada por Cândido Mendes, J. T[illegible]avares de Lira e vários outros cultores da história nacional de igual vulto, tal o[illegible]inião não deve prevalecer. Quarenta léguas do Camucim para o nascente jamais [illegible]alcançariam a foz do grande curso d'água nordestino. Computadas pelo litoral, [illegible]atingiriam, quando muito, as vizinhanças da ponta do Mucuripe ou a enseada de [illegible]Curumucuara, como quer Pompeu.

Temos fundadas razões para crer que a Angra dos Negros era simplesme[illegible]nte a enseada do Iguape, reentrância situada a 12 quilômetros a sota-vento da [illegible]ntiga ponta de São Bartolomeu. A referida abra foi, outrora, magnífico ancorad[illegible]louro, muito freqüentado pelos entrelopos franceses que traficavam em mares do Nor[illegible]deste; deve ter sido conhecida pelos expedicionários de 1530, cujas indicações serv[illegible]iram, segundo parece apurado, para orientar, em grande parte, a partilha das terras [illegible]bra-sileiras que iam do cabo Santo Agostinho para o poente.

Referindo-se à baía do Iguape, onde estêve Jerônimo de Albuquerque, qu[illegible]ando de sua passagem para a conquista do Maranhão, assim se exprime o primeiro [illegible]colonizador do Ceará: "Daí a barla-vento está outra enseada chamada Iguape que [illegible]tam-bém era repouso de estrangeiros que de contínuo vão ali a consertar seus [illegible]navios e tomar água e ali têm madeira para tudo que lhes é necessário."

Ademais, nos mapas antigos, nomeadamente o de Reinel, 1 e 2, Jan Doet ([illegible]1585), Vaz Dourado (1580-1588), João Martinez (1582), Lázaro Luís, Diogo Homem ([illegible](1558--1568), vê-se o nome — angra dos Negros, assinalando uma inflexão do litoral [illegible]nor-destino, situado ao poente do monte Li, acidente geográfico que Varnhagen [illegible]a em seus comentários do "Tratado Descritivo do Brasil", diz ser um morro plan[illegible]tado junto da atual cidade do Aracati. Provàvelmente, o monte Araré.

Se isso não bastasse para liquidar de vez a questão da não identidade do Ja[illegible]e ribe com a angra dos Negros, teríamos ainda as indicações que nos fornece o es[illegible]gua-do célebre roteiro de Gabriel Soares de Sousa.

No mapa das costas nordestinas por êle desenhado, vêem-se com efeito, ind[illegible]tudo Rio da Cruz para o oriente, os dizeres seguintes: "Rio do Parcel, rio das os[illegible]lo do enseada do Mocorive, pôrto dos Parcéis, monte de Li e, finalmente, rio Jaguar[illegible]tras, correspondente o último à "aguada", de Reinel, ou a "El aguada", do Padron Re[illegible]Oabe", [illegible]al.

Foi concedida a Antônio Cardoso de Barros, Cavaleiro fidalgo da Casa Real, conforme consta da Carta de 19 de novembro de 1535 e Foral de 20 do mesmo mês e ano, ambos datados de Évora.

Da referida dádiva não tiveram conhecimento nem Gandavo, nem Frei Vicente do Salvador, nem Pedro Aires do Casal, pois não lhes fazem referências em seus trabalhos relativos à história e à geografia de nossa terra.

Ficou também ignorada a existência da chamada Capitania do Ceará de muitos historiadores nordestinos, notadamente Pedro Théberge, Joaquim Catunda, João Brígido e ainda do meticuloso Araripe.

Aliás, só modernamente se tornou conhecido o verdadeiro número das capitanias dadas por El-Rei D. João III a súditos portuguêses e isso apesar de João de Barros tê-las já enumerado corretamente (12).

O terceiro lote, numa extensão de 75 léguas, coube a Fernão Álvares de Andrade, Tesoureiro-Mor do Reino e homem de fortuna e prestígio na Côrte. Ia do rio da Cruz ao saliente que marca o extremo oriental do gólfão maranhense, denominado ponta de Todos-os-Santos.

O quarto e último lote tinha 50 léguas de costa e corria da citada ponta de Todos-os-Santos até a abra de Diogo Leite, situada próximo ao rio Gurupi ou, segundo Capistrano, junto ao Turiaçu.

Foi, bem como o quinhão mais oriental, cedido a João de Barros e a Aires da Cunha, seu sócio.

* * *

Antônio Cardoso de Barros, que merecera o favor régio de uma donataria pela nobreza de sua linhagem e

(12) Num documento do século XVI, ou seja, a "Enformação do Brasil e suas Capitanias, 1584", publicada na "Revista do Instituto Histórico Brasileiro", lê-se: "Tem a província do Brasil 7 capitanias nomeadas Pernambuco, Bahia, Ilhéus, Pôrto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente e outra a que chamam Tamaracá; em São Vicente está outra ilha chamada Guaíba ou de Santo Amaro. Pernambuco é a primeira." Conforme lembra Capistrano de Abreu, no plano primitivo de partilha, as doações iam de Pernambuco para o Sul até o Prata.

fôlha de serviços prestados à Nação em Portugal e na África, não deu um passo sequer em prol da colonização de suas terras de aquém-mar. Nem mesmo dela chegou a empossar-se. Ou porque fôsse muito pobre ou então receasse empreender viagem até aquêle recanto do Continente Americano, deixou-se ficar no Reino, sendo, a 30 de janeiro de 1537, nomeado por três anos Tanador-Mor da ilha de Baçaim, cargo que, esclarece o Barão de Studart, também não assumiu. Mais tarde, eleito Provedor-Mor da Fazenda, veio ao Brasil, sendo trucidado pelos Caetés, em 16 de junho de 1556, depois de curta e acidentada permanência em nosso País. O regimento que lhe foi dado para o exercício desta função administrativa traz a data de 17 de dezembro de 1548.

Pensa o Barão de Studart, com fundadas razões, que Antônio Cardoso de Barros alienou os direitos ao Ceará em bem da Coroa em 1549. Talvez os houvesse trocado pelo cargo que passou a exercer no Brasil, ou pela mercê, que obteve do Soberano, de lhe serem aproveitados os serviços em bem de filhos e genro, quando viesse a falecer. Sua Carta de doação não teve ainda publicidade, mas o Foral pode ser consultado nos "Documentos para a História do Brasil", publicados pelo Barão de Studart, e na "Revista do Instituto do Ceará", vol. 23 (13).

O procedimento do Donatário do Ceará não serviu, felizmente, de norma aos demais fidalgos portugueses aquinhoados com terras nordestinas. Tendo recebido, conforme verificou Varnhagen, a doação das capitanias em conjunto, êles logo trataram de reunir seus cabedais, aprestando em comum uma expedição que, em breve, se fazia ao mar para demandar às misteriosas e desejadas plagas do Novo Mundo.

Não os animava, todavia, o meritório intuito de c

(13) Dois instrumentos legais existiam como estatutos de cada capitania. era a carta de doação, especificando os atributos de soberania e transmissão h tária; o outro, o foral em que se fixavam os direitos, foros, tributos e coisa eram de direito adjudicados ao Rei ou ao donatário.

nizar a área territorial que lhes coubera por sorte, elegendo-a para domicílio definitivo. Prender-se ao nosso solo, despertar-lhe as energias dormentes por um trabalho continuado e produtivo era emprêsa a que se não abalançariam, por certo, homens que, vivendo no esplendor da côrte de D. João III, deviam ter preocupações bem mais utilitárias. Movia-os, segundo tôda evidência, a ambição do ouro e a fama das nossas opulências.

A questão das minas do Novo Mundo empolgava, naquele momento, a opinião pública portuguêsa, mais talvez que o próprio comércio das especiarias do Oriente. As mirabolantes aventuras de Cortez no Anahuac e as de Pizarro em Cajamarca eram conhecidas em tôda a península pirenaica. De bôca em bôca, esbraseando a imaginação, excitando a cobiça e causando deslumbramento, corria, sem dúvida, a lenda do Eldorado, país de sonhos e encantamentos, situado por alguns nos confins das terras brasileiras. Sabia-se, na metrópole lusitana, o valor das pérolas da Venezuela, do ouro antilhano, da prata do México e do Peru, recentemente conquistados, riquezas essas que então se escoavam como um rio perenal para as arcas do tesouro de Castela. Refluíam do subconsciente do povo e faziam-se vivas em tôdas as mentes um sem-número de lendas da Idade Média, e em todos os corações havia anseios de enriquecimento. Dominava o desejo de passar às colônias, a fim de tentar fortuna rápida e fácil.

Não havia, porém, noção muito certa das coisas brasileiras.

Segundo errôneas indicações cartográficas da época, o Maranon, deslocado vários graus para o nascente e tendo origens nas encostas cisandinas, era o caminho transcontinental para aquêle oculto e almejado reino de Manoa e estaria encravado nos latifúndios que a generosidade de El-Rei havia doado a João de Barros e seus companhei-

ros (14). Acalentando a secreta esperança de descobrir também opulentas jazidas minerais no próprio **hinterland** brasileiro e de enriquecer sem trabalho — sonho que, por longos decênios, embalaria a tantos de seus compatrícios, deliberaram todos tentar a conquista da imensa donataria que lhes fôra dada graciosamente (15).

Sendo os sócios ricos e nobres, não se pouparam, nem esforços, nem dinheiro, no sentido de assegurar o pleno êxito do empreendimento que nêles tantas e tão ingênuas esperanças alimentava.

Para pôr em prática a emprêsa, armaram em guerra uma esquadra de 10 navios, tripulados por valentes e hábeis marinheiros, muitos dos quais afeitos já aos longos cruzeiros oceânicos. A expedição contava mais de 900 homens de guerra, 113 cavalos-de-arma, ou 130 como assevera Galvão, afora as coisas necessárias à demorada travessia, e os mantimentos de que iam providos com muita abastança (16).

Nunca se organizara em Portugal uma emprêsa particular com tanto esmêro e largueza. Aquela frota era, com efeito, a maior e mais forte que até então Lisboa tinha visto equipar sem auxílio régio, "cousa que pera tam longe nunca saiu deste reino", diz Barros na sua Década 1ª. Tal ruído se fêz no apresto da aparatosa fôrça, que o embaixador de Espanha chegou a suspeitar tivesse ela o secreto intuito de atacar e destruir os estabelecimentos castelhanos, recentemente erguidos no estuário do Prata.

---

(14) "É sabido hoje, pelos documentos que encontramos na Tôrre, como esta capitania de Barros era mista, sendo êle donatário, ao mesmo tempo que Fernão Álvares d'Andrade e Aires da Cunha, de 225 léguas de costa e não de 50 separadas só para êle." Notas de Varnhagen à obra de Gabriel Soares.

(15) Em 1534, diz-nos Rio Branco, o Capitão Diogo Leite, mandado explorar o litoral Norte, tomou a baía do Maranhão pelo rio Maranon, e, desde então, nas cartas portuguêsas êste nome reaparece aplicado àquela baía. Alguns cartógrafos estrangeiros, copiando tais documentos, incidiram no mesmo êrro.

(16) Uma informação, oriunda da ilha de São Domingos e datada de fevereiro de 1536, diz: "dez navios, 1500 homens, dos quais 120 de cavalo". Pondo também em relêvo a amplitude da emprêsa, escreve Manuel Severim de Faria: "Fez, por parte desta companhia, a maior armada que para aquelas partes até então tinha ido, porque apresentaram 10 navios com 900 homens, dos quais eram mais de 100 cavalos, e com todo o necessário para a jornada, de mantimentos, munições e artilharia."

Assegura o erudito Varnhagen tanto se terem avolumado os receios por parte dos súditos de Sua Majestade Católica, que o Govêrno português se viu interpelado por diplomatas do país irmão, a respeito do destino que levava a poderosa esquadra.

A armada, assim constituída, levantou âncoras do pôrto de Lisboa, singrou o Tejo em rota batida às plagas brasileiras, no mês de outubro de 1535. Segundo o depoimento do próprio João de Barros, trazia por Comandante Aires da Cunha, sem dúvida o mais credenciado dos sócios, para dirigir os empreendimentos que tinham em mira realizar.

Iam nela dois filhos do cronista como representantes daquele donatário, e um delegado de confiança de Fernão Álvares.

Esclarece Varnhagen que mercês especiais alcançaram os 3 sócios antes da partida da frota. Eram-lhes doados o ouro e a prata, que descobrissem em terras americanas, no que tiveram mais favores que todos os demais donatários.

Transposta a linha equinocial, depois de tediosa viagem transatlântica, a armada, prêsa de uma tormenta, desgarrou, seguindo incerto destino. Impelida pelos ventos e pela desdita, parte arribou às Antilhas e foi apresada pelos espanhóis. A outra, menos numerosa, velejou para o Rio Grande do Norte onde, por motivos desconhecidos, não se deteve, demandando logo o noroeste.

Há quem pense que tôda a expedição atingiu Olinda, onde foi bem acolhida por Duarte Coelho, ali novamente estabelecido. Êste teria facilitado a tarefa de Aires da Cunha, pondo à sua dísposição não só práticos da costa e do sertão e intérpretes para o gentio, como também uma fusta a remo a fim de preceder o grosso da esquadra, realizando as sondagens necessárias à segurança da navegação.

De Pernambuco para o norte, até o pôrto de destino,

a viagem se fêz com terra sempre à vista para observação atenta do litoral e visita a seus pontos mais importantes.

Malgrado tôdas essas precauções, a barcaça condutora transviou-se logo depois de montado o cabo de São Roque, e a própria nau capitânia soçobrou ainda em costas do Rio Grande do Norte.

Ao chegar à bôca do Maranhão, a frota, perseguida pelos azares da sorte e faltando-lhe a bordo um prático do lugar, foi a pique nos baixios da baía de São José.

A versão corrente, segundo a qual tôda a armada de conquista se abismara nas águas tumultuosas do Atlântico, tem sido também contraditada.

Ao historiarem o deplorável êxito dêsse importante tentame, esclarecem Frei Vicente do Salvador e com êle Berredo que ao naufrágio muitos mareantes escaparam a nado, sendo do número os filhos de João de Barros. Refugiados na ilha a que chamaram das Vacas e hoje conhecida por ilha de São Luís, os sobreviventes entraram em entendimentos amistosos com os nativos, tornando, anos mais tarde, à Europa desiludidos e pobres. O regresso ao Velho Mundo ter-se-ia feito em um navio português, segundo pensa Southey, ou a bordo de embarcações piratas que trafegavam pelo litoral, conforme a opinião de Berredo.

Divergindo em parte dos dois escritores citados, conta Frei Vicente do Salvador que aos filhos de João de Barros os foram buscar em um barco para isso especialmente despachado, emprêsa que mais agravou a já precária situação financeira do infeliz donatário do Maranhão.

O cronista Pero de Magalhães Gandavo, por sua vez, ao fazer o relato dêsses acontecimentos, dá a entender que a trágica perda do navio capitânia não teria levado os expedicionários ao desespêro; nem mesmo chegou a lhes arrefecer o entusiasmo pela grande aventura. Reduzida agora a dois batéis apenas, a frota prosseguiu viagem metendo-se afoitamente em um dos muitos rios

que ali embocavam. Dias e dias, lobrigando apenas perigos, velejaram na esteira líquida do suposto Maranon, em busca das regiões mineiras. Apesar de índios, feras, corredeiras e moléstias devastadoras, que arrostaram denodadamente, subiram os nossos homens 250 léguas ao revés das águas do rio, pelo coração da terra desconhecida, rumando às paragens longínquas dos Andes.

Aos óbices próprios àquela navegação fluvial, a que não estavam afeitos, vencidos graças à pertinácia e perícia da marinhagem, vieram, porém, juntar-se outros, decorrentes da peculiaridade do próprio meio geográfico. Afogado entre a vegetação luxuriante das margens, o caudal mais e mais se ia estreitando, a ponto de não permitir passagem a embarcação, mesmo de pequeno calado.

Acometido por percalços sem conta e desfeitas já as esperanças de furar aquelas matas bravas, tiveram os homens que retroceder, sem vislumbrar sequer no horizonte as cordilheiras onde dormiam o ouro e as reluzentes pedrarias cuja fama fôra chamariz que os atraía ao imo da selva americana.

Um manuscrito espanhol do tempo da conquista, citado por Capistrano, em suas anotações à "História de Frei Vicente do Salvador", reduz a 150 o número de léguas percorridas pelos expedicionários nesse esfôrço dramático e inútil para alcançar a fugidia miragem do Eldorado. Acrescenta ao trágico relato que os viajantes deixaram no território visitado três fortins plantados à maneira de marcos possessórios (17).

Um dêles erguia-se na ilha de São Luís; outro foi erigido na confluência de dois rios desconhecidos e virgens, até então, dos olhares europeus; o terceiro, finalmente, levantado também em distantes ermos, marcaria, no seio da floresta equatorial, o derradeiro ponto a que lograram chegar os expedicionários em sua audaciosa investida. Se

(17) O fato é tanto mais interessante quando Simão Estácio da Silveira, na "Relação Sumária", Lisboa, 1624, e Frei Marcos de Guadalajara, em sua "História Pontifical", citadas ambas por Berredo, aludem também ao levantamento de marcos pelos expedicionários de 1535.

verdadeiro, o chantamento de padrões de posse foi mais um trabalho aleatório daqueles infatigáveis argonautas. Nenhum chegou até nós e logrou ser encontrado (18).

Três anos permaneceram os expedicionários nas paragens longínquas do Maranhão, entretidos em pesquisas inúteis de tesouros minerais. Terminadas essas, voltaram à pátria com os olhos sem dúvida enriquecidos pela contemplação de paisagens exóticas, mas bem "mais pobres no cabedal e na esperança" do que antes de lá partirem.

Pretendem escritores que, desejando retornar à pátria, muitos colonos, vindos na expedição de Aires da Cunha, se fizeram ao mar com duzentos nativos em três possantes caravelas que foram ter ao Mar das Antilhas, de onde arribaram a São Domingos, em agôsto de 1538.

Os habitantes da ilha os receberam hostilmente e lançaram mão tanto dos índios, como de todos os bens dos infelizes, os quais, por ordem da respectiva Metrópole, ficaram retidos ali como colonos. João de Barros só à custa de muitos trabalhos e despesas pôde reaver os dois filhos que estavam entre os prisioneiros.

* * *

Por desistência de seu primeiro donatário, teria mercê da capitania do Maranhão Luís Melo da Silva que, aliás, não era nenhum noviço em assuntos referentes ao ultramar português. Filho do Alcaide-Mor de Elvas e, portanto, pessoa classificada, estivera anteriormente no Brasil, devassando terras e correndo o litoral numa caravela "para descobrir alguma boa capitania que pedir a El-Rei".

Transpondo naquela época o oceano no desejo de passar a Pernambuco, informa Gabriel Soares, "desgar-

---

(18) É certo que Diogo de Campos Moreno, autor da "Jornada do Maranhão", refere que a tropa enviada contra franceses, em 1614, encontrou ruínas de pedras e cal na costa nordestina, "como se em algum tempo houvesse sido povoada de gente da Europa". Mas isso foi em Camucim e não no Maranhão.

rou com o tempo e as águas pela costa abaixo, e vindo correndo a ribeira entrou no Maranhão e neste das Amazonas de cuja grandeza se contentou muito". E não era para menos. Ao navegar rio acima, êle teria conseguido obter, com "pouco cabedal e trabalho", cópia de ouro e prata de cuja existência tivera notícia por informações colhidas durante uma parada que fizera na ilha da Margarita. Aí encontrara, ao que se diz, soldados castelhanos, restos da última expedição de Orellana ao Amazonas, que lhe haviam participado a notícia alvissareira.

Movido pelo entusiasmo do achamento do ouro, descoberta aliás referida por Gabriel Soares, mas de cuja autenticidade muito duvidamos, e sem curar dos perigos a que se expunha, voltou Luís de Melo a Lisboa a fim de solicitar de D. João III licença para explorar, por sua conta, as terras do Grande Vale. O Rei, dando provas de um escrúpulo que bem poderia servir de norma de proceder aos outros soberanos cristãos da Europa, não lhe concedeu a permissão requerida porque, em verdade, aquêles chãos não eram dêle; cedeu-lhe, todavia, o Maranhão e auxílios para conquistá-lo.

* * *

A obstinação com que se intentava colonizar a Costa Leste-Oeste daria azo a novas desgraças. Valendo-se dessa ajuda da Coroa, sem dúvida também interessada na emprêsa, e de seus próprios recursos, equipou o novo donatário uma frota de reconhecimento, zarpando para o Meio-Norte em julho de 1554. Melhor não mareou em águas do setentrião brasileiro a segunda armada do que a primeira.

Pouco favorecido da fortuna, perdeu-se no dia de São Martinho, 11 de novembro daquele ano, de encontro aos parcéis que bordam o gólfão maranhense. E, por essa forma, as ondas do Atlântico deram sepultura condigna à maior parte da gente que levava.

Das três naus e duas caravelas que compunham a expedição, salvaram-se apenas uma caravela e um batel em cujo bordo os remanescentes da tripulação foram ter a São Domingos. Por um documento espanhol, coetâneo dos sucessos apontados, sabemos que também Luís de Melo conduziu consigo cavalos e homens d'armas, o que lhe denuncia intuitos meramente aventureiros. Prêsa das ânsias espirituais da época, aspiraria sem dúvida à posse do fabuloso ouro peruano cuja existência havia sido largamente comprovada pelo resgate de Ataualpa (19).

Há quem dê como certa, aliás contra a justa opinião de Cândido Mendes e de outros dos nossos mais abalizados especialistas no assunto, a vinda ao Nordeste de uma terceira armada portuguêsa de conquista, dirigida, dessa vez, pelos próprios filhos de João de Barros.

Voltando ao Brasil, passados 15 anos sôbre os sucessos que vitimaram Aires da Cunha e muitos companheiros, dispostos a ocupar a terra, os dois jovens chefes não teriam encontrado, por parte dos nativos, a solícita e pronta acolhida de que haviam sido alvo três lustros antes. Talvez fôsse tal mudança na norma de proceder dos indígenas para com os recém-vindos a resposta aos agravos porventura recebidos dos próprios portuguêses que aí, vez por outra, transitavam; talvez, um simples fruto da influência gaulesa que já se fazia sentir indisfarçàvelmente entre brasilíndios daquela região.

A verdade é que, diante de tão alarmante situação, desanimaram os viajantes e o velho João de Barros, informado do fato, entrou a clamar ao Rei por providências. Solicitava que se vedasse a visita de estranhos de qualquer nacionalidade à sua donataria para que ela "não

(19) Pelo que se viu, numerosas versões, nem sempre concordantes mesmo em ponto de maior importância, têm tido a história das tentativas levadas a efeito pelos donatários de capitanias nortistas para entrar na posse daquilo que lhes doara a munificência de D. João III. Ao versarem o assunto, os cronistas são, porém, mais ou menos acordes quanto à direção leste-oeste que levavam as expedições colonizadoras, ao tocar nossas costas; concordam, também, no que diz respeito às dificuldades com que se houveram todos nos mares nordestinos, navegando entre recifes e baixios, com grossas vagas e correntes impetuosas. É de registar-se, igualmente, o fato, para nós de capital importância, de terem sido as embarcações que escaparam aos costumeiros desastres tocadas pelas correntes para as Antilhas, onde ficaram retidas prisioneiras pelas autoridades espanholas.

sofresse, diz o requerimento, a conseqüência da culpa ou excessos alheios". O apêlo do donatário foi, ao que se supõe, ouvido pelo Govêrno da metrópole, mas a animosidade dos índios e franceses frustrou mais essa tentativa de colonizar o Meio-Norte.

"De todo o esfôrço empregado, os filhos de João de Barros contaram apenas, afirma Barbosa Lima Sobrinho, o merecimento dos serviços para os requerimentos de mercês reais, quando lembravam a D. João III que haviam descoberto, no Maranhão, mais de 500 léguas de costa; e enfrentando franceses e o gentio da terra, "consumindo nessas emprêsas perto de cinco anos, sustentando tudo sempre à custa de meu pai até gastar quanto tinha."

À problemática viagem dos filhos de João de Barros, seguem-se outras menos importantes e conhecidas: o périplo da nau castelhana de 1539, que, no dizer de alguns, teria recolhido, em costas nortistas, náufragos portuguêses, e as vagas aventuras marítimas de Sebastião Marinho, o pilôto cuja caravela, ao que informa o cronista Gabriel Soares, entrou 20 léguas pelo Mearim acima, "onde achou muitas ilhas cheias de arvoredos e a terra delas alcantilada com sofrível fundo".

Há ainda a citar, com Rocha Pombo, como tendo velejado pelo norte a expedição de um certo Diogo Nunez, reinol protegido de Tomé de Sousa, que se teria associado a João de Sande para realizar a conquista do Maranhão. A respeito de mais esta aventura por mares e terras do setentrião brasileiro, coisa alguma se sabe de positivo. É, todavia, evidente, dada a névoa de mistério que a envolve, que, se realizada, pouco adiantou também para a solução do grave problema do desbravamento e colonização do nosso litoral.

* * *

Profunda e desalentadoramente ecoou nos corações portuguêses a notícia do malôgro da expedição de 1554.

Mais que o respeito a um tratado firmado entre Castela e Portugal para a partilha do Mundo, tratado cuja

validade nem todos os Soberanos cristãos reconheciam e acatavam, iria influir, daí por diante, no ânimo dos reinóis mais audaciosos e empreendedores, paralisando nêles possíveis arremetidas visando à posse do litoral nortista, o receio de derivar e ser levado, pela corrente das Guianas, para as possessões insulares de Espanha. Temiam, com justa razão, não só os perigos do mar, que faziam de cada viagem uma temerosa aventura, mas sobretudo cair prisioneiros dos moradores das Índias Ocidentais, sofrendo, por parte de seus administradores, tratamento idêntico ao dispensado aos companheiros de Luís de Melo e a tantos outros lusitanos que para lá haviam sido arrastados pela fôrça dos elementos.

Depois da viagem de Luís de Melo da Silva, abre-se, assim, para tôda a costa leste-oeste, que cedo reverteria ao pleno domínio da Coroa lusitana, um período de desamparo e esquecimento que se prolongaria por quase meio-século.

Situada fora da rota do Oriente, sem nenhum produto de acentuado valor comercial, ela não era de molde a atrair nem mesmo a atenção dos dirigentes metropolitanos, presos ainda aos prementes e árduos problemas da Índia.

Quanto aos colonos e traficantes portuguêses, "preferiam e muito naturalmente, como já o disse alguém, operar em zonas cuja posse não ficasse sujeita a controvérsia e onde não se expusessem, portanto, a colisões com estrangeiros".

IV

PIRATAS E CONTRABANDISTAS ESTRANGEIROS

O litoral brasileiro, do cabo de São Roque ao delta do Parnaíba e mesmo um pouco além, até as proximidades do gólfão maranhense, apresenta, como vimos, tôdas as características das costas de dispersão. Os ventos fortes que dessecam ràpidamente as areias, conformando-as em dunas móveis, a flora enfezada e pobre, os cômoros alvadios, raramente guarnecidos de palmeiras bravas, os precários cursos d'água que nêle desembocam e a ausência quase completa de surgidouros acessíveis dão-lhe feição particularmente desolada e agressiva. Mirando-o, tem-se a clara impressão de que as sêcas violentas e imprevistas que, não raro, assolam os sertões interiores, desceram até às praias, nelas instalando morada definitiva.

"Num país alegre, de ares sãos e índios domáveis", como era o Brasil quinhentista, semelhante trecho de nossa orla marinha deve, com maior razão, ter parecido aos marujos que o contemplaram do tombadilho de seus frágeis veleiros ainda mais sáfaro e singularmente infenso ao desenvolvimento de qualquer agregado humano.

Naquela época havia também, para desacreditar a região citada no conceito de gente aventureira do Velho Mundo, que a observava pela primeira vez, a má reputação de que gozavam, entre ela, seus habitantes nativos, já então tidos e havidos, por todos os brancos, como antropófagos e traiçoeiros. Êsse rude labéu de que jamais se puderam redimir os pobres selvagens nordestinos e que os

faria, por isso mesmo, tão tristemente famosos nas crônicas da Colônia, lhes foi impôsto, ao que presumimos, desde os inícios dos Descobrimentos, por certos mareantes peninsulares pouco escrupulosos, que por aí haviam transitado nas primeiras armadas exploradoras. Apresentando-os, em suas narrativas de viagem, como dotados apenas de maus instintos, êles visavam, muitas vêzes, a justificar perante os seus contemporâneos e, sobretudo, perante as autoridades reinóis, os numerosos atos de violência e pirataria que correntemente praticavam contra os nossos ameríncolas, atentados que, não raro, culminavam no rapto e transporte dos menos cautos para os portos da Europa.

O aspecto triste da paisagem, os perigos da navegação de suas águas, perigos que mais se acentuam nas alturas das praias do Maranhão, e a suposta ferócia dos aborígenes nunca impediram, todavia, que a costa leste-oeste fôsse amiúde procurada por contrabandistas e viajantes clandestinos, oriundos não só de Portugal e Espanha, como também de países outros que não os da península pirenaica, logo no correr do segundo quartel do século XVI.

Fácil é imaginar que, nos primeiros tempos, mesmo aquêles a quem as longas viagens oceânicas faziam necessitados de repouso e mantimentos só poucas vêzes se sentissem inclinados a nela tomar terra e a tratar com os indígenas. Todavia, a necessidade sempre foi mais forte do que o mêdo; e aqui, como por tôda parte, as aperturas do momento fizeram calar os receios que atormentavam os marinheiros itinerantes.

O interêsse aproximou, pois, brancos e índios, enleando-os.

A urgência de refrêsco forçou os nautas, que por ali passavam, a buscar aguadas nas costas nordestinas e também a procurar os nativos para dêles obter as provisões apetecidas.

Existiam, além disso, crescendo, terra adentro, nas

eminências que se faziam visíveis do mar a milhas de distância, madeiras que podiam ser fàcilmente comercializadas. Lá vicejava a **tatajuba** e outras espécies fitológicas de muito valor e pelas praias rasas derramava o mar, em certos períodos do ano, apreciável quantidade de âmbar gris bem mais estimado no comércio que o âmbar negro, de procedência baiana e pernambucana (20). O desejo de obter essas mercâncias, de comprovado valor e grande procura nos mercados europeus, foi estímulo igualmente forte a entendimentos amistosos entre os ádvenas e os donos do lugar.

As primeiras relações sempre cautelosas de parte a parte, seguiram-se, como seria natural, tratos mais demorados e ligações mais íntimas. Com o tempo, avolumam-se os escambos. Trocam-se os produtos naturais e os gêneros de granjearia indígena por manufaturas do Velho Continente, entretendo, dêsse modo, intenso comércio clandestino de que os europeus tiram os proveitos mais

---

(20) A propósito da multiplicidade e excelência das madeiras nordestinas e que aí eram embarcadas em quantidade apreciável pelos corsários, lê-se na "Relação do Ceará", interessantíssimo documento escrito por Martim Soares pelas alturas de 1620, o seguinte: "ali... aportam muitos piratas que carregam... muito pau a que os índios chamam Uburaquiatiara e que é o melhor que até agora se há descoberto em todo o Brasil, por ser como damasco, e também carregavam pau de tinta chamado tatajuba." E mais adiante insiste ainda: "tem (a terra) muito pau de tinta amarela a que chamam tatajuba, com outra madeira preta de muito valor."

Em carta ao Rei, de 1 de novembro de 1621, dando notícia de como chegara ao Ceará, volta êle a insistir na mesma tecla:

"As madeiras são muitas e boas."

Frei Vicente do Salvador, censurando a extrema parcimônia do Rei na paga de serviços prestados por Martim Soares Moreno, Capitão-Mor do Ceará, escreve: "... e por isso lhe dá Deus muito âmbar por aquela praia (do Ceará) com que pode muito bem matar "la hambre."

Observa-se, porém, que existe certa divergência entre tão categórica afirmativa e as informações consignadas no "Parecer do Conselho de Fazenda", de 4 de janeiro de 1621, e que versa sôbre os vencimentos devidos ao Capitão-Mor do Ceará. Diz o documento citado que o mar "deita nela (costa cearense) algumas vêzes âmbar que o gentio colhe", e acrescenta mais adiante: "por ser a terra nova e não dar de si nenhum proveito e se ter por informação que o âmbar que Gaspar de Sousa refere é de pouca consideração e incerta."

Martim Soares, melhor conhecedor das costas nordestinas e de suas riquezas do que Frei Vicente, fala na sua "Relação do Ceará" apenas "em algum âmbar". Isso parece demonstrar que o âmbar não era ali tão abundante quanto pretendem sustentar muitos de nossos modernos letrados. Corroboram ainda semelhante afirmativa os conceitos a tal respeito enunciados pelos conquistadores batavos, tão apressurados sempre em exaltar aos olhos dos dirigentes da famosa "Companhia das Índias Ocidentais" as possibilidades da terra brasileira.

As palavras de Van Ham, oficial que, em 1638, comandava as tropas holandesas destacadas no Ceará, são taxativas. — "Quanto ao âmbar "gris", os índios foram muito exagerados nas declarações que fizeram a V. Excia. e aos altos Conselheiros; não tenho visto até agora mais do que quatro pedacinhos", gemia desalentado em seus relatórios.

compensadores. E não era só. As águas nessas paragens sempre foram bastante piscosas. O que, aliás, é pôsto em relêvo pelo próprio fundador do Ceará ao inventariar as riquezas da Capitania nordestina que lhe coube dirigir por dez anos.

"Tôda aquela costa é de muito peixe e os rios próprios", escrevia êle cheio de entusiasmo em carta a El-Rei.

Fato tão auspicioso para os que vivem no mar, não passou por certo despercebido aos traficantes estrangeiros que dêle tirariam o maior proveito possível.

Multiplicando-se os contactos entre os marujos das caravelas, que aí refrescavam, e os ameríncolas, muito não tardou que, de sociedade, ambos se lançassem a pescarias frutosas e demoradas. Por êsse meio, conseguiram os visitantes, com maior facilidade, os víveres de que proviam a ucharia de bordo sempre carecente de ser reabastecida.

Correndo o litoral em leves embarcações indígenas, vários franceses tornaram-se pilotos habilíssimos e alguns vieram mesmo a servir aos portuguêses como guias, navegadores e intérpretes, tal êsse estranho **Tuimirim**, de que nos falam as crônicas nordestinas dos albores do século XVII. Francês de origem e nascimento, malgrado o nome tìpicamente tupi, acompanhou Pero Coelho de Sousa ao Ceará, em 1603, na qualidade de língua e prático da costa e foi o parlamentar enviado aos gauleses, antes da batalha que abriria aos lusitanos as rechãs da Ibiapaba.

Enquanto uns corsários se davam aos prazeres da pesca, outros, em camaradaria com os indígenas locais, se aventuraram pela hinterlândia nordestina e há notícia de que muitos dêles chegaram a viver entre nativos dos distantes chapadões da Serra Grande.

Foi um senhor Mambille, francês vindo do litoral maranhense, que ali capitaneou a resistência oposta às fôrças luso-brasileiras, componentes da primeira bandeira que tentou ir por terra da Paraíba ao Maranhão.

Tão volumoso se fêz o comércio clandestino de utilidades, ao longo das praias rasas do Nordeste, e tanta confiança se inspiravam mùtuamente os compartes dêsse criminoso tráfico, que muitas embarcações piratas permaneciam confiadamente ancoradas em suas abras, aguardando meses a fio o complemento da carga a ser transportada para os portos da Europa (21).

A princípio, abrigo transitório de navios que, por qualquer circunstância, se aventuravam em suas águas e necessitavam tomar terra, cedo tornara-se o Meio-Norte a região preferida pelos traficantes clandestinos, vários dos quais haviam sido anteriormente expulsos do Brasil Oriental.

No declinar do século XVI e alvorecer do seguinte, freqüentavam aquelas costas francesas e holandesas e, talvez mesmo, alguns inglêses e escoceses, pois que êstes já andavam a perturbar, com sua insopitada cobiça, a quietude majestosa das selvas amazônicas.

Durante o tempo de abandono em que jouve o setentrião brasileiro, cruzavam-na também, de longe em longe, barcos portuguêses que, procedentes do Extremo Nordeste, rumavam para destino desconhecido. Êsses barcos, que ali apareciam esporàdicamente, deixavam, conforme assinala o mapa de Vaudeclaye, (Diepe, 1579) ficar na vastidão êrma do nosso praial oceânico audazes caçadores de âmbar que, finda a colheita da preciosa mercância, volviam a pé para Pernambuco.

Do período em aprêço, é provàvelmente a viagem de um certo Nicolau de Rezende cujo navio, no dizer de Ga-

---

(21) "Nos mapas quinhentistas mais antigos, conforme refere escritor patrício dos nossos dias, já a toponímia e as inscrições descritivas atestam estas cousas, ao mesmo tempo que assinalam os lugares de eleição para semelhantes atividades. O mapa de Juan de la Cosa, feito no trecho em análise, segundo os informes das expedições de Pinzon e de Lepe (1500), regista a costa de arboledos entre os estuários dos rios Mundaú e Aracati-açu, mais ou menos onde Reinel, em 1516, localiza a terra da pescaria, que também se encontra anotada no mapa de Descaliers, tierra de pescherie (1500), e em vários outros. Nessa mesma costa, mapas como o de Turim (1523) indicam um Gôlfo de Palmar, ou um cabo de Palmar, como o de Diogo Homem (1558) e o de Juan Rotz (1542) Capt de Palmos, etc., justamente onde, um século depois, os regimentos portuguêses dizem haver na praia palmeiras em certa abundância. Os pontos indicados com referência — "aguada" — ocorrem comumente nestas velhas cartas".

briel Soares, se perdeu nos baixios do Maranhão, sendo êle e seus companheiros obrigados, depois de várias peripécias, a fazer por terra o percurso que os levaria de regresso aos núcleos povoados da costa oriental. Dêsse Nicolau de Rezende teria havido o cronista as informações, não raro bastante fantasistas, que sôbre aquêle setor do litoral brasileiro consigna em seu "Roteiro Geral".

Incontestàvelmente muitíssimo mais numerosas do que as visitas ocasionais de portuguêses ao Nordeste eram, porém, as visitas então realizadas por piratas estrangeiros, conforme se pôde concluir das amiudadas referências a elas feitas nos papéis da época.

"Sendo no ano de 1611, depõe Martim Soares na "Relação do Ceará", cheguei ao Ceará com 6 homens em minha companhia... Ali, no dito ano, degolei mais de 200 flamengos e franceses e lhes tomei três embarcações."

Referindo-se ao tempo em que fazia parte da bandeira de Pero Coelho, não é menos categórico: "Ali, nos três anos que digo, aportaram muitos piratas que com aquêles índios comerciavam muitos navios."

Os mais assíduos freqüentadores dos solitários e ásperos costões nordestinos foram, pois, indubitàvelmente os holandeses e os franceses que por lá surgiram, como atrás afirmamos, em pleno século XVI. Consoante João de Laet, corsários dos Países-Baixos se apresentaram no Amazonas em data anterior a 1598 e é natural que, antes de atingir o estuário deltaico do grande caudal, bordejassem ao longo das praias do Meio-Norte e com elas tomassem contacto.

Que aquelas costas já se tinham tornado familiares aos piratas flamengos, no início do século XVII, é fato que não pode sofrer contestação, de vez que suas passagens por tais lugares são atestadas por documentos de inquestionável valor histórico. Entre êles, arrolam-se o roteiro de João Batista Syens, de Amsterdão, que deu fundo em Mucuripe, no ano de 1600, levado pelo afã de adquirir objetos da indústria do País, e o diário do trafi-

cante Hendrycksen, que ali estêve com idêntico propósito em companhia do Capitão Claes Adriasen d'Ackersloot, igualmente pelas alturas de 1600 (22).

Quanto aos franceses, começaram seguramente a aparecer por aquelas ribas pouco depois da estada ali das expedições desbravadoras dos seus primeiros donatários, e é provável que, desde então, jamais interrompessem suas ativas relações comerciais com silvícolas.

Que êles operavam nas costas maranhenses desde essa época, infere-se fàcilmente da petição endereçada ao Rei de Portugal pelos filhos de João de Barros, quando se sentiram ameaçados nos seus direitos de posse sôbre aquelas terras brasileiras. Solicitando auxílio para colonizar a donataria que coubera a seu genitor, comentam êles alarmados: "... é necessário mandar povoar esta capitania antes que os franceses a povoem, os quais todos os anos vão a ela a carregar brasil por ser o melhor pau de tôda a costa. E fazem já casa de pedra..."

De visitas levadas a efeito por corsários franceses ao Nordeste, pelas cercanias de 1583, ao tempo, portanto, em que Frutuoso Barbosa realizava suas penosas tentativas para conquistar a Paraíba, dá-nos também notícia Sir Walter Raleigh, segundo informações por êle próprio colhidas de dois Capitães daquela nacionalidade que ali haviam estado para fazer escambos.

Cruzeiros franceses por tais paragens, anteriores à estada de Aires da Cunha, em sua donataria, talvez houvessem ocorrido; êles são, porém, inteiramente do domínio das conjeturas.

As singraduras dos veleiros, que até o Meio-Norte conduziam contrabandistas de tôdas as bandeiras, são

---

(22) Veja-se Carlos Studart Filho, "Primitivo Comércio Marítimo do Ceará", in Revista do Instituto do Ceará. "Nous trouvâmes une chaloupe que y attendait depuis 6 mois du bois de mandril ou bois violet dont on se sert en France dans la menuiserie. Ce bois ne donne pas de matière colorante" — lê-se na "Description de la côte septentrionale du Brésil d'après le Journal de Bord du trafiquant Hendryck Cop. et du Capitaine Claes Adriaenssen Cluyt, d'Ackersloot, du voyage fait en 1610".

desconhecidas. As descrições da costa deixadas por alguns dêles, descrições feitas sempre do nascente para o poente, depõem, porém, em favor da suposição de que, também êles, se deixavam ir ao sabor dos ventos e das correntes, navegando de leste para oeste.

V

TENTATIVAS PORTUGUÊSAS PARA OCUPAR A COSTA LESTE-OESTE

As atividades ilícitas, exercitadas por traficantes flamengos e bretões ao longo do litoral do Meio-Norte, nunca ficaram de todo ignoradas da gente portuguêsa. Através de caminhos ainda não bem desvendados, os rumôres de tais atividades chegavam aos povoados luso-brasileiros da costa oriental e mesmo a Lisboa donde, sem demora, passavam à Côrte de Madri. Cedo caíam, porém, no esquecimento, sem ter tido fôrças para abalar a inércia dos responsáveis pelos destinos do Brasil ou logrando despertar, nêles, apenas, reações débeis e inconseqüentes.

"Por essa época, assevera J. F. Lisboa, um denominado Gabriel Soares, talvez o mesmo autor do "Roteiro Geral", tentou ir àquelas paragens pelo sertão, mas, adiantando-se até as cabeceiras do Rio São Francisco, com mais de 300 léguas de rude e trabalhoso caminho, recuou sem nada conseguir, mortos quase todos os companheiros de expedição."

Depois de tão trágica viagem, tudo caiu de novo no silêncio e no esquecimento.

Foi mister se divulgasse em Pernambuco, quando lá fixara residência temporária o Governador Diogo Botelho, a notícia de que franceses, expulsos do Rio Grande do Norte, amiudavam visitas às costas do Nordeste Ocidental para provocar os primeiros alarmes sérios e mover

as autoridades capitaniais a tomar medidas concretas para prevenir novos abusos.

Estimulados pelo Govêrno, tentaram-se duas expedições: uma de caráter religioso e outra militar; tinham o fito exclusivo de atingir o Maranhão e inteirar-se do que verdadeiramente ali se passava. Na militar, foram aproveitados os serviços de alguns homens audazes que, cientes dos perigos da intrusão de estranhos em nosso solo ou simplesmente desejosos de tentar fortuna, se apresentavam dispostos para bater tão importunos e tenazes adversários e levar a conquista às margens do Amazonas.

O pioneiro da audaciosa investida contra os franceses foi, no Norte, Pero Coelho de Sousa, nobre e rico açoriano residente na Paraíba, homem forte, cuja vida cheia de lances empolgantes aguarda ainda, como a de tantos outros de nossos heróis desbravadores, seu historiador honesto e compreensivo. Veterano de cruentas campanhas contra índios e piratas europeus, era cunhado de Frutuoso Barbosa, antigo donatário da Paraíba e a quem se associara nas tentativas baldadas de colonizar aquela capitania nordestina, nos anos de 1582 e 1584, sofrendo, então, graves prejuízos pecuniários.

Seduzia-o, agora, além do natural desejo de trabalhar mais uma vez em benefício da Pátria, a secreta esperança de descobrir as riquezas auríferas do Meio-Norte, (23) riquezas de que tanto se falava em tôda a Colônia e em Portugal. Contava restaurar a fortuna malbaratada a serviço do Rei, na expansão de seus domínios transatlânticos. Ao oferecer os préstimos, propunha-se, outrossim, o fidalgo aventureiro a sondar as barras e portos que houvesse até o rio Amazonas; pacificar os habitantes indígenas dos lugares percorridos, tolher o comércio dos traficantes estrangeiros e descobrir as minas, porventura existentes ao longo de seu caminho.

---

(23) Que corriam notícias a respeito da existência de ouro no Nordeste conclui-se fàcilmente da leitura do trecho seguinte do regimento dado a Pero Coelho pelo Governador-Geral: "vem do Jaguaribe onde se sabe haverem (os franceses) levado amostra de ouro a suas terras."

Para levar a efeito programa de tal envergadura, Pero Coelho fazia exigências bem modestas: apenas requeria, como propina, para si e para os oficiais que o acompanhassem, a faculdade de alcançar mercês honoríficas. Queria igualmente permissão para realizar alguns resgates lícitos, eufemismo que sempre foi usado no Brasil para ocultar tenebrosos propósitos escravistas, tão comuns às expedições da época.

Forreta, à maneira de quase todos os administradores que nos mandava a Metrópole, Diogo Botelho sentiu-se, por certo, tentado pelas poucas pretensões do postulante e, assim, aquiesceu em autorizar tão ousado cometimento, depois de ouvidos a respeito, como determinava a lei, os homens de maior preeminência e responsabilidade na Colônia. É possível que o houvesse induzido à grave resolução, também, o desejo de difundir a fé e o interêsse um tanto egoístico de chamar para si e para sua gestão administrativa as boas graças de Felipe III, de Espanha. O simples fato de retomar, sem grandes dispêndios para o erário público, a política expansionista de seu antecessor no Govêrno do Brasil, parecia-lhe capaz de o tornar credor do reconhecimento daquele Soberano.

"Porquanto a obrigação de meu cargo compete ordenar as coisas dêste Estado na forma que se consigna o efeito que em semelhantes conquistas Sua Majestade pretende, que é por meios lícitos dilatar a nossa santa fé católica (24) e impedir-se o comércio do estrangeiro que, contra pazes capituladas e fora da obediência, se tem visto, depois do Rio Grande fortificado, irem a Jaguaribe donde se sabe haverem levado amostras de ouro a suas terras, ordenei com deliberado conselho das pessoas que no Estado há de experiência se tolhesse o comércio de estran-

(24) Malgrado tal afirmativa, nenhum sacerdote acompanhou a expedição de Pero Coelho.

A proposta para integrar efetiva e definitivamente no Brasil tôda a vasta e rica região nortista, partida de um simples particular, revela nêle grande coragem e ousadia. Zombava do preconceito, já então em voga, de ser o setentrião brasileiro inacessível à ação colonizadora do português, preconceito que, mais tarde, se firmou e de cujo aparecimento nos dá conta Diogo de Campos Moreno nas páginas de sua "Jornada do Maranhão".

geiros, além de descobrirem as minas que na terra há. oferecendo-se pazes e a lei evangélica de Sua Majestade a todo o gentio", rezava o Regimento expedido pelo Governador-Geral, em data de 21 de janeiro de 1603.

Legalmente revestido das prerrogativas de chefe de entrada, tratou Pero Coelho de organizar sua expedição, congregando em tôrno de si os elementos que pôde encontrar na Felipéia, o mísero povoado fundado por Martim Leão, em 1585.

Aparelhou com munições e víveres três caravelões que expediu diretamente para o rio Jaguaribe e que levavam, no número dos seus tripulantes, o pilôto francês **Tuimirim**, a que já nos referimos.

Após isso, partiu por terra com seus bandeirantes paraibanos para as bandas do poente, nas monções do ano de 1603. Seriam êles cêrca de 265 homens entre brancos, silvícolas e mestiços, quase todos falsos valores humanos e militares, movidos à aventura pela miragem de lucros copiosos com que lhes acenara o chefe destemido.

Segundo consignam os cronistas dêsses idos, a memorável emprêsa foi "realizada sem o braço do rei", o que significa que não teve amparo oficial, quer militar, quer pecuniário. Antevendo as dificuldades da missão a que se abalançara seu compatrício tão ligeiramente, condescendeu o Governador em dar-lhe alguns auxiliares de sua imediata confiança. Entre êstes, figurava o língua-mor Manuel de Miranda que tanto haveria de valer ao Capitão-Mor em mais de um transe difícil da travessia.

Tendo-se pôsto a caminho em junho, alcançou a caravana, no mês de agôsto seguinte, as várzeas do baixo rio Jaguaribe, em cujas águas já então flutuavam as embarcações cargueiras.

Os suprimentos foram desembarcados e Pero Coelho aí fêz construir, conforme ordenava o seu regimento, o pequeno reduto de São Lourenço, a primeira obra de defesa fixa que se ergueu no Ceará.

Uma vez aquietados os indígenas daquela ribeira

com presentes de pouco valor, prosseguiram os homens a sua marcha pelo sáfaro litoral até o rio Camucim, que foi atingido após seis meses de agra caminhada.

A expedição que, por essa época, contava para mais de cinco mil pessoas, tantos eram os índios que se lhe iam agregando ao longo do caminho, derivou então um pouco para o interior, indo ter, sem maiores dificuldades, às faldas da Ibiapaba.

A viagem, de relativamente bonançosa que fôra até ali, transmudou-se, de chôfre, em árdua e cheia de perigos por causa dos obstáculos que lhe antepuseram os moradores nativos daqueles altiplanos. Levantados em armas por instigação de seus aliados franceses, entre os quais era figura principal um tal Mambille ou Bambille, e indiferentes às promessas dos intérpretes que, para ganhá-los, lhes mandavam os portuguêses, os indígenas, principalmente Tabajaras, enfrentaram de modo resoluto os recém-vindos.

Vencendo a resistência dêsses opositores, Pero Coelho continuou sua marcha e, levando daí por diante a sua gente sob duros e vitoriosos combates, chegou ao alto da planura. Batidos os índios locais, sujeitados à paz os seus tuxauas, seguiram todos até um volumoso curso d'água chamado Punaré. Era o atual Parnaíba.

À margem do grande caudal nortista havia de esbarrar, de vez, a pertinácia do Comandante contra a resistência sistemática e resoluta dos próprios companheiros de jornada. Constrangido, por êles, a retroceder, dirigiu-se Pero Coelho ao desaguadouro do rio Ceará, onde pretendeu fixar-se definitivamente, levantando de taipa o fortim que teve a denominação de S. TIAGO. Tomando posse da terra em nome do Rei, criou nela um núcleo de população branca sedentária a que deu o nome auspicioso de Nova Lisboa.

Destinava-se a ser a sede de uma futura Capitania que êle, por antecipação, crismou patriòticamente de Nova Lusitânia.

Espicaçado pela cobiça, voltou depois à Paraíba para negociar os índios apresados na Ibiapaba e os que lograra resgatar no decorrer da travessia; ia buscar a família e conseguir do Govêrno ajuda material indispensável ao prosseguimento da colonização.

Pesava, porém, sôbre o destino daquele homem forte, agitado e interesseiro que tanto confiava em si e na própria sorte, a mão inexorável da fatalidade.

Em 1605, regressava êle à povoação de Nova Lisboa, trazendo a espôsa, D. Tomásia, os filhos e alguns mantimentos. Êsses eram parcos e cedo se esgotaram. A indisciplina que já se havia manifestado de modo tão ruidoso e violento junto às margens do rio piauiense e que parecia sanada defintivamente com o recuo da expedição e total abandono dos antigos projetos de alcançar o Amazonas, em verdade apenas amainara. Sobrevindo a penúria por falta dos socorros prometidos pelo Governador-Geral, que concordara em ampará-lo, ela recrudesceu a ponto de não permitir manter a praça do Ceará.

Escreve Frei Vicente do Salvador, aliás sem fundamentos sólidos, que o Governador não teria mandado os auxílios prometidos por lhe haverem informado que iriam servir para cativar índios. A verdade é que tais reforços foram remetidos, mas se extraviaram em caminho. Entregues a um aventureiro chamado João Soromenho, êste os consumiu, empregando-os em seu próprio benefício.

Forçado de novo, pela tropa irrequieta e desmoralizada, a retirar para mais perto dos núcleos civilizados da costa Oriental, Pero Coelho foi estabelecer-se no baixo Jaguaribe, onde o esperavam novos contratempos e vexações.

Agitou-se, outra vez, a soldadesca cuja petulância crescia à medida que se avolumavam as dificuldades e os gerais desejos de voltar a Pernambuco. A anarquia que, cedo, campeara insopitável na pequena feitoria, tomando proporções novas e imprevistas, culminou na defecção da maior parte dos soldados e índios que compu-

nham o desfalecido presídio. Após a debandada geral, em companhia do destemido explorador só ficaram 18 soldados estropiados e doentes, pobres sêres que as mazelas físicas, mais que a noção do dever, haviam ligado ao miserando destino do seu chefe. Dos nativos, apenas um se lhe conservou fiel.

Vendo-se traído e desamparado, delibera Pero Coelho voltar à Paraíba e empreende, sem mais delongas, com a família e o resto de sua tropa, a penosa marcha do regresso (25).

Essa jornada tormentosa e repleta de episódios empolgantes os levaria apenas ao Rio Grande do Norte, onde chegaram estropiados, famintos e nus, sendo salvos pelo Vigário Manuel Correia Soares que os socorreu a tempo.

Os lances patéticos ocorridos durante a travessia relembram, como unânimemente o acentuam os nossos historiadores, os da tragédia de que foi vítima Manuel de Sousa Sepúlveda em terras africanas. Nêles há, em verdade, tons sinistros que semelham aos do drama comovente e irreparável passado na Cafrária (26).

Caminhada infinda sob a ardência crestante de um sol implacável, agruras da sêde, da fome, da fadiga e do desânimo; a morte, por inanição, de entes queridos; a tenacidade inquebrantável de um chefe e a presença de uma mulher forte, D. Tomásia, que, transfundindo a esperança em criaturas que já se arrefeciam na morte, sublimou-se por ações superiores às fôrças do seu sexo.

Malogrou-se, dêsse modo, mais uma emprêsa fundada como tantas outras sôbre motivos irresistíveis de domínio e sêde de riqueza.

Venceram-na a sêca, fatalidade que flagela implacàvelmente o povo cearense desde os primórdios de sua

---

(25) Ler a tal respeito — "A bandeira de Pero Coelho", in Revista do Instituto do Ceará.

(26) "Manuel de Sousa Sepúlveda e sua mulher Da. Leonor de Sá e seus filhos, vindos da índia para o Reino, em a nau chamada o Galeão Grande São João, naufragaram no cabo da Boa Esperança. Percorreram mais de 300 léguas pelas terras... até a sua morte". (Do naufrágio de Sepúlveda, Jerônimo Côrte Real).

formação histórica, os areais candentes das praias nordestinas e, mais que tudo, a hostilidade inflexível e sempre renovada que lhe opuseram os nossos ameríncolas.

A escravidão indistinta de enormes contingentes de nativos de várias parentelas e os maus tratos a êles infligidos pelos homens da expedição armaram, contra o inditoso aventureiro e seus companheiros, o ódio de tribos inteiras (27). Não atuou como fator do malôgro da entrada memorável a má qualidade de seus componentes humanos. Cercara-se, ao que se sabe, o Capitão-Mor da escumalha de pior espécie que havia no Govêrno de Pernambuco. Era uma verdadeira matula composta de mamelucos semi-selvagens, tangos maus e homiziados, homens que nunca tinham servido a El-Rei e a quem fascinara, ao alistar-se, apenas a perspectiva de auferir lucros fáceis ou a promessa de obter o perdão de crimes que haviam cometido. Dessa gente, dizia o Governador Diogo Botelho, que se se perdesse nenhuma falta faria "ao serviço de Sua Majestade e ao bem comum do Estado".

As vicissitudes de Pero Coelho, realmente terríveis, mas de nenhum modo insólitas para a época, não exauriram os estímulos dos que se sentiam inclinados a levar por diante a tarefa benemérita de abrir caminho à ocupação lusitana.

Frustrada a tentativa do açoriano, empreendeu-se, após curto interregno, uma nova e comovente emprêsa, a peregrinação apostólica dos Padres Jesuítas Luís Figueira e Francisco Pinto em demanda à Ibiapaba. Êsse tentame que concretizava, antes de tudo, os nobres anseios da Milícia de Cristo, sempre desejosa de dilatar o campo de suas atividades missionárias, foi determinado pelo Padre Fernão Cardim, Provincial dos Jesuítas na Colônia. Vislumbrando nos alcantilados e distantes chapadões da

(27) Pretendem alguns que Pero Coelho, "juntando a injustiça à ingratidão, exerceu a mesma tirania sôbre os que lealmente o tinham servido como aliados". O fato carece de provas.

Serra Grande, onde erravam tribos copiosas, terreno propício a novos trabalhos de catequese, o Provincial oferecera os serviços de sua Ordem e, sendo aceito, cometera aos dois Inacianos a investida apostólica contra aquêle mundo de infiéis.

"Acabado êsse sucesso (o de Pero Coelho), pareceu ao colégio dos Padres da Companhia de Jesus que esta emprêsa era sua, dêles, e de sua opinião e doutrina, como enfim pessoas dedicadas a descer e amparar os índios. Pelo que, havendo-se bem aconselhado na matéria, pediram licença para dois Padres e 40 índios irem até à Serra Grande de Buapava, e dela ao Maranhão ou ao menos às partes a êle mais vizinhas. Porque entendiam que os mesmos índios haviam de abalar-se para receber e levá-los a tomar posse de todos aquêles..." — escreve Diogo de Campos na "Jornada do Maranhão".

O Padre Vieira, na "Relação da Missão da Serra da Ibiapaba", sustenta que o pedido de Missionários para aquietar os silvícolas foi feito pelo próprio Governador Geral. "E como em todo o Brasil, escreve êle, tinha mostrado a experiência e particular talento e graça que Deus deu aos religiosos da Companhia de Jesus para compor os ânimos desta gente, à petição do Governador do Estado que era então Diogo Botelho, foi nomeado para esta emprêsa o Padre Francisco Pinto, varão de grandes virtudes e mui exercitado e eloqüente na língua da terra e, por seu companheiro, o Padre Luís Figueira".

Não eram os Missionários escolhidos, como se vê, dois neófitos no grave e absorvente ofício de converter índios ao Catolicismo, integrando-os na civilização cristã lusitana. Do zêlo de ambos colhera já a comunidade inaciana os mais assinalados resultados em todo o Nordeste Oriental.

Francisco Pinto chegou mesmo a ser visto naquele recanto da Colônia como um santo e a fruir, entre brancos e nativos, da fama de milagreiro: chamavam-no, ali, o **Amanaiara**, isto é, o senhor da chuva, ou o homem que

faz chover, atribuindo-lhe, por essa forma, poderes extraterrenos sôbre as fôrças da natureza.

Autorizada pelo Governador Diogo Botelho ou solicitada por êste Governador, como quer o autor da "Jornada", o incontestável é que a expedição dos dois Jesuítas teve início a 20 de janeiro de 1607. Nesse dia, obedecendo às instruções recebidas de seus superiores e seguidos apenas de um pequeno séquito de 60 índios domésticos, tomavam ambos passagem no barco que ia habitualmente carregar sal ao rio Moçoró, mas que, desta vez, alongando a viagem, os levaria até o Jaguaribe.

Escarmentados pelos acontecimentos anteriores, não quiseram os Padres conduzir consigo nenhum português.

Cruzada espiritual na máxima extensão do vocábulo, a nova jornada era, como aliás tôdas as realizações jesuíticas, também de cunho profundamente humano e patriótico.

Os missionários iam, é certo, apaziguar as populações bárbaras da Ibiapaba e do Maranhão, exacerbadas pelas violências de Pero Coelho e sua gente, chamando-as ao grêmio da Igreja, pela catequese. Tinham, todavia, igualmente em mira forçar os naturais a romperem as pazes e amizades firmadas com os franceses que viviam entre êles influenciando-os perigosamente, e fazê-los parciais dos portuguêses (28).

Realizada em grande parte por terra e através de todo o Ceará, a viagem dos missionários seria, desde o início, um verdadeiro calvário de cujos transes mais amargurados nos ficou registo no relatório redigido pelo próprio

(28) "... com intenção de pregar o Evangelho àquela desesperada gentilidade e fazermos com que se lançassem da parte dos portuguêses, deitando de si os franceses corsários que lá residem, para, indo os portuguêses, como determinam, os não avexassem nem cativassem", diz o Padre Figueira na sua "Relação do Maranhão", escrita na Bahia, a 26 de março de 1608.

Martim Soares Moreno, embora reconhecendo que os dois Padres se dirigiam "aquelas partes (Maranhão) para com as suas práticas domarem aquêles índios", empresta-lhes propósitos bem mais terrenos e utilitaristas ao assegurar que êles iam "em demanda de umas minas que dizem os franceses estão na Serra do Ponaré" (Martim Soares, "Relação do Ceará", Revista do Instituto do Ceará, Vol. XIX. 1905).

Tal afirmativa se nos afigura por inteiro destituída de fundamento, dado o caráter dos filhos de Loiola.

Os tesouros que os Jesuítas catavam no Brasil sempre foram as almas dos índios.

Padre Luís Figueira e enviado, em 1608, ao Padre Cláudio Acquaviva, Geral da Companhia de Jesus.

Desembarcados na foz do grande rio cearense, aí deixaram ficar, restituídos à liberdade por ordem do Vice-Rei, os silvícolas apresados anos antes por Pero Coelho e seus comparsas e que o Governador-Geral não permitira comercializar.

Foi êsse o primeiro passo para a geral pacificação da indiada e que tão bons frutos haveria de produzir, mais tarde, em todo o Meio-Norte.

A seguir, perlongaram os dois Sacerdotes, durante algum tempo, a orilha do Atlântico, "por caminhos faltos de tudo", diligenciando em derramar, no coração dos indígenas praieiros, rudimentos da fé cristã. No lugar Paramirim, hoje Paràzinho, infletiram para o sertão, atravessando a Uruburetama, "essa triste serra dos corvos", onde parece se ajuntam tôdas as pragas do Brasil, conforme explicaria ainda Figueira, em relatório posteriormente dirigido ao Geral da Companhia.

Uma vez chegados ao sopé da Ibiapaba, iniciaram, sem perda de tempo, os dois palinuros da civilização cristã, a áspera e difícil escalada que houveram de fazer em rêdes por se acharem ambos debilitados e doentes. Pouco tempo depois de marinhado o platô, já em pleno trabalho de catequese, morre, na imensidão daqueles êrmos, o Padre Francisco Pinto, trucidado pelos Tacariús ou Cararijus, tapuias cujas iras êle ousara afrontar por amor de sua missão: Foi isso no dia 11 de janeiro de 1608.

Com o trágico epílogo, cumprira-se a profecia feita, 25 anos antes, a seu respeito pelo venerando Apóstolo do Brasil, que lhe previa, já então, um glorioso transpasse (29), mas a missão de ambos falhara lamentàvelmente.

(29) Referem, com efeito, cronistas dignos de fé que, estando o Padre Francisco Pinto recolhido por doente à enfermaria do Colégio dos Jesuítas na Bahia, em 1582, aí apareceu o Padre José de Anchieta, que lhe teria dito paternalmente: "Vossa Reverência queria ir ao céu de mãos lavadas? Pois não há de ser assim; Longo tibi restat via; tem muito que passar primeiro, não há de morrer morte folgada, antes dela há de padecer muitos trabalhos, fazer a Deus muitos serviços, salvar muitas almas; levante-se Vossa Reverência, vá ao côro dar graças ao Santíssimo Sacramento, que êle é servido conceder-lhe a saúde; e ao enfermeiro disse: Irmão, dai-lhe seu vestido, e não torne o Padre mais à enfermaria".

O Padre Luís Figueira, escapo à sanha dos facinorosos, por fôrça do natural instinto de conservação que o obrigou a buscar refúgio nas matas próximas, recolheu-se à Casa dos Padres em Olinda, sopesando sòzinho todo o amargor do malôgro. A êle reservava o destino colhêr as palmas do martírio pelas mãos brutais dos Aruãs da ilha Joanes quando, pela segunda vez, chegava à foz do rio Pará, onde vinha prosseguir na conquista espiritual da caótica e misteriosa Amazônia com os companheiros que trouxera da Europa.

VI

A FUNDAÇÃO DO CEARÁ

O desastre, que pôs têrmo à marcha dos milicianos de Cristo no rumo do Poente e cerrou com o sangue de um mártir mais um capítulo da trágica história do Ceará, não quebrantou o ânimo dos nossos colonizadores. Nem sequer logrou desviá-los por muito tempo dos patrióticos intuitos de promover a ocupação da costa leste-oeste.

Na qualidade de bons portuguêses, tinham fé nos seus destinos e a cruenta ocorrência passada na Ibiapaba foi, pela mente daqueles homens enérgicos e pertinazes, cedo relegada à condição de simples e logo esquecido contratempo. Tampouco esmoreceu a ação governamental já fortemente empenhada em dar combate à pirataria reinante nos mares do nosso setentrião. Tais propósitos se viram mesmo esposados com grande ardor e solicitude pelo Capitão-General D. Diogo de Menezes e Siqueira, ao assumir, em 1607, a suprema direção da Colônia.

Mostrando-se o Monarca indiferente aos seus reiterados pedidos de auxílio, mas o autorizando a agir como melhor lhe parecesse na defesa dos interêsses da Coroa, resolveu determinar, desde logo, uma série de providências de caráter político e militar visando ao colimado objetivo.

O Sargento-Mor de Estado Diogo de Campos Moreno (30) que, logo após o ataque dos corsários holandeses

(30) Tendo militado com brilho nas guerras de Flandres, passara Diogo Campos Moreno à Colônia em companhia de Diogo Botelho com o pôsto de Sargento-Mor do Estado do Brasil. Cultivando igualmente a arte das letras escreveu: "Jornada do Maranhão" (1614), "Rezão do Estado do Brasil".

contra a Bahia, partira para Madri, por ordem de Diogo Botelho, a persuadir a Côrte da conveniência de ser alargada a conquista (31) e que de lá regressara sem nada haver conseguido, foi, sem demora, mandado ao Rio Grande do Norte em missão de alta relevância.

Sendo Natal a povoação lusitana mais setentrional da costa brasileira e, portanto, a que mais próxima se achava da região salteada pelos corsários do além-mar, êle devia encarregar-se de saber ali em que pé estavam as coisas do Maranhão; cabia-lhe, inteirar-se, ao mesmo passo, se lá havia, realmente, franceses radicados e qual a disposição de ânimo dos gentios da costa para com os nossos, dados êsses que se faziam necessários para uma ação pronta e segura por parte da administração pública.

Outra providência de largo alcance e relevância então tomada pelo Governador foi, sem dúvida, a que se concretizou na ordem de ocupação do litoral cearense.

Segundo informa o autor da "Jornada", muito naturalmente compreendera o Governador, em face dos sucessivos fracassos portuguêses, que não era possível empreender, com possibilidade de bom êxito, a marcha para o norte, sem ter garantido prèviamente a posse efetiva da costa interjacente.

Tão interessado estava Diogo de Menezes na defesa de nossa integridade territorial que, consultado pelo Rei, em sua carta de 19 de janeiro de 1611, sôbre a importância e utilidade da conquista do Maranhão — têrmo então ainda geogràficamente impreciso e servido a designar as terras que estendiam para além da serra da Ibiapaba — respondeu, desde logo, que era "a jornada importantíssima e de necessidade".

"Parece-me e sempre me pareceu, desde o dia que aqui cheguei, dizia em carta de 1 de março de 1612, que era a jornada importantíssima, e de necessidade devia

(31) Ou para representar o Rei sôbre a pouca segurança da cidade do Salvador e requerer meios para fortificá-la e também para construir um forte em Recife, conforme esclarece Southey. Carta de 1 de março de 1612.

fazer-se tanto pela utilidade que a fazenda de V. M. receberá, quando aquela parte se povoasse, que por ser a derradeira pedra de evitar os corsários desta costa, que só hoje tem aquela a colheita e pelos interêsses que dali levam, continuam todos os anos grande número a vir àquela costa."

No seu desejo de ação, igualmente apoiou o parecer apresentado à Côrte por Diogo de Campos Moreno, sôbre a conveniência de dividir o Brasil Setentrional, desde o Rio Grande até o Maranhão, e sugeriu, já no fim do seu govêrno, ao Soberano que "para remédio de a defender a costa do Meio-Norte aos estrangeiros como a de cultivarem," aí se criassem três novas capitanias na forma seguinte: — A primeira, a que se chamaria de Jaguaribe, iria do Rio **Guararã** até o rio **Upessém,** cabendo-lhe "de terreno, pela costa, 70 léguas, pelas fraldas da serra Aquemamume, que corre desviada do mar, 4 léguas, com terras e portos excelentes para tôdas povoações e embarcações;" a segunda, a do Camucim, estender-se-ia do rio **Upessém** ao rio **Mundaú,** "correndo a costa na volta do Maranhão," 60 léguas, pouco mais ou menos e sua sede far-se-ia no rio Camucim, "que é uma notável ponta, onde está um pôrto de grande importância, que é necessário impedir-se aos estrangeiros; o mais desta a fertilidade e grandeza é notável e melhor sabida"; a terceira, finalmente, alongar-se-ia do rio **Mundaú** até o **Maranhão,** a distância de 60 léguas aproximadamente, ficando o Maranhão por "cabeça desta capitania".

Tal foi o segundo projeto para resolver o premente problema da colonização e defesa das terras nordestinas que, como se viu, permaneciam abandonadas depois do malôgro da doação pinzônica, de 1501, e do fracasso das tentativas colonizadoras ensaiadas por Aires da Cunha (1535) e Luís de Mello e Silva (1554).

O plano sugerido pelo Governador-Geral era fácil de conceber, mas difícil de executar e, por exigir recursos pecuniários abundantes e largo espaço de tempo para

desenvolver-se, não foi, como tantos outros, tomado em consideração pelo Govêrno Metropolitano.

Para ocupar o litoral cearense, nomeou Diogo de Meneses a Martim Soares Moreno, antigo companheiro de Pero Coelho de Sousa, em cuja bandeira se alistara pouco depois de seu desembarque no Brasil, recém-chegado do Reino.

Cedendo, sem dúvida, ao misterioso chamamento do mar para aventuras distantes, apêlo que ainda ecoava irresistìvelmente nos corações lusitanos, aquêle português de origem bérbere transpusera o Atlântico no séquito do Governador Diogo Botelho, já soldado aos 17 anos de idade, e, uma vez no aquém-mar, se dispusera a continuar na carreira das armas e nela triunfar pela bravura, abnegação e patriotismo.

Ainda pouco afeito à profissão que abraçara e mais para atender aos reclamos dêsses seus nobres impulsos e aos conselhos do tio, Sargento-Mor de Estado, Diogo de Campos Moreno, a fim de que aprendesse a língua e o costume dos indígenas nordestinos, do que por qualquer outro motivo, tomara êle parte naquela trágica jornada às terras cearenses.

"Sendo de pouca idade, passei ao Brasil por soldado em companhia do Governador Diogo Botelho; logo que cheguei a Pernambuco, fui, com o Capitão-Mor Pero Coelho de Sousa, a descobrir e conquistar a **Província de Jaguaribe, Seará** e **Mel Redondo**, servindo de soldado, onde tivemos muita guerra com aquêles índios que eram infinitos e tinham muitos franceses em sua companhia", escreveria, mais tarde, o nosso herói na "Relação do Ceará".

* * *

Por essa época os limites reais da Colônia alcançavam ao norte apenas até o rio Potengi. Junto às margens baixas do curso d'água potiguar, o forte dos Santos Reis Magos, construído em fins do século XVI, segundo os planos do jesuíta Gaspar de Sampere, era como uma senti-

nela a marcar o ponto mais setentrional da avançada lusa em terras americanas.

Em grande parte linear, a expansão colonizadora tinha então a garanti-la, apenas, um rosário insignificante de fortins e casas-fortes. Viam-se ainda algumas feitorias agrícolas que conservaram o cunho acentuadamente militar dos primeiros tempos, quando a terra só oferecia o interêsse de proporcionar refrêsco às naus de alto bordo e às esquadras que singravam para as Índias e, desde 1506, começaram a tocar no Brasil.

Na faixa marítima, ao longo da costa que vai do Rio Grande do Norte até São Vicente, onde a densa mata da encosta Atlântica mais se acerca do mar, vicejavam penosamente, é certo, vilas e até agregados urbanos de leves características européias, mas êsses eram extremamente raros e pertenciam, de ordinário, aos donatários.

"... tôdas são portos de mar e vilas de senhores particulares, exceto a Bahia e Rio de Janeiro, que são cidades de Sua Majestade", escrevia Anchieta por essa época.

Em tôrno dos núcleos de condensação humana de maior vulto no Brasil Oriental, verdejava a lavoura pacìficamente ao lado da pecuária. No próprio Recôncavo baiano e em Pernambuco, onde mais se adensavam os povoados anônimos da gleba e onde o crescente desenvolvimento das plantações de cana e de fumo criara a enorme pletora de riqueza, ainda não se esboçara claramente movimento algum de mútua repulsão entre aquelas duas formas de atividades agrícolas, atividades sem dúvida complementares, mas aqui, de certo modo, incompatíveis. Mesmo nas citadas regiões, a área de colonização litorânea permanecia restrita, pois os imigrantes europeus e seus descendentes não se sentiam bastante fortes para romper a selva inóspita e a pressão dos nativos que os mantinham pregados de encontro à beira-mar.

Arranhavam a costa como caranguejos, conforme a comparação feliz mas já cediça de Frei Vicente do Sal-

vador, o franciscano ilustre que deu lume a uma história do Brasil, a primeira no gênero, escrita por brasileiro.

Floresta e índios retardariam, pois, durante largo tempo, a marcha triunfal dos criadores para o sertão, marcha que iria ter início, mais tarde, quase simultâneamente de Olinda e Salvador e levaria, em sucessivas ondas de expansão, até o médio São Francisco, o gado curraleiro, indubitàvelmente o maior e o mais pacífico agente desbravador da hinterlândia nordestina.

Jornadas aventureiras para esquadrinhar o sertão ignoto e hostil já tinham sido, sem dúvida, numerosas em várias latitudes do costão levantino. Durante o período nebuloso que vai do descobrimento do Brasil até a chegada de Tomé de Sousa, à Bahia, varreram a terra virgem na procura febril de novas minas muitos homens afoitos que, não raro, perderam a vida inglòriamente no âmago do Continente sul-americano.

Sem falarmos na entrada um tanto fabulosa de Aleixo Garcia, que teria prolongado a sua marcha até as fronteiras do império dos Incas, e na viagem dos quatro homens de Martim Afonso, que rotearam por campos e serras altíssimas 115 léguas de chãos brasileiros, aparece, como digna de ser mencionada nos primórdios da conquista, em 1531, a expedição de Pero Lôbo que a ganância de Francisco Chaves lançou a caminho do Paraná, em cujas margens iria desaparecer do rol dos vivos, trucidado pelos Carijós.

Depois de unificada a Colônia sob a égide de um govêrno geral, merece citação o nome de Francisco Bruzza de Spinosa (1553), espanhol já radicado em nosso País, entre os que primeiro realizaram a gloriosa e árdua tarefa de palmilhar o sertão bruto da terra de Santa Cruz.

Saído de Pôrto Seguro em companhia do jesuíta Aspilcueta de Navarro, transpôs o rio Burahém, ou Pôrto Seguro, e, pelo Jequitinhonha, alcançou o rio das Velhas, cortando depois inùtilmente o norte do território de

Minas Gerais à procura de metais nobres e gemas preciosas.

A êsse estrangeiro audaz, incontestàvelmente o iniciador da epopéia do bandeirismo baiano, segue-se Vasco Rodrigues Caldas, que, pelas alturas de 1562, subiu o Paraguaçu malgrado a apreciável oposição dos Tupinãéns. Vêm depois as marchas audaciosas de Martim Carvalho, morador em Pôrto Seguro, que, penetrando 220 léguas no sertão, percorreu em parte o caminho traçado por Spinosa nas zonas auríferas e diamantíferas de Minas Gerais e, mais feliz do que êste, voltou com pedras tidas por esmeraldas. Outro bandeirante, Sebastião Fernandes Tourinho, de nobre jerarquia, pois era descendente de Pero de Campos, igualmente saiu de Pôrto Seguro. Acompanhado de tropa numerosa, reconheceu, com pouco êxito, grandes trechos do rio Doce, Jequitinhonha e Caravelas e trouxe, após caminhar quase 80 léguas, apenas notícia da existência de pedras verdes, possìvelmente safiras, no Aceci. Explorou o sul da Bahia, mas seu roteiro desapareceu. Caminhante infatigável seria também Dias Adôrno que, costeando com 150 soldados o rio das Contas, devassou o interior da capitania de Pôrto Seguro, abrindo novas trilhas para futuras explorações.

Como batedores do sertão e desbravadores de florestas e rios, destacaram-se ainda, por essa época, Luís Alves, de Ilhéus, Martim Sá (1597), do Rio de Janeiro, Diogo Martins Cão, o Mata Negros (1575), e Marcos de Azevedo (1576) que, seguindo as pegadas de Sebastião Tourinho, regressou à Bahia com indicações valiosas acêrca de ricas jazidas de esmeraldas que jamais seriam, porém, redescobertas.

Foram notáveis as entradas de Sebastião Alves ou Álvares, enviado por Luís de Brito à ribeira do São Francisco, onde igualmente estêve Francisco de Caldas com os seus homens. Êste último saiu de Pernambuco, outro foco secundário do nosso bandeirismo. Daí haviam partido, ao tempo de Duarte Coelho de Albuquer-

que, duas entradas comandadas, uma, pelo próprio donatário, e outra, por Cristóvão Lins. Destinavam-se ambas a realizar não só a exploração do litoral até Alagoas, como a dos numerosos cursos d'água que nêle embocam. De Olinda saiu Gaspar de Taide, que enveredou pelo São Francisco acima em busca de minas.

Famosas incursões em busca de jazidas de metais e pedras preciosas realizaram Cristóvão da Rocha, Rodrigo Martins, Vasco Caldas, da Bahia, que chegou à serra de Sincorá, João Coelho de Sousa que, à frente de poderosa tropa, viajou três anos pelas nascentes do Paraguaçu, e seu irmão Gabriel de Sousa (1584), o famoso autor do "Tratado Descritivo".

Já quase no declinar do século XVI, efetiva-se a célebre "bandeira da prata", comandada por Belchior Dias Moreira, que criara a lenda das fabulosas riquezas minerais do Brasil Central, lenda que, só um século mais tarde, se tornaria em auspiciosa realidade, graças à penosa descoberta de Arzão (1694) e aos achados de Garcia Pais, nas ribeiras próximas à serra de Serababuçu.

Também no Sul, os povoadores da borda do mar e do planalto piratininguano não se conservavam inativos no estreito âmbito das terras conseguidas pacìficamente aos Tupiniquins e Guaianases, pela interferência oportuna de João Ramalho. Não se abrira, é certo, a quadra heróica do bandeirismo paulista, que seria também a da incorporação definitiva ao nosso patrimônio territorial das imensas áreas do imo do Continente Sul-Americano, obra formidável e patriótica só muito mais tarde realizada por Fernão Dias, Bartolomeu Bueno, Antônio Pires, Pascoal Moreira e outros "calções de couro" de igual envergadura. Sequer houvera começado o verdadeiro ciclo das bandeiras de desbravamento de que seria Antônio Rapôso Tavares, indubitàvelmente, a figura mais notável, tendo-se em conta o périplo de 1648 a 1651, feito prodigioso que nenhum outro viajante sertanejo lograria repetir. Ainda

criança, êle vivia em São Miguel do Brejo, pois ali nascera, em 1598, segundo apurou Washington Luís.

Mas, nem por isso, os paulistas se tinham mostrado até então menos interessados do que os moradores das costas leste e nordeste em mergulhar no sertão para buscar minas ou para a tôrva aventura de descer índios. Iniciada, segundo Taunay, por Braz Cubas, Afonso Sardinha, João do Prado, entre outros, antes, portanto, da chegada de D. Francisco de Sousa a São Vicente, as jornadas ao interior estavam também no sul da Colônia em pleno florescimento, nos princípios do século XVII.

De tôdas essas expedições não se colhera, porém, até então, resultado prático algum do ponto de vista da radicação do homem branco ao **hinterland** brasileiro.

As entradas possuíam, quando muito, "o caráter de sondagens no desconhecido. Sem conseqüências históricas, apresentam apenas interêsse cronológico, para a fixação de procedência de descobertas e informações sôbre os primeiros contactos entre índios e europeus", conforme observa Cavalcante Proença.

* * *

No reduto riograndino dos Santos Reis Magos, última etapa da marcha da colonização para o Norte, estacionou Martim Soares Moreno durante os anos que se seguiram ao desbarato da expedição chefiada por Pero Coelho de Sousa; servia, já agora, no pôsto de tenente. "Pela qual opinião o dito Governador D. Diogo de Menezes o fêz tenente da fortaleza do Rio Grande, donde o achou servindo Lourenço Peixoto Cisne, quando foi ser Capitão daquela capitania...," depõe o autor da "Jornada".

Suas funções eram, porém, ali, bem mais amplas e importantes do que as de um simples oficial subalterno. Ciente do valor da cooperação do nativo em qualquer emprêsa de caráter militar que se pretendesse levar por diante no Brasil, dera-lhe o Governador a incumbência diplomática de atuar como vínculo de união entre colonos brancos e os índios do Jaguaribe, aquêles mesmos índios

cujas amizades êle soubera captar quando de sua estada no Meio-Norte, e preparar, assim, a ocupação pacífica de mais um trecho da orla litorânea.

Empenhando-se a fundo no cumprimento da missão de concórdia que lhe fôra cometida, três vêzes excursionou Martim Soares por terras cearenses para manter sempre fortes os laços de mútua simpatia que o ligavam aos naturais. Queria também chamar para seus patrícios as boas graças daqueles gentios que dêles se mantinham arredios e temerosos. "O procedimento cruel de Pero Coelho de Sousa, informa um cronista de nomeada, não só teve mal resultado imediato, antes perpetuando-se a lembrança dêle na memória dos índios, por longos anos os trouxe alienados e esquivos e foi grande e duradouro obstáculo às expedições posteriores."

Pondo em jôgo todos os recursos da sugestão e da malícia, logrou Soares obter a sua maior vitória contra a prevenção dos brasis em 1611.

Por essa época alcançou que êles o auxiliassem a tomar de assalto certa embarcação francesa arribada junto à ponta do Mucuripe e matassem ou aprisionassem a sua tripulação. Com o incidente, ficava rôta a amizade quase secular entre Potiguares e louros Mairs, agora tinham de aliar-se aos odiados Perós (C. de Abreu).

Para realizar o ousado feito, disfarçara-se qual selvagem, e nu, todo pintado de prêto com suco de jenipapo, metera-se entre o inimigo que confiadamente havia desembarcado à cata de refrêsco. "... vindo ali aportar um navio francês êste ano passado (1611), manhosamente os deixaram desembarcar e em terra os mataram a todos", diz uma carta de D. Diogo de Menezes endereçada ao Soberano.

Dos nativos igualmente conseguiu Soares que um filho de Jacaúna o acompanhasse à Bahia para levar ao Governador a notícia dêsse sucesso que, no Ceará, pusera têrmo à longa aliança entre gauleses e a grei daquele maioral. Ia o moço indígena incumbido de firmar pazes

com os luso-brasileiros e solicitar assistência religiosa para seu povo, ocorrência esta inédita nas crônicas da terra.

Relatando a El-Rei fatos tão alvissareiros, escrevia Diogo de Menezes, em missiva de 1 de março de 1612: — "me mandaram aqui um filho de um Principal daquele distrito de Jaguaribe, pedindo-me com êle mandasse Padre para a doutrina e brancos que assistissem com êles, e porque o tenente do Rio Grande, Martim Soares foi o que andou nestes tratos e amizades com êles e que o trouxe consigo a esta cidade a dar-me conta do que passava, me pareceu não perder a ocasião e torná-lo a mandar com o mesmo embaixador, acompanhado com um clérigo e dez soldados, para que fôsse ao dito sítio de Jaguaribe e assentasse as pazes com os índios dêle e residisse e fizesse uma igreja para que o clérigo exercitasse o seu ofício e os doutrinasse..." (32).

Nomeado Capitão-Mor da Capitania cearense, deixou Martim Soares a Bahia, à frente de uma reduzida tropa de 6 homens (33) e, em 20 de janeiro de 1612, alcançava águas de sua jurisdição administrativa.

Cabia ao Capitão-Mor explorar a costa na direção do ocidente e render os outros índios ribeirinhos do oceano, preparar, em suma, o domínio do Maranhão, abrindo, por assim dizer, uma picada de penetração às tropas que viriam expulsar os franceses acastelados em vários pontos do litoral nortista.

Como sinal de posse e para defesa da nova Capitania êle construiu, com a solícita ajuda do morubixaba Jacaúna, próximo à foz do rio Ceará, a igrejinha de Nossa

(32) Nomeado Capitão-Mor da Capitania cearense, deixou Martim Soares a Bahia, à frente de uma reduzida tropa de seis soldados apenas.

(33) No tocante ao número de acompanhantes que teve Martim Soares em sua viagem para o Ceará, discrepam sensivelmente as informações consignadas nos documentos antigos que versam o assunto. O Governador Diogo de Menezes, em sua já muito citada carta a El-Rei, datada de 1 de março de 1612, diz que foram dez; ao passo que Diogo de Campos Moreno assegura que eram apenas dois.

Martim Soares, com maior autoridade, por ser pessoa diretamente interessada no caso, informa terem sido seis os homens do seu séquito. Assim êle diz taxativamente na "Relação do Ceará": "... e sendo no ano de 1611, cheguei ao Ceará com seis homens em minha companhia".

Senhora do Amparo e o fortim de São Sebastião, baluarte humílimo como quase todos os que a civilização portuguêsa fazia então abrolhar ao longo da fímbria do Atlântico-Sul. Imagine-se uma cêrca de pau-a-pique feita à semelhança das tranqueiras que defendiam as tabas tupis, sôbre a qual tremulará durante anos o pavilhão de Portugal, e ter-se-á uma idéia do reduto levantado por Martim Soares.

Mercê da bravura e fôrça de vontade de um homem estava, não obstante, integrado no Brasil largo trecho da costa leste-oeste. Criara-se nêle finalmente um sólido ponto de apoio para a expansão da conquista.

Os Potiguares, deixando em grande número os seus domínios territoriais que morriam nas margens do baixo Jaguaribe, se foram reunir em 4 aldeias junto ao rio Ceará. Incorporados depois à vida social e econômica da nascente Colônia, concorreriam para melhor consolidar a posição dos brancos na terra novamente granjeada.

Plantando um estabelecimento duradouro naquele recanto perdido do Nordeste que erigiu por sua segunda pátria e a que dedicou a sua transbordante energia de homem de ação, Martim Soares haveria de merecer dos pósteros o justo cognome de "verdadeiro fundador do Ceará".

Rivalidades, alimentadas e estimuladas por uma disparidade chocante de nível cultural dos dois grupos étnicos em presença, fariam, é certo, muitas vêzes periclitar a obra social e política que Martim Soares realizou no Ceará; jamais lograriam, porém, destruí-la inteiramente.

VII

A FRANÇA EQUINOCIAL

Malograda a tentativa de colonização que haviam empreendido no Rio de Janeiro, batidos e sucessivamente expulsos da costa leste pelas armas vitoriosas de Portugal, os franceses nem por isso se sentiam obrigados a desistir de suas transações mercantis com os indígenas brasileiros.

No afã de prossegui-las, êles derivavam agora em número sempre crescente para o Maranhão, terra cujo abandono fôra sempre um instante convite à cobiça de estranhos de tôdas as nacionalidades.

Os lucros estonteantes auferidos pelos que se davam à prática dêsse comércio ilícito explicam, por si sós, a tenacidade inquebrantável daquela gente em tentar abrir novas comunicações com os moradores do nosso litoral. Recordemos que o silvícola, autêntica criança para quem a moeda fiduciária dos europeus não tinha qualquer significação, prezava, acima de tudo, panos de côres vivas, avelórios brilhantes, anzóis, pentes e espelhinhos e que, "por uma foice ou um machado ou por qualquer outra coisa de equivalente valor", estavam os índios prontos a dar o que possuíam. "Com algumas peças de pano ordinário, diz o historiador Rocha Pombo, os especuladores faziam carregamentos que na Europa representavam uma fortuna".

O conceito é, aliás, perfeitamente fundamentado. Confirmam-no múltiplos e variados documentos entre os

quais deve figurar o manifesto da nau La Pelerine, cuja carga, avaliada em cêrca de 62.000 ducados, evidencia, de modo cabal, o vulto dos negócios que realizavam franceses e ameríndios e os proventos havidos pelos traficantes. Constituíam-na, com efeito, toros de pau brasil no valor de 40.000 ducados, peles silvestres, 9.000 ducados, papagaios, 3.600 ducados, bugios e algodões e tudo fôra conseguido, ao que se sabe, com bugigangas de valor insignificante e algumas dúzias de facas e machados.

Tão intenso comércio entre ádvenas e nativos não se fazia ao acaso. Para realizá-lo, recorriam aquêles, de preferência, à intervenção de indivíduos geralmente conhecidos na história por intérpretes normandos, a quem cabia ganhar os de terra e obter dêles os artigos de que careciam, no momento.

Eram homens que aceitavam voluntàriamente a residência entre selvagens, ou por gôsto de aventura ou para fugir à miséria da Pátria. Homens moços, seivosos e incultos, a quem as cortesias rendidas pelo gentio e a satisfação fácil das necessidades corporais davam a alegria de viver que lhes negava a indigência e a obscuridade no torrão natal e afeiçoavam-nos à nova terra e aos seus habitantes. Lery conhecera alguns que haviam convivido com indígenas oito e nove anos ininterruptos e ao serviço de Montaigne, o claro autor dos "Essais", estivera um que passara dez ou doze anos entre Tupinambás (Gomes Carrilho).

Conseguidos os produtos, tornava-se urgente embarcá-los para evitar os perigos das longas permanências em portos brasileiros. A fim de facilitar os carregamentos, erigiam os europeus interessados entrepostos ou feitorias, que eram defendidas por poderosas cêrcas de pau-a-pique.

Depositavam aí as mercâncias de resgate vindas do Velho Mundo e os produtos recebidos dos indígenas locais.

Aí ficam também agentes encarregados de reunir os gêneros indígenas, destinados aos mercados europeus.

Verdadeiros comissários mercantis dos contrabandistas, êles preparavam, após a partida dos navios piratas para a Metrópole, a carga a ser transportada na viagem seguinte.

Em pontos da costa, mais propícios ao tráfico, surgiam, de preferência em ilhas, armazéns, casas e mesmo capelas que completavam as precárias instalações dos contrabandistas.

Dizem viajantes do tempo que, em derredor delas, não raro vicejavam plantas úteis do além-mar e eram criados, à sôlta, animais domésticos de fácil multiplicação.

Casos houve, como em Itamaracá e nas cercanias de Cabo Frio, em que os franceses intrusos chegaram a construir fortins de não pequeno poder para a proteção de suas estações de escambo.

Dentre os muitos aventureiros que buscavam insistentemente a orla marinha do Nordeste, acaso conservou-se o nome de Jaques Riffault, corsário de alto coturno no gênero de tantos outros que, anônimamente, singravam por essa época o Atlântico-Sul à cata dos produtos nativos da América Portuguêsa. Dêle se sabe que, andando a exercitar as suas atividades pelo nosso litoral, em data ainda não perfeitamente determinada, atraiu a si as boas graças de certo cacique chamado Ovirapive, um dos chefes mais reputados da região que visitava.

Afirmam uns que, seduzido pelas qualidades pessoais do branco, o maioral indígena o convidou a vir estabelecer-se permanentemente nos domínios tribais de sua gente, prometendo ajudá-lo. Outros pensam que, ao brasiliense, moveu sobretudo o interêsse de tê-lo ao seu lado como aliado e fornecedor de certas utilidades que, já então, se tinham tornado indispensáveis à maioria dos seus compatrícios. De qualquer modo, a idéia era sedutora e Riffault aceitou-a sôfrego, tendo, sem dúvida, em vista as grandes vantagens que, para seu comércio, poderia tirar daquele benefício. Imediatamente regressou à Bretanha, sua terra, para aparelhar-se.

Ali tão bem se houve o nosso homem e tantos foram os que se deixaram por êle embair e arrastar à aventura que, de novo, tornou ao Brasil, no ano de 1594, com três embarcações veleiras muito bem providas de gente, munições e mantimentos. Vinha disposto a fixar-se nas plagas brasileiras.

Acossada, porém, pelo mau tempo ao alcançar águas sul-americanas e batida por forte tempestade, a flotilha descorreu pela costa, indo dar fundo no gólfão maranhense. De passagem por aquelas paragens, um acidente trivialíssimo, a perda ocasional de um dos navios, talvez o Capitânea, forçou o Comandante a desistir da emprêsa a que apenas dera início.

Largando na praia vários tripulantes do barco soçobrado, fêz-se Riffault de vela para a Pátria, dêle não havendo mais notícia.

Crê o Padre José de Morais que morreu no mar, vítima de sua pirataria. A suposição fácil tem grandes possibilidades de ser verdadeira, tantos eram, então, os perigos a que estavam expostos os navegadores, mormente quando se davam à flibustaria.

Os que ficaram no Brasil deviam encarregar-se de melhor e mais demoradamente investigar os mistérios da terra e propiciar os índios para uma aliança ofensiva contra os portuguêses. Que tiveram êxito em missão de tanta monta, parece averiguado; o mesmo não se pode, porém, dizer que sucedesse quanto à defesa e conservação de suas liberdades individuais em nosso território. Alguns componentes do grupo, quatorze ao todo, foram, conforme apurou Rodolfo Garcia, capturados mais tarde por Feliciano Coelho, quando erravam em zona de sua jurisdição administrativa, e os outros, muito provàvelmente, estariam no número dos franceses caídos em mãos de Pero Coelho e levados prisioneiros para a Paraíba e de lá mandados de presente ao Governador-Geral do Brasil.

Dos viajantes, exilados no Maranhão, um se conhece que teve destino mais afortunado do que seus companhei-

UNIVERSIDADE DO CEARÁ
INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA
BIBLIOTECA

ros. Foi Carlos des Vaux, um nobre de S. Maure, na Turenne, o homem cujos relatos inflamados iriam aguçar a cobiça dos próprios Reis Cristianíssimos de França. Sua vida, passada em grande parte no Brasil, liga-se de modo íntimo à proto-história nortista.

Deixando-se ficar na ilha do Maranhão, forçado ou voluntàriamente, êle se tornou amigo e companheiro dos nativos de cujas intimidades participava; e, assim, se afez por inteiro ao ambiente da Colônia. Passados oito anos, tendo-se tornado, pelo convívio dos silvícolas, um grande prático da língua e das coisas brasileiras, regressava des Vaux à França. Como tantos outros que voltavam ao Velho Mundo, levara na mente visões mirabolantes. Tinha em mira pugnar pela colonização das terras dadivosas que tão bem conhecera e cujas riquezas e magnificência êle e os seus encarregaram-se naturalmente de exaltar ante os olhos atentos e maravilhados dos conterrâneos. Levava, também, o encargo de ser o intérprete dos indígenas junto ao Soberano reinante, dando-lhe notícia das boas disposições de ânimo dos brasilienses. Ia dizer-lhe que todos estavam em extremo desejosos de se fazerem cristãos e de receber, no seu meio, um francês de qualidade que os mantivesse e defendesse contra agressões de estranhos.

Enquanto os serões da Velha França eram povoados com as maravilhas da terra nova do Brasil, contadas pelos recém-chegados a ouvintes embevecidos, um navio, saído de Concale a 12 de janeiro de 1604, para um largo cruzeiro pela América Meridional, lançava âncoras nas proximidades do cabo Caipur, hoje Cassiporé.

Comandava-o Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardière, que foi, portanto, o primeiro francês a reconhecer terras brasileiras, do hemisfério norte. Antes dêle, conforme apuraram Caetano P. da Silva e Rio Branco, nenhum pilôto daquela nacionalidade se aventurara sequer até o braço meridional do Amazonas.

Prosseguindo viagem, la Ravardière visitou o cha-

mado "país de Iapoco", onde teria sido bem recebido pelos naturais, e estêve na ilha de Caiena, no litoral da Guiana Francesa. Da GUIANA, velejou para Cumana, daí voltando ao ponto de partida na Europa. Levava, como testemunho material de suas proezas náuticas, narradas, aliás de modo confuso por Mocquet, o qual, segundo Rio Branco, delas teria participado, apenas um maioral indígena, chamado Iapoco; na mente, a refervê-la, vinham, porém, projetos pomposos e temerários em tudo semelhantes aos que já, anteriormente, haviam povoado o cérebro borbulhante de seu patrício Carlos des Vaux.

Pretendia nada menos que conseguir meios para avassalar aquelas regiões estranhas e quase desertas, tranformando-as em próspera possessão gaulesa.

Na Metrópole, as idéias imperialistas do aventureiro deviam ser bem acolhidas, pois a ocasião era indubitàvelmente favorável a tudo que fôsse grandioso e atrevido. Governava a França Henrique IV, Soberano ousado e perdulário, hábil em rapar os bens de seus súditos e pródigo na distribuição de riquezas que não lhe pertenciam.

Expondo-lhe os seus sonhos, obteve de la Ravardière, do seu Rei, as concessões mais vantajosas e o cargo de "Lieutenant général du Roy es contrées de l'Amérique, depuis la Rivière de l'Amazones jusque à l'isle de Trinité".

Das funções inerentes a tão altissonante e pomposo título, êle nunca chegaria a desincumbir-se.

Habilitado pela nobreza de sua linhagem e pela prática de viagens de longo curso, recebeu, logo após, a missão de verificar, por conta da Corôa, que de verdadeiro havia nas afirmativas audaciosas e otimistas de Carlos des Vaux, sôbre o Maranhão.

Propenso estava o Rei, ao que parece, a conquistar e povoar a terra nordestina, para incorporá-la ao patrimônio de sua própria casa senhorial. Não queria, porém, lançar-se imprudentemente numa aventura de tal monta,

e por isso julgava útil despachar com destino a seus futuros domínios um observador de confiança.

O que viu e ouviu durante sua permanência de cêrca de seis meses no Brasil encheu, sem dúvida, de entusiasmo e de avidez o Delegado régio. Só assim se explica que, tornando à Europa, houvesse desistido de sua antiga concessão nas Guianas, "solicitando outras cartas patentes, dessa vez, para ir estabelecer uma colônia ao sul da linha equinocial".

A morte de Henrique IV, pelas mãos de Ravaillac, fêz, porém, com que tais favores só lhe fôssem concedidos a 10 de outubro de 1610 e, ainda, sob a condição expressa de não ocupar senão 50 léguas para cada lado do primeiro forte que construísse (C. da Silva).

Como fôssem naturalmente de muito vulto as despesas da expedição e outras as influências reinantes na Côrte, os seus preparativos arrastaram-se morosamente por dois anos a fio e só puderam afinal ser ultimados em 1612, graças ao apoio financeiro da família Rasilly, ou Razilli, e do rico Senhor de Harley.

Gentis-homens das mais remotas províncias de França nela se alistaram, cedendo ao impulso de um espírito aventureiro e à avidez de lucros, ou atraídos pela simples perspectiva de alcançar a liberdade religiosa que lhes era negada na pátria, malgrado a promulgação do édito de Nantes.

Daniel de La Touche, Francisco de Rasilly e Amelles e Nicolau de Harley, Senhor de Sancy e Barão de Molle e Gros Bois, que eram os dirigentes da temerária emprêsa e nobres de grande prestígio nos meios palacianos, foram agraciados com títulos e nomeados "Tenentes-Generais do Rei nas Índias do Ocidente e terras do Brasil" pela Rainha Maria de Medicis. Como se sabe, esta substituíra, no coração do Rei, a repudiada Margarida de Valois. Governando em nome de Luís XIII, ainda criança, a Regente não se pejara de fazer, a exemplo do marido, às es-

câncaras, concessões fora de seus domínios territoriais e intensificar, por essa forma, a já bastante acentuada rapacidade de seus súditos.

Não se tratando de uma aventura meramente comercial e sendo desejo do Senhor de Rassily que se convertessem ao Catolicismo os povos da nova terra, participavam da expedição quatro religiosos capuchinhos.

A pedido do próprio Rasilly, requisitara-os a Rainha ao Padre Leonardo, Provincial de sua Ordem, em Paris. Eram os Padres Frei Arsênio de Paris, Frei Ambrósio de Amiens, Frei Cláudio d'Abbeville e Frei Ivo d'Evreux, os dois últimos historiadores sinceros da "grande aventura gaulesa" em chãos do Meio-Norte.

A Rainha, que se limitara a autorizar a emprêsa e assinara algumas das cartas-patentes entregues aos chefes mais qualificados, honrou-a com a mercê de uma esplêndida bandeira na qual, conforme narrativa dos cronistas, se viam, além das armas de França em fundo azul celeste, o emblema de um navio tendo ao timão a efígie da própria doadora encimado pelo mote pretensioso **"Tanti dux femina facti".**

Nem por ser tão sugestiva a divisa, que era — "Uma mulher guiando um feito tão grande" — correria a viagem isenta de desassossêgo e sérios contratempos.

Aparelhada em inícios de 1612 com tudo que então se julgara indispensável a tão longa viagem, a esquadrilha levou meses retida sob ferros, no próprio local do embarque, pelos rigores da estação invernosa e pela necessidade de aguardar a chegada dos expedicionários mais retardios.

"Aí nos vimos forçados a demorar alguns meses para deixar passar o inverno e dar tempo a que se unissem todos os nossos companheiros e terminasse o preparo das nossas embarcações", escrevia, mais tarde, o Padre Cláudio d'Abbeville.

A 19 de março de 1612, dia do bem-aventurado São José, saía, enfim, de Concale, após aparatosas cerimônias

religiosas a que estêve presente o próprio Bispo de São Malo, entre salvas de tiro e toques de trombetas, uma frota de três embarcações veleiras. As duas maiores, verdadeiras naus de alto bordo, chamavam-se Regente e Charlotte, a outra, um patacho de pequena tonelagem, denominava-se Sainte Anne. Nelas iam aproximadamente cinco centenas de voluntários, muitos dos quais de grande prosápia e valentia.

Logo à partida, outra contrariedade sobreveio sob a forma de violenta borrasca que salteou a pequena armada, forçando os navios dispersos a buscarem refúgio em portos da Inglaterra; disso resultou que muitos homens, intimidados ante o espetáculo da fúria dos elementos desencadeados, se retraíssem, deixando-se ficar em solo britânico.

Passados dias, apenas refeitos dos agravos da tormenta e todos reunidos já agora em Plymouth, de novo, a 23 de novembro, a flotilha saía ao mar para a crêspa travessia do Atlântico.

Cruzando o oceano na direção do Brasil, seguiu La Ravardière com sua gente a rota inaugurada pelas primeiras naus espanholas que vieram para a parte cis-equatorial da América do Sul. Estiveram, depois de transposta a linha, em Fernando de Noronha, onde os Padres deram início aos seus labôres apostólicos convertendo alguns tapuias desamparados pelos portuguêses naquela ilha deserta e que foram depois tomados a bordo. Daí, pela praia do Nordeste, alcançaram sem esfôrço o Maranhão, a 6 de agôsto de 1612, após estacionar alguns dias em Jeriquaquara, no Ceará.

Semelhante itinerário, que se tornou com o correr do tempo, por assim dizer, clássico, não era traçado pelo arbítrio dos pilotos que o seguiam, mas condicionado por fortes imperativos geográficos.

A rota citada oferecia às frotas que demandavam o Brasil a vantagem de se beneficiarem com a fôrça das correntes marinhas e aéreas. Refere Pompeu que duas

correntes marinhas equatoriais e alíseos convergem mais ou menos para o grande saliente sul-americano. Ora, diz êle, sem nenhuma dúvida, aquelas correntes impeliam eficientemente os barcos para oeste, e os ventos os arrastavam para o sudoeste, ao norte do Equador, ou para nordeste, ao sul daquela linha. A resultante de tais ações, oriunda da circulação geral dos elementos fluidos ao nível dos mares intertropicais no Atlântico, dirigia-se, com variações de certa amplitude no curso do ano, para o cotovêlo do Continente.

De sua estada no Ceará guardaria o Padre Cláudio d'Abbeville as gratas impressões mais tarde registradas nas páginas ingênuas e maçudas de sua "História". Na palavra do Padre historiador, o cabo das Tartarugas, ponto da costa onde a frota francesa ancorou, seria um lugar lindo e agradabilíssimo, nêle abundando as frutas e a caça.

É oportuno consignar que também o Senhor Du Prat, vindo da Europa para o Maranhão com uma leva de imigrantes, aí estêve, depois de ter seguido derrota quase idêntica e saltear o fortim de São Sebastião, plantado por Martim Soares junto ao rio Ceará.

Na baía do Maranhão, cuja barra foi transposta a 24 de junho, fundearam os franceses próximo à ilhota deserta de Upaonmeri, chamada, depois, Santana por indicação do próprio Senhor de Rasilly, que assim prestava uma homenagem à santa venerada pelos católicos no dia em que a expedição ali havia lançado ferros.

Poucos dias depois, naquela mesma ilha, iriam os Padres realizar as cerimônias litúrgicas próprias à solenização do histórico acontecimento e espalhar as bênçãos de Deus e da Igreja sôbre a terra virgem. Nela plantaram também a primeira cruz de Cristo que viram aquelas paragens brasílicas, alçada por braço francês.

No ancoradouro encontravam-se dois barcos de Dieppe com seus tripulantes entregues à faina costumeira de negociar. Recebidos mui cordialmente pelos compatrícios e pelos indígenas que eram então numero-

síssimos nas ilhas e praias do recôncavo maranhense, decidiram os chefes da conduta mandar emissários com presentes aos seus maiorais e comunicar-lhes os bons propósitos que traziam. Para a missão de avistar-se com os índios foi naturalmente escolhido Carlos des Vaux, co-partícipe da expedição e velho amigo da gente da terra e que devia obter dêles a necessária aquiescência para fundarem uma colônia na principal ilha da baía. Senhoreada exclusivamente por Tupinambás, aí vivia, segundo os cálculos do Padre Cláudio d'Abbeville, uma enorme população de cêrca de doze mil indígenas dessa nação, divididos em nada menos de 27 aldeias de todos os tamanhos.

Em Tapuitapera, do outro lado da baía, havia mais de 10 aldeias e, em Cumá, onze. O número delas crescia prodigiosamente à medida que se caminhava em direção ao Pará e era, por isso, absolutamente necessário propiciá-los por meios de promessas e dádivas.

Voltando des Vaux ao Capitânea com a notícia de que seus esforços diplomáticos haviam logrado êxito, apressaram-se os franceses a desembarcar na ilha de São Luís, onde veio recebê-los, honrando-os com bulhentas e aparatosas festas, realizadas à moda da Pátria, um corsário patrício chamado Dumanoir que ali se aposentara temporàriamente.

Nos primeiros dias, acamparam todos à sombra das árvores formadoras do manto vegetal que revestia as encostas da ilha. Motivos estratégicos, fàcilmente explicáveis, levaram-nos, porém, cedo a constituir, numa eminência próxima da praia, no local onde, na opinião de João Francisco Lisboa, hoje assenta o palácio do Governador do Maranhão, um forte que foi guarnecido com 23 peças de artilharia de grosso calibre. A essa fortificação permanente iriam os colonos acrescentar três novas obras de defesa fixa, uma das quais veio a chamar-se forte de São José de Itapari. Das outras perderam-se os nomes.

Sob a eficiente proteção dos pesados engenhos de

guerra do primeiro forte, ergueram-se o armazém, destinado à guarda das mercadorias trazidas da Europa, e, um pouco para o interior, a casa provisória dos missionários, modesta habitação coberta de palha e erigida sob a invocação de São Francisco, o fundador da Ordem.

Em atenção ao Rei de França, deram ao reduto e à vila recém-fundados o nome de São Luís, apelativo que haveria de prevalecer para tôda a ilha.

Com isso, concretizavam-se, por fim, os anelos daqueles audazes pioneiros; estava finalmente lançada a semente promissora da França Equinocial.

Rasilly breve retornaria à Europa deixando em seu lugar o irmão, Cláudio de Rasilly, Senhor de Launay. Seguia com êle o Padre Cláudio d'Abbeville, o cronista-mor da emprêsa que, em sua companhia, levava "seis Tupinambás não batizados para dar, diz-nos Southey, aos parisienses o edificante espetáculo da cristianização de selvagens brasileiros".

Viajava o fidalgo em busca de novos recursos em homens e materiais. Esquecidos dos limitados direitos que haviam sido outorgados pelo Rei ao Senhor de la Ravardière para a exploração das terras do Novo Continente, os sócios pretendiam alargar indevidamente a nova Colônia e por isso precisavam de auxílio.

Entrementes, a feitoria nortista, dirigida por chefes prudentes e enérgicos que procuravam alicerçar o seu progresso na simpatia e na colaboração voluntária do brasilíndio, entrou a prosperar. Recebendo novas levas de imigrantes e se lhe agregando, com o correr dos dias, cópia de índios domésticos, o povoado francês cedo adquiria aspecto de próspera vila pioneira.

O Senhor de la Ravardière, sobretudo, era o fator da feliz transformação. Tendo nítida compreensão dos problemas étnicos e sociais que, como chefe, se lhe defrontavam ali, sabia encará-los e resolvê-los a contento de todos.

Incentivando o labor de brancos e silvícolas, fazendo

triunfar entre êles uma boa política de aproximação e de mútuo entendimento, conseguiu para os franceses o respeito e a cooperação dos aborígenes, e, para êstes, as considerações de que eram merecedores.

Zelador intransigente dos bons costumes, publicou normas rigorosas regulando a conduta dos seus patrícios e fêz cominar punição severa aos transgressores da moral pública. Eram castigados com a pena capital os que atentassem contra o pudor das índias, assim casadas como solteiras.

Outra medida de grande alcance foi o cuidado que deu à catequese apesar de sua condição de calvinista. Dessa campanha benemérita encarregaram-se os capuchinhos, cujo número chegou a elevar-se a doze. Livre dos atritos raciais que tão amiúde entenebreciam o ambiente social dos agregados luso-brasileiros e isento, igualmente, malgrado a caótica mistura de católicos e protestantes que ali viviam, das discórdias sectárias que haviam pôsto entraves ao desenvolvimento da França Antártica, a Colônia nortista parecia fadada a implantar a civilização gaulesa nas terras do Meio-Norte e a desenvolver, pelo trabalho, os infindos recursos materiais da região.

Tão seguros se julgavam os franceses na posse do Maranhão que o Padre Cláudio d'Abbeville, intérprete do pensamento de seus patrícios, chegou a escrever cheio de fatuidade: "C'est donc maiserie de penser que l'on puisse desloger les Français de ce lieu lorsqu'ils y seront bien établies: & le vouloir faire croire, entre que c'est trop ramaller leur Courage. & faire trop peu d'estime de leur Valeur & Generosité si ce n'est une pure malice, n'est-ce pas temerité? & que l'on parle comme les aveugle de couleurs".

Todavia os nossos estavam vigilantes. Como bem disse Teodoro Braga, "lenta mas inexoràvelmente avançava para o norte a muralha inderrocável de gente portuguêsa".

VIII

A CONQUISTA DA COSTA LESTE-OESTE

Dom Diogo de Menezes, o que seria mais tarde o primeiro Conde de Ericeira, terminou seu govêrno em 1612. A fim de continuar-lhe a política de dominação progressiva da costa norte, política seguida, conforme se sabe, desde a gestão de Manuel Tales Barreto e que Menezes levara por diante com tanta felicidade, chegava ao Brasil Gaspar de Sousa, em 1613.

A missão precípua do novo administrador era, pois, dirigir e incentivar o esfôrço comum na luta contra os flibusteiros e contrabandistas que rondavam o Maranhão. fato êsse claramente dedutível do exame de sua correspondência epistolar com a Metrópole.

Tendo em vista propiciar um feliz êxito ao árduo cometimento de que fôra encarregado o seu representante no Brasil, a Côrte julgara de bom alvitre determinar-lhe transferisse residência para Olinda, que se viu, por essa forma, transformada, mais uma vez, em sede temporária da administração colonial.

Cumprida a ordem superior, estabelecido seu quartel-general na vila pernambucana, decidiu Gaspar de Sousa, como medida preambular do plano de ação que ideara, erigir, próximo ao principal centro de atividades mercantis do inimigo, um reduto que servisse de base para futuras operações de guerra a serem levadas a efeito contra aquêles intrusos.

Embora perdido entre dunas e de caráter estritamen-

te militar, seria o fortim ali plantado, ao mesmo tempo, um novo núcleo irradiador da civilização lusitana entre cabildas indígenas que pervagassem praias do Meio-Norte.

Para executor da tarefa foi escolhido Jerônimo de Albuquerque, sobrinho de Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, e sertanista dos mais experimentados, em cujas veias corria, transfundido pela mãe, o heróico sangue caboclo.

Dera-lhe o encargo o Governador, não porque minguassem na Colônia homens de sua têmpera mas porque sua ascendência brasílica, a multiplicidade de conhecimentos que adquirira no convívio dos indígenas e a larga e segura experiência do meio brasileiro faziam-no, mais do que nenhum outro, capaz de triunfar dos óbices inerentes à emprêsa.

Southey, sempre bem informado sôbre as coisas do nosso passado, pretende que a incumbência fôra cometida ao nordestino insigne, "por ter viajado muito pelos sertões de Pernambuco, ser versado na língua tupi e gozar entre tribos do Norte dos foros de grande protetor e amigo da raça índia".

João Francisco Lisboa, outro grande conhecedor da história regional nortista, não é menos categórico no tocante aos dotes de sertanista do valente mameluco, pois afirma ser êle muito prático e experimentado nas coisas da terra e dos seus habitantes nativos e "grande **truxamente** ou língua entre êles, de quem era muito benquisto como seu benfeitor e amigo".

Nomeado, com o título de Capitão-Mor da Conquista, e tendo-se convenientemente aparelhado, saiu Albuquerque, de Olinda, a caminho do Meio-Norte, com uma pequena frota de quatro barcos e cem homens de guerra, em junho de 1613.

Depois de velejar águas da Paraíba e do Rio Grande do Norte, estêve com sua armada em Mucuripe, donde alcançou finalmente Camucim, o local designado pelo

Governador-Geral para ser nêle assentado o fortim pioneiro. Não obstante as ordens expressas contidas no regimento que trazia, aí não se demorou, porém, por muito tempo o chefe dos expedicionários.

Segundo se lê na "Jornada do Maranhão", naquele ponto da costa cearense permaneceu apenas o tempo necessário para inteirar-se das más condições sanitárias reinantes pelas redondezas e mandar Martim Soares Moreno, que então se achava em sua companhia, reconhecer o litoral até o gólfão maranhense. Esta providência, aliás de antemão determinada pelo Governador-Geral, seria das mais profícuas e teria, como se verá, acentuada repercussão no desenrolar dos acontecimentos históricos de que foi o principal cenário o Meio-Norte brasileiro.

O rude ambiente natural e a carência quase absoluta do líquido indispensável à vida que havia em Camucim fizeram-no retroceder para Jeriquaquara, que é também chamada baía das Tartarugas e fica situada a oito léguas para o nascente.

No ponto mencionado, a praia inflectia-se em curva graciosa de 2 a 3 milhas, formando uma enseada bastante ampla e profunda onde podiam ancorar, com relativa segurança, até as maiores embarcações da época.

Dominando o fundeadouro, projetam-se para o mar as duas pontas das Tartarugas, proeminências de cujos cumes o olhar do observador varre fàcilmente a superfície das águas e das terras por muitas milhas em tôrno. São as pontas maiores e mais salientes do Ceará.

Nas praias que medeiam entre ambas, plantou o Comandante o seu acampamento, erigindo depois, em ótima posição estratégica, uma estacada de pau-a-pique que batizou, como era de uso então fazer-se, com o nome de um santo. Chamou-lhe fortim de Nossa Senhora do Rosário.

Com essa realização, estava integralmente cumprida por Jerônimo de Albuquerque a incumbência que recebera da alta administração pública; podia agora voltar a

Pernambuco. O Capitão-Mor deixou-se, porém, ficar no local por muitos dias ainda. Aguardava a volta de Martim Soares Moreno que, de torna-viagem de São Luís, com as informações que fôra colhêr sôbre os franceses, devia procurá-lo ali.

Não havendo mais notícia de seu enviado e cansando-se, por fim, de esperá-lo, resignou-se o Capitão a regressar à sua casa em Pernambuco, depois de presidiar com 40 soldados o fortim, que erigira, e nomear por seu comandante ao sobrinho e xará, adolescente cheio de valor e afoiteza.

Já então haviam passado em grande parte os entusiasmos do Governador pelas coisas do Norte e tudo, que lhe dizia respeito, ia aos poucos caindo no olvido.

Jerônimo de Albuquerque, que, ao aportar a Olinda, talvez esperasse receber uma missão ainda de maior relêvo, teve, em virtude da pouca valia em que foi estimada a sua atuação naquela emprêsa, de se recolher à obscuridade.

Partindo, dias depois, o Governador-Geral para a Bahia, a indesculpável negligência das autoridades pernambucanas fêz com que o presídio cearense ficasse, durante três meses, sem ser abastecido e a sofrer, por isso mesmo, a falta das coisas mais necessárias.

Não era apenas a incúria dos dirigentes que ameaçava anular a obra de expansão cultural luso-brasileira.

Naturais e inevitáveis atritos, cedo surgidos entre a soldadesca e os filhos da Região, agravando perigosamente o estado de insegurança e de penúria crônica em que vivia a tropa do reduto de Nossa Senhora do Rosário, levaram, mais de uma vez, à porta da ruína aquêle solitário marco da civilização lusitana. Cortadas as comunicações do forte com as terras circunvizinhas, em virtude dessas mesmas rivalidades luso-indígenas, entravam a rarear de maneira assustadora os poucos gêneros alimentícios de que a tropa se provia por intermédio de alguns silvícolas amigos das redondezas.

Inteiramente insulados pelos seus contrários e sem outros meios de reabastecimento, os poucos milícianos ali destacados conheceram padecimentos morais e físicos mais agros. A premente necessidade de alimentos e a penúria extrema a que se encontravam reduzidos chegaram a obrigá-los a viver de ervas bravas durante semanas seguidas. Isso, aliás, não era uma novidade para os homens que então ousaram arrostar as agrestes e ignotas paragens do Nordeste Oriental, mas concorria poderosamente para quebrantar-lhes o ânimo e fazê-los pensar na deserção como única medida salvadora.

Como se tais vicissitudes não bastassem, a elas veio juntar-se o receio de serem todos vítimas dos traiçoeiros ataques dos nativos que, perfeitamente inteirados da difícil situação dos brancos, passaram à ofensiva, diligenciando por surpreender o fortim, para trucidá-los.

A mais importante das tentativas feitas no sentido de render o presídio de Nossa Senhora do Rosário ocorreu em princípio de 1614. Levada a efeito por cêrca de 300 nativos, baldou-se por completo, sendo os atacantes repelidos com muitas baixas; isso, todavia, não impediu que a situação se tornasse dia a dia mais triste para os nossos.

Tão graves aperturas só foram remediadas, muito mais tarde, graças à chegada de um caravelão com algum mantimento e 30 homens de refôrço sob as ordens de Manuel de Sousa d'Eça, açoriano que até então exercera em Pernambuco as pacíficas funções de Provedor de defuntos e ausentes.

Inteirado do que se passava no Ceará, Gaspar de Sousa decidira dar ordens para que de Pernambuco se despachassem aquêles socorros que, enviados de Olinda a 28 de maio de 1614, alcançaram a baía das Tartarugas no dia 9 de junho seguinte.

Os recém-vindos não deviam permanecer por muito tempo inativos. As praias do Nordeste pareciam, naquele

momento, fadadas a servir de cenário a continuados triunfos bélicos dos luso-brasileiros.

Apenas nove dias depois de se acharem aquartelados, foi o bastião de Jeriquaquara novamente acometido, dessa vez por tripulantes da nau francesa do Senhor Du Prat, a mesma que, dia antes, estivera em Mucuripe e assaltara sem resultado o forte de São Sebastião.

A peleja que se feriu entre corsários e portuguêses foi rápida e cruenta. Tendo os recém-vindos pôsto em terra 60 marinheiros para investir contra as nossas posições, sai em campo, a fazer-lhes frente, um trôço de apenas 18 soldados. encabeçados por Jerônimo Fragoso de Albuquerque e Sousa d'Eça, que acabara de assumir o comando da praça e que se mostrou, desde logo, chefe militar consumado. Por êle conduzidos hábil e eficientemente ao combate, os portuguêses derrotam e rechaçam com relativa facilidade os adversários, matando-lhe dois homens, ferindo oito e obrigando os restantes a voltarem precípites para os barcos.

Segundo versão consignada em documentos de origem hispano-portuguêsa, que nos restam, doze franceses pereceram no encontro, tendo havido cêrca de 30 feridos da mesma nacionalidade. Nêles não consta a perda de nenhum dos sitiados.

Desiludidos de suas pretensões conquistadoras pelo duro e inesperado revés que conheceram, seguiram os vencidos diretamente para São Luís, seu pôrto de destino.

O belo feito d'armas de Sousa d'Eça lhe valeu o ser, posteriormente, escolhido por Jerônimo de Albuquerque para dirigir a vanguarda das tropas que arrostariam as fôrças francesas sediadas no Maranhão.

* * *

Nesse entretempo, os ingentes e reiterados apelos partidos da Colônia pareciam haver afinal encontrado ressonância na Península, movendo o Govêrno da Metrópole a olhar com maior interêsse o problema de nossa defesa territorial.

Alertado o Rei pelos vagos rumores, correntes em Lisboa e Madri, de que a Holanda aprestava uma frota para saltear a costa brasileira, determinara que, sem delongas, partisse do Reino uma expedição militar de larga envergadura com o duplo objetivo de bater aquêles intrusos e iniciar a colonização definitiva da terra maranhense.

O Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno, que se achava em Espanha para requerer a paga dos serviços que prestara, foi, desde logo, convidado a cooperar no referido empreendimento com o título de Comandante.

Para movê-lo à arriscada aventura, estimulou-o o Govêrno, com a promessa de boa remuneração pecuniária, e de que lhe seriam dados 400 soldados e copioso material de guerra e de bôca. Desesperançado de receber do Tesouro Real a recompensa a que se julgava com direito, resignou-se Diogo de Campos a aceitar os novos encargos oferecidos a título talvez de galardão. Ao preparar-se, porém, para deixar Lisboa, verificou que, ainda dessa vez, à linguagem oficial não correspondiam atos conseqüentes e que tudo não passara de burla. Da gente prometida só a oitava parte, ou sejam, 50 homens, havia sido posta à sua disposição, o que era, evidentemente, bem fraca e desaparelhada fôrça para levar a têrmo empreitada nas proporções da que tinha em mira o Govêrno realizar. Mesmo assim, fêz-se de velas e, ao chegar a Olinda, em maio de 1614, foi, segundo insinua o próprio viajante em seus escritos, acolhido entre festas pelo povo.

Na vila pernambucana já encontrou em pleno andamento os preparativos de uma nova expedição às terras nortistas e que iam sendo organizados com os precários recursos de que dispnha a Colônia.

Para a direção suprema da conduta fôra designado Jerônimo de Albuquerque que, novamente integrado na confiança do Governador-Geral, teria, por essa época, 66 anos bem contados. Como da primeira vez, fiava-se a autoridade reinol exclusivamente nos esforços e no prestígio pessoal do velho pernambucano, certo de que êle

seria capaz de arrastar à guerra tôda a gentilidade amiga de que careciam, sem grandes despesas para a fazenda do Rei.

Tudo concertado, partiu Jerônimo de Albuquerque do pôrto de Olinda, a 25 de junho de 1614, para o Rio Grande do Norte. Confiado nos próprios méritos e na ascendência que julgava possuir sôbre os nordestinos, ia aliciar gente e obter dinheiro para fazer face às despesas gerais da campanha.

Do Reino chegavam repetidas ordens para que o Governador procedesse com presteza e eficiência ao apronto da expedição destinada a conquistar o Maranhão, mas a Junta da Fazenda agindo, também, de acôrdo com as expressas determinações régias que mandavam empregar a renda da Colônia na compra do pau-brasil, cerceara-lhe os créditos e fôra mister fazer um apêlo direto ao povo e estimular o voluntariado para o prosseguimento do patriótico tentame.

Ainda uma vez a indefectível luta entre os diferentes setores burocráticos vinha entravar a marcha dos negócios públicos e malferir os interêsses do Estado.

Narra-se, a respeito da passagem de Jerônimo de Albuquerque pela Paraíba, aonde fôra no desempenho de seus encargos de aliciador de homens, que, desejando obter a colaboração dos nativos da Capitania, recorreu a certo estratagema que, não obstante hoje nos parecer absolutamente pueril, bastava a empolgar a alma primeva daquela gente.

Tendo convocado os índios a uma reunião, pôs de um lado, no pátio da aldeia, feixes de arcos e flechas, do outro, certo número de rocas e fusos.

Mostrando-lhes ambos os grupos de objetos, disse: "Sobrinhos, eu vou à guerra, aquelas são as armas dos homens esforçados e valentes que me hão de seguir, e êstes, os petrechos das mulheres fracas que hão de ficar em casa fiando; agora, quero vêr quem é mulher".

As palavras do ancião teriam provocado na alma simples do nativo a reação visada. Apenas morreram os últimos ecos da solerte arenga, logo começaram os presentes a empunhar os arcos e as flechas, dizendo que eram homens e que partissem logo para a guerra (34).

É possível que ardiloso plano atribuído ao Capitão-Mor tenha sido realmente pôsto em prática; a verdade é, porém, que se tal sucedeu os resultados dêle colhidos foram bem medíocres, pois está averiguado que poucos silvícolas paraibanos se deixaram enlear, passando ao Rio Grande do Norte.

* * *

Enquanto Jerônimo de Albuquerque diligenciava por convencer os filhos do Nordeste a acompanhá-lo á guerra, chegava Martim Soares Moreno a Portugal.

Tendo cumprido com grande êxito a missão de reconhecer as posições francesas, desgarrara e fôra levado pelo mau tempo às Antilhas, de onde passara ao Reino com a nova de que os inimigos estavam fortemente estabelecidos nas ilhas do gólfão maranhense. Ali viviam, conforme pudera êle próprio averiguar, não em precárias e dispersas feitorias de escambo, como era voz geral, mas reunidos em próspera e bem provida Colônia, criada com a clara intenção de alcançar o predomínio definitivo da região nordestina.

Conhecida na Península a verdadeira situação do Meio-Norte, tomou-se de novos sustos a Côrte de Madri, já sobremaneira alarmada, segundo temos esclarecido, com as notícias correntes a respeito de atividades guerreiras desenvolvidas pelos batavos em águas sul-americanas. Diante de tão inquietadoras perspectivas e vendo diretamente feridos os seus interêsses coloniais, era natural que o Govêrno resolvesse, por fim, a agir de maneira enérgica. Tal, porém, não sucedeu. Outras preocupações o assoberbavam e, assim, se limitou a determinar aos

(34) F.T.D. — História do Brasil.

seus representantes transatlânticos intentassem a imediata expulsão dos intrusos. Desprezando as sábias advertências de Martim Soares e sem curar de que a colonização francesa ia já em bom adiantamento no Meio-Norte, fingiu olvidar que as autoridades daquém-mar continuavam a não dispor de meios materiais para organizar, de pronto, uma reação capaz de surtir efeito, e nenhuma tropa de refôrço lhes remeteu.

Não menos desassossegados do que a gente da Metrópole ficaram os nossos ao serem inteirados, tempo mais tarde, da subjugação de São Luís. Souberam do fato pelas informações trazidas de Lisboa não só pelo pilôto Sebastião Martim, antigo companheiro de aventuras de Martim Soares e por êste enviado de torna-viagem ao Brasil com a incumbência de esclarecer o povo a respeito da gravidade do momento, mas também pelo emissário régio, mandado com as determinações, para que se prosseguisse na conquista da costa leste-oeste (35).

Longos foram os dias de pânico e de expectativa que viveu a gente da Colônia depois de divulgadas as trágicas notícias. Considerando a região nortista, então dominada pelo estrangeiro, legítimo patrimônio português, seja pelo direito de prioridade na exploração e conquista, seja em virtude das bulas pontifícias que haviam adjudicado a seus maiores aquêle trecho da América, temiam, com justa razão, os luso-brasileiros verem-se dela esbulhados por quem não possuía outras credenciais que a tenacidade inquebrantável e esplêndida bravura. E não era só. A intrusão de estrangeiros em solo brasílico constituía uma ofensa ao brio dos colonos a quem aquecia, já por essa época, o coração e o cérebro a acalentadora esperança de um ressurgimento político para a terra natal. Ainda jacente sob o cetro dos Felipes de Espanha, Portugal sofria, como se sabe, o opróbrio que lhe fôra impôs-

(35) Tudo parece indicar ter sido, através da palavra dêsses dois homens, que se ficou sabendo na Colônia, pela primeira vez, a situação real das coisas do Maranhão.

to pelos azares de uma simples sucessão dinástica, opróbrio que duraria sessenta anos a eito.

Soberbamente apegados aos soberanos interêsses da Pátria distante e sem nunca perderem a confiança no ressurgimento da nacionalidade portuguêsa, os lusitanos do Brasil não podiam aceitar, como fato consumado, a passagem de seu patrimônio territorial a mãos estranhas. Também êles sentiam, pois, a necessidade de expulsar os franceses e integrar efetiva e definitivamente no Brasil a costa até o gólfão amazônico.

A identidade de opiniões e de propósitos de governantes e governados, no que toca à importante questão, era, pois, perfeita e isso resultava sobremodo útil porquanto o que pretendiam realizar não era emprêsa fácil.

Já agora não se tratava de acometer silvícolas alarves e expulsá-los de seus domínios, operação bélica na qual as melhores armas e a tática mais hábil do homem da península pirenaica asseguraram sempre decidida superioridade sôbre os opositores.

Ao colonizador português se antolhava, no momento, não uma simples expedição punitiva, nos moldes das realizadas habitualmente, mas uma campanha de grande envergadura contra adversários dispondo também de soldados de profissão, muitos dos quais adestrados nas lutas religiosas que ensangüentavam o Mundo Ocidental. Senhores dos recursos e segredos da arte da guerra tão bem quanto os seus contrários, tinham os franceses, ademais, a vantagem de conhecer perfeitamente a região onde iam ser atacados e contar nela aliados prestadios e numerosos.

Além das razões sentimentais, haviam, outrossim, a estimular o zêlo patriótico das gentes portuguêsas do aquém-mar os têrmos ainda vigentes da C. R. de 8 de outubro de 1612, oferecendo mercês e honrarias aos que saíssem a servir na conquista e descobrimento do rio Maranhão.

Nessas horas de susto e ansiedade, dando prova de

abnegação e louvável patriotismo, mas também de muito açodamento, numerosos colonos se ofereceram a servir como voluntários nas fôrças armadas, custeando, êles mesmos, as suas despesas, enquanto oficiais de patente aceitavam postos de comando de companhias, com o sôldo e ração de simples soldados. Gregório Fragoso de Albuquerque, sobrinho do Capitão-Mor, foi o primeiro a ter êsse nobilitante gesto, aliás, imitado por numerosos companheiros de armas.

O espírito de desprendimento, que, em tão grave momento de aperturas financeiras para a administração pública, empolgou os habitantes da Colônia, permitiu que Gaspar de Sousa equipasse, em Pernambuco, fazendo-o embarcar para o Rio Grande do Norte, mais um trôço de 30 homens — 100, diz o jornal de Timon. Entregues à autoridade do Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno, essas praças deviam reunir-se às fôrças ali estacionadas, completando-as.

Diogo de Campos, que, na opinião um tanto parcial do historiador Rocha Pombo, era "o homem mais notável e de mais alto valor entre quantos então se destacavam na administração colonial e nas guerras de conquistas", e que, segundo sua própria afirmativa, viera do Reino designado Comandante em chefe das Fôrças Expedicionárias contra os franceses, seguia provido no cargo de adjunto ou imediato de Jerônimo de Albuquerque, com quem deveria resolver, de comum acôrdo, os problemas que se apresentassem no decorrer da guerra.

O Governador-Geral, ao invés de assumir a responsabilidade de designar um chefe único para a suprema direção da campanha, preferiu contemporizar, conforme esclarece João Francisco Lisboa. Confirmou a "nomeação de Jerônimo de Albuquerque, dando-lhe por colega e colateral a Diogo de Campos com autoridade quase igual à sua, pois, se as ordens se haviam de cumprir em nome do Capitão-Mor, ficou, todavia, assentado que cousa alguma se dispusesse sem o voto de ambos".

Tal dualidade de comando seria, sob todos os pontos de vista, inconveniente, dado o profundo antagonismo de temperamento e de princípios que extremavam os dois chefes.

A divergência de ambos na maneira de orientar a guerra levaria a expedição, mais de uma vez, às portas da ruína.

Vencidos todos os contratempos, graças às atividades desenvolvidas pelos dois chefes, a expedição zarpou finalmente do Rio Grande do Norte para o seu destino, no dia 5 de setembro de 1614.

Constava de dois galeões, ou navios redondos, uma caravela e cinco caravelões, conduzindo cêrca de 300 soldados, entre milicianos e voluntários, e dois missionários.

Nela tomavam parte 234 guerreiros nativos às ordens de 12 caciques portadores de nomes estrambóticos. Seguiam também muitas mulheres e crianças, verdadeiro pêso morto que invariàvelmente se agregava a tôda emprêsa de que participassem indígenas brasileiros.

A tropa, além de muito pouco numerosa, marchava para a luta miseràvelmente desprovida de tudo. Diz o autor da "Jornada" que ia "sem vinho, azeite, medicamentos, médico nem cirurgião barbeiro". Levava, contudo, acrescenta, bons socorros espirituais. "Dous capuchinhos de Santo Antônio haviam oferecido voluntários os seus serviços: um dêles, Pe. Frei Manuel da Piedade, brasileiro de nascimento, de família nobre, versado na língua tupi".

Nenhuma ajuda receberam do Governador êstes missionários, o que bem mostra qual seria a penúria do tesouro.

Foram os citados religiosos que, sabedores das grandes esperanças por todos depositadas na expedição e lhe conhecendo as falhas e deficiências, a chamaram, com muita propriedade, "a jornada milagrosa", nome pelo qual é conhecida nos anais históricos nortistas.

Tão mal aparelhada foi, com efeito, essa campanha e tantos erros se cometeram ao realizá-la que só um mila-

gre da Providência divina explicaria o êxito retumbante por ela alcançado.

Caminhando por mar e por terra, a conduta alcançou o pôrto do Ceará, onde se lhe ajuntaram Manuel de Brito Freire, Comandante do forte de São Sebastião, e alguns dos soldados da guarnição. Os militares que partiam foram em parte substituídos pelos expedicionários, impossibilitados, por qualquer motivo, de prosseguir viagem. A tropa cearense aguardava havia 14 meses a passagem da expedição a que se devia agregar, conforme determinara o Governador-Geral.

As paradas seguintes foram feitas na baía de Paramirim, ou Paràzinho, e depois em Jeriquaquara. Sendo, sem dúvida, inútil, em tão grave momento, distrair gente para manter aquêle ponto do território cearense, desamparou-o o Comandante, dando ordem para incendiar o reduto de Nossa Senhora do Rosário.

Arrebanhado o presídio, passou adiante sem cuidar que deixara ao abandono um imenso trecho do costão leste-oeste, que assim o tornara vulnerável a novas arremetidas francesas.

Aos inumeráveis desacertos que se vinham acumulando no decorrer dessa emprêsa militar, somava-se, pois, mais o de desguarnecer a retaguarda de uma tropa em marcha para objetivo distante.

Na ânsia de avançar, os dirigentes esqueciam a possibilidade de se verem, por qualquer contrariedade, forçados a retroceder.

Sempre costeando penosamente, prosseguiu a armada a rota ao longo do litoral piauiense, guiada apenas pela perícia do pilôto Sebastião Martins, que por ali singrara um ano antes em companhia de Martim Soares. Com dois dias de viagem, as embarcações atingiram o rio Periá ou Preá, indo fundear a três léguas da foz. Saltando em terra, mandou Jerônimo de Albuquerque assentar acampamento e tomou posse da região em nome do Rei.

Contra as expectativas gerais, ali nada se conseguiu do ponto de vista da tomada de contacto com o adversário. Não se divisaram sinais da presença de franceses, nem foi possível colhêr, pelas cercanias, quaisquer informações a tal respeito. Baldada a diligente atividade dos batedores, resolveram os chefes, em conselho, que por mar se fizesse um reconhecimento de maior amplitude, missão que coube a um militar de carreira, o Capitão Belchior Rangel, natural do Rio de Janeiro. Muito versado em línguas indígenas, êle era, portanto, perfeitamente indicado para levar a bom têrmo tal encargo. . Acompanharam-no 12 soldados e 2 pilotos, um dos quais Sebastião Martins, já muito nosso conhecido.

Assegura Afrânio Peixoto, manifestamente equivocado, serem também do número o alferes Pedro Teixeira, o que depois foi a Quito, subindo o Amazonas, e Antônio Teixeira, então soldado e que será Capitão-Mor contra os holandeses. (36).

O barco de Belchior Rangel regressou, passados quatro dias, sem nada ter logrado apurar no tocante à localização do inimigo.

A tropa dava claros sinais de impaciência e se mostrava desejosa de deixar aquêle acampamento onde, pelas péssimas condições mesológicas, tinha vivido horas bastante dramáticas, e os chefes se viam, dêsse modo, obrigados a ceder à pressão dos comandados, ordenando a marcha sôbre São Luís.

A resolução apontada constituía, porém, uma temeridade flagrante, além de grave infração às ordens do Governador-Geral, que taxativamente estabelecera, no têrmo de regimento entregue a Jerônimo de Albuquerque, a obrigatoriedade de não passarem além do Periá. No citado ponto da costa devia fortificar-se, aguardando novos suprimentos. Numa emprêsa como aquela em que, de certa forma, se jogava o bom nome português, êle jul-

(36) O engano é evidente, pois ambos êsses militares fizeram parte da fôrça que, sob o comando de Castelo Branco, chegou mais tarde ao teatro da luta.

gava conveniente que os chefes de expedição agissem com prudência, limitando, inicialmente, o campo de suas atividades ao território compreendido entre o Parnaíba e o Periá.

A precipitação de que deram mostra os chefes talvez se explique, em última análise, pelo desejo que a todos animava de liquidar a campanha em pouco tempo ou morrer combatendo. Queriam, por esta forma, fugir aos sofrimentos que os assoberbavam desde os primeiros dias da partida.

Era o heroísmo do desespêro.

De velas novamente, atravessaram os barcos com inaudita fortuna o dédalo de ilhas que pontilham a baía de São José, indo desembarcar os expedicionários em Guaxenduba, perto da foz do Monim.

Refere João Francisco Lisboa ter sido êsse o trecho mais difícil e perigoso da travessia. "Os navios de velhos e ajoujados com a carga, não eram, esclarece o historiador, assaz possantes para arrostar os vagalhões, e evitavam por isso de se fazer ao mar, que andava encapelado e revôlto; mas, quando se cosiam com a terra, a coberto, e por entre uma infinidade de ilhas (a que por serem tantas, e o dia das onze mil virgens, puseram êste nome), ora batiam em bancos e coroas de areia, ora galgavam no lôdo. Sucedeu uma vez que, baixando a maré, ficassem todos encalhados em uma coroa, a prumo sôbre as quilhas, e sem caírem a banda, sendo a areia tão enxuta, que muitos saltaram, e se andaram desenfadando e passando de uns para outros navios, e outra, atolados no lamarão, iam resvalando a todo o pano, podendo dizer-se que navegavam por terra mais de seiscentas braças. Houve ocasião em que um dos navios estêve a ponto de ser abandonado e, para safá-lo, foi mister despejá-lo, com rude trabalho, de tôda artilharia e carga, e não poucas vêzes para poderem caminhar, através daqueles estreitos canais, se atoavam às árvores das ilhas.

"Neste angustioso transe se dispersaram de vista

umas poucas de vêzes; mas reunindo-se todos na ilha de Santa Ana, depois de 4 dias de viagem, a 26 de outubro pelas dez horas da manhã, deram fundo em frente do sítio demandado de Guaxenduba."

E para não fugir à regra comum dos tempos, estava a tropa em péssimas condições físicas e morais. Mal vestida, mal dormida e sem alimentos. "A uxaria de bordo estava desfalcada e quase sem víveres" — esclarece um autor bem informado.

O local escolhido para o novo acampamento, distante poucas léguas do inimigo, colocava os luso-brasileiros sob a constante ameaça de ataque.

Semelhante situação de insegurança levou os nossos a se fazerem fortes numa eminência próxima, em lugar que alguns crêem seja hoje conhecido por Vila Velha do Icatu. No citado local, fêz Jerônimo de Albuquerque erigir, pelo Engenheiro-Mor Francisco de Faria, segundo as regras em uso, um reduto de forma hexagonal a que chamaram forte de Santa Maria ou Natividade e que cedo haveria de experimentar a capacidade ofensiva do inimigo aguerrido.

Debaixo de seus muros feriu-se, com efeito, no dia 19 de novembro de 1614, o memorável combate de Guaxenduba, cabendo aos portuguêses, apesar da acentuada inferioridade numérica, um triunfo que lhes aplainou o caminho da vitória definitiva.

Depois da batalha, cessaram momentâneamente as hostilidades entre contrários. Vencedores e vencidos assinam, a 27 de novembro de 1614, um armistício de cuja celebração mandariam ambas as partes informar a seu Rei, esperando que dêles viesse, em última instância, a solução final da contenda. Na qualidade de mensageiros portuguêses embarcaram, para Lisboa, Diogo de Campos Moreno e, para Paris, o Capitão Gregório Fragoso. No desempenho de idênticos encargos seguiram para a França e para Portugal os senhores Maillart e Pratz.

O navio que conduzia os comissários àquele país levava igualmente muitos franceses, os quais, desesperados com as tristes ocorrências dos últimos tempos, regressavam à Pátria. Entre os itinerantes figuravam o Padre Frei Arcanjo de Pembrock e 17 religiosos capuchinhos.

Expediu-se também aviso do sucedido para Pernambuco, sendo dêle encarregado o alferes Manuel de Sousa d'Eça.

Enquanto os emissários partiam rumo ao Velho Continente, recebia Jerônimo de Albuquerque, para fazer face às prementes necessidades da guerra, novo socorro, ainda, dessa vez, reunido em Pernambuco por ordem do Governador-Geral.

Chefiava-o o alferes Francisco Caldeira Castelo Branco, outrora Capitão-Mor do Rio Grande do Norte e soldado de grande valor pessoal, mas que, daí por diante, se faria conhecido pelo gênio rixento e atrabiliário.

A Castelo Branco cabia apenas entregar a tropa sob suas ordens ao Capitão-Mor Jerônimo de Albuquerque e seguir para Lisboa a serviço pessoal do Governador. Suas funções eram, pois, a de um simples chefe de contingente de refôrço.

Instado, porém, por seus comandados, deixou-se indevidamente ficar no teatro da guerra para dela participar de maneira ativa.

Há quem pense, com bem fundadas razões, que, movido por ocultos desígnios, êle próprio se fizera o inspirador da idéia surgida entre subordinados de solicitarem a sua co-participação naquela luta armada.

A ação desenvolvida por Caldeira Castelo Branco em São Luís foi, segundo parece apurado, das mais trevosas; dela nos fala o Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno, o principal cronista da campanha pela recuperação do Meio-Norte, com muito pouca simpatia.

Insinuando-se no ânimo do velho Capitão-Mor, com quem, aliás, mais tarde haveria de indispor-se sèriamente, Castelo Branco inculcou-se seu conselheiro político e mili-

tar e levou-o a esquecer a palavra, solenemente empenhada no pacto assinado com a gente de São Luís.

Apesar de ter-se obrigado por aquêle instrumento a manter o **stato quo** reinante entre ambas as partes até que sôbre o assunto se manifestassem as duas Côrtes interessadas, fêz Jerônimo de Albuquerque constar ao comando inimigo que recebera ordem para romper as tréguas ou estabelecê-las sôbre melhores bases.

Andando os franceses muito deprimidos com os últimos reveses militares, a manha deu resultado, e êle obteve, assim, dos contrários a promessa formal de que evacuariam suas posições no breve prazo de 5 meses. Como penhor do novo ajuste, foi entregue aos nossos, no dia 31 de julho, o forte de Itaperi, ou de São José, situado a Nordeste da ilha de São Luís.

Dois meses depois, a 5 de outubro de 1615, afluiu a Albuquerque o socorro de mais uma tropa, vinda diretamente do Nordeste. Contando 900 homens de armas, entre pagos e aventureiros, partira a bordo de uma poderosa armada de 9 embarcações veleiras, sendo 7 galeões e 2 caravelas.

Fôra organizada debaixo das vistas do próprio Governador-Geral, que havia recebido avisos de Guaxenduba, ficando sob a direção imediata de Alexandre de Moura, Cavalheiro da Casa de Sua Majestade e antigo Capitão-Mor de Pernambuco, investido, para isso, do título de Governador-Geral d'Armas e Conquista.

Nessa emprêsa militar, de novo tomava parte ativa o Sargento-Mor de Estado Diogo de Campos Moreno que já tanto dera que falar de si. Tendo assinado o armistício em São Luís, fôra, como se viu, despachado à Metrópole com a notícia das primeiras pazes. Mal recebido pelo Arcebispo D. Aleixo de Menezes, Vice-Rei de Portugal, que muito estranhou as tréguas firmadas com os franceses, a quem reputava simples piratas, tornara Diogo de Campos ao Brasil trazendo reforços que, apenas

chegados, haviam sido incorporados ao grosso da armada de Alexandre de Moura.

Após realizar sem tropeços a longa viagem marítima, a expedição penetrou no Maranhão pela barra do Periá, que a imprevidência dos franceses havia deixado desguarnecida, indo fundear na baía de São José.

Severo cumpridor de seus deveres e achando-se revestido de maior autoridade que qualquer outro oficial, não trepidou o novo chefe, logo depois de ter assumido a direção geral das fôrças portuguêsas, em pôr têrmo ao acôrdo concertado com os adversários, à revelia do Governador-Geral e do próprio Rei, ordenando a Jerônimo de Albuquerque que os atacasse por terra.

Diz João Francisco Lisboa que "o Capitão-Mor, pôsto que despojado tão indecorosa e impolìticamente do comando, em uma conquista que tinha já quase acabado, e cuja principal glória lhe pertencia", agiu como bom patriota que tudo esquece e sacrifica para bem servir a terra natal. Obedecendo sem tergiversar e sem mesmo curar de que assim agindo quebrava, mais uma vez, o seu compromisso de honra, pelo interior da ilha guiou os nossos ao acampamento inimigo e, postando-se no lugar conhecido por Fonte das Pedras, sitiou-os pela parte da terra.

Enquanto isso, Alexandre de Moura, desembarcando na Ponta de São Francisco, aí fazia construir às pressas uma estacada de pau-a-pique, a que se deu o nome de forte do Sardinha.

Pôsto entre dois fogos e vencido pelo apertado bloqueio que lhe impunham os nossos, La Ravardière capitulou a 25 de novembro de 1615, entregando o forte de São Luís, sôbre o qual foi içado solenemente o símbolo de Portugal vitorioso.

Tempos antes de tão feliz desenlace, chegara ao teatro da luta para preenchimento dos claros que se faziam cada vez mais numerosos nas tropas lusitanas, e mesmo para engrossá-las, uma fôrça vinda diretamente do Reino.

Era formada de soldados aguerridos e capazes de enfrentar com vantagens qualquer inimigo, e tinha por seu cabo Manuel Siqueira Sanhudo.

Apesar do espírito cristão e os méritos reais dessa emprêsa, realizada dentro de moldes bem mais humanitários do que os usados pelos portuguêses, a França Equinocial malograra-se melancòlicamente.

A reação movida pelas fôrças luso-brasileiras e a inexplicável atitude de La Ravardière, cedendo às onerosas condições que lhe eram impostas pelos portuguêses (37), anularam, em boa hora, os desígnios imperialistas dos gauleses sôbre os chãos brasileiros.

Finda a campanha, aos intrusos vencidos permitiu-se voltarem a seus lares, na outra banda do Atlântico.

Na qualidade de colonos, ficaram retidos no Maranhão apenas os que se tinham casado com indígenas e se mostravam desejosos de permanecer no País.

Não interessa acrescentar maiores minúcias à história da luta pela recuperação da ilha de São Luís. Do que vimos sumàriamente, nela não ocorreram grandes feitos guerreiros e o que ficou registado parece-nos bastante para dar uma idéia assaz clara de como se processou a expansão linear da Colônia pela faixa costeira do Meio-Norte.

Referências especiais cabem, todavia, às aventuras militares de Martim Soares Moreno. É assunto que se liga de perto ao tema que aqui se debate na parte relativa às dificuldades do tráfego nas águas do setentrião brasileiro. Aliás, tudo que se vem lendo visa, em grande parte, a documentar a excepcional importância dos fatos geográficos na evolução da história do Nordeste brasileiro, situado ao setentrião, além do cabo de São Roque.

Narramos que, em 1613, volvidos os olhos dos diri-

---

(37) Os motivos que levaram o comandante francês a tão estranha atitude são desconhecidos. Atribuem uns à sua profunda incapacidade militar, outros, com maior razão, ligam-na aos desgostos que lhe minavam o espírito por se saber destituído do govêrno da Colônia que fundara e que era todo o seu enlêvo e esperança.

gentes para a Costa Leste-Oeste, empossado, no Govêrno Geral do Brasil, Gaspar de Sousa, êste cometeu a Jerônimo de Albuquerque, que tanto se distinguira nas lutas pela dominação do Rio Grande do Norte, o encargo de expulsar os franceses já perfeitamente radicados no Maranhão.

Cabia-lhe estabelecer no litoral cearense um segundo presídio militar, destinado a servir de base de apoio à marcha dos nossos para o Norte, e que igualmente vigiaria o enorme trecho da praia deserta contra possíveis incursões de índios e flibusteiros franceses.

Ficava, porém, a realizar uma série de manobras preliminares essenciais a qualquer guerra de conquista. Urgia não só reconhecer o quadro geográfico regional, onde os portuguêses iriam atuar, como, também, perquirir minuciosamente a própria situação do inimigo, tarefas de grande responsabilidade e importância que seriam entregues à perspicácia e valentia de Martim Soares Moreno.

Tendo madurado no convívio dos indígenas nordestinos, falava com perfeição a língua brasílica e conhecia a alma dos nativos através de seus meandros, compreendendo-a fraternalmente. Dez anos de contato com os aspérrimos chãos do Ceará e Rio Grande do Norte tinham-no igualmente feito merecedor de fama de hábil sertanista de que, com justiça, gozava entre seus pares.

Era intrépido no fogo das batalhas e cru na vitória contra os inimigos do seu Rei, que executava, de ordinário, sumàriamente. Bravura algo primitiva mas incontestável e ardente devoção em servir os interêsses da pátria lhe haviam dado ao nome particular destaque em todo o Brasil Norte-Oriental.

Possuía, pois, os requisitos exigidos para levar por diante aquela missão de confiança, missão "para a qual efeito era necessário ir uma pessoa de satisfação", conforme se pode ler na carta do Governador-Geral, Gaspar de Sousa, a El-Rei.

Eleito, não titubeou Soares em atender aos apelos de seu superior hierárquico. Passando, de acôrdo com a ordem recebida, o Comando do reduto de São Sebastião a Estêvão Campos, seu imediato, foi unir-se a Jerônimo de Albuquerque, indo com êle até Camucim, local, como foi consignado linhas atrás, do primeiro estacionamento de ambos.

Tudo concertado, apartam-se os dois homens. Enquanto Jerônimo de Albuquerque retrocede para Jeriquaquara, Martim Soares segue seu destino para a empolgante aventura no Santa Catarina, embarcação que viera de Pernambuco ao Ceará especialmente para conduzi-lo até ali. Dela era mestre Sebastião Martins e pilôto Afonso Gonçalves. Levava o barco, além da guarnição, vinte e cinco soldados, o sargento Pedro Lobato Malio e alguns silvícolas de confiança. "Parti, diria nosso herói já em São Domingos, com 25 hombres de guerra e 7 índios que traiga commigo."

Cabia-lhe, como vimos, reconhecer as fôrças contrárias e sondar a barra do Maranhão, "La barra del Marañon", conforme rezava a provisão que lhe fôra dada, em Camucim, pelo próprio Jerônimo de Albuquerque, segundo ordens do Governador-Geral; provisão que foi por êle exibida às autoridades de São Domingos a fim de justificar sua insólita presença naquelas paragens lìdimamente espanholas (38).

No local designado para suas atividades, desincumbiu-se corajosamente da rude empreitada que lhe fôra atribuída, malgrado o turbilhão de acontecimentos que o envolveram. Palmilhando praias, arrostando correntezas e vingando serras daquele trecho ainda pouco connecido da Colônia, descobriu e situou com felicidade as posições dos franceses estabelecidos no Periá e na ilha de Tracatenduba. Incendiou depósitos inimigos e tratou ami-

(38) O principal objetivo dêsse povo de navegadores e soldados era a conquista dos mercados do Levante e o tráfego comercial oceânico em que firmavam suas esperanças de enriquecimento.

gàvelmente com os Tremembés, que demoravam pelas vizinhanças. Após o que pensou em regressar ao ponto de partida. Não foi, porém, feliz, no seu tentame.

De torna-viagem, ao sair do intricado meandro de rios e canais que se vão lançar no gólfão maranhense, não conseguiu o Santa Catarina sulcar a rota desejada.

Batido dos ventos e arrebatado pelas correntes para o mar alto, o antigo veleiro, já muito "facheado pelos golpes que dera nos baixos", aportou à ilha de São Domingos, depois de ter transitado ao longo da ilha de Trindade e arribado em Cumana, na Venezuela.

Daí transportou-se o nosso homem à Espanha, donde, em Sevilha, escreveria ao Governador do Brasil dando conta de seu longo e perigoso périplo (Carta de 27 de abril de 1614) e da situação das terras maranhenses.

Um ano depois, encontramo-lo novamente em terras do Meio-Norte. No escopo exclusivo de ser útil à pátria, alistara-se Sargento-Mor da armada de Miguel Siqueira Sanhudo, que, de saída para o Brasil, em 1615, se destinava também a bater os franceses de S. Luís. Encaminhando-se ao teatro da luta, chegaria a tempo de estar em Guaxenduba e ser entregue ao inimigo como refém garantidor do bom cumprimento das tréguas firmadas pelos portuguêses, a 27 de outubro de 1615. Acrescentaria, assim, ao ativo de sua benemérita vida mais um serviço prestado ao Brasil.

Vitoriosos êstes, graças à intervenção oportuna de Alexandre de Moura, foi Martim Soares Moreno escolhido, pelo Comandante em Chefe das fôrças luso-brasileiras, para pacificar os gentios de Cumá e Tapuitapera nas terras firmes do Maranhão, após ter sido eleito para dirigir a jornada do Grão-Pará, incumbência que seria satisfatòriamente realizada por Francisco Caldeira Castelo Branco (39).

---

(39) Em carta ao Rei, e depois na "Relação do Seará", escreveria Martim Soares, que o Capitão-Mor Alexandre de Moura "me elegeu por Capitão-Mor da jornada do Pará, mas, considerando a grande necessidade que o Maranhão tinha da terra firme de Cumá e Tapuitapera, me mandou assistir nela".

Embora de muito menor vulto do que o encargo cometido a seu companheiro de armas, não era êste, todavia, destituído de importância.

No território, onde iria atuar, viviam numerosas tribos indígenas, assim Tupinambás como Cariris, que entretinham comércio florescente e contínuo com os inimigos de Portugal.

Cabia-lhe desarraigar êsses nativos do trato e parcialidade que vinham mantendo com os traficantes estrangeiros, obrigação para cujo desempenho contaria apenas com o auxílio prestadio de Frei Cosme de Nossa Senhora do Carmo, 25 soldados, um sargento e um oficial.

As diretrizes a seguir nessa missão e também a sua importância foram, aliás, perfeitamente esclarecidas por Alexandre de Moura no regimento que lhe deu a 2 de janeiro de 1616, dia da partida para o Continente (40).

Sempre resoluto, apressou-se, pois, Soares a deixar São Luís a fim de meter mãos à obra.

Estava, porém, doente e sua permanência entre os naturais do Maranhão, não obstante profícua, seria por isso de curta duração. Atormentava-o uma fístula, informam vagamente os documentos coetanos.

Vendo agravados os seus padecimentos e de forma a não poder continuar no pôsto, requereu e obteve licença para tornar ao Ceará, onde pretendia, ao que presumimos, prosseguir na obra de colonização a que dera início em 1612 (41).

---

(40) Em seu "Relatório", escrito em Lisboa, a 21 de outubro de 1616, reeditaria Alexandre de Moura seus elogiosos conceitos sôbre Martim Soares: "Martim Soares home grande Lingoa e muito experimentado em seus tratos e que primeiro descobriu o Maranhão pela banda de Leste e por tirar os índios as práticas que lhe havião feito alguns franceses, que la andavão, contra nós e nossos tratos, os quãis mandou preso."

(41) Parecerá, sem dúvida, um tanto estranho e quiçá mesmo fora de propósitos que tenhamos, não raro, descido a pormenores no estudo de determinados acontecimentos ocorridos no Ceará e não hajamos procedido de maneira idêntica em relação a fatos ligados à história do Norte e Meio-Norte, chegando até a passar de modo superficial sôbre alguns fatos que poderiam ser reputados importantes.

Fizemo-lo, porém, por motivo deliberado. A crônica do Norte, incluindo-se Maranhão e Piauí, tem, talvez pela riqueza dos seus sucessos, merecido a atenção de

Depois da partida de Soares, não encontrando quem o substituísse, teve Jerônmo de Albuquerque que nomear o próprio filho, Matias de Albuquerque, para a importante comissão.

---

um grande número de estudiosos que a tornaram assaz conhecida do público em geral.

Outro tanto não ocorre em relação ao Ceará, cuja história é quase ignorada no Sul do País, tanto que aparece eivada de incorreções tôda vez que é citada, mesmo em trabalhos de responsabilidade aqui editados.

Divulgando pormenores a seu respeito, visamos a fazê-la mais acessível e provocar para ela a curiosidade dos que se dão ao hábito benéfico das leituras históricas.

IX

JORNADA DO GRÃO-PARÁ E AMAZONAS

Em 1615, após lutas rijas e cruentas, era reconquistado o Maranhão aos franceses e seus aliados nativos. Assegurada a paz pela vitória das armas lusitanas, reinou de novo relativa tranqüilidade sôbre aquêles chãos que tantos aventureiros europeus haviam inùtilmente cobiçado.

Tal tranqüilidade não era, porém, o môrno sossêgo dos triunfos definitivos, mas apenas o interregno indispensável para novas arremetidas pioneiras. Lançados fora de São Luís os intrusos, tratou Alexandre de Moura de ultimar a conquista das outras ilhas das baías de São Marcos e São José. Nomeou também Jerônimo de Albuquerque Capitão-Mor do Maranhão, êste já erigido em Capitania-Geral, sob a dependência do Govêrno do Brasil.

Dominada a região insular, iniciou-se sem perda de tempo a ocupação da terra firme pela faixa litorânea do recôncavo maranhense.

Nesse afã, tomam pé os reinóis primeiramente em Cumá e Tapuitapera, "fazendo igrejas e quietando índios", segundo a concisa e pitoresca linguagem escrita dos documentos da época.

Derrama-se a seguir a onda humana pela baixada, donde subirá o curso do Mearim, Pindaré, Itapicuru e tributários, em busca dos sertões que se alteiam ondulando muito ao longe em serras numerosas.

Desbravadas as margens dos grandes rios, escarmentados os nativos, granjeará o branco aquêle solo fértil, onde, cêrca de dois séculos decorridos, pelas alturas de 1800, haveriam de surgir grandes lavouras e possantes banguês.

Trabalhados pelo braço forte e disciplinado do negro, banguês e lavouras dariam invejável prosperidade a todo o Maranhão, criando, na época imperial, uma aristocracia brilhante e culta mas parasitária.

Após estacionar durante decênios junto às praias marítimas e fluviais, lenta e progressivamente avançará o povoamento pelos entre-rios, semeando suas várzeas ricas de estabelecimentos agrícolas e fazendas de criar.

Sertanistas audazes, caçando tesouros e silvícolas, cedo abrirão picadas em plena hinterlândia para os manadeiros dos grandes caudais que fecundam os agrestes rincões do Meio-Norte.

Das ribas baianas e pernambucanas do São Francisco, arrancarão, também em busca dos altos sertões do Piauí e Maranhão, vaqueiros e bandeirantes paulistas, balizando os caminhos percorridos de casas-fortes e currais.

O ameríncola vingativo e agitado não deixará impune a invasão de seus seculares domínios territoriais. Reagirá, como sempre, violentamente. Com redobrada valentia e ferócia, renovará seus ataques aos espoliadores e mais sangue empapará o solo virgem.

Embalde, porém, o fará. O trágico destino da raça americana selara-se no dia em que o branco, descendo em enxames do bôjo das caravelas, pisou curioso e alarmado os chãos do Novo Continente.

Aqui, como por tôda parte, vencerá o alienígena europeu, melhor aparelhado para a luta.

Numerosas tribos são sacrificadas às tendências expansionistas dos povos do Ocidente, ávidos e cruéis. Regiões inteiras, devastadas pela fúria de uma guerra sem quartel, se despovoam, aldeias extinguem-se e, no deserto

criado pelo quase completo extermínio do íncola, surgirão enormes domínios latifundiários, sítios e também ínfimos arraiais que se tornarão vilas e chegarão a ser cidades.

Aí aparecerá a figura veneranda do missionário católico na sua faina gloriosa de reunir os índios dispersos para formar aldeias sob a égide bendita da Igreja.

Modalidade nova de catequese será também inaugurada por meio das missões volantes criadas pelos Jesuítas, incansáveis sempre em atender às necessidades religiosas da gente daquele imenso território.

A civilização européia levará mais de dois séculos para realizar o domínio integral das bacias potâmicas do Meio-Norte, criando uma história regional sem lances de epopéia mas, ainda assim, cheia de episódios de acentuada dramaticidade, como essa Balaiada, a mais popular de nossas comoções intestinas.

Semelhante movimento de expansão colonizadora, que cobriria, em futuro um tanto remoto, parte assaz considerável do Nordeste Ocidental e sôbre o qual teremos ocasião de voltar, não se processou de modo desconexo e singular.

Concomitante com êle e com êle articulado, outro de maior amplitude e importância cedo se esboçaria, crescendo no rumo da hiléia ainda indevassada.

Crismado "Jornada do Grão-Pará e rio das Amazonas", nos escritos oficiais da época, êle iria realizar-se dentro de diretrizes certas e preestabelecidas pelo Govêrnador-Geral do Brasil, no regimento para tal fim entregue a Alexandre de Moura.

Dos capítulos mais importantes dêsse documento histórico e diretamente ligados à nova emprêsa, fizera esta autoridade lavrar um auto que foi lido perante a tropa aquartelada em São Luís, no dia 13 de dezembro de 1615.

A Metrópole, sem dúvida bem informada dos perigos que corria a região amazônica, cujas águas andavam infestadas de flibusteiros de tôda casta e bandeira, resolvera

agir com firmeza, determinando o imediato avanço sôbre a foz do Rio-Mar.

Que "... se fizesse a jornada do Grã-Pará e Rio das Amazonas, e se botassem dêles os estrangeiros, que ali residem, pôsto que parece cai na demarcação de Castela o Rio Amazonas...", recomendava o Regimento dado a Alexandre de Moura.

Visando em princípio à ocupação e defesa do estuário amazônico, a jornada do Grão-Pará pode, destarte, ser considerada mais um capítulo da marcha triunfal dos luso-brasileiros para o poente, marcha que os obstáculos sem conta, antepostos pelo meio físico e pelo próprio homem nativo, jamais puderam impedir ou retardar de maneira sensível.

Partiu o impulso inicial da ilha de São Luís com a expedição conquistadora que deixou o forte de São Felipe, a 25 de dezembro de 1615. Integravam-na colonos e soldados de tôdas as armas, menos cavaleiros. O grosso da tropa era naturalmente composto de infantes, dos quais 150 antigos partidários de Castelo Branco e que o haviam acompanhado ao Maranhão no ano anterior.

Repartidos em três companhias, ficaram os soldados sob o comando dos Capitães Álvaro Melo, Pedro de Freitas e Antônio da Fonseca.

Por subalternos das unidades, iam os alferes Pedro Teixeira, Pedro Favela e Gaspar de Macedo, homens que se fariam notados na história colonial paraense pela singularidade e valor de seus feitos políticos e militares.

A fôrça seguiu acomodada em três embarcações de pouco calado, bem providas de munições e mantimentos e guarnecidas com dez peças de artilharia, entre grandes e pequenas.

Dirigia a conduta, com a patente de Capitão-Mor da Conquista, Francisco Caldeira Castelo Branco que, como dissemos, tomara o lugar de Martim Soares Moreno, eleito antes para realizar o benemérito feito.

Deveu Castelo Branco o ser escolhido para a impor-

tante missão, preterindo quem tão bem a merecia, à necessidade em que se encontrou Alexandre de Moura de afastá-lo e à sua gente dos demais portuguêses estacionados em São Luís. Sendo demasiado impetuoso e autoritário, tanto quanto valente e hábil na guerra, indispusera-se com Jerônimo de Albuquerque e outros chefes militares, durante a recente campanha contra os franceses, e tornara-se, assim, séria ameaça à disciplina e, portanto, à segurança da tropa estacionada no Meio-Norte.

Arredá-lo daí era, pois, das prementes necessidades do momento. A êsse propósito diria mais tarde Alexandre de Moura em relatório a seu Rei: "... e lhe dei 150 soldados de sua parcialidade afora outros repartidos em 3 companhias com seus oficiais per os tirar a todos de suceder outro motim no Maranhão".

A viagem dos expedicionários até o local de destino fêz-se costeando e sòmente de dia para que, consoante recomendava o "Regimento", se "tomaram as conhecenças da terra". Os ócios dos marinheiros foram, por isso, consumidos em observações e sondagens batométricas freqüentes e determinadas pelo pilôto-mor Antônio Cochado para levantamento de todo o litoral.

Doze dias depois da saída da baía de São Marcos, transpunha a pequena fôrça naval os umbrais do anfiteatro amazônico, pelo desaguadouro do rio Pará.

Sempre navegando ao longo da praia, chegaram à baía de Guajará, a cujas margens, buscando sítio propício à ereção de uma vila, tomaram terra em 12 de janeiro de 1616.

O primeiro contacto com a paisagem equatorial do estuário, exuberante de vida, agressiva e multifária, não causou, por certo, nos recém-vindos terrores nem deslumbramentos. Conheciam-na êles de algum modo, em sua feição geral, pela miniatura geográfica que lhes oferecera o gólfão maranhense que muito se lhe assemelha; conheciam-na, também, através das narrativas cálidas dos pilotos franceses, guiadores da pequena armada e que, já

anteriormente, haviam transitado pela região em camaradaria com os indígenas.

Levava, com efeito, a expedição como práticos da costa e intérpretes a Charles des Vaux e mais dois ou três de seus compatriotas, aprisionados em São Luís, por não se atreverem os pilotos portuguêses a dirigir sòzinhos seus barcos nos mares do Extremo-Norte (42).

Na foz do rio Guajará escolheu o Capitão-Mor da Conquista um pontal de chão firme, nêle lançando, sem mais delongas, os fundamentos das obras de defesa fixas, que deviam garantir os recém-vindos contra possíveis investidas de nativos e corsários.

O tempo e os acontecimentos viriam demonstrar que a perspicácia e o tino profissional de Castelo Branco, — qualidades que todos lhe reconheciam e o proclamara o próprio Alexandre de Moura no ato de nomeação para o arriscado cometimento — não haviam falhado na preferência dada àquele local para ser sede do núcleo que, em futuro próximo, irradiaria a influência lusitana para todo o nosso setentrião.

Ereta em terreno fàcilmente defensável, entre o rio Guajará e seu afluente, o Guamá, com a denominação de forte do Presépio, hoje mudado para Castelo, a fortificação paraense apresentava a forma de um castelo quadrado, sobrepujando de 4 a 5 braças o terreno vizinho.

Do lado do rio, estava guarnecido de gabiões (cestões) entre os quais haviam sido assentadas as peças de artilharia trazidas de bordo. As outras faces constavam apenas de uma muralha de pedra, de duas braças de altura, sôbre um fôsso sêco. Ao norte, cêrca de sessenta braças de distância do forte, passava um igarapé que, dêsse lado, concorria para aumentar-lhe a eficiência e segurança (43).

(42) A situação da maruja lusitana apresentava-se, como se vê, bem mudada. Anos antes, pediam os espanhóis pilotos portuguêses para ajudá-los com sua habilidade e perícia a explorar a foz do Amazonas; agora, eram os próprios portuguêses que requeriam o auxílio de estranhos a fim de transitar em segurança por águas, outrora, assaz familiares aos seus antepassados.

(43) Th. Braga — "História do Pará".

Uma capela de proporções minúsculas foi construída, sob a invocação de Nossa Senhora das Graças, no próprio centro da área fortificada. Seria o refúgio onde, durante anos, os corações mais chegados a Deus iriam buscar alento espiritual tão necessário aos que ali curtiam as agruras do exílio.

Sendo o reduto do Presépio de dimensões demasiado exíguas para alojar a todos os recém-vindos, muitos derramaram-se, desde cedo, pela orla praieira da baía de Guajará, nela levantando as primeiras casas de morada, algumas das quais não passavam de míseros tejupares.

Principiara, por essa forma, a viver o povoado de Nossa Senhora de Belém, o precário núcleo de condensação humana, fadado a transmudar-se, três séculos depois, na brilhante metrópole que hoje conhecemos.

O comêço dos seus dias, 12 de janeiro de 1616, marca nova era para aquêle recanto feraz da América do Sul. Estava lançado o marco inicial da incorporação definitiva ao patrimônio português da imensa e fértil região que o entusiasmo patriótico de Caldeira Castelo Branco chamou de Feliz Lusitânia.

Uma vez radicados os conquistadores aos chãos do estuário, lhes ficavam naturalmente abertas à desvairada cobiça as portas da bacia do imenso rio nortista — êsse mundo misterioso e povoado das lendas mais inverossímeis, tecidas pela imaginação febril dos próprios brancos que a haviam visitado no decorrer do século, findo cêrca de um qüinqüênio antes.

Verdadeiramente, aquelas terras não pertenciam aos portuguêses. "O tratado de Tordesilhas, conforme acentua o escritor portenho Enrique de Cândida com sua justa visão dos fatos, criara para Portugal uma situação de inferioridade no Novo Mundo. Porque quase tudo ficara reconhecido como de Espanha e só a nesga entre Belém e Laguna, nos cálculos de geógrafos e estadistas, era de direito portuguêsa. A planície amazônica, quase incalculável, ficara no domínio daquela nação como parte

integrante das "Gobernaciones" de Pizarro, de Pedro de Mendonza, concedido em "Capitulaciones de 13 de fevereiro de 1544, sob o pomposo nome de "Nueva Andaluzia", a Francisco de Orellana, incluído finalmente, em 1552, 1568 e 1569, nos territórios de que o Rei de Espanha fêz mercê a Jerônimo de Aguaio, Diogo-Hernandez de Serpa, Pedro Malvar da Silva e Juan Ortiz de Larate" (44).

Tudo isso tinha, porém, minguada significação. Os luso-brasileiros ali estavam com a firme decisão de conquistar o extenso território, e haviam mesmo recebido instruções do Govêrno de Madri para levar por diante o extraordinário feito.

Rio Branco, sempre hábil em seus conceitos, atribui a anômala atitude de Castela, autorizando e, de certa forma, incentivando a invasão de seus domínios coloniais, a um fator determinante de ordem militar, ou seja, a fraqueza e inabilidade que os comandantes espanhóis da ilha da Trindade e da Guiana tinham dado mostra na defesa contra inglêses e holandeses da parte da costa sul-americana que ia do Orenoco ao Amazonas. Aí o soberano espanhol havia, ao que se sabe, feito numerosas concessões territoriais no intuito de apressar-lhe a colonização.

Segundo o autor citado, tudo isso fizera compreender aos Conselheiros da Coroa de Espanha ser preferível confiar aos portuguêses a tarefa de oporem-se às investidas dos inglêses e "rebeldes da Holanda", votadas, sobretudo, nessas paragens, à descoberta das riquezas fabulosas do Eldorado, do que perdê-las definitivamente.

Em pleno século XVII a lenda fascinante do Eldorado continuava, com efeito, e continuaria por muitos decênios, a viver na imaginação dos povos do Mundo Ocidental, despertando interêsse e acendendo cobiças.

Seu nome figura ainda no mapa de Jongle (1640) e

(44) Enrique de Cândida — "Limites de las Gobernaciones Sud-Americanas en el Siglo XVI. Buenos Aires, 1933". Apud Arthur César Reis — "Paulistas na Amazônia, Rio, 1941".

reaparece mesmo nas cartas geográficas do último quartel do século XVII (Cartas de Pierre du Val — 1664-1679), localizado ora nos lindes meridionais das Guianas, ora em terras brasileiras do Amapá. Era quanto bastava para manter acesa a cobiça dos povos rivais de Portugal.

O encargo que coubera a Francisco Caldeira Castelo Branco, o iniciador da expansão lusa no Extremo-Norte do Brasil, era, pois, sobremaneira árduo.

Competia-lhe não apenas ocupar definitivamente aquela parte da Amazônia, valorizando-a pela cultura agrícola, e defendê-la contra os corsários que, porventura, tentassem salteá-la, senão também expulsar dela os europeus intrusos que houvessem estabelecido em seu solo feitorias ou colônias.

Ora, tais intrusos se tinham tornado numerosos em todo o baixo Amazonas.

De prisioneiros holandeses e franceses, capturados nos primeiros dias da chegada, teve o chefe ocasião de inteirar-se dessa alarmante verdade: — A ganância de comerciantes europeus havia transformado as terras amazônicas em cenário de fartas e tôrvas operações mercantis.

Cêrca de cento e vinte léguas a montante do fortim recém-construído, nas margens do próprio Rio-Mar, súditos britânicos, enviados pelos Capitães Guilherme Clovel e Tomás Tyndall, tinham sub-reptìciamente instalado uma colônia, onde viviam com mulheres e filhos entregues aos labôres agrários.

Eram, aliás, os inglêses velhos freqüentadores da região amazônica. Sujeito Portugal à Espanha, êles, desde 1596, chefiados a princípio por Lourenço Keumis, um preposto de Sir Walter Raleigh para a América Meridional, e, depois, sob o comando de Leonardo Berrie, outro enviado do célebre e mal-aventurado favorito de Isabel, vinham visitando também amiùdadamente as zonas do estuário e suas imediações.

Dois oficiais de igual nacionalidade, os Capitães Mi-

guel Haricourt e Eduardo Harvey, já haviam tentado subir o Araguari com a intenção de explorá-lo (45).

De simples corsários haviam, pois, passado, os vassalos dos Stuarts, a colonizadores de terras brasileiras com grave prejuízo para os direitos dos legítimos donos.

Mas não eram apenas inglêses que incursionavam pelas nossas costas em busca de tráfico e de lugares para se fixar. Ao longo do braço setentrional do maior dos rios sul-americanos, nas praias norte e oeste da ilha de Marajó, nos domínios dos Tucujus, entre o Jari e o próprio Macapá, por todos os recantos, enfim, do estuário, alinham-se estabelecimentos agrícolas e feitorias comerciais também de irlandeses e holandeses, defendidos por canhões de marinha e postos fortificados.

Na foz do rio Parnaíba, hoje Xingu, dois redutos, os de Orange e de Nassau, haviam sido furtivamente instalados pelos neederlandeses, visando ao amparo e defesa de suas plantações. Essas colônias agrícolas foram ali criadas na mesma época aproximadamente (1604) em que franceses, com Daniel de la Touche, começavam suas visitas às costas da Guiana Brasileira.

As malhas de tôda a intrincada rêde potâmica, que é o baixo Amazonas, haviam-se tornado, pois, um autêntico formigueiro de contrabandistas internacionais. Nelas bordejavam, amiúde, piratas anônimos e agentes de poderosas companhias inglêsas e flamengas, animados de propósitos imperialistas ou ávidos apenas por se lançarem ao tráfico clandestino dos produtos da terra.

Madeiras, essências florestais, bugios, araras, algodões, pita, tabaco, peixe-boi e urucu constituíam as mercâncias mais apetecidas.

Na própria orla do Atlântico, fortins e feitorias de escambo denunciavam igualmente as intensas e duradouras relações comerciais entre os nossos selvagens e aven-

---

(45) As primeiras expedições inglêsas para as Guianas são as de Sir Robert Dundley (1594-1595) e as de Sir Walter Raleigh (1595), cujas ações se limitaram à ilha da Trindade e à bacia do Orenoco. (Rio Branco, "Fronteiras").

tureiros egressos de Holanda, Inglaterra e Irlanda, de que foi teatro essa parte do Continente, no alvorecer do século XVII.

Também a indiada, sempre irrequieta e pugnaz, tornar-se-ia em breve outro obstáculo sério à ocupação pacífica daquele trecho da América portuguêsa pelos nossos homens. Devotando algumas tribos velho ódio aos recém-vindos, com os quais haviam antes tido contacto pouco amistoso em vários pontos do território nacional, logo elas entraram a hostilizá-los velada ou declaradamente.

A carta do Vice-Rei de Portugal ao Governador-Geral do Brasil, datada de 4 de setembro de 1616, é um documento digno de ser consultado. Retrata a impressão que Caldeira Castelo Branco colheu da nova terra e esclarece a situação em que se encontravam os expedicionários em face dos indígenas e estrangeiros nos seus primeiros dias de Amazônia (46).

---

(46) "Governador Amigo, Eu El-Rey vos envio muito saudar; de Francisco Caldeira de Castelo Branco que enviaste com socorro à conquista do Maranhão, e dela o mandou descobrir o rio Pará, recebi carta de 12 de abril dêste ano em que me dá conta haver chegado a êle a salvamento os três navios com que partiu em 18 dias e com a armada entrar pelo primeiro braço que aquêle rio faz, e navegando por êle trinta léguas, escolheu um sítio forte por natureza (onde edificou uma fortaleza) com enseada de fundo bastante para navios de grande porte, e o canal muito limpo para poderem entrar e surgir debaixo da artilharia; e que tem êste primeiro braço vinte e cinco léguas de largura, todo de ilhas povoado de gentio; e que na mesma forma é tido aquêle arquipélago; e que o rio é muito maior que o do Maranhão, e que todos os mais que há no descoberto, e a terra fertilíssima de todos os mantimentos, que costuma haver no Brasil infinito gentio muito doméstico, e diferente de todo aquêle Estado, e muito acomodado para efeito de se plantarem canas e se fazerem engenhos; e ainda para se poderem semear todos os demais frutos da Europa, e que de presente há quantidade de algodões, pita, tabaco, e uma tinta vermelha de certos frutos que os estrangeiros vão buscar; e que também há pérolas e muitos sinais de minas de prata e de outras riquezas, e que é sadia de muitos bons ares; conclui com dizer que todo o Estado do Brasil não é nada em comparação dêste; e que tem feito pazes com o gentio, e trazido algumas aldeias para junto da fortaleza; e que trata de fazer pazes com todos os mais; e que entre êles achou um holandês que tem consigo, do qual soube, e de outro francês como o deixara havia dois anos, uma nau que aí fôra para efeito de aprender a língua e que esperava em mais passado quinze naus holandesas que haviam de vir a fazer fortaleza e povoar aquêle rio; e que estando o navio que enviou para partir, soubera por via dos gentios como pelo rio acima, cento e vinte léguas da nossa fortaleza, estava uma colônia de inglêses com mulher e filhos; e da banda do norte uma casa forte e povoação em que residiam holandeses que tinham já feito engenhos de açúcar, e que pela necessidade em que estava de munições e mantimentos me avisava, e porque a matéria está pedindo que se acuda com tôda a brevidade possível com socorro a Francisco Caldeira para se fortificar e ir continuando com o descobrimento das cousas daquele rio e conquista e se conservar o ganhado, vos mando que recebendo esta, logo com tôda a diligência envieis ao dito Francisco Caldeira algum socorro de mantimentos e munições e gente, porquanto dêste pôrto de Lisboa mando que também se envie logo um navio com o mesmo, para que Francisco Cal-

* * *

Terminado o aparelhamento das obras de defesa, alojados soldados e moradores, iniciada a vida pública na nova Colônia, fazia-se necessário informar à Metrópole de como haviam sido cumpridas as ordens do Rei, e pô-la a par dos perigos que cercavam os expedicionários.

Disso logo cuidou Francisco Caldeira Castelo Branco, enviando para o Reino minucioso relato de tudo que ocorrera durante o período inicial da ocupação. Era mister, igualmente, entrar em contacto com o Govêrno do Maranhão, a cuja frente se achava, como dissemos, Jerônimo de Albuquerque, na qualidade de seu primeiro Capitão-Mor, e participar-lhe a posse da terra e a situação geral da tropa de conquista. Urgia mostrar-lhe a premência irredutível de novos reforços, víveres, soldados e imigrantes, garantidores do prosseguimento da emprêsa começada sob tão auspiciosos augúrios.

Para ir a São Luís foi destacado o alferes Pedro Teixeira, nome que depois tanto avultaria, a serviço da causa da Pátria, e que era realmente o homem exigido para a emprêsa.

Dando início ao desempenho de sua missão, deixava êste a vila de Belém no dia 7 de março de 1616, acompanhado de Antônio da Costa, três soldados pagos e um grupo de índios flecheiros.

Vencendo, com inquebrantável energia, os impedimentos opostos à sua marcha pela natureza do terreno e pelas insídias dos Tupinambás, dois meses depois chegava ao destino com tôda a escolta.

Essa viagem veio rasgar, através de uma região exuberante, mas hostil, o primeiro caminho terrestre ligando São Luís a Belém.

---

deira não deixe por falta dêle de conseguir o efeito para que aí foi enviado; e depois dêste socorro, pretendo mandar breve outro bastante com gente para povoar aquela conquista; e porque do zêlo e cuidado com que folgais de os empregar em meu serviço entendo não me faltareis nesta ocasião; vo-lo não encarrego mais; e do que nesta matéria fizerdes me avisareis. Escrita em Lisboa, a 4 de setembro de 1616". **Apud.** Theodoro Braga. "História do Pará".

Outras vias de intercomunicação seriam posteriormente abertas em pleno sertão ou ao longo das praias oceânicas, tendo em mira evitar o grande obstáculo, que era o mar. Tais estradas, feitas à custa de ingentes sacrifícios — como a que construiu anos mais tarde o próprio Pedro Teixeira entre Belém e Alcântara — cairiam no olvido logo que os aperfeiçoamentos náuticos tornassem mais fáceis as viagens marítimas da Amazônia para o Nascente, mas, naquele momento, estavam fadadas a desempenhar função de alta relevância.

X

RUMO AO OESTE. LUTA CONTRA OS ESTRANGEIROS. INÍCIO DO MOVIMENTO DESBRAVADOR

Os conquistadores luso-brasileiros que haviam tomado pé nas margens da baía de Saparará, hoje Guajará, e nelas construído o forte do Presépio de Belém vão, a pouco e pouco, quebrando as asperezas e hostilidades do ambiente amazônico.

Sem incidentes dignos de registro especial no campo das ciências naturais do homem, processa-se a adaptação ativa dêsses recém-vindos à paisagem geográfica nova, colorida e viva que os envolve e domina.

Com a ajuda dos nativos aliados, mais firmemente consolidam suas posições na região do estuário e melhor se aparelham para defendê-las contra as arremetidas de traficantes europeus de várias nacionalidades que, insistentemente, buscam as águas do portentoso rio para o exercício de emprêsas comerciais ilícitas.

As feitorias que haviam plantado aquêles alienígenas, com a intenção conquistadora ou simplesmente mercantil, iam sendo, é certo, sistemàticamente destruídas, mas suas atividades imperialistas, longe de diminuir, recrudesceriam com o tempo. Ora, isso estava a exigir dos colonizadores uma vigilância constante e combates sempre renovados para anular os ousados e criminosos empreendimentos da pirataria universal.

As nossas lutas em defesa do Extremo-Norte brasileiro contra a cobiça estrangeira, começada nos primórdios da ocupação da terra pelas fôrças de Francisco Cal-

deira Castelo Branco, seriam, por isso mesmo, longas, árduas e cruentas. Prolongando-se por todo o período colonial, elas atravessariam o Império para só terminar nos dias felizes e brilhantes da primeira República.

O marco inicial dessa jornada gloriosa foi a vitória alcançada por Pedro Teixeira sôbre marujos de um navio de nacionalidade batava que, achando-se fundeado nas alturas de Gurupá, barganhava às escâncaras com os nativos.

Tendo regressado a Belém com os socorros que fôra buscar ao Maranhão, o futuro herói da épica travessia amazônica empreendera, por ordem superior e de parceria com Gaspar de Freitas Macedo, a abordagem do barco pirata, ao qual põe fogo, trazendo para aparelhar o forte do Presépio tôda a sua artilharia.

Assegurara o êxito das armas luso-brasileiras, nesse combate, o emprêgo de um método tático em voga na Colônia, desde o seu primeiro século, e que sempre se tinha mostrado de perfeita eficiência em operações guerreiras de igual tipo. Referimo-nos ao fato de êles usarem, no assalto ao veleiro inimigo, canoas indígenas, chamadas **ubás**, que, sendo leves e de grande mobilidade, permitiam acometer de súbito e meter-se no ângulo morto dos canhões contrários, anulando, de pronto, os efeitos mortíferos destas terríveis armas de guerra.

Na ordem de precedência histórica, vêm, depois, em 1623, os encontros armados da nossa gente com as guarnições dos fortes de Orange e de Nassau que, por serem estas menos adestradas ou de menor efetivo do que os atacantes, se viram fàcilmente batidas e tomadas prisioneiras por Luís Aranha de Vasconcelos.

No mesmo ano, caíam em mãos lusitanas as feitorias de Tilletile e Uarimiúca, levantadas no Cajari, e a fortificação holandesa de Mariocai ou Maniocai, tôdas rendidas pelo famoso Bento Maciel Parente e homens de sua tropa. Antigo Capitão de um dos navios da armada de Alexandre de Moura, participara êsse oficial da guerra

contra os franceses de São Luís e fôra feito Comandante dos fortes de Itaperi e do Calvário, no Maranhão. Exercia, na época acima apontada, as funções de Capitão-Mor do Pará, por nomeação de 18 de julho de 1621, mas ali chegara no correr de 1619, com ordem para dar combate aos indígenas (47).

A missão realizada vitoriosamente por Bento Maciel coubera, por escolha do próprio Govêrno espanhol, a Luís Aranha de Vasconcelos, militar que, vindo diretamente da Metrópole, não pudera deixar traços marcantes de sua passagem em outros setores da Colônia. Incumbido de expulsar os estrangeiros da Amazônia, mas não ousando levar a efeito sòzinho o assalto contra os baluartes poderosamente guarnecidos de Cajari e Maniocai, pusera-se, o delegado régio, prudentemente, às ordens de Bento Maciel que, valendo-se do pôsto culminante que ocupava na hierarquia administrativa local, incorporara às suas a fôrça daquele oficial e, mais bem aparelhado, atacara o inimigo e o desbaratara por completo.

Sorte igual tiveram uma nau de guerra dos contrários, acaso encontrada pelos expedicionários pouco acima do furo de Tajapuru, quando velejavam em direção ao teatro da luta, e o reduto de Muturu, erigido nas proximidades da foz do rio Paru, ambos dentro do campo de ação que as tropas atacantes abarcavam no momento.

A posição escolhida pelos holandeses, em Mariocai, para se acastelarem foi, pelos lusitanos, julgada de tal modo segura que, depois de tê-la dominado, Bento Maciel passou a usar o presumido título de primeiro descobridor e conquistador do Amazonas, sem dúvida envaidecido pelo brilho de semelhante feito d'armas.

Essa campanha, dada a sua envergadura, reclamou a cooperação de quase todos os militares de certo renome que então serviam em Belém. Dela participaram, com

(47) Veja-se o "Regimento para o Capitão Bento Maciel Parente, de 22 de março de 1619" — (Rev. do Inst. do Ceará, Tomo XXXIV, Ceará, 1920).

efeito, além de Luís Aranha de Vasconcelos, Pedro Teixeira, Aires de Sousa Chichorro, Salvador de Melo, os alferes Pedro da Costa Favela, Antônio Amorim e Francisco Medina e outros soldados de igual têmpera.

No local do fortim desbaratado, erigiu-se o forte de Santo Antônio de Gurupá, que passou a ser, assim, a guarda avançada de civilização ibérica em chãos do grande mundo amazônico. Destinado a barrar a passagem a novas invasões estrangeiras, foi o reduto guarnecido com cinqüenta soldados e pôsto sob o comando do Capitão Jerônimo de Albuquerque.

De pouco valeria o heroísmo e esfôrço dos portuguêses contra a tenacidade inquebrantável dos inimigos externos.

A reação dos nossos, destruindo prontamente pequenos núcleos de exploração e resistência, criados pelos intrusos, não lograria, porém, impedir que novos barcos piratas continuassem a afluir para a região do estuário amazônico. Saídos das costas da Inglaterra, Holanda e França, para o mister de arruinar o comércio espanhol, suas tripulações encontravam sempre, nessas terras misteriosas, campo propício à expansão de seus instintos rapaces.

Em 1625, Pedro Teixeira que, desde a fundação do Pará, se vinha fazendo notado "pela bravura e felicidade nos cometimentos", tem ensejo de reduzir a escombros o reduto de Mandiotuba ou Madiotuba, armado, pouco antes, pelo holandês Niklass Oudaen à margem direita do Amazonas, próximo à foz do rio Xingu.

A ação ali desenvolvida foi, graças à ajuda eficiente de Jerônimo de Albuquerque, Costa Favela e Baião de Abreu, rápida e decisiva.

Batido, Oudaen procura refúgio nas terras dos Tucujus, onde inglêses se haviam entrincheirado sob o comando de Felipe Pursell e com êles se alia. Sem lhes dar tréguas, Pedro Teixeira desembarca numa praia próxima e toma de assalto as posições inimigas, depois de

mortos em combate os dois chefes estrangeiros que as dirigiam.

Ainda dessa vez os triunfos luso-brasileiros não seriam definitivos. Dois anos mais tarde, em 1627, (48) teriam êles que investir, aliás com felicidade, contra o pôsto fortificado de Tonerego, Torrego, Tanerege ou Taneré ou ainda Taeré, (49) segundo as desencontradas grafias com que aparece registrado o seu nome em papéis da época.

Erigido por Bernardo O'Brein, irlandês a serviço da Holanda, junto ao Maracapuci, e assediado pelos soldados de Pedro Teixeira e Costa Favela, vêem-se os defensores forçados a capitular, malgrado a interferência de flibusteiros inglêses que, cientificados do desenrolar dos fatos, haviam acorrido de vários pontos do território paraense para lhes prestar auxílio.

No lustro seguinte, a 1º de março de 1631, Jácome Raimundo de Noronha, assistido, ainda desta vez, por Pedro Teixeira, conquista e arrasa o forte de Felipe, assentado pelo capitão britânico Roger North entre o Matapi e o Anduirapucu ou Anauerapucu, duas léguas distantes da atual cidade de Macapá.

Finalmente, a 9 de julho de 1632, Feliciano Coelho de Carvalho, tendo sob suas ordens Pedro Baião de Abreu e Pedro Teixeira, rende e desmantela o pôsto fortificado de Cumaru, Cumaú ou Camaú, erigido também pelos inglêses, pouco acima de Macapá.

O Capitão Roger Fey, Comandante do reduto, ausente no momento em que eram assaltadas as posições britânicas, seria, dias depois, 14 de julho de 1632, vencido e aprisionado a bordo do seu navio por Aires de Chichorro da Gama.

---

(48) Ou 1629, conforme pensam Arthur Reis e Gustavo Barroso, ou 1625, como assinala Joaquim Caetano da Silva em "L'Oyapoc e L'Amazone".

(49) Afirma o escritor Gustavo Barroso, em seu artigo "A Criação da Amazônia", que Tanaré ou Taeré era outro forte que os britânicos possuíam na margem esquerda do Amazonas e que também baqueou diante da investida de Pedro Teixeira, em 1629.

Diante das sucessivas derrotas experimentadas, desanimam os inglêses, abrindo mão de seus interêsses no Grande Vale.

Mais pertinazes, os dirigentes da Companhia Flamenga das Índias Ocidentais insistem ainda, despachando, em 1639, um patacho armado que invadiu afoitamente águas interiores da extensa planície, indo até Gurupá, onde foi, sem demora, abordado e vencido pelas fôrças do Capitão João Pereira Cáceras, Comandante do forte ali existente.

Isso de nenhum modo impediu que êles continuassem a comerciar com os indígenas e chegassem a mandar construir um novo forte nas margens do Araguari (50).

Enquanto aceso e cruento prossegue o combate para a defesa da terra contra a intrusão insidiosa de estrangeiros ousados, avoluma-se a onda de colonos que acorrem da Metrópole e ilhas portuguêsas do Atlântico para povoar os chãos virgens do grande Estado nortista.

Os anos de 1618, 1620, 1621 e 1624 marcam, segundo Berredo, as entradas dos maiores contingentes de homens. particularmente de açorianos, que logo se espalham pelos escassos núcleos demográficos, abrolhados ao longo do mar.

O elemento peninsular que emigrava para o Norte, em nada diferia do que seguia para a costa oriental da vasta Colônia sul-americana. Pertencia êle, de ordinário, à plebe urbana sem ofício, numerosíssima no Reino, ou à pequena nobreza, também parasitária. Igualmente vinham alguns artífices e provincianos de melhor sangue, mas ignorantes, fanáticos e cruéis. Os insulares eram agricultores na maior parte, mas eivados de idênticas falhas morais e mentais.

Era, pois, a mesma massa humana irrequieta, aventurosa e de poucos escrúpulos que saía do Reino tocada

---

(50) Em breve, tornar-se-iam concretas as ameaças francesas à Região do Cabo Norte. Malgrado tantos sacrifícios, as vitórias dos luso-brasileiros contra os propósitos imperialistas de seus concorrentes europeus permaneciam indecisas.

pela sêde de pecúnia ou pelo desejo de fugir aos rigores da lei. Gente que carreava, como é natural, mais vícios que virtudes, mas que trazia em si a esplêndida coragem, o valor e o espírito de lealdade à pátria, qualidades que sempre constituíram os melhores galardãos do povo português.

Tais imigrantes, à semelhança daqueles que João Ribeiro descreve como indo povoar a faixa litorânea sul e leste do Brasil, são, no Extremo-Norte, igualmente "turbulentos e desumanos; em breve odeiam o trabalho que relaxam e passam ao índio ou ao negro; adotam a violência ou dela são vencidos e dos costumes dos naturais, que pervertem até fìsicamente trazendo o contágio das epidemias."

Tangidos da Europa pela cobiça, pela fome ou pelo mêdo, ali chegavam sem quaisquer laivos de boa vontade ou de simpatia pelos filhos da terra, aos quais votavam, de ordinário, absoluto desprêzo.

A paz não foi, por isso mesmo, duradoura entre os forasteiros e os aborígenes locais.

Como nas outras partes do Brasil e por idênticos motivos, surgiram na Amazônia e no Maranhão, desde os primeiros dias, desavenças ocasionais entre os indígenas aliados e os reinóis, desavenças que, vêzes sem conta, degeneraram em conflitos sangrentos e duradouros. Feriram-se, também, numerosas lutas armadas entre os colonos e as cabildas que viviam nas circunvizinhanças de Belém e São Luís, simplesmente porque estas nem sempre se mostravam interessadas em aceitar as amizades oferecidas pelos recém-vindos.

Batidos, quase invariàvelmente, nesses encontros ruidosos e cruentos, os ameríndios eram, de ordinário, chacinados ou escravizados. Raros lograva garantir a liberdade pela fuga desabalada para sertões distantes.

Os mais maltratados nos primórdios da conquista foram sempre os Tupinambás, pois os nossos colonizadores nunca puderam esquecer, nem lhes perdoar, as antigas

e recentes ligações que mantinham com os outros europeus.

Para reprimir revoltas, não raro imaginárias, dêste ou daquele grupo tupinambá ou, ainda, para castigar seus maiorais pela lealdade com que continuavam a servir os nórdicos, voltavam-se os portuguêses contra a nação inteira a que pertenciam os culpados e, contra ela, organizavam aparatosas expedições punitivas. Comandavam-nas sempre oficiais de grande experiência e bravura, mas ambiciosos e desumanos. Tais chefes, de ordinário também diretamente comprometidos no negócio da escravização dos vermelhos e, por isso, sem empenho algum em distinguir culpados e inocentes, aproveitam o ensejo que se lhes depara, para dar a maior envergadura possível às missões recebidas e, assim, poderem cativar ou destruir a quantos indígenas lhes caíssem nas mãos.

Os mais remotos encontros luso-indígenas de certa importância que ocorreram na Amazônia feriram-se, pois, na orla praieira onde viviam, como vimos, tribos declaradamente infensas aos conquistadores ibéricos. Já em 1616, no próprio ano da fundação de Belém, aí desenvolve Pedro Teixeira sua campanha de extermínio contra os Tupinambás. Após ter, graças à superioridade de suas armas e à assistência dos gentios aliados, alcançado vitória fácil na baía das Bôcas, Teixeira persegue-os em seus improvisados refúgios, matando-lhes os melhores guerreiros e obrigando os remanescentes da tribo vencida a buscarem abrigo nas florestas distantes ou à sombra das bandeiras anglo-flamengas.

A fereza dos conquistadores não podia deixar de produzir ressentimentos profundos nas gentes litorâneas, já afeitas ao trato mais ameno dos traficantes inglêses e holandeses, e criar nêles ânsias de revide.

Aproveitando, no correr de 1618, a cizânia que refervia no seio da pequena colônia luso-brasileira, contra ela levantam-se em armas os nativos, encabeçados pelo principal Guaimiaba, conhecido também por Cabelo de Velha.

Tal amplitude teve êsse movimento armado e com tanta perícia e bravura foi conduzido pelas fôrças rebeldes, que estas chegaram, nos dias iniciais de 1619, a ameaçar de assédio a vila de Belém, ocasionando, entre moradores, tumultos e sobressaltos.

Tendo, porém, o maioral morrido tràgicamente pelas mãos de Gaspar Cardoso, um militar de obscura origem, arrefeceram de pronto os entusiasmos guerreiros dos atacantes, o que trouxe o triunfo final das armas contrárias.

O sangrento vigoroso mas inútil protesto de Guaimiaba abriu ensejo a novas e mais brutais represálias por parte dos colonos brancos.

Os selvagens que, segundo a palavra oficial, "não cediam nas suas correrias sôbre estabelecimentos portuguêses", foram, de novo, cruelmente castigados pelos vencedores, que nêles fizeram chacinas ferozes.

Nem os perigos sempre iminentes de ataques vindo do mar lograva desviar os colonos do intuito diabólico de exterminar o autóctone.

Nesse propósito e a pretexto de prevenir agressões intempestivas dos Tupinambás, resolve Jerônimo Fragoso de Albuquerque, 3º Capitão-Mor do Pará, seguir, em 4 de junho de 1619, para o Guanapu e o Carepe a atacá-los, pois, segundo corria, ali se tinham novamente concentrado em atitude hostil.

Levado por idênticos desígnios, penetra o Amazonas, em 1621, uma bandeira de guerra, sob o comando de Pedro Teixeira, que amplia e consolida, com novas vitórias, os triunfos já alcançados pelos luso-brasileiros.

Seis anos mais tarde, novamente invade os domínios tradicionais daquelas gentes o pernambucano Pedro da Costa Favela, que se dirige ao rio dos Pacajás, afluente do Tocantins, à frente de numerosa tropa de milicianos e índios flecheiros. Com tanta energia se houve o chefe da expedição e de tal monta foram os morticínios praticados por seus comandados "no restabelecimento da ordem" que os moradores da bacia dos citados cursos

d'água nunca mais se sentiram tentados a renovar as hostilidades contra os brancos intrusos.

Na guerra aos infelizes íncolas, notabilizou-se, por excessos raramente ultrapassados, depois, no Extremo-Norte, o Capitão Bento Maciel Parente, sertanista ousado e já nosso conhecido, cujo ocaso de vida, cheio de humilhações e sofrimentos, seria o justo castigo dos múltiplos crimes praticados contra os direitos naturais dos brasilienses.

Com o encarnecimento e a determinação de que vimos dar mostras no combate aos contrabandistas estrangeiros e lhes esquadrinhar os refúgios mais secretos, acossava os indígenas paraenses, comprometidos ou não em dar auxílio ao inimigo, renovando, em maior escala no grande palco amazônico, as tôrvas façanhas guerreiras já antes exercitadas em Cumá e Tapuitapera contra os silvícolas maranhenses.

Por êsse tempo, principiavam a avultar no Extremo-Norte as atividades das tropas de resgate. A elas dera início Pedro Teixeira, no correr de 1626, quando embarcou com um religioso carmelita, 26 soldados e numeroso grupo de nativos mansos para as aldeias dos Tapuiuçus. a fim de remir, a troca de presentes, os cativos que tais índios porventura destinassem a festins antropófagos. Nos largos rios da planície aparecem, outrossim, as primeiras flotilhas dos buscadores das chamadas drogas do sertão. Eram aventureiros que, desencantados do sonho de riquezas auríferas, corajosamente mergulhavam na selva à cata das nossas especiarias, as quais, encontradas em abundância na grande bacia, desde logo haviam prendido a atenção dos colonos e despertado nêles interêsses mercantis.

Tendo a missão oficial de desbravar a terra virgem e conquistá-la, numerosas embarcações armadas saem igualmente de Belém e velejam as águas barrentas do rio Pará, seguindo depois por entre os arquipélagos que pontilham o baixo curso do rio Amazonas. Algumas

metem-se também pelos afluentes de uma e outra banda da portentosa corrente e, terra adentro, por êles singram dezenas de léguas.

Começadas por Luís Aranha de Vasconcelos, as destemerosas expedições de reconhecimento prosseguiram, mais tarde, pelo litoral do cabo Norte, lutando incansàvelmente, não só para reconhecer a região, como para dali expulsar os traficantes holandeses e escoceses. Tinham o propósito de impedir que abrissem irremovível solução de continuidade no território brasileiro.

Guerra aos intrusos, sangrentas campanhas contra os indígenas e bandeiras de preia e de resgate se, de um lado, destruíam milhares de vidas humanas iam, de outro, insensìvelmente, alargando os horizontes geográficos da nova Colônia e desvendando aos moradores segredos e riquezas que dormitavam esquecidos naqueles êrmos equatoriais.

Pelas alturas de 1636, já iam muito dilatados rio acima os domínios portuguêses. Antônio Vicente Cochado, Pilôto-Mor de Pernambuco, que guiara, desde São Luís, a expedição de Castelo Branco, havia, di-lo Lúcio de Azevedo, subido mais de quatrocentas léguas a portentosa corrente, com o fim de estudá-la.

Segundo o mesmo autor, foi êle quem, por sua vez, destruiu um engano fatal aos navegantes: o mundo geográfico soube, afinal, que o Grão-Pará e o rio, por onde Orellana descera, faziam um só.

Dedicando todos os lazeres à tarefa de ampliar os conhecimentos geográficos, Cochado marginara o delta e achara que, 130 léguas para terra adentro, a corrente se dividia em dois braços (51).

---

(51) "Por indicações suas, o cosmógrafo Pedro Teixeira debuxou em Portugal um mapa em que, com exação e clareza, pela primeira vez se inscreveram estas costas. Infelizmente parece ter-se perdido êste precioso documento geográfico" — diz-nos Lúcio Azevedo.

Arthur Reis, sempre o melhor informado em assuntos referentes à história da Amazônia, diz que Vicente Cochado participou da expedição guerreira de Luís Aranha de Vasconcelos. Levava a incumbência de estudar o Amazonas e preparar os roteiros necessários ao bom conhecimento do curso dêsse rio.

Como resultado de suas observações, Antônio Vicente Cochado compôs a

Não se pode deixar de admirar a audácia de Cochado, avançando tanto pelo coração da terra, para explorar o rio Amazonas com o intuito meramente especulativo de aumentar as notícias sôbre a geografia da região. Por isso, seu nome deve ser lembrado com respeito.

Todavia, outra façanha de muito maior vulto e importância depressa iria eclipsar o feito de Cochado, relegando-o a plano histórico secundário.

Queremos nos referir à memorável jornada de Pedro Teixeira ao Equador.

"Descrição dos rios Pará, Gurupá e Amazonas, descobertos e sondados por mando de Sua Majestade."

E acrescenta: "O original do Mapa de Cochado pertenceu a Pedro II. segundo informa Manuel Barata, no seu estudo sôbre a "Jornada de Castelo Branco", pág. 27. Essa peça tão preciosa guarda-se agora na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Um Atlas de João Teixeira, datado de 1640, a "Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente O Brasil" (original), consta da seção cartográfica da B.A.P. do Estado do Pará, por oferta de João Lúcio de Azevedo. Nesse Atlas vem reproduzida a carta de Cochado". **Apud** Arthur Reis, "Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira", Rio, 1947.

XI

A VIAGEM DE PEDRO TEIXEIRA AO EQUADOR

Ao raiar a terceira década do século XVII, o chamado rio das Amazonas de há muito deixara de ser uma incógnita angustiante para as irrequietas gentes que povoavam a Ibéria.

Explorado, na região do estuário, por pilotos de várias nacionalidades, inclusive portuguêses que, partidos da foz do Pará, em incursões ousadas, lhe haviam, como se disse, sulcado por mais de 400 léguas as águas caudalosas e traiçoeiras, tinham-no devassado de "cima para baixo", em sua maior extensão, aventureiros espanhóis, vindos do Peru.

Norteados pela cobiça e impelidos pela crença inabalável num "Eldorado" que deveria existir oculto algures, no seio da floresta impérvia e cheia de ciladas, seguiram o fluxo da portentosa artéria líquida o cúpido Orellana e os soldados de fortuna que o acompanhavam por ordem de Pizarro.

Por ela rotearam também, alimentando iguais desejos de enriquecimento, Lopo de Aguirre e seus **maranones**, em 1560. Havendo assassinado Pedro Ursúa e vários outros companheiros de travessia (1559-1561), durante a desabalada fuga que vinham empreendendo das encostas andinas até às praias oceânicas do Atlântico, êsses rudes aventureiros teriam, segundo duvidosa versão, igualmente transposto, pelo rio Negro e Cassiquiare, o divisor de águas entre o Amazonas e o Orenoco, atingindo vitoriosamente o litoral do mar das Antilhas.

Renovando, sem incidentes de igual vulto, mas com idêntico entusiasmo, a viagem realizada por Francisco Orellana, aportavam, em fevereiro de 1637, a Gurupá e, logo depois, a Belém, dois leigos franciscanos e seis soldados espanhóis descidos da nascente.

Os religiosos eram Frei Domingos de Brieva e Frei André de Toledo que, mal refeitos ainda dos terrores, canseiras e privações sofridas durante a travessia, pormenorizaram, em impressionante relato para quem os quisesse ouvir, as peripécias da temerária aventura que acabavam de viver, varando a mata densa.

Por essa época, nos altiplanos andinos e para os lados do Pacífico, a dominação espanhola, após ter-se espraiado descompassadamente, entrava, pode dizer-se, em sua fase de consolidação definitiva.

Para as bandas do nascente, porém, a conquista continuava avançando, malgrado todos os tropeços. A sêde de ouro que, por mais de um século, arrojara às selvas do continente Sul-Americano a flor dos aventureiros espanhóis, deixara, é certo, de ser a principal fôrça dessa expansão avassaladora, aplacada em parte pelas contínuas desilusões.

Atuavam agora, em primeiro plano e como fator máximo do alargamento da influência de Castela entre selvagens da bacia amazônica, os religiosos catequistas, que, numa competição ousada e benemérita, furavam a selva buscando neófitos ou nela erigindo novas reduções.

Evangelizadores particularmente ativos e zelosos mostravam-se, nessa quadra histórica, os Padres da Província de São Francisco Solano. Instalados em Quito, trabalhavam com um ardor sempre novo por estabelecer a dominação cristã entre os Encabelados, índios que senhoreavam as terras do Aguárico até o Napo.

Pertencendo à vaga família tapuia, êsses silvícolas eram particularmente ferozes e vingativos, mas de pouco ânimo, pobres e preguiçosos.

Apesar de comedores de carne humana, êles haviam

entrado em relações continuadas com os brancos, sem as naturais repugnâncias demonstradas pelos de sua raça, recebendo, com aparentes sinais de agrado, os missionários que lhes vinham trazer a palavra de Deus.

Animados pelo êxito dos primeiros momentos, pensaram os religiosos em ampliar os trabalhos evangélicos, auxiliados pelo Govêrno espanhol, também interessado em estabelecer, na sede da missão, uma vila que servisse de ponto de apoio à maior expansão espanhola sôbre as terras circunjacentes.

Todavia, o clima de cordialidade, reinante entre os nativos e alienígenas, era, em verdade, mais aparente do que real.

"À chegada de um contingente de trinta soldados que, a pretexto de apoiar os missionários, vinham, na realidade, estabelecer ali a dominação espanhola e fundar uma cidade, a de São Diogo de los Encabelados," anuviou-se o ambiente por completo.

Desavenças, cedo surgidas entre militares e indígenas, reacenderam, nestes, velhos ódios latentes que, exacerbados com o tempo, culminaram num levante armado de tôda a tribo.

Ficaram, nessa ocasião, feridos alguns homens do destacamento, sendo o seu Comandante, o Capitão Juan Palácio, morto em recontro fortuito.

Era mais um choque inevitável entre duas civilizações muito distantes e, portanto, mùtuamente incompreensíveis.

Intimidados e compelidos pelo mêdo, soldados e missionários retraíram-se, após ações pouco heróicas que tiveram por desfecho o abandono do corpo do infortunado Comandante em mãos dos nativos, refugiando-se numa ilha próxima, onde pretendiam melhor organizar a resistência, contra novas investidas dos índios, e esperar socorros.

Nem todos, porém, aceitaram de bom grado perma-

necer na atitude passiva de defesa que lhes impunham as circunstâncias do momento.

Alguns mais audazes, ou apenas menos disciplinados, resolveram largar os companheiros para se lançar a novas aventuras pelo Amazonas abaixo, em busca do "Eldorado", cuja fama lhes empolgava a mente.

"A idéia de sair a procurar Manoa, cidade do ouro e das pedrarias raras, partira, diz-nos Pedro Calmon, de um português do Pará. Chamava-se Francisco Fernandes; um obscuro precursor de Pedro Teixeira o qual subira o Amazonas até às fraldas dos Andes. Simples aventureiro como tantos outros, cujo nome mal se conservou numa dobra de crônica fradesca, porém que realizou, na sua silenciosa façanha, uma epopéia nacional.

Mas não interessava à província franciscana de Quito as terras do Amazonas até Belém do Pará. Frei Laureano, Superior dos Missionários, opôs-se firmemente às idéias que tomavam vulto. Mas não contara com a firme resolução dos soldados de "ver o Dorado".

E, assim, numa pequena canoa, Francisco Fernandes, cinco soldados espanhóis, aquêles franciscanos e dois índios deixaram os companheiros consternados, a 17 de outubro de 1636, véspera do Evangelista São Lucas. Conduziam por matalotagem um punhado de milho." (52)

Principiara dêsse modo a viagem que, por entre inauditos perigos, iria terminar ao cabo de quatro meses, em 5 de fevereiro de 1637, junto às barracas onde assentava o fortim de Gurupá.

Encaminhados a São Luís, foram os frades ouvidos com assombro e admiração pelo próprio Provedor-Mor da Fazenda, Jácome Raimundo de Noronha, então no govêrno interino do Estado do Maranhão e Grão-Pará, cargo de que se apossara pela fôrça (53).

---

(52) Pedro Calmon, "De Quito ao Pará, o maravilhoso descobrimento do Amazonas." Instituto Pan-Americano de História e Geografia. Rio, 1935. Tomo II, pág. 103. Apud Arthur C. Ferreira Reis.

(53) Semelhante ato de violência lhe valeria, não obstante ter logrado ver-se confirmado no pôsto pelas Câmaras de São Luís e de Belém, ser, mais tarde, em princípios de 1638, processado como usurpador e remetido prêso para Lisboa.

Inteirado da sensacional ocorrência, o intruso vislumbrou, sem dúvida, a ocasião azada para reabilitar-se, aos olhos das autoridades metropolitanas, do crime de usurpação que praticara, crime, aliás, muito comum por essa época em terras maranhenses.

Realizaria a tarefa altamente meritória de dar cumprimento às ordens régias anteriores, determinando fôsse levada avante a exploração e conquista do grande rio Amazonas (54).

As opiniões encontravam-se, porém, bastante extremadas, tanto em São Luís como em Belém. A despeito das muitas simpatias que havia em tôrno de sua pessoa, Jácome Raimundo era alvo de críticas, recriminações e ataques dos que entendiam ser ilegal a sua posição à frente do Estado.

Político sobremaneira clarividente e capaz de sentir a importância daquele empreendimento, não hesitou, pois, em assumir, depois de amadurecida reflexão, as responsabilidades de realizá-lo.

---

(54) Com tais ordens, o govêrno espanhol teria, talvez, em vista delimitar as zonas de influência, dentro das quais deveria realizar-se, no futuro, a expansão colonizadora dos dois povos peninsulares, geminados agora sob o mesmo cetro.

Pela medida clamaria, mais tarde, o próprio Alonso Perez de Salazar, amedrontado com as incursões dos bandeirantes paulistas em terras do vice-reinado do Peru.

A tradição histórica, segundo a qual Jácome Raimundo de Noronha mandou proceder ao descobrimento do Amazonas em obediência às reiteradas ordens do rei da Espanha, feitas aos antecessores daqueles, tem sido, como bem acentua o Desembargador Júlio César de Faria, unânime entre historiadores brasileiros e mesmo portuguêses dos nossos dias.

Isso porque a tais ordens alude explìcitamente o Padre Acuña, na informação que prestou ao Real Conselho das Índias, quando diz: "E Vossa Majestade, desde o início do seu Reinado... ocupou seu desvêlo em conseguir isso mesmo. (vitória alcançada por Pedro Teixeira), cometendo a execução dêste descobrimento a várias pessoas, como consta de suas reais cédulas, despachadas nessa conformidade..."

Entre as mencionadas ordens figuram, com efeito, uma, despachada em agôsto de 1626 a Bento Maciel Parente, para "que, pelas províncias do Maranhão e Grão-Pará que ficam na bôca dêste Rio, começasse o seu descobrimento", e outra, em 1634, a Francisco Coelho de Carvalho, Governador do Maranhão e Pará, com ordem expressa de, com tôda a brevidade, e se fôsse preciso, êle próprio, desse início por aquelas partes ao que tanto desejava...

Em época anterior à primeira das ordens mencionadas ou, mais precisamente, dez anos antes da ordem endereçada a Bento Maciel Parente, recebera Luís Aranha de Vasconcelos idênticas instruções a respeito do reconhecimento do rio Amazonas.

Alguns escritores vão, é certo, bem mais longe, sustentando que as ordens para explorar o Amazonas fôram transmitidas diretamente ao próprio Jácome Raimundo de Noronha pelo Soberano espanhol. Assim o afirma, entre outros, Gustavo Barroso, que chega ao exagêro de pretender que Pedro Teixeira seguiu, "provido pelo Rei de Espanha de patente de Capitão-Mor das entradas e descobrimentos de Quito e do rio Amazonas com aquêle reino dos Andes, para traçar o limite mais conveniente entre as possessões das coroas de Castela e Portugal e fundar uma povoação na

Solicitados a nela cooperarem, os irmãos leigos imediatamente aquiesceram em repetir a grandiosa façanha de varar a América, já agora marinhando até Quito o curso do grande caudal.

Diz Berredo, em seus pomposos "Anais Históricos do Maranhão", que "informado bem o Governador de sua jornada, seguraram todos que saberiam repetir os perigos dela até dentro de Quito, se achassem companheiros do mesmo ânimo".

Êsses leigos eram, portanto, bem homens do seu tempo: rijos, dispostos, incansáveis...

Ao Governador não se antolhavam, além disso, dificuldades apreciáveis na eleição dos militares a quem pudessem ser cometidos os encargos da expedição de reconhecimento.

Naqueles instantes iniciais de nossa evolução histórica, uma plêiade de homens, aureolados pela fama de bravura incontestável, refulgia no cenário da vida pública maranhense e, nesse conjunto de soldados valorosos e enérgicos, brilhava sobranceiro o nome de Pedro Teixeira.

Era, sem favor, de tôdas a mais completa organização de sertanistas da Amazônia, proclama-o Arthur Reis (55)

---

linha divisória entre as mesmas..." Os historiadores antigos são, de ordinário, mais reservados.

A êsse propósito escreveu Southey: "Cônscio da usurpada autoridade, anelava Raimundo cobrir com o brilho de algum relevante serviço o feio crime e nada lhe pareceu mais próprio do que explorar a navegação interna entre o Brasil e o Peru e tal aliança cimentar com os naturais.

No mesmo sentido depõem ainda Berredo e Varnhagem, aquêle profundo conhecedor das coisas do Estado do Maranhão por tê-lo dirigido como Governador e Capitão-General.

Diz Southey: — "Merecia bem Jácome Raimundo o lugar que ocupava; mas, como tinha entrado nêle com maior escândalo do que glória, desejava de seu espírito nas ações mais heróicas **a serviço de Deus, do Príncipe e utilidade pública** porventura prêsa ao precioso cêrro ao Potosi **cujos terrenos conviria resguardar da ambiciosa navegação dos holandeses.**"

---

(55) Filho de Portugal, nascera, segundo apurou Lúcio d'Azevedo, em Catanhede, no vale do Douro, cedo passando ao Brasil como soldado de fortuna.

Com Jerônimo de Albuquerque batera-se vitoriosamente em Guaxenduba contra os franceses do Maranhão; embarcando depois na armada conquistadora de Caldeira Castelo Branco, tomara parte ativa na fundação do fortim de Presépio e na defesa do Grão-Pará.

Tempos depois, indo por terra a São Luís, em busca de socorros, defrontou-se com tribos inimigas, contra as quais teve de lutar denodadamente, logrando sujeitá-las ao jugo português e chegar em salvamento com todos os seus ao ponto de destino.

Nesse contato, porventura o primeiro que teve com a selva equatorial, dera

Natureza sem dúvida impetuosa e robusta mas disciplinada, homem de admirável capacidade de trabalho e realização, ninguém certamente mais recomendado para garantir o sucesso da emprêsa planejada pelo Governador do Estado. Foi, portanto, o escolhido.

Dando conta ao Rei da resolução que tomara relativamente à exploração do Grande Rio, justificou Jácome Noronha seu modo de proceder remetendo-lhe, não só o auto que fizera lavrar com as declarações dos dois Missionários, mas ainda determinando a ida, à presença de seu Augusto Amo, do próprio Frei André de Toledo. Tinha a incumbência de prestar ao Monarca os esclarecimentos complementares que se fizessem necessários e lhe fôssem solicitados.

Seriam os auxiliares imediatos de Pedro Teixeira nesse tentâmen — O Capitão Antônio de Almeida Azambuja, Mestre-de-Campo; Felipe Contrin, Sargento-Mor; Pedro da Costa Favela e Pedro Baião de Abreu, Capitães de Infantaria. Todos experientes lutadores, afeitos à rudeza do meio e de trato enérgico e ânimo decidido.

Recebido o Regimento, que lhe dava poderes de General de Estado e patente de Capitão-Mor, pôs-se Pedro Teixeira em campo, seguindo com êsse magnífico material humano para Belém, onde chegou no dia 25 de julho de 1637.

No vale ecoavam ainda os rumores dos últimos combates travados contra os holandeses intrusos. A animo-

---

mostras eloqüentes de notáveis pendores de mateiro, que o tempo se encarregaria de apurar e robustecer.

"Achava-se então Pedro Teixeira, diz-nos, ainda, Lúcio de Azevedo, nessa quadra da existência que, para os homens de robustez física e moral, é a mais bela e fecunda. À prudência da idade madura juntava a indômita coragem dos anos juvenis, com o vigor próprio da razão, em que o organismo humano atinge o máximo de desenvolvimento. Êstes dotes lhe permitiram levar a cabo, sem embaraço, uma emprêsa difícil, em que outros, menos fortes ou ditosos, tinham sucumbido..."

As credenciais de grande sertanista, êle as haveria de conquistar, não só perseguindo os silvícolas através da floresta impérvia, como explorando o sertão inculto em busca de drogas e especiarias ou realizando as operações de descimento.

De sua capacidade militar falariam as vitórias alcançadas na guerra de libertação da capitania contra o jugo de inglêses, escoceses e holandeses, em que tomara parte, entre 1616 e 1637.

Distinguira-se, também, no setor da administração pública, nela se revelando tão generoso e prudente quanto enérgico e pertinaz.

O atrito havido entre êle e o valente e prestigioso Bento Maciel Parente documenta e alicerça, de maneira a mais completa, semelhante afirmativa.

sidade contra a resolução do Governador, manifestada pela população maranhense, alastrara-se ao Grão-Pará, onde culminou com a chegada dos expedicionários, provocando escândalos e protestos.

Às escâncaras murmuravam os mais obstinados, alegando o estado de pobreza e de insegurança da Capitania, aberta a novas investidas dos estrangeiros solertes que faziam guerra aos direitos de Portugal.

Premida pelos munícipes, a Câmara representou ao Governador, insinuando ser inconveniente a realização de uma emprêsa por todos julgada aleatória. Dirigiu-se também ao Capitão-Mor do Pará, Aires de Sousa Chichorro, pedindo a paralisação imediata das providências porventura já em andamento, visando a aparelhá-la.

O momento não admitia, porém, interferências emocionais.

Jácome Raimundo de Noronha manteve-se firme em seus propósitos e verberou, com a habitual energia, o proceder dos camaristas, intimando-os a que não pusessem entraves ao cumprimento de suas ordens.

A Câmara, sabendo muito bem com quem se havia, cedeu prontamente. Uma campanha de persuasão, realizada em tempo e com habilidade pelos interessados, venceu as últimas resistências do povo.

* * *

Algumas centenas de nativos domésticos foram descidos, desde logo, de seus aldeamentos no Tocantins, para tomar parte no ousado empreendimento que, de certo modo, daria ao mapa político da América Meridional grande parte do aspecto que hoje lhe conhecemos.

Entretanto, prevendo a morosidade dos processos postos em prática pelo govêrno local, Pedro Teixeira lançava mão dos próprios cabedais para atender aos aprestos mais urgentes da conduta.

Ainda assim, escoaram três meses na aflita expectativa dos longos e demorados preparativos de viagem. O

Capitão Antônio de Almeida, que alegara motivos pessoais de relevância para não participar da expedição, foi substituído por Bento Rodrigues de Oliveira, que passou a ser o Mestre-de-Campo, no pôsto de Coronel.

Malgrado lhe conhecermos o nome apenas através de uma citação de Acuña, sobradas e transcendentes razões deviam ter influído na escolha dêsse oficial para imediato de Pedro Teixeira.

Nascido no Brasil, onde sempre vivera, tinha, como o provaram os acontecimentos posteriores, largo tirocínio da vida sertaneja e era um grande conhecedor das línguas e costumes aborígenes.

De Belém transportaram-se os expedicionários para Cametá, onde foram ultimados os preparativos da jornada; seguiram depois para Gurupá e daí largaram, finalmente, no dia 17 de outubro de 1637.

Somavam duas mil almas, despejadas em 47 canoas, em maioria de sólida feitura e avantajadas dimensões.

Dêsse trôço de homens decididos participavam, além de mil e duzentos índios remeiros e combatentes, cêrca de sessenta soldados portuguêses e o infalível pêso morto de muitas centenas de mulheres e crianças nativas.

Além dos oficiais mencionados incluíram-se, em Belém, um Capitão, três subalternos e um ajudante. Iam também quatro dos seis soldados espanhóis, companheiros dos franciscanos, e mais dois sargentos, um almoxarife e um escrivão. O Capelão da armada era o capuchinho Frei Agostinho das Chagas, do convento de Santo Antônio de Belém.

A princípio a subida correu bonançosa, em cenário de certo modo familiar a muitos dos componentes do grupo aventureiro. A toldar a placidez da viagem havia apenas os desassossegos resultantes dos naturais perigos de uma navegação feita em águas impetuosas e as inquietações que decorriam de pequenos atritos com as gentilidades ripícolas, já escarmentadas por anteriores contatos com os brancos de Belém.

À medida, porém, que a marcha se dilatava naquela paisagem imutável, arrefeciam os ardores e os ímpetos dos dias da partida.

Enfermidades estranhas faziam numerosas vítimas entre os ameríndios expedicionários e a muitos prostravam para sempre. Curtiam todos a cansativa e triste existência dos pioneiros em marcha. O trabalho era árduo, as privações diuturnas e a meta parecia cada vez mais incerta e distante.

Passados quatro meses desde a largada inicial, fadigas, incerteza e privações acumuladas geraram o desalento, de que foram prêsa fácil os menos animosos. O nervosismo geral, como era de esperar, amiudou as deserções, fazendo periclitar o sucesso final da emprêsa. Ante a sombria perspectiva de um fracasso, Pedro Teixeira reagiu com admirável vigor. Agindo, todavia, cautelosamente, fêz constar que estava próximo o término da jornada; e, para melhor coonestar a afirmativa, mandou que seguisse adiante, com a pressuposta missão de comunicar aos espanhóis a chegada da tropa, o Coronel Bento de Oliveira com uma flotilha de oito canoas. Na vanguarda colocou os mais recalcitrantes e com êles Frei Domingos de Brieva.

A providência logo surtiu os desejados efeitos: — as defecções cessaram como por encantamento e a tropa prosseguiu, desde então, confiante e como que revigorada por novas energias.

Igualmente, deve ter influído em Pedro Teixeira, quando resolveu criar aquela guarda avançada, a necessidade de ser feito um reconhecimento prévio do curso do rio e estabelecido com segurança o roteiro da expedição.

Os espanhóis, o irmão leigo e os outros fugitivos mostravam-se, em verdade, guias bem medíocres. Enganavam-se amiúde na determinação dos caminhos a serem trilhados, levando a armada a vaguear, enveredando, não raro, por sendas erradas. O fato é, aliás, perfeitamen-

te explicável pela impossibilidade natural de êles se recordarem de tôdas as particularidades do longo itinerário, muitas das quais mal fixadas na memória durante os momentos da dramática e rápida descida que haviam empreendido até Belém.

As admiráveis qualidades de sertanista do Coronel Bento de Oliveira patentearam-se desde os primeiros instantes em que assumiu as funções de chefe da vanguarda expedicionária.

Cérebro treinado na compreensão do meio brasileiro, hábil no trato com os índios, falando-lhes a língua e, por isso, sendo considerado por êles como parente, propiciava-os para uma boa acolhida ao grosso da armada.

E, dêsse modo, "cada dia o General encontra no lugar, onde tinha de repousar, indicações precisas sôbre os itinerários e os meios de ocorrer às necessidades da expedição".

Do Amazonas passaram ao Napo e, em agôsto de 1638, a vanguarda navegava em águas já efetivamente dominadas pelos espanhóis. Cruzaram com seus barcos a foz do Aguárico, aquêle mesmo rio em cujas margens, meses antes, encontrara a morte o Capitão Juan Palácios, quando tentava amainar a fúria devastadora e assassina dos filhos da terra.

Dias depois, nesse lugar, fundeavam Pedro Teixeira e seus acompanhantes.

No pôrto de ancoragem foi deixado um destacamento de soldados e índios, sob o comando de Pedro da Costa Favela e Baião de Abreu. Tinha por missão, ao que parece, manter os Encabelados em respeito e, certamente também, tomar contacto mais íntimo com a terra, em vista de se pretender fundar ali, futuramente, um povoado lusitano.

Continuando a travessia, alcançaram os viajantes, a 15 de agôsto, o lugar Paiamino junto ao rio do mesmo nome, êsse também afluente do Napo. Mais um sôbre-humano esfôrço era, porém, necessário fazer para atingir a

meta desejada. Realizou-o Pedro Teixeira, abandonando em Paiamino o caminho fluvial para prosseguir viagem a pé através da selva, por trilhas mal definidas e difíceis. A marcha penosíssima, para quem já se afizera às plácidas jornadas em canoa, só devia melhorar ao ser atingida, cinqüenta dias depois, a vila de Baeza.

Acolhidos e tratados com tôdas as considerações e deferências, por ordem do Presidente da Audiência de Quito, o licenciado D. Alonso Perez Salazar, que já fôra informado da chegada dos visitantes portuguêses, aí permaneceram êles durante oito dias.

Refeitos e, já agora, acomodados em cavalos e mulas de sela, empreenderam a última etapa da caminhada. Em Quito, onde os precedera Bento de Oliveira e Frei Domingos de Brieva, foram recebidos solenemente pelas autoridades espanholas. Ao encontro dos recém-vindos saíram mesmo, em cavalgada pomposa, os habitantes grados da cidade.

O fidalgo acolhimento, por parte dos espanhóis, prolongou-se, na própria capital, com festas religiosas e profanas em que Pedro Teixeira e os seus homens foram merecidamente honrados como heróis.

* * *

Enquanto corriam êsses acontecimentos, expediam-se correios ao Vice-Rei do Peru, D. Luís Jerônimo Fernandez de Cabera, conde de Chichon, com a notícia memorável do feito daqueles indômitos sertanistas.

Esclarece Lúcio de Azevedo que o pilôto da armada, Bento da Costa, foi um dos emissários. Encarregara-se de levar ao Vice-Rei "o roteiro da viagem e a planta do rio, que agora mais uma vez perde o nome. Passa a chamar-se São Francisco de Quito: porque a nova descoberta se deve à Ordem seráfica e porque da cidade correm as águas (tal era a idéia dos navegantes) diretamente até o mar".

Mais vibraram, porém, de temor que de entusiasmo as autoridades de Quito e do Peru.

Passados os primeiros momentos, entraram, sem dúvida, a considerar que, aberta a grande via fluvial à navegação portuguêsa, por ela bem poderiam vir do Atlântico, a fim de atacá-los, corsários holandeses e franceses que, em águas sul-americanas, corvejavam sempre prontos para qualquer incursão que lhes parecesse proveitosa.

Mas não era apenas isso; o caminho poderia ser igualmente utilizado pelos portuguêses do Pará para subir até a região de Quito em busca de índios a apresar, alargando, dessa forma, suas perigosas incursões escravistas.

Não tardou, por isso, a resposta. O Vice-Rei felicitava, em carta, a Pedro Teixeira pelo feito incomparável, ordenando, todavia, que, bem providos de munições e mantimentos, êle e os companheiros regressassem com urgência a Belém, onde os seus serviços poderiam ser necessários na defesa da terra.

Determinou, outrossim, que D. Alfonso Perez designasse duas pessoas idôneas e cultas para acompanhar a expedição, com incumbência de fiscalizar-lhe os passos e e registrar os incidentes e peripécias mais importantes da longa viagem de volta.

A seguir, os Delegados do Vice-Rei deviam passar à Europa, para levar ao Monarca espanhol e ao Conselho das Índias notícias pormenorizadas das terras amazônicas e dos caminhos percorridos e dizer da possibilidade de ser o rio utilizado como via de ligação transcontinental.

Contra a expectativa geral e desagrado extremo dos Franciscanos que, de antemão, se julgavam indicados para a importante tarefa, por terem antes navegado águas amazônicas, a escolha recaiu nos Jesuítas.

Os membros da Real Audiência de Quito, influenciados, ao que parece, pelo Corregedor D. Vasque da Cunha, designaram um irmão dêste, Padre Cristóvão de Acuña,

Reitor do Colégio de Cuencas, e seu companheiro André de Artieda, lente de teologia em Quito.

Pedro Teixeira, por motivos não bem esclarecidos, pediu e obteve que o seguissem até a costa atlântica, colaborando nos trabalhos da viagem de regresso, os religiosos das Mercês, Fr. Pedro de la Rua de Santa Maria, Fr. João das Mercês, Fr. Diogo da Conceição e o Superior dos três, Fr. Afonso de Armejo ou Aruego. Êste, tendo falecido em viagem, diz-nos M. Leitão, foi substituído, na chefia, por Fr. Pedro de la Rua de Santa Maria.

A 10 de fevereiro de 1639, o chefe da expedição deixou a capital do Equador para empreender, de torna-viagem, a longa travessia amazônica. No propósito de evitar rodeios, deixou Paiamino ao largo, dirigindo-se diretamente para Arquidonas, sôbre o Napo. Desceu depois êsse rio até o Aguárico, ao encontro de Pedro da Costa Favela e sua gente.

O lugar-tenente de Pedro Teixeira não se conservara inativo durante a ausência do chefe; ao contrário do que era esperado, a presença de fôrças luso-brasileiras nas terras dos Encabelados não causara nenhuma impressão forte no ânimo dêsses indígenas, mantendo-os quietos e submissos.

Ainda anchos pelo triunfo conseguido, tempos antes, sôbre os espanhóis, pretenderam repeti-lo, atacando e expelindo pela fôrça das armas a tropa portuguêsa estacionada em seus domínios.

Favela reagiu, porém, vitoriosamente, passando pelas armas os rebeldes que pôde agarrar no decorrer da luta travada entre ambas as partes. Sua atuação enérgica e decidida sofreou os ânimos exaltados e garantiu, por algum tempo, a segurança e tranqüilidade de todos.

* * *

Tendo alcançado os companheiros, Pedro Teixeira completou a obra disciplinadora de seu subordinado, entregando-se, depois, à faina de dar cumprimento às deter-

minações expressas pelo regimento que recebera do Governador Jácome Raimundo de Noronha (56).

Para tal fim reuniu, em ato solene, os componentes da expedição e fundou, no dia 16 de agôsto de 1639, junto às barrancas do rio do Ouro ou Aguárico, o efêmero povoado de Franciscana. Tomava posse, dêsse modo, para a coroa de Portugal, das terras da região, sem que ninguém lhe contradissesse o direito de fazê-lo.

Motivaram a escolha daquele local, para ser néle assentado um marco possessório com as augustas armas lusitanas, tanto a "abundância de ouro ali existente como o serem bons os seus ares e haver campo para tôdas as plantas e pastos para o gado".

Do sucedido se lavrou na ocasião o competente auto, que foi assinado pelos presentes mais qualificados (57).

Preenchida a parte mais importante da missão que levara Pedro Teixeira ao Alto Amazonas, continuou êle a descida, estacionando, algum tempo depois, no baixo rio Negro. Aí, alguns de seus companheiros — que não se conformavam em regressar ao lar de mãos vazias, depois de tão longa ausência — exploraram em vão as margens do rio no intuito de fazer escravos.

---

(56) Ou pela suposta carta-de-prego entregue a Pedro Teixeira pelo Governador do Estado do Maranhão, carta a que alude o Presidente da Audiência de Quito, Peres Salazar, em sua informação de 13 de maio de 1639, mas cuja existência é contestada, com argumentos sobejamente convincentes, pelo Des. Júlio César de Faria — "Significado da Expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos," "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 5 de julho de 1949.

(57) "Contestaram mais tarde os espanhóis que a fundação estivesse ocorrido. Teixeira fôra, porém, hábil. Fizera lavrar uma ata do sucedido, registando-a depois no Senado da Câmara de Belém; ata minuciosa, em que se declarava a fundação realizada em nome de Felipe IV, para a coroa de Portugal. Só não fêz Teixeira constar da ata, mais, que a povoação assinala, na bacia amazônica, o limite entre as coroas de Espanha e de Portugal, à época submetidos à mesma casa reinante. Teixeira era bom português. Seguramente, olhava o futuro. A independência se fazia e, Portugal, naquele trecho da América, teria ali seus extremos. A ata, para inteira legalidade, recebeu a assinatura de quantos assistiram ao ato, inclusive os religiosos espanhóis" (Arthur Reis). Constante das obras de Berredo e J. F. Lisboa, eis a ata reproduzida do artigo do Des. Júlio César de Faria: "Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, aos 16 dias do mês de agôsto de 1639, defronte das bocalhas do rio do Oro, estando aí Pedro Teixeira, Capitão-Mor por S. Majestade das entradas, e descobrimento, mandou vir perante si Capitães, Alferes e soldados das suas companhias, e presentes todos lhes comunicou e declarou que êle trazia ordem do Governador do Estado do Maranhão, conforme o regimento que tinha o dito Governador de sua Majestade para no dito descobrimento escolher um sítio que melhor lhe parecesse para nêle se fazer povoação; e porquanto aquêle em que de presente estavam lhe parecia conveniente, assim por razão do oro de que havia noti-

Quando a fôrça de novo chegou a Belém, a 12 de dezembro de 1639, envolveu-a uma onda de transbordante e enternecido entusiasmo patriótico, na qual não tomaram parte menos saliente aquêles mesmos colonos que se tinham oposto à sua pártida para Quito.

Incansável, Pedro Teixeira passou, logo a seguir, com os Jesuítas, a São Luís, para dar conta de sua feliz jornada ao Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, que era, já então, Bento Maciel Parente.

Escassas glórias colheria o nosso herói da notável emprêsa, sem dúvida um dos grandes lances da história do Brasil.

Seu nome e o dos leigos franciscanos e o dêsse obscuro "Francisco Fernandes, que teve a afortunada idéia de imitar o desertor de Pizarro", ficaram esquecidos durante os largos anos que sucederam ao feito.

Eclipsou-se a fama dos dois Padres Jesuítas, particularmente a do Pe. Acuña que, compendiando os fatos mais notáveis de sua viagem de baixada e os que sua imaginação aprouve criar, particularmente quanto à população regional, escreveu um livro, ao qual denominou "Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas".

Como prêmio de ter integrado virtualmente, no Brasil dos nossos dias, milhares de léguas quadradas,

---

cia, como por serem ares e campinas para tôdas as plantas, pastos de gados e criações, lhe pedia seus pareceres, porquanto tinha visto tudo o mais no descobrimento e rio; e logo por todos e cada um foi dito que em todo o decurso do dito descobrimento não havia sítio melhor e mais acomodado e suficiente para a dita povoação, que aquêle em que estavam, pelas razões ditas e declaradas; que visto pelo dito Capitão-Mor, em nome d'El-Rei Felipe IV, nosso Senhor, tomou posse pela coroa de Portugal do dito sítio e mais terras, rios, navegação e comércio tomando terras nas mãos, e lançando-a ao ar dizendo em altas vozes: que tomava posse das ditas terras e sítios em nome d'El-Rei Felipe IV, nosso Senhor, pela coroa de Portugal, se havia quem a dita posse contradissesse, ou tivesse embargos que lhe pôr, que ali estava o escrivão da dita jornada e descobrimento, que lh'os receberia; porquanto ali vinham religiosos da Companhia de Jesus por ordem da Real Audiência de Quito e porque é terra remota e povoada de muitos índios, não houve por êles nem por outrem quem lhe contradissesse a dita posse; pelo que eu, escrivão, tomei terras nas mãos, e a dei nas mãos do Capitão-Mor, e em nome de El-Rei Felipe IV, nosso Senhor, o houve por investido e metido na dita posse pela coroa de Portugal do dito sítio, e mais terras, rios, navegações e comércio; ao qual sítio o dito Capitão-Mor pôs por nome Franciscana, de que tudo eu, escrivão, fiz êsse auto de posse, em que assina o dito Capitão-Mor. Testemunhas que presentes foram o Coronel Bento Rodrigues de Oliveira, o Sargento-Mor Felipe de Matos."

coube a Pedro Teixeira apenas um título: — o de nomeação para o cargo de Capitão-Mor do Grão-Pará.

Faleceu em Belém, no dia 4 de julho de 1641, exausto por 26 anos de lutas travadas no cenário grandioso, mas hostil da Amazônia.

XII

O ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ

Cêrca de duas décadas antes da viagem de Pedro Teixeira, em meados de 1618, haviam chegado a Lisboa os Capitães André Pereira e Antônio Vicente Cochado, emissários incumbidos por Castelo Branco de levar ao Reino notícias minuciosas de tudo quanto ocorria na nova conquista.

Ciente de tais informações, mais se agravaram, ao que parece, os alarmes e sobressaltos que assoberbavam a mente do Vice-Rei.

Preocupado — conforme se depreende da leitura das Cartas Régias de 4 de setembro e 31 de outubro de 1616, enviadas ao Governador-Geral do Brasil — com a sorte dos precários núcleos militares que, plantados ao longo das praias oceânicas do Pará e Maranhão, deviam garantir a Coroa na posse efetiva daquelas capitanias, tateava o Govêrno à procura de uma providência capaz de pô-las definitivamente ao abrigo das arremetidas imperialistas dos povos da Europa Ocidental.

Durante mais de cem anos haviam-se acumulado nos arquivos peninsulares um sem-número de documentos de várias procedências, relativos ao Norte e Meio-Norte; aí jaziam roteiros e relatórios oriundos de viagens, oficiais ou não, feitas por pilotos ibéricos em suas águas territoriais.

Através dêles conheciam-se, dêsse modo, muitas peculiaridades próprias à geografia regional nortista e,

como é natural, também os problemas náuticos ligados ao regime das correntes aéreas e marinhas existentes naquele trecho de mar.

Na Côrte tinha-se, outrossim, perfeita ciência da enorme extensão de nossas costas e da importância que o fator **distância** exercia nas coisas do Brasil.

Sabiam os gestores dos negócios públicos que a administração da Colônia — em virtude da carência de meios a seu alcance e dos obstáculos naturais antepostos à navegação veleira, destinada a articular Belém e São Luís à cidade do Salvador — não podia atender, de modo satisfatório, à segurança e defesa de todo o Extremo-Norte. E, como aquela região, agora alvo preferido das ambições estrangeiras, não devesse ficar ao desamparo por mais tempo, pensou-se muito lògicamente em subtraí-la à jurisdição do Govêrno do Brasil, unindo-a de maneira mais direta à própria Metrópole portuguêsa.

A idéia, aliás, não era nova. Já Alexandre de Moura, no relatório elaborado em Lisboa, a 24 de outubro de 1616, propusera, como solução mais conveniente aos problemas econômicos e administrativos do Norte, torná-lo independente do Brasil.

"Dêste Reino, escrevia êle, pode V. M. mandar ir provimento para o Maranhão e Amazonas, por custar tudo menos da metade que no Brasil, e pelo tempo seja cada hu delles governo per si, quoando na for facil a comonicação por dentro dos Rios por sere muito distante hu do outro E (tão) longe do Brasil que mais facilmente si vai a Portugal do que vai a elle."

A proposta, que desde 1618 fôra aceita em seus traços gerais pelo Govêrno, pois, já no citado ano, falam os papéis oficiais em separar o Maranhão do Brasil (58), amadurou lentamente na Metrópole, só se tornando efetiva três anos mais tarde.

---

(58) Efetivamente, a Carta Régia, de 20 de julho de 1618, ao Conselho da Fazenda, pondo em relêvo as dificuldades naturais apresentadas pela navegação da costa leste-oeste às comunicações do norte com o Govêrno-Geral, refere a conveniência de separar-se, do mesmo govêrno, o Maranhão.

Deu-lhe realidade o Decreto Régio, de 13 de junho de 1621, que dividiu as terras transatlânticas de Portugal em dois Estados independentes: o do Brasil e o do Maranhão e Grão-Pará.

Assinado por Felipe IV, da Espanha, e III de Portugal, referendou-o o Regente Conde de Olivares.

O primeiro Governador e Capitão-General nomeado para dirigir o novo Estado Nortista foi o nobre espanhol D. Diogo de Carcome ou Carcamo, que, por se sentir alquebrado e de idade demasiado avançada, requereu e obteve dispensa do pesado e oneroso emprêgo.

O cargo de Governador foi então conferido a D. Francisco de Moura, administrador experimentado que acabava de deixar o Govêrno das Ilhas de Cabo Verde.

Êste, para assumir suas novas funções, impôs exigências julgadas exorbitantes, pelo que foi também exonerado. Passou o pôsto, finalmente, às mãos de Francisco Coelho de Carvalho, por patente de 23 de setembro de 1623.

Despachado a 25 de março do ano seguinte, saiu do Tejo trazendo, diz-nos João Francisco Lisboa, em dois navios "um bom socorro", assim de soldados para a defesa das terras, como de numerosas famílias para povoá-las.

Acompanhavam-no Manuel de Sousa d'Eça, agora provido no cargo de Capitão-Mor do Grão-Pará, Jácome Raimundo de Noronha, o novo Provedor-Mor da Fazenda Real, e o Pe. Frei Cristóvão, religioso capucho de Santo Antônio e primeiro Custódio de sua Ordem naquela conquista (59).

Tendo recebido instruções para tocar em Pernambuco, Francisco Coelho ali se deteve algum tempo, a pe-

---

(59) Informa o Pe. Rafael Gallanti que Frei Cristóvão, considerando que "a demora do Governador em Pernambuco não podia ser breve, seguiu sem perda de tempo para o Amazonas, a 12 de julho de 1624. Partiram com êle dezesseis missionários da mesma Ordem, dois carmelitas e algumas famílias das que tinham vindo do Reino, tudo a bordo de um barco de coberta. Deixando, a instâncias de Martim Soares Moreno, dois dos seus religiosos no presídio do Ceará, continuou viagem, entrando na cidade de São Luís, a 5 de agôsto do mesmo ano.

dido de Matias de Albuquerque que receava um possível ataque de fôrças holandesas contra a sua capitania.

Decretado o Estado Geral do Grão-Pará e Maranhão em 1621, só começou realmente a existir cinco anos depois, a 3 de setembro de 1626 (60), quando foi solenemente instalado. Nessa data prestou, com efeito, compromisso ante o Senado da Câmara de São Luís o Governador e Capitão-General Francisco Coelho de Carvalho que, segundo o Barão de Studart, ali chegara em agôsto de 1626.

A incipiente cidade de São Luís, que fôra designada sede da nova entidade administrativa, era já o lugar de assistência permanente das autoridades encarregadas dos negócios públicos e tinha sua Câmara Municipal desde 1619, ano em que aportara ao Maranhão a expedição de Jorge de Lemos Bitancor (61).

O Estado do Maranhão e Grão-Pará abrangia tôdas as conquistas que os luso-brasileiros haviam realizado no Norte do Brasil durante os dois últimos decênios.

Com cêrca de 380 léguas de costa aproximadamente, ou com 420, como declara Bento Maciel Parente em sua "Relação", ia do Ceará, onde começava, até às margens do rio de Vicente Pinzon, hoje Oiapoque. Pelo interior, não tinha fronteiras bem definidas.

Nêle se achavam, pois, incluídas terras do Piauí, ainda inexploradas, e as Capitanias do Ceará, Maranhão e Grão-Pará, que constituíam, até então, entidades inde-

---

(60) Ou a 23, conforme esclarece o emérito César Marques nos seus "Apontamentos para o Dic. Hist. Geograf. e Est. da Privíncia do Maranhão".

(61) Com a chegada de Jorge de Lemos Bitancor e de sua gente ao Maranhão, assentaram o Capitão-Mor Diogo da Costa Machado e o Provedor da Fazenda Luís de Madureira combinar com aquêle para que se criasse a Câmara. Reunido o povo por um bando e feita a votação, saíram por eleitores Rui de Sousa, Capitão Pedro da Cunha, Álvaro Barbosa Mendonça, Sargento-Mor Afonso Gonçalves Ferreira e o Capitão Bento Maciel Parente. Os quatro primeiros pertenciam à gente de Bitancor. Assentaram, então, os seis eleitores, escolher para juízes os Capitães Simão Estácio da Silveira e Jorge da Costa Machado; para vereadores, Álvaro Barbosa e o Sargento-Mor Antônio Vaz Borba; e, para procurador, Antônio Simões.

Uma carta datada de 9 de dezembro de 1619, dos camaristas de São Luís do Maranhão a El-Rei, dá conta da instalação dessa primeira Câmara do lugar e dos serviços que ia prestando (Rodolfo Garcia).

pendentes e com vida própria, mas cujas linhas terminais só mais tarde seriam fixadas definitivamente.

Conjetura Palma Muniz que, depois da viagem de Pedro Teixeira, as confinanças da região erigida em Estado do Maranhão, por fôrça da Carta Régia de 13 de julho de 1621, se faziam do modo seguinte:

"Pela frente, a costa oceânica com tôdas as ilhas adjacentes, desde os baixios de São Roque até o rio Vicente Pinzon (Oiapoque); pelo lado do sul, uma divisória a partir dêsses baixios e envolvendo as bacias do Jaguaribe e do Parnaíba e continuando para oeste pelo paralelo de 10 graus sul, até os fins da conquista; pelo lado norte, as divisas com as Índias de Castela, rio Oiapoque acima até o novo reino de Granada; e, pelos lados do oeste, os confins dos domínios de Castela, assinalados pelo auto de posse de Pedro Teixeira, lavrado em 16 de agôsto de 1639".

Isso não passa, porém, de uma opinião meramente pessoal.

É sabido que, fundando Alexandre de Moura a Capitania do Maranhão, cujo govêrno entregou a Jerônimo de Albuquerque e, logo a seguir, incumbindo a Caldeira Castelo Branco da conquista e estabelecimento da Capitania do Grão-Pará, não cogitou êle, de nenhum modo, nos têrmos dos atos oficiais que para tal expediu, de determinar as confinanças daquelas unidades administrativas.

Semelhante esquecimento ocorrera, em época mais recuada, igualmente no tocante ao Ceará em cuja direção fôra provido Martins Soares, primeiro, por Diogo de Meneses em 1611, e, depois, pelo próprio Rei em Carta Patente de 26 de março de 1619.

O Professor José Ribeiro do Amaral, diz-nos ainda P. Muniz, tratando da delimitação geral das três capitanias, Grão-Pará, Maranhão e Ceará, assim a discrimina:

"Tinham seus limites, antigamente, princípio, segundo a autoridade de J. Bettendorf, entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, junto aos baixios de São Roque em 4

graus e 30 minutos de latitude austral e 342 graus de longitude da ilha de Ferro (correspondente a 7 graus e 10 minutos E do meridiano do Rio de Janeiro), ou, como melhor pensa o erudito Senador Cândido Mendes, deviam encontrar os da antiga capitania de Itamaracá e não aquêle ponto, porquanto, geogràficamente, não é isso explicável, e estendiam-se até o rio V. Pinzon (Oiapoque) a 1 grau e 30 minutos da linha equinocial onde acabava o seu domínio, bem como o de tôda América portuguêsa, com o desenvolvimento de cêrca de 455 léguas da costa na direção leste-oeste ("Limites do Maranhão com o Piauí", 1919).

A fronteira oriental, marcada por Cândido Mendes de Almeida, ou seja, o Jaguaribe — uma vez que, para êle, o Ceará estava compreendido entre o Mondaituba e aquêle rio — não pode também prevalecer.

Se levarmos em conta; para fixação das extremas do Estado do Maranhão, os limites levantinos da capitania doada a Antônio Cardoso de Barros, a costa maranhense partiria antes da praia do Marco, indo, para o norte, até os confins superiores das terras do Cabo Norte, ainda em grande parte desconhecidas.

Depois de constituído o Estado do Maranhão, as três capitanias, compreendidas no seu imenso território, continuaram a subsistir com seus Capitães-Mores residindo na sede dos respectivos distritos e sujeitos ao Capitão-General a quem substituiam nos impedimentos e ausências ocasionais.

"Para a direção do Estado havia, esclarece o historiador Arthur Reis, Regimento especial, expedido o primeiro em 1623 e o segundo em 1655, como era, aliás, o espírito da civilização portuguêsa, que não admitia arbítrios dos delegados da Coroa nas Colônias. Para a Capitania do Pará, que abrange tôda a Amazônia, o primeiro Regimento parece ter sido concedido a 5 de julho de 1669, embora já em 1652 se fizesse referência a um texto anterior. Além dêsses estatutos, decretaram-se, em Alvarás, Cartas-Rê-

gias, Decisões do Conselho Ultramarino e outras espécies legislativas, para que não exorbitassem, o que não proibiu desregramentos, excessos, violências, malversão da cousa pública, sempre, aliás, reprimidos com punições e censuras fortes."

XIII

INÍCIO DO POVOAMENTO. NOVOS SOBRESSALTOS

A viagem de Pedro Teixeira, apontando ao povo as possibilidades econômicas da terra, veio dar novos e inesperados impulsos à expansão econômica na Amazônia.

Sabendo, pelas informações autorizadas dos recém-chegados, ser a hinterlândia realmente ubérrima e promissora, o alienígena, criado no sonho de fortuna fácil, já não pode, conforme lembra um escritor de mérito, contentar-se com os escassos proventos havidos dos cofres públicos ou dos mofinos negócios que surgiam ao acaso.

Insatisfeitos, avassaladores e cheios de fôrça, aventureiros deixam Belém com seu casario pobre e sua vida mesquinha e, para fugir à penúria e ao desconfôrto crônico em que se debatem, juntos afundam afoitamente na selva inóspita e cheia de mistérios.

De vistas sôfregas, procuram, na terra "áspera mas abundante e rica", as propaladas drogas, as especiarias, as essências aromáticas, a coca e os algodões de que tanto se fala e cuja fama, ecoando de bôca em bôca, é um novo convite a correrias distantes.

Buscam igualmente ouro, esmeraldas, cristais e pedras raras, riquezas com que a fantasia audaciosa de Simão Estácio da Silveira se comprazera em semear os confins interiores da Amazônia e a cujo fascínio não podiam ficar imunes os lusos recém-chegados.

Ouro fôra a fôrça que lançara ao sertão os primeiros colonizadores da nossa gleba litorânea. Ouro seria, por

isso, o pensamento que de início assaltou os luso-brasileiros ao tomarem pé nos largos chãos do estuário.

Cem anos de desenganos não tinham bastado para desacreditar a miragem estonteante e irresistível...

Espevitados pela esperança de descobrir minas, colonos haviam feito uma expedição ao rio dos Pacajás nos primórdios da ocupação.

Em 1651, Bartolomeu Bueno de Ataíde, por ordem do rei, iria ao rio do Ouro em busca de novas jazidas de minérios preciosos.

Voltadas as atenções gerais para o Grande Vale, intensa se fêz, assim, a interiorização em tôda a zona costeira do Extremo-Norte. É a expansão sertanista que se intensifica e avulta, obra formidável de heroísmo e pertinácia, graças à qual, um a um, iriam sendo revelados ao Mundo os grandes e pequenos formadores do Amazonas, e que haveria de prosseguir de maneira ininterrupta durante 300 anos, aproximadamente.

Ao trabalho de devassamento não se seguia, porém, a imediata ocupação produtiva do solo, pois o deslocamento de imigrantes, para se fixarem de maneira duradoura nas áreas sertanejas, continuava a ser, pràticamente, nulo.

Circunscrita à faixa litorânea, a colonização permaneceria, por muito tempo ainda, limitada às proximidades de Belém e São Luís, onde minguados núcleos de condensação humana perdiam-se em imensos vazios demográficos.

No rumo do oeste, a civilização ocidental estacara junto à ilha de Gurupá. Aí, dominando as águas do Rio-Mar, alteava-se solitário um fortim português.

De nenhum efeito estimulante sôbre o ânimo dos reinóis, levando-os a esquecer os perigos da viagem transatlântica e passar à Amazônia, pareciam resultar os escritos louvaminheiros que, a respeito da nova conquista

e de suas opulências, iam sendo divulgados na Península com intuitos de propaganda (62).

De nada valera, ainda, o empenho dos poderes públicos regionais em incentivar a expansão povoadora dos brancos e seus mestiços.

A população era de muito fraca densidade na sede das Capitanias do Norte e Meio-Norte e as leis restritivas vigentes no Reino faziam débeis as correntes migratórias que, do Além-Mar, para elas derivavam de maneira espontânea; os contingentes de degredados e as tropas de linha, estas enviadas para reforçar as defesas da Colônia, apresentavam-se também insignificantes.

A cidade de São Luís e arredores tinha, em 1637, conforme apurou Bento Maciel Parente, 250 moradores livres e 60 praças de guarnição; enquanto que Belém, sem dúvida muito inferior em importância política, econômica e social, contava apenas 80 moradores e 50 homens de presídio; no forte do Ceará estavam 30 soldados e em tôda a capitania apenas existiam 4 ou 5 moradores.

No Gurupá havia ùnicamente 30 soldados.

Ao lado dêsses povoadores luso-brasileiros, aposentados, de ordinário, em fazendas dispersas pelas cercanias dos fortins lusitanos, residiam, outrossim, no Pará, ao tempo do Govêrno de Sebastião Lucena de Azevedo (1646-1648), cêrca de 50 estrangeiros de várias nacionalidades. Eram súditos holandeses, inglêses e franceses, alguns dos quais, como assinalam documentos coevos, "antigos habitantes do lugar".

---

(62) Inaugurada, conforme mostra Arthur Reis, por André Pereira, a literatura de louvores românticos às terras nortistas, teve naquela época a sua mais alta expressão em Simão Estácio da Silveira, autor da célebre "Relação Sumária das coisas do Maranhão, dirigida aos pobres dêste Reino de Portugal."

Nesse e noutro trabalho de sua lavra, "Intentos da Jornada do Pará", dando largas à imaginação, perde-se o escritor na descrição prolixa da fantasia das riquezas, assim do Maranhão como da Amazônia.

Também as cartas de Frei Cristóvão de Lisboa, que estivera de pouco nas terras recém-incorporadas ao patrimônio português, devem ter tido idênticos propósitos de propaganda, apesar de bem mais comedido em elogios.

Inscrever-se-iam, mais tarde, entre os que versaram os problemas de nossa terra animados no mesmo espírito otimista: Manuel de Sousa d'Eça, Bento Maciel Parente, Luís Figueira e Jácome Raimundo de Noronha, que dela fizeram "pitorescos panoramas". O primeiro escreveu "Sôbre as coisas do Grão-Pará"; o segundo redigiu a "Petiçam" e um volumoso memorial, a respeito do qual teremos de voltar.

Essa gente, caída, como é provável, prisioneira dos conquistadores ibéricos, no decorrer dos combates feridos entre êles e seus concorrentes europeus, fôra sempre julgada nociva à segurança militar da terra, pelas autoridades locais. Tomadas de escrúpulos, elas chegaram a propor ao Rei desterrar os intrusos para as margens do Itapicuru, onde ficariam mais bem vigiados e fora do alcance de qualquer golpe de mãos de compatrícios interessados em libertá-los.

Os escrúpulos do Capitão-Mor do Pará dão a perceber com bastante clareza que as terras amazônicas permaneciam, na data apontada, sob a ameaça de novas incursões armadas por parte dos atrevidos piratas internacionais.

Mas não eram apenas as ameaças oriundas do exterior que amarguravam a existência da gente belemita e faziam periclitar a segurança comum.

Empolgada pelos seus ódios pessoais, tanto quanto por interêsses materiais subalternos, cindia-se a população, de quando em vez, em grupos opostos que se combatiam abertamente, tornando opressiva a atmosfera social do novo agregado humano (63).

E havia ainda a inquietar os habitantes locais a indefectível hostilidade dos nativos de vária parentela, irmanados pela mesma aversão à tirania dos brancos. Cizânias entre moradores, tumultos e motins populares, freqüentes conjurações contra o Govêrno, agravados pelo temor de sangrentos atritos internacionais, desorganizavam por completo a vida administrativa daquela Capitania e punham entraves sérios ao alargamento da conquista e ao progresso econômico regional.

Um acontecimento histórico da mais alta relevância

---

(63) "Desde 1618, quando Caldeira Castelo Branco, fundador da Colônia, foi deposto e prêso no Pará, as desordens e levantes populares são fatos quase contínuos. Até 1628 dão-se contenda pela posse do Govêrno. Em 1625, surgem tumultos a propósito da lei sôbre as administrações dos índios.

Novos motins, em 1628, por terem sido abolidos os resgates. Em 1634, sedição contra o Capitão-Mor Luís de Rêgo Barros. Em 1661, prisão dos Padres da Companhia e desordens na povoação de Gurupá.

Em 1677, surge a conjura contra o Governador Pedro César."

viria, é certo, modificar de maneira feliz o curso da história do Mundo Lusitano, mas a situação de insegurança reinante na Amazônia e no Maranhão permaneceria ainda por muito tempo inalterada.

Na manhã de 1º de dezembro de 1640, cedendo às contingências sociais e políticas do momento, aceitara, por fim, o tíbio Duque de Bragança a coroa que havia ornado com tanto brilho a fronte de seus antepassados da gloriosa casa de Aviz, e torna-se D. João IV.

Realizara-se, nesse dia, o milagre há tanto aguardado pelas gentes reinóis com profunda fé religiosa. Portugal, jacente, desde o fim do século anterior, sob o domínio de Espanha — domínio que, de certo modo, resultou extremamente benéfico para nós brasileiros, porque permitiu o alargamento pacífico das raias limítrofes do nosso território — recobrara de vez seus direitos de Estado Soberano (64).

Apeada do trono a Casa d'Áustria, a nação, enfermiça e combalida, mas autônoma, passa naturalmente a viver em harmonia com as demais nações do Velho Continente, algumas das quais a hostilizavam apenas por serem inimigas seculares do povo castelhano.

Nem por haver paz na Europa, cessaram, porém, os atentados contra a integridade territorial dos domínios lusitanos no Grande Vale.

É que tais atentados às nossas terras tinham causas determinantes bem mais remotas e profundas do que geralmente presumem os menos prevenidos.

Não eram meros episódios de uma guerra entre Soberanos rivais que se houvesse espraiado até as plagas do

---

(64) Morto o Cardeal D. Henrique, em 1580, a disputa do trono vago de Portugal entre D. Antônio, Prior do Crato, e Felipe II, de Castela, fôra, como se sabe, de curta duração.

Traído nas côrtes de Tomar pelos seus homens públicos, de maior preeminência no cenário social e político, e pelos seus fidalgos, ainda os de alta prosápia, Portugal cairia, com efeito, sob a dependência de seu rival peninsular.

Mais do que os direitos de descendente e herdeiro eventual de D. Manuel, o Soberano espanhol tivera a apoiá-lo os soldados do Duque d'Alba e a maruja do Marquês de Santa Cruz, e, ainda, uma torrente de ouro, que fizera emudecer os escrúpulos de uma nobreza então moralmente abastardada.

Novo Mundo. Resultavam, antes, do choque de princípios econômicos opostos que, na época, avassalavam as preferências dos povos da outra banda do Atlântico. Constituíam a expressão concreta da luta do comércio livre contra o monopólio, cedo transmudado em atrito armado entre imperialismos coloniais, luta que ajustes diplomáticos, concertados de Metrópole para Metrópole, não podiam cerrar de maneira brusca e cabal.

Sempre derrotados, mas nunca abatidos definitivamente, os competidores de Portugal recalcitraram. A Inglaterra, tendo obtido especiais favores do Govêrno como medianeira na paz com a Espanha, abandona a liça; os dirigentes das outras potências marítimas continuam, porém, firmes em seus propósitos de avassalar chãos brasileiros.

De todos, os mais pertinazes são os holandeses e, sobretudo, os franceses que, de pouco, haviam iniciado as suas atividades no vasto cenário amazônico. Não obstante batidos ao longo da faixa litorânea em embates repetidos e sangrentos que se vinham renovando desde os primeiros dias do século XVI, êsses piratas persistiam em ser, para os nossos descobridores, adversários irredutíveis.

Para agremiar os esforços de aventureiros desta nacionalidade, acaso interessados em emprêsas sul-americanas, e dar maior eficiência às suas investidas contra o Brasil setentrional, fôra fundada em França, nos primórdios de 1633, uma emprêsa mercantil e colonizadora com o nome de **Companhia do Cabo Norte.**

A ela concedera Luís XIII — seguindo a tradicional política de expansão e conquista de seus antecessores, desde Francisco I — licenças especiais. Dera-lhe o Monarca, com evidente menosprêzo pelos direitos hispano-portuguêses, o monopólio do comércio e tráfego fluvial do Orenoco ao Rio-Mar, monopólio que os agentes da companhia só não lograram tornar efetivo devido à inquebrantável resistência das autoridades paraenses.

A Companhia do Cabo Norte, apesar de colocada sob o alto patrocínio do Cardeal Richelieu, foi, assim, levada à falência e à dissolução.

Sorte idêntica teria a **Companhia da França Equinocial**, outra sociedade criada, logo depois, em França, nos moldes da primeira e com idênticos propósitos (65).

Não obstante tão numerosos insucessos, os franceses não dão mostra de desânimo. Tanto que, por volta de 1664, surgiria no Velho Mundo mais uma associação de igual tipo, a **Companhia de Comércio das Índias Ocidentais**, destinada a operar na América Meridional e que era "sem dúvida a mais rica e importante das três".

Constituída com os mesmos desígnios imperialistas das congêneres desaparecidas, a Companhia de Comércio estabeleceu o centro de suas atividades na ilha de Caiena (66), onde erigiu uma pequena povoação. As gentes do novo vilarejo, cumprindo, decerto, as determinações dos mandatários da emprêsa, não tardaram a dar comêço às suas atividades criminosas, aspirando a tomar pé em chãos amazônicos.

Com o fito de ocupar a parte do nosso território que é hoje o Amapá, êles traficavam com gentios que aí viviam, construíram feitorias de escambo e, em alguns pontos da costa, chegaram a organizar sistemas permanentes de defesa.

Essas manobras solertes de infiltração não alcançariam os desejados êxitos, mercê de pertinaz e decidida oposição dos dirigentes das Capitanias nortistas, que lutaram, como vimos, sempre sem desfalecimento para coarctar a influência dos nossos adversários ùnicamente à região guianense.

Ainda em 1647, o Capitão-Mor do Pará, Sebastião

---

(65) Fundada a 26 de maio de 1640 e dirigida por Jacó Bontemps, ela obtivera do Rei de França o privilégio de estabelecer seus domínios sôbre tôdas as terras que estivessem situadas entre o rio Orenoco e o Amazonas.

(66) A ilha de Caiena passou, dez anos depois, ao domínio da coroa da França, que, abandonando de vez a reserva que guardara até então, entrou a apoiar claramente as tendências imperialistas de sua gente.

Lucena de Azevedo, tivera de enfrentar, armas em mão, um grupo de franceses que, unidos a holandeses, haviam erigido postos fortificados e entrepostos de comércio, nas praias do Cabo Norte.

Os prélios, em que andavam empenhados franceses e luso-brasileiros, não constituíram, porém, óbices capazes de impedir que, passo a passo, se fôsse processando o avassalamento da região amazônica, ainda mal desbravada e pior explorada por uma população dividida e pouco numerosa. A teimosia gaulesa, antes, lhe serviu de estímulo. Isso, porque, vendo desatendidas as reclamações que, contra a atitude inamistosa dos moradores de Caiena, amiúde formulavam as autoridades da Colônia, deliberou a Metrópole pôr em cheque tão irritantes e descabidas pretensões, desenvolvendo a obra ciclópica de consolidação definitiva do predomínio lusitano na Amazônia e promovendo o aproveitamento racional de suas terras.

Nesse propósito, determinou a construção, em todo o Extremo-Norte, de uma verdadeira rêde de estabelecimentos militares, entre os quais avultaria, no próprio território em litígio, o forte de Macapá. Êste, embora nem sempre lograsse evitar as incursões de estranhos naquela região do País, fazia-lhes pagar bem caro a ousadia de suas arremetidas (67).

Entrementes, os núcleos militares, erguidos sôbre as ruínas das antigas feitorias entrangeiras da região do estuário, começam a prosperar, graças ao adminículo dos gentios domésticos que, em derredor dêles, se vinham aposentar.

Gurupá e Cametá por tais motivos logram, dia a dia,

---

(67) O Forte de Macapá nunca preencheu de modo cabal suas funções defensivas. Começando em 1638, seria êle, decorridos nove anos, em 1697, ocupado sem um disparo sequer, pelas fôrças do Marquês de Farrolles, Governador de Caiena, para quem o leito do Amazonas devia ser linha divisória entre as duas colônias sul-americanas.

Logo depois resgatado, graças à bravura de Sousa Fundão e Muniz de Mendonça, e reforçado no seu aparelhamento bélico, nem por isso ficou êsse trecho da Capitania, em que o haviam plantado, livre de incursões estranhas. Mesmo depois de nossa independência não arrefecia o desejo dos franceses de tomar pé no solo brasileiro, o que constituiu, até 1900, uma séria e constante ameaça à integridade do nosso território.

alcançar maior destaque como centros fixadores e irradiadores da cultura lusitana.

Não menor importância histórica iriam adquirir algumas das vilas fundadas pelos Donatários de terras nortistas, para sede de suas Capitanias.

* * *

A região mais procurada pelos imigrantes para as atividades rurais foi, ao princípio, a do rio Tocantins, onde as possibilidades econômicas eram múltiplas e ponderáveis.

Depois, a colonização agrária caminharia para a zona do Solimões, onde, tomando pelos formadores dêsse grande rio, numa penetração lenta e penosa, rumaria a paragens cada vez mais longínquas.

O papel de maior relevância na obra de ocupação da Amazônia estaria, porém, reservado inicialmente às aldeias cristãs que os Missionários de diferentes Regras fizeram surgir ao longo dos rios, para agremiar, em comunidades estáveis, os indígenas recém-convertidos e amansados.

Graças em grande parte à inexcedível dedicação dêsses religiosos, começam, portanto, desde a terceira década do século XVII, as ribanceiras do baixo Amazonas e afluentes a se cobrir de povoações e estabelecimentos agrícolas, de medíocre valor econômico, é certo, mas de acentuada importância para a conquista definitiva do solo nortista.

Graças a êles, cairiam, assim, a pouco e pouco, as barreiras que cerravam ao luso-brasileiro um mundo misterioso e selvagem.

XIV

AS CAPITANIAS FEUDAIS DO NORTE E MEIO-NORTE

Para incrementar o desenvolvimento econômico do Brasil setentrional e garantir a sua integridade, não bastava, como ao princípio se supunha, dar cumprimento aos dispositivos constantes dos têrmos da Carta-Régia de 13 de junho de 1621. Eximir o Norte e Meio-Norte à tutela das autoridades baianas e com êles formar uma nova entidade político-administrativa, sob a dependência direta da Metrópole, era muito, mas não ainda o suficiente para serem plenamente alcançados os fins visados pelo Govêrno português.

As três Capitanias, que integravam o novel Estado do Maranhão, permaneciam, apesar de tudo, demasiado vastas e débeis; derramadas por sôbre áreas imensas e sem meios eficientes de intercomunicação, nelas dificilmente se poderia exercer a ação defensiva e fiscalizadora dos agentes da Coroa.

Demais, a corrente de emigrantes brancos, que para elas fluía por vontade própria, continuava mesquinha, e isso deixava igualmente em aberto a questão, já de si complexa e premente, do aproveitamento das riquezas naturais de qualquer dêsses trechos do território maranhense. Fazia-se, pois, necessário, antes de tudo, povoar os chãos incultos do novo Estado para fazê-los produzir.

Frente ao problema tão claramente evidenciado, ressurgiam, para os órgãos encarregados de orientar o Vice-Rei sôbre os negócios ultramarinos, dificuldades em tudo

semelhantes às que, já uma vez, muitos anos antes, outros responsáveis pelos negócios da alta administração pública haviam sido obrigados a enfrentar. Fôra isso, quando D. João III, premido pelos acontecimentos, se propusera varrer das praias do Brasil Oriental os corsários franceses que lhe ameaçavam os direitos de soberania, traficando com os selvagens.

Por singular e trágica coincidência, o tesouro público se encontrava exausto e de bôrco, como ao tempo daquele glorioso Monarca. Não podia, portanto, ocorrer às vultosas despesas decorrentes da execução de um plano de defesa e povoamento sistemático do Setentrião Brasileiro, única providência em verdade capaz de lhe assegurar o almejado surto produtivo.

Castela, então dominadora da Península, não descobrira, por seu lado, vantagens bastantes para tomar sôbre os ombros o pesado encargo de fomentar a colonização e levar remédio à debilidade militar dessa parte de seus precários domínios transatlânticos.

Em tais circunstâncias, decidiram os Senhores do Conselho do Estado sugerir fôsse o Extremo-Norte mais uma vez retalhado, enfeudando-se os quinhões resultantes a súditos que se houvessem distinguido por feitos julgados de grande relevância. Propunham, dêsse modo, se fizesse reviver ali o regime instituído, havia cento e poucos anos, para a terra de Santa Cruz, esquecidos, sem dúvida, de que o sistema falhara de modo lamentável, acarretando um disperdício inútil de cabedais e vidas portuguêsas.

A idéia de aplicar às terras nortistas o estatuto feudal das Capitanias de jure e herdade não partiu inicialmente, segundo parece averiguado, dos próprios mentores do Monarca espanhol. Êstes aceitaram, ao que presumimos, apenas as sugestões contidas no longo e minucioso memorial endereçado à Coroa por Bento Maciel Parente, entre 1627 e 1632.

No documento em aprêço — transcrito, aliás, do

original espanhol, e em versão francesa pelo Barão do Rio Branco no tomo II de sua "Memória" (68) — o famigerado sertanista mostra o problema do Extremo-Norte em sua plenitude e insinua a divisão da terra como sendo a única medida capaz de resolvê-lo definitivamente.

Exercera o cargo de Capitão-Mor do Grão-Pará, de 16 de junho de 1621 a 10 de outubro de 1626, e, nesse período, palmilhara demoradamente os chãos interiores da Capitania, como já o fizera antes em relação às terras setentrionais do Maranhão, que varara em suas costumeiras perseguições aos nativos. Conhecia, também, o Ceará, por lá ter estado quando de passagem para São Luís. Com semelhantes credenciais, êle fôra sem dúvida julgado na Côrte perfeitamente a par das questões relacionadas com a economia e segurança daqueles extensos territórios e, portanto, idôneo para sugerir as providências que lhes fôssem mais adequadas.

Palma Muniz resume as divisões propostas por Bento Maciel no aludido Memorial e que vieram a servir, em parte, de modêlo à partilha feita pelo Govêrno, tempo depois, da maneira seguinte:

CAPITANIA DO CEARÁ — Compreendida entre os rios Jaguaribe e Mondaituba, teria por sede o presídio do Ceará.

CAPITANIA DO JERIQUAQUARA — Compreendida entre o rio Mondaituba e o Paraguaçu, atual Parnaíba. Sua sede seria o pôrto de Jeriquaquara.

CAPITANIA DO MARANHÃO — Compreendida entre o rio Paraguaçu (ou Parnaíba) e a ponta de Tapui-

---

(68) Tal documento, que foi copiado pela primeira vez nos "Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro", é também citado por Varnhagen ("História Geral do Brasil", Tomo II) e aparece traduzido em vernáculo no trabalho de Palma Muniz do qual o reproduzimos.

É de transcendente importância porque parece invalidar a opinião de Jaime Cortesão no tocante ao papel de Bento Maciel Parente na viagem de Pedro Teixeira.

tapera; abrangia as ilhas costeiras e teria como sede a cidade de São Luís. Incluía a meia vertente (esquerda) do rio Parnaíba, as bacias dos rios Itapicuru e Mearim e a vertente direita do rio Pinaré (Pindaré).

CAPITANIA DE CUMÁ — Compreendida entre a ponta de Tapuitapera e o rio Pindoituba (Turiaçu), incluindo a vertente esquerda do rio Pindaré e a direita do Turiaçu, com sede em Cumá (Alcântara).

CAPITANIA DE CAETÉ — Compreendida entre os rios Pindoituba (Turiaçu) e Acotiperu (Quatipuru), incluindo a vertente esquerda do rio Turiaçu, o rio Ostacapuic (Gurupi) e a vertente direita do rio Quatipuru.

CAPITANIA DO PARÁ — Compreendida entre o rio Acotiperu (Quatipuru), até o primeiro braço do rio Pará (rio Tocantins); por êle ia acima, até o primeiro salto do rio e província dos Tocantins. Tendo para sede a cidade de Belém, incluía, em seu território, a vertente esquerda do rio Quatipuru, as bacias dos rios Maracanã, Marapanim, Macajuba, Mojuim, Tauá, parte da do Guamá, as do Capim, Acará e Moju e a vertente direita do rio Tocantins.

CAPITANIA DA ILHA DE JOANES — Compreendendo a atual ilha de Marajó, delimitada pela baía de Marajó, rio Amazonas, canal de Tajapuru e o chamado rio Pará, pelo lado sul.

CAPITANIA SEM NOME INDICADO — Constituída pelo território compreendido entre o braço do rio Pará, chamado Tocantins, e o braço Pacajá (rio Pacajá) e banhada na frente pelo rio Pará.

CAPITANIA SEM NOME — Compreendendo o território situado entre o braço Pacajá (rio Pacajá) e o braço

Parnaíba (no rio Xingu) e banhada na frente pelo rio Amazonas, canal entre a ilha Grande de Gurupá e o Continente.

CAPITANIA SEM NOME — Constituída pelas ilhas Grande de Gurupá e adjacentes.

CAPITANIA DO CABO NORTE — Constituída pelo território delimitado pelo rio Jenipapo (Paru), rio Amazonas, oceano Atlântico e rio Vicente Pinzon (Oiapoque), separando-a das terras da Coroa de Castela.

Além das Capitanias indicadas, diz o Memorial, poderia S. M. criar outras, quer acima da Província dos Tocantins, limitando com a Capitania do Pará, quer rio Amazonas arriba, limitando com os rios Parnaíba (Xingu) e Jenipapo (Paru), até encontrar terras do domínio próprio de Castela, no Novo Reino de Granada.

* * *

Aceita a idéia, entrou o regime seródio das capitanias feudais novamente a vigorar no Brasil Setentrional, com a publicação das Cartas Régias, de 13 de abril e de 14 de maio de 1633, cujos teores, conforme observa Arthur Reis, só se conhecem parcialmente e isso através de referências a êles feitas em documentos oficiais mais recentes.

Nas mencionadas Cartas-Régias, a Coroa, fixando as normas de partilha, reserva-se prudentemente a posse e senhorio do Maranhão, Grão-Pará e Gurupá, Capitanias que, pelas mesmas Cartas, haviam sido também instituídas, ou melhor, reorganizadas (69).

Consoante o conselho de Bento Maciel, o Govêrno dividiu o Norte em donatarias a serem dadas a "pessoas ricas e respeitáveis a fim de que cada qual em concorrência procurasse prover, fortificar e aproveitar a terra".

Esforçou-se, todavia, por não incidir em erros já

(69) Incorporado ao Estado do Maranhão desde 1621, o Ceará continuou a fazer parte dêle, mesmo depois da publicação dos Decretos Régios de 1633.

cometidos anteriormente. Na partilha do Brasil do 1º século do descobrimento, haviam sido beneficiados com amplos quinhões e direitos senhoriais quase absolutos validos da realeza que nem sempre se mostraram apressurados em servir a El-Rei em chãos do Novo Mundo.

No tocante ao Estado do Maranhão, alertados pela experiência, diligenciaram os Poderes públicos em fazer uma distribuição bem mais cuidada e equitativa.

Contemplaram-se, dessa vez, não gentis-homens curtidos pelos sóis da África e do Oriente e que, de ordinário, demonstravam completa insciência do meio brasileiro e do caráter da gente que nêle vivia, mas varões de comprovado valor em serviços de guerra, prestados em nosso próprio solo.

Os primeiros donatários nortistas foram, por isso, indivíduos hábeis e experimentados no trato das coisas da Colônia e alguns se haviam mesmo distinguido nas esferas administrativas locais.

Ocorreram, é certo, exceções. Donatários houve que, criados no Reino, ali permaneceram sem coragem para abandonar as blandícias da Côrte e se transportar com família e haveres às selvas americanas. A maioria, porém, dos agraciados se empossou de seus lotes e tentou povoá-los.

Nos forais e nas cartas de doação que lhes foram passados pelos Soberanos espanhóis, introduziram-se, também, as modificações que a experiência aconselhava.

Cercearam-se, em parte, as excessivas franquias e os direitos dos Donatários; emendaram-se os dispositivos que se haviam tornado anteriormente fonte de abusos, mas tudo seria baldado.

No fundo, o Instituto permaneceu o mesmo: ineficiente e anacrônico.

O primeiro que obteve terras nortistas, nos têrmos dos Decretos de 1633, foi Álvaro de Sousa, filho do 10º Governador-Geral do Brasil, a quem coube, por C. R. de 13 de fevereiro de 1634, a Capitania de Caeté.

Onze anos antes, o Rei de Espanha, desejando premiar os serviços de excepcional vulto e relevância prestados por Gaspar de Sousa na ocasião da retomada do Meio-Norte, fizera-lhe mercê, por C. R. de 25 de maio de 1622 (9 de fevereiro, afirma Varnhagen), de uma Capitania que passaria a ser de jure e herdade, "conforme ao sítio e parte que êle escolhesse" na nova conquista.

Não tendo o velho fidalgo utilizado o favor régio, o filho, sem dúvida mais interessado em possuir terras no aquém-mar, alegara perante o Monarca a promessa feita ao pai e, sendo-lhe concedidos idênticos direitos, optara por aquêle trecho do torrão maranhense. Empossado em seus domínios, aí mandara pôr marcos, num dos quais, descoberto em meados do século XIX, lia-se, di-lo Varnhagen, a palavra Sousa.

A Capitania de Caeté dilatava-se das margens do Turiaçu até o rio Caeté, com cêrca de cinqüenta léguas de costa e vinte léguas de fundo (70). O rio Gurupi servia-lhe de eixo geográfico. Era seu centro administrativo a vila de Sousa de Caeté, fundada junto à baía de Caeté, com o nome de povoação de Vera Cruz. É ela hoje a cidade de Bragança.

O território assim delimitado estava em poder de Feliciano Coelho de Carvalho. Abusando, ao que parece, do direito que lhe fôra outorgado em sua Carta de nomeação, ou seja, o de criar e conceder sesmarias no território por êle jurisdicionado, apressa-se o Governador em instituir donatarias em favor do irmão, Antônio Coelho de Carvalho, e do próprio filho. A êste dera vastas posses de cada lado do Gurupi, rio junto ao qual havia já erigido, à custa da Fazenda Real, a povoação de Vera-Cruz.

Tal concessão ficou, pois, sem efeito em virtude do requerimento de Álvaro de Sousa, mas, nem por isso, seria o seu primeiro posseiro prejudicado, como se verá depois.

(70) Outros a fazem começar no Gurupi, que seria o extremo da Capitania de Cumá, indo até o Caeté, com 20 léguas de fundo.

A Antônio Coelho de Carvalho, Desembargador do Paço, foi concedida a Capitania de Cumá, no Maranhão. Abrangia larga faixa litorânea de cêrca de 50 léguas de comprimento e estava situada entre os rios Pindaré, ponta de Tapuitininga e o rio Turiaçu. Não tinha limites meridionais bem definidos.

Tornada válida pela C. R. de 1637, seria confirmada em 15 de abril de 1643.

Sua sede era na vila de Santo Antônio de Alcântara, fundada com auxílios mandados do Reino pelo próprio Donatário. Dessa vila, conhecida, a princípio, pelo nome de Aldeia de Tapuitapera, se apossou o General e Almirante Jan Cornesliszoon Lichtardt quando subjugou o Maranhão, em 1641.

Em 25 de fevereiro de 1650, sendo Donatário da Capitania de Tapuitapera, ou Cumá, D. Inês de Carvalho, foi nomeado para seu administrador Antônio de Albuquerque que, porventura, se casaria com sua pupila (Varnhagen).

Cinco anos antes, em 1622, tinha a Capitania de Cumá, segundo informação de Heriarte, cêrca de 120 moradores e 6 engenhos de fazer açúcar.

Sua importância foi grande desde os primórdios da colonização. Dotada de terras altas e férteis, muito abundante em tudo, tornara-se, de certo modo, o celeiro de São Luís.

Se deixarmos de levar em conta os dois lotes territoriais cedidos pelo Capitão-General a parentes mais próximos — lotes que, por terem sido posteriormente confirmados pelo Govêrno de Madrid, poderiam ser considerados por lídimas donatarias — a mais antiga Capitania, instituída oficialmente no Estado do Maranhão, foi a de Gurupá, criada, como salientamos anteriormente, pela própria Carta-Régia que constituíu patrimônio da Coroa as terras do Grão-Pará e do Maranhão.

Sua sede era na vila de Gurupá que teve por núcleo formador o forte de Santo Antônio de Corupá, fundado

em princípios de julho de 1623, por Bento Maciel Parente, sôbre os escombros do forte holandês de Mariocaí.

Não obstante ser esta Capitania um mero distrito administrativo do Estado do Maranhão, seus Capitães-Mores eram nomeados diretamente pela Metrópole, que os provia no cargo por tempo variável.

Dentre os que aí exerceram funções de mando, figuram Pedro Maciel Parente, sobrinho de Bento Maciel, João Velho do Vale (1642), João de Melo Gusmão, que foi Capitão-Mor do Ceará em 1663, e provàvelmente também Paulo Martim Garro (71).

"A Capitania de Gurupá, escreve Maurício Heriarte, está situada sôbre o grande rio das Amazonas, a que os antigos dão o nome de Dourado. Está um têrço de grau do sul da linha equinocial. Seu clima é quente, mas não muito enfêrmo. Tem fortaleza com capitão e soldados pagos da Fazenda Real e tem alguns moradores. Esta fortaleza serve de sentinela para que os estrangeiros não tenham comércio com as nações de índios moradores dêste rio que são infinitos, e cada dia vêm naus do norte ao contrato, assim de madeiras, como de um pescado a que chamamos peixe-boi que levam a vender à ilha de São Cristóvão, outros vendem tabaco do Tacuiú, donde os portuguêses, por muitas vêzes, os desalojaram e mataram.

Esta Capitania de Gurupá, continua o mesmo autor, tem quantidade de povos e aldeias de índios de paz, que os Reverendos Padres da Companhia doutrinaram. São

---

(71) Reinol da Província da Beira, Garro, em fevereiro de 1656 passou ao Maranhão, sendo destacado como cabo de uma tropa organizada para restabelecer a ordem na Capitania de Gurupá. Tendo conseguido, com a prisão dos cabeças, restaurar a paz pública depois de algum tempo, foi nomeado Capitão-de-Infantaria das Capitanias do Pará, pelo Govêrno do Maranhão e Grão-Pará, D. Pedro de Melo. Exerceu o cargo de 10 de junho de 1658 a 26 de março de 1662, sendo então aproveitado em diversas expedições, entre as quais figuraria a do rio Tocantins.

Requereu, ao mesmo tempo que o Capitão João de Melo Gusmão e Manuel Fernandes Pereira, seu provimento no cargo de Capitão-Mor do Ceará. Sua causa foi patrocinada pelo Padre Antônio Vieira que afirmou ser a sua designação de grande conveniência ao serviço de Deus e de Sua Majestade. O conselho de Estado achou, porém, que melhor ficaria sendo aproveitado para a Capitania de Gurupá pelo prazo de 3 anos, com promessa de recondução, nos têrmos do parecer de 13 de outubro de 1600. Não se sabe se, de fato, foi nomeado Capitão-Mor do Gurupá, sendo entretanto substituto do Capitão-Mor do Grão-Pará João Guedes Aranha, função que exerceu de 1º de abril de 1668 a junho de 1669.

suas terras mui abundantes de mantimentos da terra; há pouco gado doméstico, pelos moradores o não criarem, que as terras são capazes para isso."

Na vastidão territorial do Estado do Maranhão e Grão-Pará demarcaram-se ainda outras Capitanias entre as quais a de Cametá ou Camutá, Ilha Grande de Joanes e Cabo Norte.

A Capitania do Cabo Norte, que abrangia grande parte do atual território do Amapá, coube a Bento Maciel Parente. Dilatava-se, segundo rezam os documentos coevos, "do Cabo Norte até o rio Vicente Pinzon e pela terra adentro, rio das Amazonas arriba da parte do Canal que vai sair no mar oitenta para cem léguas até o Rio dos Tapuiasus", ou Tapuiusus, hoje Surubiú.

Tendo já alcançado, pelas Cartas-Régias de 18 de maio de 1634 e 13 de agôsto de 1636, sesmarias no Pará e o título de fidalgo, êle recebeu mais, por C. R. de 14 de julho de 1637, a mercê das terras do Cabo Norte. A êsse tempo era igualmente nomeado Capitão-General do Maranhão.

Valeram-lhe tantos favores da Coroa serviços considerados relevantes que prestou, na própria Colônia, combatendo os índios rebelados, exterminando os estrangeiros da Amazônia e lhes destruindo numerosos e bem aparelhados sistemas de defesa.

Seus serviços, afirma Arthur Reis, alegara-os tão copiosamente, eram de tal monta, deviam impressionar tanto que êle se julgava superior a Cortez, nos merecimentos perante o Estado.

A sede de sua capitania foi, durante algum tempo, a aldeia de Iauacuara, vizinha do forte de Destêrro, erigido por Bento Maciel logo que se empossou no cargo de Governador-Geral, a 27 de janeiro de 1638. É hoje a cidade de Almerim.

Já em outubro de 1639, quando por aí passou o Padre Cristóvão de Acuña, havia nas terras do Cabo Norte, além daquela aldeia e do forte que estava guarnecido de

30 soldados e alguns canhões tomados aos piratas, mais duas povoações de nativos avassalados pelos Missionários; a de Curupatuba, atualmente Monte Alegre, e a de Tapujuçus, esta submissa aos portuguêses desde 1626.

Opina Varnhagen, com sua habitual autoridade, ser provável que para a criação dêsse território, em favor de um guerreiro que êle reputa distinto, entrasse em conta a notícia, corrente em Portugal, de que na França se havia, pouco antes (27 de junho de 1633), estabelecido uma companhia destinada a colonizar a Guiana, a que se dera a denominação de terras do Cabo Norte. Assim, conviria opor-se-lhe do lado do Brasil outra entidade administrativa com idêntico topônimo. Semelhante conjetura, ainda segundo o citado historiador, muito se reforçaria com o fato de haver sido pelo mesmo tempo o dito Bento Maciel nomeado, como se viu, Governador-Geral de todo o Estado do Maranhão.

Bento Maciel Parente, tendo sido capturado pelo Almirante Lichthardt, em 1641, quando da invasão holandesa do Maranhão, morreu no ano seguinte, fevereiro de 1642, em Natal, como prisioneiro de guerra (72).

Por essa época era Capitão-Mor interino do Cabo Norte o conhecido sertanista João Velho do Vale.

Substituiu-o, à frente dos destinos da Capitania, o filho mais velho de Bento Maciel, de igual nome e cujos direitos só foram confirmados pela Carta-Régia de 9 de julho de 1645, do rei D. João IV.

"A donataria de Bento Maciel, informava Heriarte, em 1662, por falta de gente não está povoada e não tem mais que uma feitoria, em que contrasta com os índios

---

(72) Malgrado seu ocaso inglório, Bento Maciel não era um covarde. Simples Capitão de um dos navios da expedição de Alexandre de Moura, seu valor nos combates, não menos que uma atividade devoradora, revelada em multiplicadas expedições contra índios e holandeses, o foram cada dia acrescentando em honras e postos; primeiro Comandante do forte de São José de Itapiri, depois, do Calvário, Capitão-Mor da Capitania do Pará, Cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real e Governador enfim do Estado do Maranhão. Tais e tantos fôram os serviços e em tão subida conta tinha o seu merecimento o Govêrno da Metrópole, que não só lhe doou ainda a vasta Capitania do Cabo-do-Norte como lhe fêz a singular mercê de determinar que todos os seus descendentes acrescentassem ao de Maciel o apelido de Parente, com que significasse cada um que pertencia a tão nobre tronco, perpetuando, assim, a memória dos seus feitos (João F. Lisboa).

moradores. São terras altas; tem muita quantidade de serras escalvadas pela terra dentro. Dizem que há minas de metais, mas não se tem feito experiência, nem se hão buscado até agora."

"Nela pôs Bento Maciel, no tempo que governava a fortaleza que agora está no Gurupá, e a tiraram por ser a terra muito estéril e enfêrma, e se não poder conservar pelo que se tornou para o Corupá; onde agora está e dantes tinha estado e donde a tinha pôsto o Governador Francisco Coelho de Carvalho." (73)

Em 1680 vivia, na aldeia de Iauacuara, Domingos Barbosa Silva, representante de Vital Maciel Parente, terceiro senhor da Capitania do Cabo Norte (R. Branco).

No mesmo ano em que Bento Maciel recebia o govêrno do Maranhão, era doada, por Carta-Régia de 26 de outubro de 1637, a Feliciano Coelho de Carvalho a Capitania de Camutá ou Cametá, compreendendo as terras situadas entre o Moju e o Tocantins (74).

Tinha sede na vila de Santa Cruz de Camutá, hoje Cametá, junto às margens do rio de igual nome.

Como sucedera à doação feita anteriormente a Álvaro de Sousa, não visava esta mercê a recompensar especialmente o valor pessoal do contemplado. A munificência régia concedera-lhe aquelas terras para ressarci-lo dos prejuízos que sofrera com a expropriação da Capitania de Caeté.

Feliciano Coelho, além de fundar Cametá e construir um engenho nas imediações daquela vila, conseguiu que os Jesuítas ali levantassem um colégio, concorrendo, dêsse modo, para o desenvolvimento material, econômico e cultural da região.

---

(73) A fortaleza aqui mencionada, segundo esclarece Varnhagen, em seus comentários ao próprio livro de Heriarte, não fôra posta por Bento Maciel, junto ao rio Paru, sede atual da cidade Almerim, conforme asseverou o falecido J. C. da Silva, em sua excelente obra "L'Oyapoc et L'Amazone". Foi, segundo se deduz do próprio texto de Acuña, combinado com a proposta feita por Bento Maciel, assente à beira do Amazonas, seis léguas acima da foz do rio Jenipapo e, portanto, mais perto do atual rio Uacarapi do que do Paru.

(74) Os limites dessa Capitania são aqui fixados segundo um documento de 1758, ou seja, o relatório do Bacharel João Antônio Cruz Diniz Pinheiro, Ouvidor do Maranhão.

Em 1641, era seu Capitão-Mor Cipriano Manuel Aranha, que tão mal se portou na ocasião da ameaça dos holandeses ao Pará, aliando-se a João Velho do Vale, contra o Capitão-Mor do Pará, João Cordovil Camacho.

Afirma Heriarte que, em 1662, a região de Cametá era habitada por poucos moradores brancos, "não por falta de serem as terras boas, mas por haverem poucos portuguêses para se estenderem tanto". Faziam-se, ali, continua o nosso informante, os melhores tabacos do Pará. Possuía, então, um engenho e um convento de Padres da Companhia.

A Capitania da Ilha Grande de Joanes separou-se do território do Grão-Pará em período mais chegado a nós. Abrangendo tôda a extensão da ilha de Marajó, foi criada por Afonso VI em favor do Secretário de Estado, Antônio de Sousa Macedo (75), por Carta-Régia de 23 de dezembro de 1655.

O filho dêsse fidalgo diplomata, Luís Gonçalo de Sousa Macedo, que o sucedeu na posse da Capitania, foi agraciado com o título de Barão da Ilha Grande de Joanes, em 27 de setembro de 1666, mas só recebeu, segundo assevera Galdino Silva, que muito bem estudou o assunto, a Carta de doação a 23 de dezembro de 1675.

Não obstante existirem na ilha aldeias de índios domésticos, entre as quais aquela que, mais tarde, devia chamar-se Monforte (Soure) e a de Joanes, criou-se uma vila, sob a invocação de Santo Antônio, para ser a cabeça do novo distrito. Situada à margem do canal da ilha Mexiana, chama-se hoje cidade de Chaves.

O terceiro donatário da Ilha Grande foi D. Antônio de Sousa Macedo, que pouco tempo permaneceu à frente de sua baronia. Informa-nos José Galdino da Silva que

(75) Diz Galdino da Silva em "Breve notícia dos antigos Barões da Ilha Grande de Joanes e suas concessões de sesmarias" que a Capitania de Marajó foi doada a Antônio de Sousa Macedo, filho do Secretário de Estado de igual nome. Tal afirmativa não pode prevalecer diante da publicação feita pela "Gazeta de Lisboa", de 9 de maio de 1754, que mais adiante vai transcrita, apontando claramente o pai como tendo sido o beneficiado pelo favor régio.

nem mesmo tivera vagares para pagar os direitos de investidura no baronato, obrigação satisfeita pelo filho, quando lhe sucedeu no título.

No exíguo tempo de govêrno, D. Antônio concedeu, diz ainda êste autor, sesmarias em Marajó.

Por volta de 1720, entre os seus títulos figurava o de Barão da Ilha Grande de Joanes, o que parece dar razão ao escritor acima citado.

O quarto donatário, terceiro e último Barão de Ilha Grande, seria Luís de Sousa Macedo Aragão Vidal (76).

Durante os 15 anos de vacatura, ou seja, durante a minoridade dêsse Donatário, dirigiu os negócios da Ilha Domingos de Sousa Ferreira, que fôra loco-tenente de seu pai e antecessor (77).

"Nessas capitanias, proclama-o Arthur Reis, não vigoravam estatutos especiais. Mas, autônomas, ficava vedada aos Capitães-Mores e Governadores do Estado qualquer interferência na vida delas. As tentativas em contrário falharam sempre com advertências bem amargas às autoridades que as praticaram. Administradas por delegados dos Donatários, não ficaram, todavia, isentos de total prestação de serviço e colaboração com o Estado, tôda vez que o interêsse coletivo se fêz sentir."

"Situação especial desfrutou, continua o erudito historiador, a do Gurupá que era da Coroa. Ali levantara uma casa-forte, a que se atribuía a fiscalização e o registro das embarcações que subiam e desciam o Amazonas, bem como da carga e tripulação. Para ela, ainda no século XVII, fôra baixado Regimento especial de que se não conhece o texto."

---

(76) Antônio Caetano de Sousa, autor das "Memórias históricas e genealógicas", impressas em Lisboa, em 1755, diz também ter sido D. Antônio de Sousa o terceiro e último Barão que teve a Ilha Grande porque dela fizera cessão à Coroa, em 1754.

(77) Arthur Reis menciona ainda a Capitania do Xingu, que teria sido doada a Gaspar de Sousa Freitas, em 1681, e que dela jamais se empossou e, num documento intitulado "Representação a El-Rei D. João", vimos aparecer a Vila de Vigia como sendo uma entidade autônoma, vila que seu proprietário deixou, por improdutiva, reverter à Coroa. Nada logramos apurar sôbre essas duas unidades administrativas.

XV

A UNIDADE DO ESTADO

A unidade político-administrativa do Estado do Maranhão e Grão-Pará, estabelecida em 1621, estêve de pé durante três decênios apenas. Golpeada, pela primeira vez, ao tempo de Francisco Coelho de Carvalho, o Sardo, Governador e Capitão-General do Estado, empossado em junho de 1646, ela devia desaparecer pouco antes de finda a guerra holandesa em virtude da Provisão de fevereiro de 1652.

Cedendo ao pedido dos moradores da Capitania do Grão-Pará, que reclamavam a autonomia do território onde viviam, anuíra o Rei em decretar, depois de várias consultas, a extinção do Estado nortista e a passagem das circunscrições formadoras à jurisdição do Govêrno do Brasil. O Soberano, ao que se sabe, com isso visava, também, a pôr têrmo a rivalidades e atritos causadores da grave anarquia administrativa ali reinante (78).

A Ordem-Régia, que reuniu num só bloco todo o território nacional, pode, de certo modo, ser considerada como a sanção da Coroa à medida tomada pelo Sardo ao término do seu Govêrno, em 1648, medida de que acima se falou e que então fôra considerada fundamentalmente contrária à estrutura política do Estado do Maranhão.

Autorizado nos têrmos da C. R. que o nomeara para o cargo a designar sucessor, Francisco Coelho dispusera,

---

(78) Como ocorrera ao tempo do Capitão-General Luís de Magalhães, que acabara por esbulhar Inácio Rêgo Barreto do cargo de Capitão-Mor do Grão-Pará, o deposto foi até a Côrte pleitear seus direitos, sendo atendido.

pressentindo o próximo falecimento, (79) ocorrido, aliás, em fevereiro daquele ano, que, se tal acontecesse, as duas principais Capitanias do seu govêrno ficassem sujeitas apenas aos respectivos Capitães-Mores.

No ano anterior, ou seja, 1647, o Maranhão, pelas Cartas-Régias de 4 de maio e 18 de julho, voltara a ser considerado como parte integrante do Brasil, tendo em mira a medida simplesmente permitir que para lá fôssem encaminhados os degredados do Reino.

A nova situação de dependência administrativa das Capitanias do Grão-Pará e Maranhão ao Brasil durou sòmente 18 meses. Tanto bastou, diz-nos Varnhagen, para se reconhecer que, com a separação das duas Capitanias, a justiça não era mais bem administrada, que o território não ficava mais ao abrigo de qualquer ataque e que até nisso perdiam, em vez de ganhar, os próprios interêsses da fiscalização da fazenda pública (80).

É que as determinantes por excelência do estatuto de 1621 eram, como se viu, de natureza acentuadamente telúrica e não podiam ser anuladas por fôrça de um simples capricho humano.

Ao contrário, pois, do que sucedera no tocante ao Estado do Brasil, cuja recomposição, após as cisões de 1577 e 1607, constituíra um ato de boa política interna, a incorporação do Grão-Pará, Maranhão e suas capitanias feudais ao Brasil, alargando-lhe enormemente a área territorial, só podia ser, como foi, uma medida intempestiva, quiçá até prejudicial aos interêsses da Coroa.

Não haviam, com efeito, cessado, nem sequer dimi-

---

(79) Vendo-se perigosamente enfêrmo e autorizado para designar seu sucessor, ordenou que, por sua morte, ficasse cada uma das Capitanias obedecendo ùnicamente ao respectivo Capitão-Mor, escreve Varnhagen.

(80) Posta em execução a lei disjuntiva que havia sido pleiteada pelo povo de Belém, contra a mesma se tinham levantado os habitantes de São Luís, que chegaram mesmo, ao que parece, a representar ao Rei sôbre os perigos e inconvenientes que daquele Estatuto poderia advir para as terras nordestinas.

Como é fácil perceber-se, assim agiam não porque compreendessem os interêsses da grande Colônia nortista e quisessem ampará-los, mas apenas na esperança de serem, di-lo autor abalizado, mais bem "aquinhoados na partilha de escravos, podendo agir mais de perto sôbre a autoridade por mando de quem se abriam os sertões."

nuído, as dificuldades da navegação marítima que punha em contacto o Extremo-Norte com Pernambuco e Bahia.

Também o caminho pelo litoral, entre o Maranhão e os centros demográficos de maior importância do Brasil Norte-Oriental, continuava áspero e cada vez mais árduo, dada a crescente animosidade dos aborígenes que viviam espalhados pela praia.

Irritados com o proceder pouco regular dos colonizadores, andavam êles a saltear os brancos, com uma tenacidade digna de melhor causa.

O conhecimento muito limitado do interior tornava a travessia por aí igualmente insegura, já pela indiada que amiúde assaltava os caminheiros, já pelo êrmo enorme que constrangia e intimidava qualquer viajante. Além disso, em breve iria começar a chamada Guerra-dos-Bárbaros, revolta armada que durante trinta anos poria em luto e sobressalto os dilatados e inseguros sertões nordestinos.

O verdadeiro aspecto do trânsito entre o Norte e Sul da Colônia é-nos dado pelo Padre Antônio Vieira no expressivo relato que se segue: "Um dos perigos e trabalhos grandes que têm êste caminho, escrevia o insigne Jesuíta, referindo-se ao caminho praieiro que êle próprio palmilhara pelas alturas de 1660, é a passagem de 14 rios mui caudalosos que o atravessam e se passam todos por meio da foz, onde confundem e encontram suas águas com as do mar; e porque não há nestes rios embarcações para a passagem, é fôrça trazê-la do Maranhão com imenso trabalho, porque se vem levando às mãos por entre o rôlo e a ressaca das ondas, sempre por costa bravíssima, alargando a cada passo, e atirando o mar com ela e com os que a levam, com risco não só dos índios e da canoa senão da mesma viagem que dela totalmente depende."

"Muitas vêzes é também necessário arrastá-la por grande espaço de terras e montes para lançar de um mar a outro e talvez obrigam estas dificuldades a tornar a mesma canoa em pêso às costas, com tôda a gente e levá-la

assim por muitas léguas de modo que, para haver embarcação para passar os rios, se há de levar pelo mar, pela terra e pelo ar..."

Do aspecto da primitiva navegação interlitorânea nos mares do Meio-Norte dá-nos também noticia o mesmo escritor em seu estilo inconfundível:

"Uma das mais dificultosas e trabalhosas navegações por todo o mar Oceano, escreve, é que se faz do Maranhão ao Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixios de que tôda está cortada mas muito mais pela pertinácia dos ventos e perpétua correnteza das águas.

Vem esta correnteza feita desde o cabo da Boa Esperança com todo pêso das águas do Oceano na travessa, onde êle é mais largo, que é entre as duas costas de África e América, e começando a descabeçar desde o cabo de Santo Agostinho até o cabo do Norte é notável a fôrça que em todo aquêle cotovêlo da costa faz o ímpeto da corrente, levando após si não só tanta parte da mesma terra que tem comido, mas ainda aos próprios céus e os ventos, que, em companhia das águas e como arrebatados delas, correm perpètuamente de leste a oeste."

"Com esta contrariedade contínua das águas e dos ventos que ordinàriamente são brisas desfeitas, fica tôda a costa dêste estado quase inavegável para barlavento de sorte que do Pará para o Maranhão e de nenhum modo se pode navegar por fora e do Maranhão para o Ceará se navega com grandíssima dificuldade e só em certos meses do ano que são os de maior inverno."

"Navega-se nestes meses pela madrugada, com a bafagem dos terrenhos os quais como são incertos e duram poucas horas, todo o resto do dia e da noite, e às vêzes semanas e meses inteiros se está esperando sôbre ferros na costa descoberta, e sem abrigo, sendo êste um trabalho e enfadamento maior do que tôda a paciência dos homens; e o pior de tudo é que depois desta tão cansada porfia acontece muitas vêzes tornarem as embarcações arribadas do Maranhão..."

Menciona o Padre Vieira, a seguir, o caso de uma sumaca despachada pelo Governador André de Negreiros, em 1656, com um Capitão e 40 soldados e os materiais e instrumentos necessários à construção de uma fortaleza em Camucim, que, tendo gastado cinqüenta dias em montar só até o rio das Preguiças, viu-se forçada a retornar, desandando em doze horas apenas.

Todos êsses fatos determinaram por certo a queda da lei de 1652 e conseqüente recomposição do Estado do Maranhão e sua volta à dependência direta da Metrópole. Para a adoção da medida intervieram, outrossim, ao que parece, pessoas poderosas e diretamente ligadas à Colônia.

De grande importância foi, sem dúvida, no caso, a atuação do Padre Antônio Vieira. Conhecedor profundo das questões atinentes à administração pública e homem de inegável prestígio na Côrte, já então de partida para o Brasil Setentrional, aonde o impelia intenso ardor catequista, é bem possível fôsse êle chamado a opinar a respeito de assunto de tamanha relevância.

Escrevendo, por essa época, a seu Rei, assim se expressou o notável orador sacro:

"Digo, Senhor, que menos mal será um ladrão que dois, e que mais dificultoso serão achar dois homens de bem que um só." Isso varreu, certamente, as últimas hesitações que, porventura, toldassem o espírito do Monarca.

À decisão governamental talvez não fôsse igualmente estranho o Mestre-de-Campo André Vidal de Negreiros, um dos heróis máximos da resistência pernambucana contra os holandeses.

Achando-se em Lisboa e estando-lhe reservada a missão em verdade extremamente difícil de encabeçar a série de governadores maranhenses, depois da restauração do Estado, seria natural que com êle usassem os dirigentes das mesmas deferências tidas para com Vieira, chaman-

do-o a cooperar ativamente na elaboração da medida unificadora.

Como quer que seja, o Estado do Maranhão e Grão-Pará foi recomposto pela Régia Resolução de 25 de agôsto de 1654, e nêle incluído outra vez o Ceará.

XVI

O NATIVO

Em 1662, vinte e dois anos, portanto, após a independência de Portugal, a situação do Extremo-Norte brasileiro ainda não sofrera alterações de monta quanto ao quadro geral de distribuição das populações rurais ali radicadas; também as concentrações de caráter urbano pouco haviam crescido em número e importância.

Dizia o Ouvidor Maurício de Heriarte que, no seu tempo, a cidade de São Luís contava pouco mais de seiscentos moradores e a de Belém apenas quatrocentos.

Promissor se apresentava, todavia, o panorama econômico naqueles setores do Estado nortista. Moviam-se na ilha de São Luís dois engenhos de açúcar e seis engenhocas; no Mearim, três engenhos; no Itapicuru, seis; no Moni, três. Dois engenhos e cento e vinte moradores possuía cada uma das Capitanias imediatas, de Alcântara e Caeté. A do Pará tinha em atividade sete engenhos e a de Cametá, um.

Aproveitando a fertilidade do solo, cultivavam os colonos, na zona desbravada, além de cana-de-açúcar, algum tabaco, algodão, milho e outros produtos julgados indispensáveis ao próprio sustento e ao dos nativos avassalados.

Engenhos e lavouras requeriam, para poder prosperar, braços numerosos e adestrados; e porque, consoante a lenda injusta (81), o trabalho manual na zona tórrida

---

(81) Criada pelos brancos em seu próprio interêsse desde os primeiros tempos de sua estada na zona intertropical, essa lenda continua, ainda hoje, vigente nos autores europeus, até naqueles que passam por especialistas em assuntos relativos aos países sul-americanos.

fôsse considerado nocivo ao branco e quiçá mesmo vergonhoso para êle, era para o filho da terra que se voltavam as melhores esperanças. Campesinos e moradores das vilas, militares e magistrados, eclesiásticos e artífices, funcionários e pequenos comerciantes não podiam, pois, dispensar-lhe a ajuda solícita, eficiente e disciplinada.

Na sociedade do Estado maranhense dos primeiros tempos, como, aliás, por todo o Brasil quinhentista e mesmo seiscentista, onde não chegara ainda o negro em número bastante, o índio era tudo.

Caçador e pescador habilíssimo, cabia-lhe, conforme o têm sobejamente evidenciado muitos escritores de responsabilidade, prover à subsistência material da comunidade.

Enquanto os homens de origem americana atuavam como operários, cultivadores, correios, transportadores de madeiras e buscadores de especiarias nativas, as índias fiavam e teciam e eram as caseiras que atendiam aos serviços domésticos dos luso-brasileiros.

No Extremo-Norte, por motivos óbvios, a penetração branca não se poderia fazer sem o concurso indispensável de seu braço e de sua experiência.

Afeito às longas marchas, conhecedor dos segredos das matas e dos rios, atilado e prático, exerciam as funções de guias e remeiros, constituindo sempre a escolta destinada a acompanhar e defender o invasor.

Auxiliar do português na luta contra os concorrentes europeus de outras nacionalidades, o reinol não podia igualmente prescindir de seu concurso prestimoso quando se tratava de bater e subjugar o íncola silvícola ou exterminá-lo.

Servia de intérprete e medianeiro junto às tribos ariscas e era o intermediário sempre disposto a captar-lhes a confiança e reduzi-las à paz propiciadora de convívio mais íntimo e demorado com o alienígena português.

Nas fazendas, faziam-se guardas do gado, vaqueiros e feitores. Eram vigias solícitos em evitar as ciladas de

tapuias irrequietos e agressivos ou neutralizar-lhes os ataques contra núcleos de povoamentos surgidos junto aos currais dos primeiros tempos.

Ao índio manso, amigo, cabia, pois, o pesado encargo de auxiliar a defender a integridade física dos moradores e seus bens, assim como manter a economia de produção da Colônia. Vivendo, de ordinário, no ócio dissolvente, o ádvena tornara-se, como já o disse alguém, um parasita voraz. Apropriava-se da energia e do trabalho do indígena, que era, no fundo, o único elemento realmente produtor e útil naquela parte do Brasil.

Em época mais próxima de nós, viria em seu auxílio o negro. Êsses nunca foram, porém, muito numerosos na Amazônia pròpriamente dita, pois tais recém-vindos iam de preferência para o litoral maranhense, onde, na sua maioria, tinham as atividades dirigidas para a agricultura.

Pelas cercanias dos núcleos de povoamento havia aldeias de índios mansos que, de ordinário, forneciam os trabalhadores destinados a atender às necessidades dos brancos e que eram então gratificados com o mísero salário mensal, nem sempre satisfeito, de duas e às vêzes três varas de pano de algodão.

O número de assalariados que, por bem ou por mal, eram arrancados a seus lares, nunca bastava para fazer face à procura de braços para o trabalho, fato, aliás, comum a todo o Estado do Maranhão. Os rigores excessivos usados por brancos e mestiços em relação aos indígenas e as violências postas em prática a fim de obrigá-los a produzir mais do que, normalmente, poderiam fazê-lo causavam enormes mortandades entre nativos e estimulavam nêles o desejo de recobrar a antiga independência. Semelhantes fatos concorriam para acentuar ainda mais a carência de braços.

Em tais contingências, apelaram mais uma vez os povoadores para aquilo que já lhes era tão familiar em outros setores do País, ou seja, para a escravização pura e simples do filho da terra, prática tão bem ajustada à

mentalidade reacionária do lusitano, viciada por longo passado escravista.

A Bula **Veritas Ipsa**, do Papa Paulo III, publicada cem anos antes (2 de julho de 1537), mas ainda em pleno vigor, jazia de há muito sepultada no esquecimento geral. Ela declarava "que os índios tinham todo o direito à sua liberdade da qual não podiam nem deviam ser privados e tampouco do domínio dos seus bens", mas não havia quem fizesse cumprir itens tão humanitários.

A sujeição do silvícola não era, já naquela época, emprêsa fácil.

A guerra de extermínio, levada a efeito em grande escala particularmente contra os Tupinambás, acarretara o desaparecimento rápido e quase total dos silvícolas praieiros. Os remanescentes das tribos destroçadas, que não haviam fugido em condições mesquinhas para o interior, buscavam medrosos a proteção dos Missionários e êstes os reuniam em aldeias, de onde só difícilmente poderiam ser arrancados pelos colonos.

Em meados do século XVII, não restava, pràticamente, na faixa costeira que se alongava do Maranhão ao Gurupá, uma única maloca que valesse a pena ser tomada de assalto.

"Cobriam-se as praias do Estado do Maranhão e Pará, diz o autor do "Noticiário Maranhense", com as aldeias de índios na primeira conquista". E acrescenta: "Ainda que muitos, todos eram poucos para satisfazer a jurisdição dos Maiorais, sendo necessário, para qualquer morador lhe divertir algum, fazer-lhe primeiro a conta do que podia ganhar, mas o trato que sempre lhe deram fazendo trabalhos braçais, conduções do Pará para o Maranhão ou até Sergipe, donde os brancos, passando em barco ao Maranhão, os deixavam meses e tempos com sustento ou sem êle, adoecendo ou morrendo até voltarem de suas negociações, viagens pelos sertões e escravos como hoje ao cravo passando anos continuados sem ligar de comunicações com suas mulheres, porque quando cuidam que no

cabo de um ano, outro ano e terceiro ano voltaram às suas casas para terem algum descanso, então tornam a começar de novo sempre enquanto não acabam assim uns ao desamparo em uma parte, como as famílias em outras, havendo-se também retirado do nosso trato Aldeias inteiras pelos matos dentro, buscando novos sertões, de que depois se acharam vários vestígios."

As praias encontravam-se, pois, pràticamente êrmas. Havia, porém, ainda o sertão, cujas terras, na frase feliz de Heriarte, "estavam povoadas de bárbaros de infinitas e diversas castas e nações", e que permanecia, por assim dizer-se, intacto.

A viagem de Pedro Teixeira, ampliando a noção corrente a respeito das possibilidades da região amazônica, viera mostrar que a floresta não era apenas um repositório amplíssimo de riquezas naturais mas igualmente um viveiro inesgotável de trabalhadores nativos, aberto a tôdas as iniciativas.

Havia mister simplesmente penetrar a selva sem limites.

De acesso difícil, aquêle aglomerado exuberante e caprichoso de troncos e estipes, de ramos e hastes entretecidos por um mundo de lianas multiformes, abrigava também uma fauna traiçoeira e agressiva, que era preciso afrontar de maneira resoluta.

Todavia, a prêsa apetecida do colono — o homem nativo — era ali mais abundante do que tôdas as pragas locais.

Vergado ao pêso de um ambiente rico mas de certo modo adverso, êle povoava os largos quadrantes da planície imensa, sendo o seu número computado em três milhões de indivíduos, segundo estimativas menos otimistas.

Afora agregados de menor vulto e importância, nada menos de seis, dos oito grandes grupos de povos brasílicos considerados pelos modernos investigadores, tinham seu **habitat** na ampla bacia sul-americana.

Encontravam-se ali representantes das famílias Tupi-Guarani, Nuaruaques, ou Maipures, Jês ou Tapuias, e certamente também antepassados dos Betóias e dos Panos, indígenas que ainda hoje avassalam grandes áreas dêsse recanto do Brasil; os Betóias, disseminados pelas margens do Solimões, os Panos, aparecendo desde o Madeira até o Ucayali.

A julgarmos pelas informações dos cronistas e viajantes do século XVII, quando os conquistadores brancos invadiram a Amazônia, muitas das tribos que constituíam algumas das grandes nações citadas encontravam-se, já então, em estado de pureza muito relativa, fato que se deve naturalmente considerar como resultado de amiudadas trocas de sangue ou de cultura havidas entre elas e os componentes de outros conjuntos étnicos que demoravam dentro das mesmas áreas culturais.

Semelhante interpenetração de sangue e de cultura, que continua, aliás, a ocorrer em nossos dias, determinou, conforme é sabido, a criação dos designativos sobremodo expressivos de puros e mesclados, impostos pelos melhores especialistas às cabildas que formam o grupo tupi.

Os agregados humanos do Brasil Setentrional moviam-se ordinàriamente dentro de limites territoriais definidos, verdadeiras áreas de caças, que eram por êles defendidos com energia e pertinácia contra a pressão de vizinhos irrequietos e agressivos.

Ocupavam, pois, espaços geográficos cuja posse e domínio desfrutavam enquanto fôssem suficientemente fortes para conservá-los.

O silvícola da grande planície era, como aliás o próprio homem sul-americano, um alienígena que aí se teria fixado em época não muito recuada, sendo alguns dêles ainda mal naturalizados.

Estudos já bastante antigos induzem a aceitar, como doutrina pacífica, essa procedência alóctone.

Todavia, a proveniência exata das tribos que integravam cada um dos grupos e o caminho que teriam

seguido através do Continente desde o berço de origem são assuntos para controvérsia.

Tomando por base o princípio um tanto arbitrário de que, dentro de determinado grupo primitivo em via de expansão, o menor desenvolvimento cultural deva ser acusado pelas tribos que permaneceram estacionadas na área de onde teriam partido suas congêneres mais evolvidas, e mais os dados resultantes do estudo de pressupostos movimentos humanos, antigos e modernos, ocorridos no Brasil, acredita-se hoje que algumas das gentes amazônicas eram oriundas das encostas levantinas dos Andes, enquanto outras haviam descido dos chapadões que circundam a N.O. e S.O. o grande vale subequatorial.

Isso se aplica particularmente aos Caraíbas, cujo centro de dispersão estaria, segundo apuraram Ehrenreich e Von den Stein, nas fontes do Xingu, e aos Nuaruaques, procedentes da mesopotâmia — rio Negro-Alto Solimões.

Marchando de sul para norte, os componentes do grupo Caraíba atiraram-se à conquista da Amazônia, batendo e afugentando os Nuaruaques, esparramados de longa data sôbre a porção norte da América Meridional e ilhas das pequenas Antilhas.

De cultura algo apurada, êste povo, oriundo, segundo parece, dos confins da Venezuela, constitui uma das mais interessantes famílias indígenas do Brasil pré-cabralino. Sua influência teria repercutido não apenas nos hábitos e usanças lòcais, como também na vida do próprio mundo ocidental como inventor da rêde e propagador mais fervoroso do uso do fumo.

Os Jês haviam-se deslocado do longínquo Nordeste, enquanto os Tupis seriam originários do Brasil Meridional.

Povo dotado de grande capacidade de expansão, algumas de suas hordas teriam penetrado na planície amazônica em data relativamente moderna, tangidas das terras orientais pelo invasor europeu; outras, no entanto, já aí estavam desde tempo sobremaneira recuado e em vir-

tude de naturais movimentos migratórios. Ocorridas antes e imediatamente depois do memorável feito marítimo de Cabral, as imigrações mais antigas haviam sido impulsionadas por causa determinantes que permanecem obscuras, malgrado as minuciosas indagações de sábios como Metraux, Ehrenreich, Garcia e outros, que ventilaram demoradamente o momentoso assunto em fartas e eruditas monografias.

Vivendo, em época bastante remota, nas planuras delimitadas pelo médio Paraná e alto Paraguai, ou nas nascentes do Tapajós (Metraux), os Tupis teriam, conforme apurou o segundo daqueles escritores, irradiado, em forma de leque, do primitivo centro de expansão.

Os primeiros enxames avançaram pelo litoral, alcançando a foz do rio Pará, enquanto outros desciam, com igual destino, o Tapajós, "o grande caminho interior das migrações Tupis", indo todos, por fim, convergir em terras do Brasil Setentrional.

Empurradas de seu foco étnico pelos espanhóis, algumas tribos tupis fugiram para o Noroeste, passando, diz-nos D. de Carvalho, para o atual território da Bolívia.

Nação numerosíssima e belicosa, dominadora antiga de tôda a metade oriental do Planalto brasileiro, bem como de grandes trechos das praias atlânticas, os Jês, escorraçados e expulsos da orla litorânea pelos Tupis e pelos portuguêses, destacaram colônias que se foram refugiar nas matas da baixada amazônica, onde muitas delas criaram raízes definitivas.

Ao lado dos citados troncos raciais que têm uma história, embora seja ela um tanto obscura e em grande parte conjetural, outros existem na Amazônia que são disto inteiramente desprovidos.

Referimo-nos aos Betóias, aos Panos e a certos agregados menores, ainda não perfeitamente delimitados pelos etnólogos e cuja pátria primitiva, assim como filiações étnica e lingüística, permanecem um verdadeiro enigma.

Escalonados em estádios de civilização muito diver-

sos e perdidos à beira de êrmos lagos e de cursos d'água, coleantes e traiçoeiros, ou enclaustrados em pequenas clareiras naturais abertas no próprio seio da mata bruta, os indígenas, filiados a qualquer dos aludidos troncos raciais levavam existência relativamente fácil.

Viviam em regime de economia primitiva, sustentando-se, como qualquer dos outros silvícolas brasileiros, quase exclusivamente daquilo que a natureza lhes fornecia, ou seja, da caça e da pesca, de frutos e raízes. Alguns, bastante evolvidos para o meio ambiente, agricultavam, em pequena escala.

De ordinário, mostravam-se excelentes nadadores, magníficos pilotos fluviais e canoeiros habilíssimos.

As mulheres de certas cabildas eram exímias nas artes decorativas e seus homens, artífices incomparáveis na feitura de artefatos de penas; havia-os, no ponto de vista puramente artístico, capazes de se ombrear com os mais cultos povos do Novo Mundo. Como ceramistas, não tinham rivais na porção cisandina da América. Os curiosíssimos objetos de barro, exumados das necrópoles indígenas do Baixo Amazonas pelo labor profícuo de numerosos americanistas, assim brasileiros como do Além-Mar, estão, pela beleza de seus lavôres, a atestar a destreza técnica e o apurado senso das linhas e das côres de que se tornara senhor o gentio amazônico.

Nem todos eram tão bem dotados. As florestas equatoriais têm sido sempre o refúgio da vida primitiva; natural é, portanto, que na hiléia se encontrassem igualmente tribos das mais atrasadas do Brasil colonial. Nela vivem ainda hoje, como a reforçar esta afirmativa, os Paumaris e os Uataraques, gentios que, tendo perdido um pouco de sua cultura originária depois que aí se acolheram, vegetam próximos à animalidade.

Não obstante tribal, a organização sócio-político da maioria dos selvagens do Grande Vale oscilava, assim como as suas crenças, dentro de limites assaz afastados, que não interessam aqui analisar. De um modo geral,

obedeciam, porém, a chefes que os tupis chamavam morubixabas e que exerciam acentuada influência na vida do grupo; sua autoridade sofria muitas restrições ocasionais.

Ao lado dêsses chefes, cujo poder era, por vêzes, hereditário, estava sempre o pajé, o feiticeiro-curandeiro, a quem cabia tratar os males físicos dos componentes do grupo e dirigir a cerimônia dos seus cultos primários. Onde o poder daquele enfraquecia, o dêste tornava-se tirânico e avassalante.

A belicosidade da gente da hiléia brasileira não era, ordinàriamente, das mais acentuadas. Mesmo os representantes do grupo Jê não se mostravam tão ferozes quanto seus rudes parentes de leste.

O ambiente rico, a existência fácil que predispõe à pacatez tão encontradiça entre membros das comunidades bem abastecidas, plasmara-os, de certo modo, pacíficos, hospitaleiros e de bons tratos, embora imprevidentes, pouco ativos e sem nenhum amor ao trabalho continuado e produtivo.

Conluios e revoltas, forjados em comum contra os brancos, foram, por isso mesmo, relativamente raros na Amazônia.

A confederação, organizada por Ajuricaba com seus Manaus e Maperuas, é apenas uma exceção honrosa a apontar-se. Ainda assim não teve nem de longe a amplitude e o interêsse histórico da coligação dos Tamoios, no Rio de Janeiro, da dos Galaches, na Bahia, e da dos Cariris e Anacés, no Nordeste, tão celebradas tôdas nos anais pátrios dos dois primeiros séculos.

A floresta imensa, dominando grandes amplidões de terras encharcadas e quase impedindo a intercomunicação dos grupos, e a própria incultura dos componentes humanos que ali viviam, não eram de molde a facilitar, no homem nativo, a eclosão e desenvolvimento de tendências gregárias e associativas, visando a combater os estrangeiros intrusos.

À regra geral de pacatez fugiam, é certo, tribos como

a dos Torás, dos Neengaíbas, dos Mundurucus, dos Muras, dos Tupinambás, êstes então recém-chegados ao estuário, e poucos mais; todos, ou quase todos, já escarmentados pela influência de um contacto anterior com gentes alófitas de origem transatlântica.

A relativa brandura do íncola do Extremo-Norte, brandura que facilitaria, dentro de determinados limites, a penetração colonizadora da Amazônia brasileira, contrastava, aliás, de modo acentuado, com a rudeza de ânimo dos seus vizinhos do Nordeste.

Amazonenses e nordestinos, prêmidos naturalmente pela necessidade de alimentos azotados, praticavam, não raro, a antropofagia, bárbara usança que se tem procurado justificar invocando pretextos nem sempre aceitáveis.

Todavia, os silvícolas do Brasil Norte-Oriental eram bem mais obstinados nessa prática, julgada hoje profundamente bárbara e revoltante. A vida passada nas savanas do Meio-Norte ou na caatinga, êsse cenário ora adusto ora viridente que se desdobra das cercanias da costa nordestina até o rio Parnaíba e vai alcançar, pelo sul, as barrancas do São Francisco, plasmara-os bravios, arrogantes, vigorosos e feros. Aí erravam os caboclos menos cultos da grande nação Jê e que foram o terror constante dos colonizadores brancos. A primeira nota da ferócia dos aborígenes nordestinos nos é dada pelo assassínio do Padre Francisco Pinto, o venerável Apóstolo da Ibiapaba, enquanto sua bravura é atestada, no alvorecer da conquista, pela resistência, pertinaz e heróica, que opuseram às hostes invasoras de Pero Coelho, derrotando-os ao fim de longo período de lutas.

A seguir, vêm os intermináveis e sangrentos conflitos armados pela rebeldia dos Paiacus cearenses, e a memorável revolta dos Tapuias piauienses, que durante vários lustros manteve em choque as fôrças do Mestre-de-Campo Bernardo Carvalho de Aguiar.

As tribos que, a êsse tempo, pervagavam o Nordeste eram numerosíssimas. Possuindo cada uma seus ca-

racteres específicos, distribuíam-se caprichosamente, avassalando áreas te ritoriais que, não raro, se interpenetravam.

Errando pelas praias, no saliente setentrional do Ceará, viviam os Tremembés, silvícolas de filiação duvidosa cujos domínios iam até o Gólfão Maranhense; a costa, ao nascente do Ceará, era o cenário das atividades de hordas potiguares, Tupis transmigrados, pouco antes, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, de onde os tinha movido o invasor branco. Pertenciam, também, a esta grande família brasílica os Tabajaras, que ocupavam o têrço norte da Ibiapaba.

Impelidos pela conquista, à maneira de seus irmãos de sangue, os Potiguares, êles se tinham refugiado naqueles altiplanos muitos decênios antes da colonização do Nordeste, sendo, por isso, as suas aldeias em número bastante avultado, já ao iniciar-se o século XVII. Senhores das melhores terras da região serrana, entretinham relações de amizade com Tapuias das vizinhanças e incursionavam pelas baixadas cearenses, indo até à praia, onde haviam fixado morada muitos de sua raça.

No sul das Capitanias do Piauí e Ceará, senhoreando, nesta, o opulento vale do Cariri e terras próximas e, naquela, as bacias de alguns tributários do Parnaíba, viviam cabildas da nação Cariri, agregado racial típico que parece ser próprio da grande peneplanície nordestina.

Constantemente em lutas com os gentios de outras parentelas, espalhavam-se também pela zona do alto sertão, desde o Piancó, na Paraíba, até as ribas pernambucanas do São Francisco.

Havia-as, pois, em número assaz considerável, nos tabuleiros piauienses e em alguns trechos das caatingas baianas.

"Começavam pelo menos no Paraguaçu e chegavam talvez ao Itapicuru Maranhense", afirma-o Capistrano.

No centro, entre os Cariris e o litoral, estendiam-se as terras sujeitas aos Tarairiús, velho povo banido das

praias mas ainda as freqüentando na época em que as chuvas amadureciam os cajus, de que eram grandes apreciadores.

Os Tarairiús desempenhariam papel de destacado relêvo na época da dominação holandesa, tomando o partido dos batavos contra os portuguêses, a quem devotavam um ódio irrefragável.

Êsse grupo étnico-lingüístico, aliás criado graças a estudos muito recentes (82) da cultura e da língua dos antigos moradores da região Norte-Oriental, tinha a sua gente espalhada desde o São Francisco até às margens do Parnaíba.

Em chãos do Piauí e do Maranhão havia, além dos tupis e tapuias já citados, tribos ligadas ao tronco Caraíba, tais como os Pimenteiras, que tanto atormentaram os criadores do sertão, e outras de filiação bastante duvidosa. Nesse caso estão os habitantes das palafitas maranhenses, povo cuja existência nos foi revelada pelo naturalista Raimundo Lopes, mas a respeito do qual nada se sabe ao certo.

* * *

Foi contra êsses homens que, desde os albores da conquista, lançaram-se os portuguêses, ávidos sempre de braços abundantes e baratos.

---

(82) Constituíam um povo bem caracterizado pela sua cultura e pela sua língua genuinamente nordestina; era composto de várias nações subdivididas em numerosas tribos. O habitat dêstes ameríncolas estendia-se do Piauí, provàvelmente das margens do rio Parnaíba, pelos sertões e praias do Ceará e do Rio Grande do Norte, sertões da Paraíba e Pernambuco até além do rio São Francisco, no território baiano. O pouco que se conhece da etnologia e da língua autoriza enquadrar esta gente tapuia numa família étnico-lingüística distinta. Os seus hábitos e costumes, sua língua oferecem singularidades que diferenciam a sua cultura e o seu falar, suficientemente, dos de qualquer outro grupo congênere da América.

À nova família impôs-se o nome da nação mais conhecida do grupo, que é a dos Tarairiús, habitantes das vastas regiões do Ceará e sobretudo do Rio Grande do Norte, nos tempos coloniais.

O que presentemente se sabe da língua dessa enorme família ainda não permite a análise etimológica dos topônimos correspondentes, tão abundantes em todo o sertão nordestino. Apenas um ou outro nome de lugar, desta origem tapuia, deixa lobrigar a sua verdadeira significação. O mais conhecido é **Poró**, vocábulo com que se denominam no Ceará uma fazenda de criar no médio Banabuiú e outra no baixo Jaguaribe. Há vários outros exemplos, tanto no Ceará como no Rio Grande do Norte, da utilização toponímica desta palavra tarairiú, que significa o lugar onde se realiza certa festa própria do grupo (Pompeu).

De dois processos usavam êles ordinàriamente para conseguir a escravaria de que tanto necessitavam. Obtínham-na seja por intermédio de expedições armadas, que os próprios interessados mandavam ao sertão sob o pretexto um tanto duvidoso de revidar agravos pessoais recebidos dos nativos, seja recorrendo às chamadas tropas de descimento e de resgate, processo talvez mais humano, porém, não menos tôrvo.

Constituíam as tropas de resgate troços de sertanistas experimentados e audazes que peregrinavam pelas aldeias indígenas do interior com o fito, em aparência filantrópico, de redimir os prisioneiros que nela achassem "sob corda", eufemismo com que era de uso designarem-se os indígenas condenados a servir de repasto a seus captores. Adquiriam também os escravos de qualquer sexo ou idade que os moradores das aldeias vizinhas houvessem apresado no decorrer de suas incursões contra tribos inimigas e mantivessem subjugados.

As tropas de resgate, que salvaram da morte ou do jugo de rivais americanos um grande número de íncolas, não agiam, porém, impulsionadas pelos ditames da fraternidade ou do amor ao próximo. Queriam os nativos não para dar-lhes a liberdade, mas para submetê-los a um destino bem mais vexatório que o cativeiro ou a própria morte entre seus iguais; queriam torná-los escravos dos brancos.

Malgrado abusos sem conta praticados pelos povoadores, muitas vêzes com a anuência dos próprios governantes, a caça aos indígenas não se fazia, ordinàriamente, pelo simples arbítrio dos colonos nela interessados.

Para que a garra dêsses salteadores brancos pudesse cair sôbre suas vítimas, era mister ser a guerra, que pretendiam fazer-lhes, prèviamente, considerada justa pelas autoridades locais, praxe que requeria o cumprimento integral de um grande número de formalidades burocráticas.

As entradas das tropas de resgates, por sua vez, de-

viam ter também um certo cunho de legalidade. Para que baixassem ao sertão e os bárbaros, que lograssem descer, fôssem todos havidos por cativos ou "peças", era imprescindível que a Junta de Missões e Propagação da Fé — espécie de tribunal misto instituído durante o govêrno de André Vidal de Negreiro, — se pronunciando a respeito, julgasse oportuna a sua organização e aquiescesse em permitir a partida para o interior.

Cumpria, além disso, à Junta examinar, após o regresso dos expedicionários, a legitimidade de cada um dos resgates por êles realizados e, portanto, a sua validade.

Para os índios capturados no decorrer das operações de guerra, o cativeiro era perpétuo; para os que fôssem, porém, resgatados, o tempo de serviço restringia-se, oficialmente, a dez anos, findos os quais podiam ir-se embora por sua livre vontade. Os que ficassem com seus antigos senhores não deveriam ser constrangidos a servir sem salário.

Êsse e outros dispositivos, constantes da copiosa e contraditória legislação beneficiadora dos nativos, nem sempre eram respeitados e cumpridos. Os colonos, iludindo as cláusulas da lei, praticavam contra os direitos dos índios abusos sem conta a que Governador e Capitães-Mores não raro cerravam olhos e ouvidos.

Vigoravam, outrossim, na Colônia as chamadas operações de descimentos, dirigidas ou orientadas por eclesiásticos de várias Ordens que, na ocasião, atuavam também como catequistas. No caso em aprêço, tribos inteiras eram por êles induzidas a deixar as suas brenhas e a vir fixar residência junto aos povoados cristãos do litoral.

Mesmo quando aquiesciam voluntàriamente em acompanhar os missionários e fazer-se cristãos, os nativos não eram livres; estavam sujeitos, à maneira dos outros ameríncolas submissos ou aliados que demoravam pelas cercanias dos brancos, a serem requisitados para a guerra, serviços domésticos, construção de edifícios públicos, fortificações e outras obras de El-Rei.

As tropas de guerra, as de resgates e os descimentos, de que acabamos de falar, tiveram sempre terríveis efeitos despovoadores. Conforme observa o atilado Virgílio Correia, quando um dêsses grupos armados embocava por algum rio, com a mira em determinada tribo, não tardaria o inteiro aniquilamento de seus moradores nativos.

Tais atividades beneficiariam, todavia, os conhecimentos geográficos regionais, uma vez que desempenharam notável função desbravadora.

Itinerantes infatigáveis, os caçadores de índios, revelando muitas das grandezas amazônicas, ampliaram, pois, consideràvelmente, a área de influência luso-brasileira, influência que, logo a seguir, seria consolidada pela ação missionária.

XVII

OS MISSIONÁRIOS

A cada grupo de aventureiros que, sob os mais desencontrados pretextos, invadia a hinterlândia nortista nos primeiros dias do século XVII, agregavam-se invariàvelmente predicadores católicos.

Compartes humílimos das entradas pioneiras da centúria anterior, cedo iriam tais missionários ocupar uma posição de acentuado destaque também na obra formidável da conquista e colonização das terras amazônicas.

Juntando-se aos bandos armados que partiam para as agras caminhadas sertanejas da caça ao silvícola ou para as difíceis operações de descimento e resgate, êles não levavam, porém, em mente os propósitos egoísticos que animavam seus companheiros de jornada. A missão que lhes cabia desempenhar, na vasta planície equatorial, era humanitária e cristã. Seguindo a norma invariável traçada pelos catequistas que muito antes haviam penetrado outros recantos selváticos do Brasil-Colônia, iam os nossos Padres intentar corrigir, tanto quanto possível, os desregramentos e as violências dos brancos, mamelucos e índios mansos que usualmente integravam tais conjuntos expedicionários. Iam, outrossim, amparar material e espiritualmente os aborígenes que, porventura, caíssem vítimas da sanha dos conquistadores luso-brasileiros, missão quase divina que desempenharam sem desfalecimentos nem tergiversações.

Com o decorrer dos dias, sem deixar de participar

como Capelães das expedições desbravadoras de que eram, por assim dizer, as figuras obrigatórias, os Missionários nortistas, que tinham convento em Belém e São Luís, fizeram-se, êles mesmos, sertanistas. Organizaram, por conta própria, entradas que, despidas de aparatos guerreiros e sem os impulsos da cobiça, penetravam o sertão com o fito especial de levar a cabo a tarefa penosa mas edificante de conversão das gentilidades.

Todavia, as bandeiras religiosas que, dêsse modo, começaram a cruzar a retroterra nortista, não visavam, ùnicamente, a catequizar os silvícolas, persuadindo-os a descerem de suas brenhas rumo às aldeias cristianizadas da zona costeira, onde seriam introduzidos a mudar de hábitos, de crenças e de idéias. Abrasadas por intenso ardor apostólico, iam, muitas delas, fundar, no coração da selva equatorial, povoados estáveis, onde indígenas perseguidos e espoliados pudessem encontrar a paz e a assistência religiosa de que tanto estavam a necessitar.

Erigindo tais aldéias, de preferência bem longe das áreas já desbravadas pelos brancos, os Padres não serviam apenas aos superiores interêsses da caridade, mas davam igualmente comêço à ocupação produtiva da terra e, assim, nela sòlidamente implantavam o domínio lusitano. Tornaram-se, dêsse modo, os verdadeiros iniciadores da colonização européia na hinterlândia nortista.

Lembra com argúcia Moacir Paixão que, "durante largo tempo da expansão sertanista, o vale do Amazonas sofreu o fenômeno de dilatação despovoadora verificado em outras regiões da Colônia. Os entradistas cobriam rios, transpunham cachoeiras, varavam as selvas, mas não se fixavam nunca, não ocupavam nem exploravam as terras constantemente transitadas. Apenas colhiam as drogas, apresavam as peças do sertão e fugiam às densidades selvagens, rumo ao pouso central, Belém. Se, nas paragens do Centro e do Sul, essa expansão era quase sempre seguida da fixação da terra pela plantação da cana-de-açúcar, do algodão, do fumo, pela localização nas

proximidades das minas e pela criação do gado, aqui, na Amazônia, o predomínio das águas e das matas dificultava a lavoura e impedia a pecuária. Minas também não havia para mover as grandes massas humanas e arrastar o repovoamento às zonas desgastadas."

"De sorte que, mais de um século de existência colonial, o vale do Amazonas estêve aberto às ambições sem freio do homem do Atlântico, perdendo seu material humano em escalas avantajadas."

"Sòmente na segunda metade do século XVII é que aparece o estancieiro ou o senhor de engenho e o missionário, com sua organização estatal quase perfeita para a época." (83)

Apesar de concorrerem de forma acentuada para a ruína dos povoadores da zona litorânea, tirando-lhes, conforme lembra o mesmo autor, a mão-de-obra indígena de que tanto necessitavam, as aldeias missionárias da Amazônia não teriam felizmente o trágico destino de suas congêneres do sul, pouco antes vergadas ao pêso da ambição das bandeiras escravistas de Piratininga (84).

---

(83) Moacir Paixão e Silva — "Formação Econômica do Amazonas". Pôrto Alegre, 1940.

(84) Enquanto os luso-brasileiros vingavam a gleba imensa, os paulistas, buscando remédio à penúria em que viviam, invadem, no sul, as terras castelhanas para arrasar as famosas reduções criadas, a partir de 1610, pelo trabalho paciente e profícuo dos jesuítas do Paraguai. Patriótica, para alguns, porque teria expulsado dos limites da terra de Santa Cruz vassalos do rei de Espanha, a façanha levada a cabo por êsses mamelucos rapaces, é, com justa razão, para a grande maioria dos nossos escritores, julgada a mais soturna de tôda a história do bandeirismo.

Roberto Simonsen assim minudencia e recorda êsse tenebroso drama: "Os paulistas, diz êle, entre 1628 e 1630, destruíram uma dessas missões, tendo os povos das restantes, Santo Inácio e Loreto, emigrado para as missões do Paraná, numa retirada, pintada com as côres mais sombrias pelos cronistas jesuítas da Ordem. Em 1631, aniquilaram os paulistas a cidade de Vila Rica e Ciudad Real de Gúayra. Em 1631, fundaram os jesuítas as missões dos Itatines, ao Sudoeste de Mato Grosso, que foram também arrasadas pelos paulistas, em 1632. Nesse mesmo ano, assaltaram e destruíram o estabelecimento espanhol de Santiago de Xerez, sito perto das nascentes do Aquiduana, em Mato Grosso. Em 1636, os paulistas investiram contra as missões do Tape e do Uruguai, que, até 1638, foram umas arrasadas e as restantes expulsas para a margem ocidental do Uruguai. Destruíram-se assim, em pouco mais de 10 anos, tôdas as reduções de Guairá, Itatines, Tape e Uruguai. Salvaram-se as reduções do Paraná, no atual território argentino das missões, devido à derrota sofrida pelos paulistas em Bororé, na investida que parece ter sido comandada por Jerônimo Pedroso de Barros. Essa data assinala a organização definitiva das reduções jesuíticas. De fato, abandonando as comarcas afastadas, agruparam suas reduções nas margens do Paraná e do Uruguai, na parte que êstes rios mais se aproximam. Mais tarde, ocuparam novamente uma parte do território do Rio Grande, fundando aí os Sete Povos, que com as missões argentinas e as oito reduções em território Paraguai, ao Norte do rio Paraná, constituíram as 30 doutrinas jesuítas..." (Roberto Simonsen — "História Econômica do Brasil", S. Paulo, 1937, t. I, pág. 322).

A êsse tempo já se tinham estabelecido em Belém várias Ordens religiosas.

Aí se encontravam, com efeito, trabalhando no grande campo missionário, Capuchos da Província de Santo Antônio, Mercedários, Jesuítas e Carmelitas calçados. Êstes, oriundos de São Luís, onde mantinham casa, haviam entrado na Amazônia em 1627. Um sacerdote da mesma regra, o Pe. Frei Cosme da Anunciação, fôra companheiro de Alexandre de Moura na expedição de 1615 e tomara parte destacada nas guerras de conquista do Maranhão.

Os Franciscanos Capuchos, primeiros missionários portuguêses a pisar as terras virgens do setentrião brasileiro (85), aí aportaram logo em 1616, sob a direção de Frei Antônio de Marciana.

Vindos ao Meio-Norte com o fito de prestar socorros espirituais aos soldados luso-brasileiros em luta contra os franceses de São Luís, acompanharam depois, com os mesmos propósitos, as fôrças de Caldeira Castelo Branco até Belém. Construíram sua primeira casa residencial no Una, junto à baía de Guajará, onde, até fins de 1618, residiram apenas dois capuchinhos, Frei Cristóvão de São José e Frei Antônio de Marciana, sacerdote que desempenharia largo e agitado papel na vida pública local.

Em princípios do ano seguinte, chega à sede da Capitania do Grão-Pará o Capuchinho Frei Manuel da Piedade, trazendo, por ordem do Rei, cem casais de índios mansos, a fim de ajudar as autoridades locais na guerra contra os indígenas das circunvizinhanças do forte do Presépio que se achavam revoltados.

Vinte e três anos depois dos Capuchos, apareceriam no Pará os religiosos da Ordem Calçada de Nossa Senhora

---

(85) Antes dêles, desceram a Amazonas Frei Gaspar de Cavajal e Frei Gonzalo de Vera em companhia de Orellana. O primeiro escreveu a "Relacion del Nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que describrió por muy gran ventura el capitán Francisco Orellana, desde que nascente hasta subir à la mar" que só foi publicado integralmente em 1894, por interferência do americanista José Toríbio de Medina.

das Mercês, trazidas de Quito por Pedro Teixeira, ao regressar de sua vitoriosa expedição de reconhecimento.

Por motivos não bem esclarecidos, tomara-se o grande Cabo-de-Guerra de especiais simpatias pelos Frades espanhóis e os induzira a acompanhá-lo até Belém, onde iriam ter missão fixa.

Sua primeira morada foi erigida sob a direção de Frei Pedro de la Rue de Santa Maria.

A Companhia de Jesus só em 1653, com os Padres Gaspar Fragoso e João de Souto Maior, deu começo às atividades apostólicas na grande planície amazônica.

Anteriormente àquele ano, haviam, é certo, estado no Pará os Jesuítas, Padres André de Artieda, Cristóvão de Acuña e Luís Figueira, que devem, porém, ser antes considerados meros precursores dos seus irmãos de hábito. Os dois primeiros, vindos na comitiva de Pedro Teixeira, nada realizaram no setor da evangelização porque logo passaram à Europa, que era, conforme vimos anteriormente, o destino que levavam. Quanto ao Padre Luís Figueira, apenas preparou o terreno que deveriam semear outros obreiros de Cristo. Abrasado pela febre do proselitismo que, conforme recorda Lúcio de Azevedo, sempre nêle foi constante, aportara ao Pará em 1636 e, logo, internando-se nos selváticos sertões do Xingu, tomara contato com os infiéis daquele rio e lhes impusera os rudimentos da fé. Cedo, porém, de lá retornara caminho do Velho Mundo em busca de amparo oficial para sua obra civilizadora e de colaboradores que nela quisessem cooperar.

Faleceu quando regressava a Belém em companhia de 14 missionários de sua Ordem (86).

---

(86) Volvendo ao Pará nove anos depois, com 14 religiosos de sua Ordem, o barco que os conduzia, perdido nos baixios que bordam o último trecho do rio Pará, soçobrou próximo à baía do Sol. Os náufragos que não puderam acompanhar o Governador que também com êles realizara a infausta travessia do Atlântico, acolheram-se a uma jangada feita com os destroços da nau sinistrada. Tangida dos ventos, a embarcação improvisada foi ter às costas da ilha de Marajó como se a mão da Providência se comprazesse a guiá-la a gloriosos destinos.

O Pe. Luís Figueira e mais dez eclesiásticos pereceram vítimas da ferócia dos

Aos Padres Gaspar Fragoso e João Souto Maior coube, pois, a glória de ser, no Extremo-Norte, os verdadeiros iniciadores da formidável obra missionária que seria empreendida pela milícia de Cristo, com os êxitos alcançados nos outros pontos da terra brasileira.

Chegaram ambos a Belém no dia 5 de dezembro de 1652 e, como pertencessem à benemérita Companhia de Jesus, cuja fama de acérrima inimiga da escravidão vermelha era conhecida, tiveram acolhida das menos calorosas. Ao Padre Souto Maior, que, com o seu irmão de hábito, deixara o Maranhão pelo Pará sob o pretexto de abrir aula de latim e de doutrina para os filhos dos povoadores brancos, obrigaram, pela fôrça, a firmar um documento no qual se comprometia a permanecer alheio ao negócio dos resgates.

Por estranho que pareça, a índole arraigadamente cristã e católica dos colonos portuguêses, mentes limpas de quaisquer laivos de ceticismo e de impiedade pela ação coatora da Santa Inquisição Romana, não impedia tais excessos contra os ministros autorizados da Igreja. Essas e outras violências sôbre êles exercidas pelos moradores não obstaram, porém, a que os filhos de Loiola assumissem, desde os seus primeiros dias na Amazônia, o papel de paladinos na luta pelos direitos dos selvagens, a quem os reinóis insistiam em considerar meros instrumentos de produção.

Defensores natos dos indígenas, não podiam, pois, os dois Jesuítas fugir de entrar, como entraram, em conflito aberto com aquêles homens interesseiros e que sustentavam princípios tão contrários aos seus.

A luta, assim iniciada e que encheria mais de um século da história nortista, tomou feição particularmente violenta e crua ao surgir no cenário esplêndido do setentrião brasileiro a figura ímpar do Padre Antônio

---

Aruãs, que assim cevavam nos religiosos seu ódio aos conquistadores brancos sempre arrogantes e cruéis.

Dos três religiosos escapos ao naufrágio, nenhum desenvolveu atividades apostólicas no Pará.

Vieira, "glória de Lisboa pelo nascimento, honra do Brasil pela criação, e, pela profissão e crédito da Companhia de Jesus, e serviços de ambas as Majestades", no dizer pomposo do Padre José de Morais.

Nomeado, em 1652, Superior das Missões Jesuíticas do Estado do Maranhão, unidade administrativa que acabava de ser separada em duas pelo Decreto Real de 23 de fevereiro daquele ano, o onipotente conselheiro de D. João IV relutara a princípio em abandonar as branduras da Côrte portuguêsa e expatriar-se.

Abrasava-o, sem dúvida, o entusiasmo pela obra de evangelização que poderia realizar na outra banda do Atlântico, e, em si, abrigava o desejo de pôr a serviço da defesa do natural daquela terra o pêso do seu prestígio e o vigor de sua inteligência privilegiada. A perspectíva, porém, de ter de cingir-se apenas à tarefa obscura e molesta de orientar a pregação da fé entre os broncos ameríndios, tornava, como é natural, hesitante e mole "a quem pelo talento de sua palavra insinuante, e pela novidade e clareza das idéias", "cativara, em Paris, Haia, Roma, tantos espíritos adversos".

Deus, ainda assim, venceu, conforme confessaria mais tarde o próprio Vieira em carta ao príncipe D. Teodósio, e ei-lo missionário.

Onze Inacianos, entre padres, estudantes e coadjutores, deviam seguir em sua companhia até São Luís para secundá-lo nos humildes labôres apostólicos. Êsses religiosos, que levavam a particular incumbência de reorganizar e soerguer os negócios da Companhia naquela parte da Colônia, partiram na frota em que embarcaram os novos governantes encarregados de dirigir os destinos das duas capitanias nortistas.

Vieira, retido em Portugal por imposição do Soberano, só em fins de 1653 aportou ao Maranhão, de onde zarpou, tempos depois, para a vila de Belém.

"Tinha então quarenta e cinco anos, e ia, diz-nos Lúcio de Azevedo, encetar no Brasil uma carreira nova,

na idade em que, para muitos outros, uma existência tranqüila é o prêmio de passados labôres. E, com isso, não sòmente o objeto de sua atividade mudava, como também as condições da existência se lhe deparavam mui outras. Aos cômodos da vida material, que nas casas da Companhia eram compatíveis com a frugalidade da regra, iam suceder as privações de uma forçada pobreza; ao trato polido e ameno da gente culta, a convivência, não isenta de perigos, dos selvagens; às considerações que lhe tributavam no paço e nas côrtes estranhas, a hostilidade grosseira dos colonos, cuja rudeza se agravava, pelo ódio tradicional aos Jesuítas."

Coagido, mais tarde, pelos próprios encargos da catequese, a deixar os companheiros de apostolado e transportar-se apressadamente ao Velho Mundo, levou Viera à Metrópole lusitana, "as vozes da súplica da raça oprimida" que enlanguescia e se abastardava.

De Lisboa, palco de antigos triunfos e onde o Monarca o ouviu com a solicitude que sempre lhe dispensava, logo arripiou caminho, regressando ao Brasil como um triunfador. Trazia em mãos o estatuto régio de 9 de abril de 1655, cujos dispositivos peremptórios proibiam o cativeiro dos íncolas, salvo em casos bastante especiais (87).

Segundo as novas tendências da alta administração metropolitana, tendências expressas neste regimento, a doutrinação e govêrno espiritual dos índios de todo o setentrião brasileiro deviam igualmente passar à conta dos Religiosos da Companhia de Jesus.

A lei, tão contrária aos interêsses dos exploradores do trabalho indígena e, por isso mesmo, ardentemente desejada pelos Jesuítas, era, pode-se dizer, um prêmio concedido por D. João IV ao grande pregador, pela pugnacidade e veemência com que soubera defender os direi-

---

(87) Os casos eram os seguintes: 1º, quando tomados em guerra justa, para a qual concorressem tôdas as circunstâncias expressas na mesma lei; 2º, quando opusessem resistência à pregação das verdades evangélicas; 3º, quando fôssem presos à corda, destinados para ser comidos; 4º, finalmente, quando vendidos por outros índios que os houvessem tomado em guerra.

tos da raça perseguida. Era, também, a pública resposta com que revidava os insultos e vexames sofridos pelo amigo e antigo conselheiro.

Superior de pugilo de abnegados sacerdotes, alguns dos quais o haviam precedido no campo da luta pela nobre causa de Deus, a autoridade de Vieira, mais do que nunca fortalecida, dilatava-se agora por centenas de léguas quadradas e abrangia enorme população nativa.

Onze aldeias do Maranhão e Gurupi, seis nas vizinhanças do Pará, sete no Tocantins, vinte e oito no Amazonas, constituíam, então, proclama-o Lúcio Azevedo, o patrimônio efetivo dos Jesuítas.

Era na realidade imenso o território já incorporado ao Império e a fé católica pelos Missionários em suas arremetidas heróicas buscando neófitos. Vieira, sempre insatisfeito, sonhava, porém novos horizontes para seus zelos. A ilha de Marajó, que senhoreavam Aruãs e Nheengaíbas, e a região do Solimões e altos rios, povoadas de incontáveis gentilidades, alargavam-se a faina produtiva dos bravos catequistas e deviam ser o campo opimo onde agora êle pretendia ativar, a todo transe, os trabalhos de evangelização.

As vistas ansiosas do incansável batalhador voltavam-se também amiúde para a Ibiapaba, onde viviam índios truculentos cujos antepassados se haviam talvez, decênios antes, cumpliciado com os Tacarijus, para a trucidação do venerando Padre Francisco Pinto. Acariciava o pensamento de sujeitá-los à Ordem para assim gozarem os benefícios da vida civilizada e cristã.

Assistido por vinte companheiros apenas, sem medir canseiras e sacrifícios, ei-lo que se lança à emprêsa sôbre-humana de disseminar a boa doutrina por sôbre aquelas terras ásperas do Estado do Maranhão e conduzir seus habitantes ao caminho do salvamento.

Ainda que o número de obreiros fôsse desproporcionado à enormidade do encargo assumido, todos revelaram

o firme propósito de perseverar na tarefa encetada e um intenso desejo de triunfar (88).

* * *

No seio das outras Ordens religiosas que participavam da catequese, não eram menores os anelos de incorporar o homem amazônico à catolicidade, tarefa que, na maioria dos casos, propiciavam aos que a executavam mais sacrifícios e dissabores do que proventos e glórias.

Para ir buscar os índios ao interior do País e encaminhá-los aos centros civilizados do litoral, deviam os Padres, com efeito, empreender longas e fatigantes caminhadas em que, de ordinário, gastavam muitos meses. Jornadeavam milhares de quilômetros a pé, em canoas ou balsas, vadeando corredeiras, curtindo fome e arrostando doenças e perigos sem conta, até descobrir-lhes as malocas sumidas nas margens dos rios caudais ou ocultas nos lugares mais recônditos do sertão (89).

Chegados aos recintos das aldeias, maiores eram ainda as vigílias e os sacrifícios exigidos aos Missionários. Começavam para êles a emprêsa ingente de incutir os rudimentos da fé nas multidões desordenadas e instáveis que por aí viviam.

---

(88) Ver Carlos Studart Filho: "A Missão Jesuítica da Ibiapaba". Rev. do Inst. do Ceará, Tomo LIX. Fortaleza, 1945.

(89) Dos graves perigos a que estavam expostos os pregadores do Evangelho, já falava, quase cem anos antes, o Padre José de Anchieta em sua carta de 1584:

"Os perigos e trabalhos que nisso se passam, pela diversidade dos lugares a que acodem, escrevia o Anchieta, se podem conjeturar. Perigos de cobras, de que há grandíssima cópia nesta terra, de diversas espécies, que ordinàriamente matam com a sua peçonha, de que freqüentíssimamente quase por milagre são livrados, e alguns mordidos sem perigar; perigos de onça ou tigres que também são muitos, pelos desertos e matos, por onde é necessário caminhar; perigos de inimigos de que algumas vêzes por Providência Divina têm escapado; tormentos por mar e naufrágios, passagens de rios caudalosos, tudo isto é ordinário; calmas muitas vêzes excessivas que parecem chegar homem a ponto de morrer, de que vem a passar gravíssimas enfermidades; frio, principalmente na Capitania de São Vicente, no campo onde já por vêzes se acharam índios mortos de frio, e, assim acontecia muitas vêzes, ao menos no princípio, a maior parte da noite não poder dormir de frio nos matos por falta de roupa e de fogo, porque nem calça nem sapatos havia, e assim andavam as pernas queimadas das geadas e chuvas muitas e mui grossas e contínuas e com isso grandes enchentes de rio e muitas vêzes se passam águas muito frias, por longo espaço pela cinta e às vêzes pelos peitos; e todo o dia com chuva muito grossa e fria, gastando depois grande parte da noite em enxugar a roupa ao fogo, sem haver outra que mudar. E, contudo, nada disto se estima; e muitas vêzes, para acudir a batizar ou confessar um escravo de um português se andam seis e sete léguas a pé, e às vêzes sem comer.

Não há descanso, e nisto se gasta cá a vida dos nossos, com que se tem ganhado em todo o Brasil muitas almas ao Senhor."

Além da obra apostólica de conquistar a alma remissa dos selvagens, havia o mister de arrebanhá-los e, com êles, de novo, refazer o áspero caminho que conduzia até a zona litorânea mais em contacto com a cultura européia e onde encetariam o difícil aprendizado da vida civilizada.

"À voz do Missionário, as tribos abandonavam pois os passageiros lares, que, em sua existência quase nômade, haviam assentado à beira dos rios, ou no recôndito das matas, e vinham — escreve Lúcio de Azevedo — estabelecer-se em povoados nas vizinhanças dos cristãos. Seduzidos com presentes ínfimos, rendiam-se à vontade sugestiva dos Padres, e seguiam-nos, com a inocente cobiça do animal faminto a quem acenam com algum saboroso bocado. Em caminho, convencidos por dádivas ou promessas, recebiam o batismo, aprendiam a imitar os sinais exteriores do cristianismo, decoravam preces cujas palavras mal repetiam, fórmulas cuja idéia simbólica jamais haviam de compreender."

"Quando acordavam do sonho de bem-estar, quão mesquinho que lhes deslumbrava as imaginações infantis, era tarde. O Padre sugestionara-os, quebrando-lhes a vontade, e fizera dêles um imenso rebanho, escravizado ao gesto do pastor. Durante a jornada pereciam muitos, principalmente crianças; mas, como já fôssem batizadas, os Padres exultavam: eram outras tantas almas ganhas para o céu."

* * *

A mais remota entrada religiosa de cunho exclusivamente missionário foi, sem dúvida, a realizada pelo Padre Luís Figueira, no Tocantins, da qual colheu, ao que parece, apenas parcíssimos resultados. Antecederam-na e seguiram-nas, é certo, expedições de resgate de caráter leigo, organizadas pelo Govêrno ou pelos moradores, e nas quais, como dissemos, iam ordinàriamente religiosos catequistas.

Tais entradas, que também abriam os sertões à ex-

ploração do colono, não pertencem, porém, ao ciclo pròpriamente missionário.

Dêste ciclo é a viagem, em 1659, de religiosos aos Tupinambás, que então demoravam à margem do Tocantins, no decorrer da qual mais de mil silvícolas foram descidos para Belém. Nêle se incluem, outrossim, a entrada ao rio Negro, que teve lugar em 1657, e a missão realizada, dois anos depois, por Vieira à ilha Joanes, onde logrou finalmente reduzir à obediência os Nheengaíbas, sonho que por tanto tempo fôra seu constante enlêvo.

Surgiram, assim, conforme referimos, dispersa pela imensa largueza dos sertões nortistas e em chãos maranhenses, numerosas aldeias cristianizadas; eram poderosos centros de atração demográfica onde, sob a égide de Cristo, reuniam-se e se amalgamavam nativos oriundos, por vêzes, de tribos muito diversas. Em alguns casos, até nações indígenas, extremadas por fundos antagonismos, voluntàriamente se vinham aposentar à sombra dos Padres.

Hábeis condutores de homens, êles sabiam harmonizar as divergências e apagar os ressentimentos pessoais de seus pupilos, assegurando, destarte, a manutenção da disciplina e da justiça.

Os campanários, muitas vêzes apenas simbólicos das pobríssimas igrejas de palha e de taipa, que se alteavam entre as rústicas moradas dos nativos, ou os simples cruzeiros, erguidos nos pátios das aldeias, passaram a ser, também aqui, o símbolo da coesão. Em derredor dêles se irmanavam vontades, sentimentos e aspirações morais, solidariedade psicológica que sempre foi a verdadeira base da vida social, e que dava à comunidade indígena a necessária firmeza.

Cada um dos novos núcleos de população cristã exerceria, outrossim, papel de verdadeiros laboratórios de adaptação social. Aí o homem americano, modificando os costumes e melhorando o precário sistema de vida a que estava afeito, podia ascender aos estádios superiores

da civilização, sem os constrangimentos exercitados pelos conquistadores brancos em geral.

É verdade que, em alguns casos, a ação missionária restringia-se, conforme observa Paulo le Sourd, sobretudo e quase ùnicamente, ao batismo conferido e à palavra pregada a populações, consideradas, pelos próprios religiosos, não apenas retardadas mas, ainda, muito inferiores aos povos da Europa. De ordinário, porém, a atuação dos Padres catequistas era no sentido de moralizar e disciplinar e também, dentro de certos limites, de educar os nativos. Isso fêz das aldeias cristianizadas verdadeiros focos irradiadores do progresso e, ao mesmo tempo, de centros de resistência lusitana contra as investidas imperialistas dos inimigos de Portugal.

* * *

Com o caminhar da expansão missionária, surgiram, amiudando-se desde logo, dificuldades e atritos entre os membros das Ordens que apostolavam na Amazônia.

Eram, é certo, meros conflitos de alçada, simples choques de interêsses espirituais, decorrentes do próprio exercício da catequese, mas, nem por isso, menos acerbos.

Prevendo a repercussão desfavorável que tais acontecimentos poderiam ter no campo missionário, onde já eram grandes os exclusivismos e as intransigências dos Padres, interveio a Metrópole para metodizar o serviço de doutrinação dos nativos e limitar a zona de atividade e influência de cada uma das congregações religiosas sediadas no Extremo-Norte.

Nesse intuito, publicaria o Govêrno a C. R. de 19 de março de 1693, determinando aos Jesuítas, a quem excepcionais franquias haviam permitido operar em quase todo o vale, (90) que restringissem os trabalhos de evangelização às terras da margem direita do Amazonas.

O teor da C. R. que distribuía os encargos da cate-

(90) Os domínios espirituais da Ordem se estendiam, já em 1661, sôbre as terras que iam do Tapajós ao Ceará, estas já pontilhadas de inúmeras aldeias missionadas.

quese às diferentes Ordens Religiosas, na parte referente aos Inacianos, é assim concebida: "Aos Padres da Companhia mando assinalar por distrito tudo o que fica para o sul do rio Amazonas terminado pela margem do mesmo rio e sem limitações para o interior dos sertões, por ser a parte principal de maiores conseqüências do Estado com a razão de serem os mais antigos nêle e de grande atenção que merecem as suas grandes virtudes."

Aos Franciscanos Capuchos de Santo Antônio e aos da Piedade entregava o Govêrno, pela mesma lei, a ilha de Marajó e a margem esquerda do Amazonas "com suas correntes de água", desde o Oceano até perto do rio Urubu, que, com o Negro, compunha outra divisão oferecida posteriormente aos Jesuítas.

Aos Frades de Santo Antônio coube doutrinar os sertões do Cabo Norte, as terras compreendidas entre o Jari e o Paru e a aldeia de Urubuquara fundada pelos Inacianos.

Aos Missionários da Piedade foram confiadas as aldeias do distrito de Gurupá, onde tiveram casa, e a margem setentrional do Grande Rio, não inclusa na área adjudicada aos outros Franciscanos (91).

Tendo os Jesuítas rejeitado as missões do Rio Negro, por acharem provàvelmente o encargo excessivo, passaram estas, por C. R. de 29 de novembro de 1694, aos Mercedários e Carmelitas, que, por acôrdo com a Companhia de Jesus, igualmente tomaram a si a região do Madeira. Ao citado curso d'água voltaram os sucessores de Vieira, mais tarde (Lúcio de Azevedo).

Aos Carmelitas foi confiada, em 1698, a gentilidade dos Solimões. Aí dirigiram sete grandes missões e no Negro oito (Arthur Reis).

---

(91) Os Capuchos da Província da Piedade, Franciscanos cuja casa capitular estava estabelecida na cidade do Pôrto, vieram participar da grande tarefa evangelizadora em novembro de 1693.

Os últimos a chegar a Belém foram os Frades Franciscanos da Conceição da Beira e Minho. Aparecem, em fins de 1693, segundo Rio Branco, ou já na primeira década do século XVIII, em 1706, no dizer de Arthur Reis.

Sua atuação catequista foi de pouca relevância.

No Maranhão, o pacífico exército missionário penetrou com os próprios povoadores europeus.

Quatro frades Capuchos da Província de Paris, aliás, os primeiros missionários católicos a pisarem chão do Meio-Norte, participaram, como já ficou dito em outro capítulo, da expedição militar que, sob o comando do Sr. de La Ravardière, transpôs o Atlântico animada dos temerários propósitos de tentar, mais uma vez, erigir, em nossas plagas, uma nova França.

E, assim, iniciada a colonização, quando os destemidos aventureiros gauleses lançavam, de sociedade com os nativos, as bases da futura cidade de São Luís, lançavam, também, aquêles religiosos, nas vizinhanças do rio Anil, os fundamentos de uma casa residencial para sede da nova comunidade franciscana.

Ao improvisado Hospício, cujas paredes eram naturalmente de taipa e chão de terra batida, deram êles o sugestivo nome de Convento de São Francisco.

Graças ao esfôrço pertinaz dos Frades, surgiram, em curto espaço de tempo, duas capelas para o serviço divino e que seriam, por muito tempo, os únicos centros da vida espiritual do nascente povoado.

Das largas atividades religiosas desenvolvidas em tôrno daquele cenóbio e dos resultados que alcançaram os heróicos Capuchos, na sua faina gloriosa de colhêr para Deus a alma rebelde dos nossos brasis, falam com os maiores entusiasmos os Padres Frei Ivo d'Evreux e Frei Cláudio d'Abbeville, em suas crônicas sôbre as missões maranhenses.

Dêste modo, sabemos que os trabalhos apostólicos não se restringiam à ilha de São Luís; estenderam-se, igualmente, aos selvagens da terra firme de Tapuitapera e Cumá, "de onde vinham muitos ao Maranhão para ver e visitar os Padres e aprender alguma coisa da Santa fé."

"Não havia um só dia, acrescenta o Padre Frei Ivo d'Evreux, em que eu não recebesse novos visitantes, e que, às vêzes, chegavam a 100 e 120; razão pela qual não

podia deixar fàcilmente o Forte e ir às aldeias a meu cargo, ministrar a parte espiritual."

Não foram os quatro religiosos citados, os únicos missionários franceses que evangelizaram os aborígenes da faixa litorânea do nosso Setentrião.

Havendo o Senhor de La Ravardière e seus Conselheiros deliberado, apesar das ordens contrárias vindas de Paris, promover a progressiva incorporação da costa leste-oeste e dos sertões vizinhos aos domínios patrimoniais da Colônia que haviam fundado dêste lado do Atlântico, pensaram, muito naturalmente, em valer-se da cooperação prestimosa dos Missionários para alcançar as boas graças dos silvícolas, donos das glebas cobiçadas. A interferência dos Padres lhes parecia, decerto, necessária para que a conquista continuasse a se desenvolver em ambiente de paz e de mútua cordialidade, como havia sucedido nas anteriores tentativas de expansão francesa em chãos da América Meridional. O número de Missionários existentes em São Luís era, contudo, demasiado exíguo para tão larga tarefa e, por isso, novos religiosos da mesma regra foram chamados da França.

Cêrca de dois anos após a chegada do grosso da expedição francesa, em 15 de julho de 1614, aportavam pois, ao Brasil, mais um grupo de 18 capuchinhos que, vindos sob a chefia de Frei Arcanjo de Pembrock, pouco se demoraria em nosso País.

Nesse meio tempo, o perigo iminente de perder uma parte considerável do território colonial havia tirado de sua criminosa inércia os dirigentes portuguêses, espicaçando nêles os ardores guerreiros e patrióticos. Como nos outros pontos do nosso praial oceânico, os franceses sofreram reveses espetaculares, sendo afinal obrigados a assinar uma capitulação pouco honrosa.

Derruídos, dêsse modo, os sonhos imperialistas do Sr. de La Ravardière, malgrado a hábil política que sempre seguira em relação aos indígenas, solidarizaram-se os Religiosos Capuchinhos com o chefe vencido, com êle re-

tornando espontâneamente para a Europa. Partiram, sem dúvida, desiludidos, como tantos outros compatrícios seus, tanto religiosos como leigos, do paraíso que lhes haviam prometido naquele recanto da costa brasileira, mundo para êles estranho e hostil, mas onde contavam encontrar talvez cenários largos para a sua atividade benfazeja.

Os esforços da família franciscana em prol da catequese dos indígenas maranhenses, nem por isso se baldaram inteiramente.

Depois da defecção dos Missionários franceses, o serviço da catequese e assistência religiosa aos nativos já cristianizados — cujo número, segundo nos informa o historiador Cândido Mendes de Almeida, ascendia a 20.000 — ficaram com dois Frades Capuchos de Santo Antônio, Padres Frei Cosme de São Damião e Frei André da Natividade, antigos acompanhantes da expedição de Jerônimo de Albuquerque.

Êstes assumiram igualmente o encargo de cuidar dos católicos franceses que, com a anuência das autoridades reinóis, iriam permanecer no Maranhão por nêle se haverem radicado, contraindo matrimônio com nativas brasileiras.

Para assistir os nossos soldados, em ação contra os franceses, viera, também, até São Luís, na frota de Alexandre de Moura, um grupo de quatro religiosos. Dois eram Carmelitas, Frei Cosme da Anunciação e Frei André da Natividade, e dois Jesuítas, Padres Manuel Gomes e Diogo Nunes, que deixam São Luís, em 1618 (92).

Rocha Pombo, relatando a chegada ao Maranhão dêsses heróicos pregadores do Evangelho, diz textualmente: "Foram todos igualmente recebidos pelos Frades

---

(92) Aos Pes. Manuel Gomes e Diogo Nunes, sucederam, à frente das missões maranhenses, os Pes. Luís Figueira e Benedito Amodel, em março de 1622. Êstes, por sua vez, foram substituídos pelos Pes. Lopo do Couto e um coadjutor, em 1624. Vinte e cinco anos depois, 1649, houve o primeiro colapso na ação missionária, desenvolvida pelos Jesuítas, no Extremo-Norte, e que durará até a chegada dos companheiros de apostolado de Vieira, em 1653.

franceses, com muitas provas de respeito, e, talvez, com alegria e desafôgo, pois os pobres homens estavam ansiosos de renunciar ali o seu encargo; parece mesmo que as condições da conquista já não eram favoráveis, desde aquêles dias à ação dos Padres, tanto assim que os Franciscanos se retiram para o Sul (93), e os Jesuítas só não fizeram o mesmo a empenho de Alexandre de Moura."

Com a partida dos Franciscanos, que talvez achassem o clima da terra impróprio à expansão missionária, ficou, portanto, o exercício da evangelização dos nativos entregue aos Jesuítas e Carmelitas, que retomariam igualmente, logo a seguir, a obra de culto nas igrejas de São Luís e nas capelas que surgiriam pelos arredores da vila.

Iriam, com seu inexcedível zêlo apostólico, também concorrer para a revigoração dos sentimentos morais e do espírito religioso dos colonos, porventura mais rebeldes à palavra de Deus do que os filhos da terra.

A ação missionária desenvolvida pelos religiosos do Carmelo em terras maranhenses e os frutos que dela colheram, são pouco conhecidos, em detalhes. Sabe-se, porém, graças às pesquisas incessantes e minuciosas do Padre Serafim Leite, que a obra jesuítica foi sistemática e brilhante.

Teve, sem dúvida, desfalecimentos e pequenos colapsos, mas dêles sempre ressurgia revigorada e, cada vez mais, eficiente.

A ausência dos Capuchinhos seria de duração relativamente curta.

Entre 1º de março de 1618 e fevereiro de 1619, pedia, com efeito, El-Rei — diz-nos Frei Manuel Severim de Faria, em sua "História Portuguêsa" — aos religiosos de Santo Antônio que fundassem uma nova Custódia no Maranhão, sendo por êles atendido.

---

(93) Os Padres Franciscanos foram ocupar o Hospício construído pelos Capuchos ou Barbadinhos franceses, "em um belo e agradável lugar junto ao mar e que devia ser, mais tarde, entregue aos Jesuítas por determinação do Capitão-Mor Antônio Muniz Barreiros para ali edificarem seu colégio", e, junto dêle, a Igreja da Companhia de Jesus (Paranduba).

Assim, cinco anos depois, em agôsto de 1624, novamente apareciam em terras maranhenses os religiosos Capuchinhos. Vinham, sob a direção de Frei Cristóvão Severim, ou de Lisboa, desincumbir-se da promessa feita ao Soberano de fundar, no Norte do Brasil, uma nova Província Eclesiástica (94).

Frei Cristóvão, que exerceu no Maranhão, durante doze anos, as funções de Custódio dos seus irmãos de hábito, e foi, mais tarde, elevado ao episcopado de Angola, deixara Lisboa a 25 de março de 1624, viajando até Pernambuco, em companhia do 1º Governador do Estado do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho. É isso o que esclarece o Barão de Studart, em seus comentários à "História Portuguêsa", de Frei Severim de Faria.

Trazia do Reino dez religiosos da Província de Santo Antônio, de Portugal, e, em Olinda, chamou a si mais cinco religiosos da Custódia do Brasil, seguindo todos depois para São Luís.

---

(94) Fundado em 1585 e elevado à Província em 1657. Cêrca de cem anos depois, as casas portuguêsas tinham no norte do Brasil — A Província de Santo Antônio de Portugal, um Convento em Belém e mais sete no Pará; a da Imaculada Conceição, de Portugal, um Hospício no Grão-Pará e dez missões; a Província de Nossa Senhora da Piedade, dois Hospícios no Pará e dez missões. Infelizmente, com o número dos religiosos não cresceu o espírito religioso e missionário e por isso as missões franciscanas não puderam apresentar maiores resultados no campo da evangelização. (Pe. F. Fidelis "Capuchinhos em Terra de Santa Cruz").

XVIII

A CAPITANIA DO CEARÁ GRANDE

O Ceará, anexado ao Estado do Maranhão em 1621, gravitou, desde aquela data, ora na esfera de influência do Estado nortista a que estava oficialmente subordinado, ora na órbita da Capitania-Geral de Pernambuco, de onde tinha recebido os primeiros colonizadores e à qual se achava ligado em virtude da própria situação geográfica.

Tão incerto estado de dependência, de que é prova expressiva o ato do Governador Diogo Lins de Oliveira, desatendendo o pedido de socorro que lhe endereçou Martim Soares Moreno, sob o pretexto de não saber a que jurisdição pertencia a terra, perdurou, segundo Varnhagen, até 1663, quando seu território teria sido definitivamente anexado a Pernambuco, na qualidade de Capitania subalterna (95).

---

(95) O historiador Araripe antecipa, sem motivos plausíveis, a época da anexação para 1625, enquanto Cruz Filho dá o fato como ocorrido em 1656. Baseia-se, o último autor citado, na circunstância de ter a Metrópole ordenado naquela data que, em virtude de não poder o Maranhão, por falta de recursos, socorrer eficientemente o Ceará, passasse esta Capitania a ser suprida dos auxílios necessários por parte de Pernambuco.

Contrariando semelhantes afirmativas, há um parecer do Conselho de 20 de dezembro de 1661, sôbre o que escreveu o Capitão do Ceará, Diogo Coelho de Albuquerque, que diz: "... ao que mais aponta êste Capitão, não há lugar de deferir por a Capitania do Ceará, por regimento, ser subordinada ao Govêrno do Maranhão de que por de presente por falta de rendas reais não poder ser socorrida daquele Estado, tem V. Majestade resoluto que, no interim o seja de Pernambuco até do Maranhão poder."

Ainda em agôsto de 1682, dizia o Pe. Pedroso em sua "Informação", (publicada pelo Barão de Studart em "Documentos para a História do Brasil", vol. IV), "ordenou logo o dito Governador do Maranhão erigir um forte no pôrto de Jericoacoara para facilitar a comunicação com o Ceará que é desta jurisdição com o Brasil."

O documento infirma, por sua vez, a afirmação de Varnhagen, relativa ao ano de 1663.

Como sucedera nas demais entidades administrativas do Nordeste Oriental, o povoamento da Capitania processou-se inicialmente pela região litorânea; fixou-se na orla do mar, êsse cenário de tão repetidos contatos euro-brasileiros, contatos geradores dos primeiros mamelucos cearenses, homens cuja vida se perdeu obscuramente e cuja função histórica é ainda hoje, para nós, uma incógnita insolúvel.

Os colonos, dessa fase da ocupação lusitana, foram os próprios soldados do fortim de São Sebastião, atalaia que, plantada à margem direita do desaguadouro do Rio Ceará, devia garantir a soberania de Portugal sôbre a zona praieira do Nordeste Oriental. O aludido fato é perfeitamente explicável, tendo-se em vista que tais núcleos militares sempre possuíram, pela própria natureza, ação povoadora de extraordinária relevância. Eram como a reprodução das feitorias erigidas ao longo da costa oriental do Brasil Colônia, nos seus primeiros dias de vida, a fim de nela consolidar o domínio português, já então sèriamente ameaçado pela concorrência francesa.

Base de radicação de imigrantes recém-chegados, em derredor do presídio-feitoria se vinham aposentar também indígenas, atraídos pela perspectiva de uma existência melhor, ou trazidos ao convívio dos brancos pela fôrça coatora da escravidão ali praticada, de maneira clara ou encoberta, desde os albores da conquista.

A transformação de hordas semi-nômades em população estável tinha, para a região em aprêço, vantagens incontestes. Se é verdade que o aumento da densidade demográfica do novo agregado humano fazia surgir o grave problema do seu abastecimento, problema que tantas preocupações causaria com o correr do tempo aos responsáveis pelos nossos destinos, é certo, igualmente, que assegurava, graças à mútua cooperação das raças em presença, a melhor defesa dos interêsses portuguêses na Capitania. Concorria, outrossim, para o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuaristas, possibilitando,

dêsse modo, o alargamento da área desbravada, o que vale dizer, da colonização.

A agricultura dos primeiros tempos, naturalmente rotineira, era representada pelo plantio de espécies econômicas autóctones ou importadas, e a pecuária cingia-se à criação dos gados vacum, cavalar, caprino e porcino, oriundos dos poucos espécimes que Martim Soares Moreno trouxera consigo das ilhas portuguêsas.

Para os incipientes ensaios de aclimação dos vegetais exóticos e cultura das plantas nativas, aproveitam-se as várzeas dos rios circunvizinhos e os vales frescos das serranias próximas.

A mestiçagem proliferou, nesses dias iniciais, de maneira mais ampla, certamente, do que em qualquer outro momento do nosso passado histórico.

Não havendo mulheres européias, o imigrante era forçado a cruzar com índias, arrancadas violentamente aos pais ou aos maridos, mas que, de ordinário, se mostravam dóceis e complacentes aos convites dos brancos. Sentir-se-iam, talvez, enlevadas pela preferência que lhes acordavam sêres por elas julgados de essência superior, talvez cedessem seduzidas apenas pelo fulgor de bugingangas e pechisbeques de que eram donos os indivíduos que as solicitavam.

Quando, em 1613, Martim Soares Moreno partiu para São Luís, em missão do Governador-Geral, dez, dos vinte soldados que presidiavam a praça, viviam na companhia de nativas ou mestiças e tinham prole numerosa. "Dez ou onze dêles estão casados com índias e mamelucas com muitos filhos", escreveria o próprio Martim Soares na "Relação do Ceará".

Êsse caldeamento em larga escala de sangue e de cultura, realizado sob as vistas complacentes do Capitão-Mor, e que parecia indicar um promissor início de colonização, não teve conseqüências dignas de reparo.

Baldaram-se, também, os esforços enviados por Martim Soares para dominar a terra e nela estabelecer con-

venientemente "os muitos parentes e outros povoadores casados que, segundo Manuel Severim de Faria, o teriam acompanhado quando, em 1621, regressara ao Ceará, feito Capitão-Mor por dez anos."

O germe da cultura lusitana lançado, mais uma vez, penosamente em solo cearense, por motivos óbvios, não estava ainda fadado a nêle abrolhar de maneira satisfatória.

Em 1637, irromperam, com efeito, na Capitania, os holandeses e quase todo o complexo e hercúleo trabalho de adaptação cultural, ali realizado pelos luso-brasileiros, foi bruscamente aniquilado.

Os nativos, que bem poderiam dar acolhida em suas malocas aos lusitanos derrotados e encabeçar a resistência contra os intrusos, nada fizeram em favor de seus antigos amigos. Bem ao contrário, desgostosos com o regime de tirania e opressão reinante na Colônia, depois da partida de Martim Soares, êles se fizeram parciais dos recém-vindos, ajudando-os com determinação e firmeza (96).

Tomado o fortim, após o combate desigual em que se empenharam 200 soldados batavos e uma fôrça auxiliar de nativos aliados de igual número contra os 33 homens que compunham a sua pequena guarnição, o Major Jorge Garstman, que era o chefe dessa expedição conquistadora, determinou a transferência dos luso-brasileiros para Recife, como prisioneiros de guerra. Consignam documentos que para lá seguiram ainda 18 civis, provàvelmente os remanescentes dos colonos trazidos por Soares, mas que as crônicas chamam simplesmente "prisioneiros", e alguns indígenas que se tinham mantido fiéis aos portuguêses.

---

(96) Durante êsse período da ocupação, dirigiram os destinos da terra cearense Capitães-mores atrabiliários e prepotentes que, tendo por função cuidar da defesa do extenso litoral e administrar justiça de acôrdo com os rígidos e desumanos códigos vigentes, de preferência olhavam seus interêsses pessoais.

A feição acentuadamente militar da feitoria ali plantada e suas funções de vigilância, contra os filibusteiros sempre a rondar a costa e contra os selvagens indomáveis do interior, estavam a exigir à frente de seus destinos homens fortes que concentrassem em mãos tôda a autoridade e fôssem capazes de manter a ordem e a disciplina a qualquer preço.

Como resultado dos 27 anos de persistentes esforços dos colonizadores lusitanos para valorizar o solo cearense, nêle só restaram algum gado, perdido pelos campos praieiros, (97) minguadas culturas de cana e o fortim de São Sebastião, feito para a defesa de uma pobre aldeia de 13 ranchos e uma igreja.

* * *

Os novos invasores também não se radicaram na região conquistada. Permaneceram nela apenas de 1637 a 1654, quando se viram constrangidos a abandoná-la definitivamente por fôrça da convenção da Campina-do-Taborda, assinada a 26 de janeiro de 1654.

Durante o período de ocupação batava que foi, aliás, todo de estacionamento para a terra e de sujeição para os míseros nativos, houve ainda um interregno que, iniciado em 1644, quando os indígenas trucidaram os colonos neerlandeses, durou até a chegada de Matias Beck, em 1649.

Esquecidos dos vexames suportados por seus compatrícios quando Flandres jazia sob a dominação despótica e intransigente dos Felipes, de Espanha, os invasores se haviam transmudado, no Ceará, em opressores ferrenhos dos silvícolas locais. Êstes, por tal motivo, jamais conheceriam os benefícios do regime de relativa liberdade de que fruíram os moradores e nativos de Pernambuco, Paraíba e Alagoas sob o govêrno justamente incensado de Maurício de Nassau e isso os levou à revolta. A má política de fôrça e de espoliação, nuamente exercitada pelos representantes da Companhia das Índias Ocidentais, impossibilitou, por outro lado, o alargamento da zona de influência holandesa que, assim, ficou adstrita à faixa litorânea.

---

(97) O primeiro comandante holandês conseguiu reunir em três currais, cêrca de 250 cabeças de gado vacum o que parece indicar que a pecuária alcançava já certo desenvolvimento.

Conforme salienta Câmara Cascudo, a linde assinaladora da máxima penetração neerlandesa nunca passou ali de 28 quilômetros da costa.

O comissário Hendrick Van Ham, o primeiro Comandante holandês do Ceará, fêz reconhecer apenas uma ou duas léguas para o interior pela guarnição da praça que, na época, oscilava entre 35 e 50 homens. Êstes, de ordinário, restringiam as atividades a incursionar pelas roças dos indígenas da vizinhança em busca de alimento.

Gedeon Morris Jonge, que o sucedeu, em 1640, e foi, por certo, quem determinou a construção dos fortins possuídos pelos intrusos em Camucim e Jeriquaquara, não se mostrou mais diligente nesse particular do que os outros agentes da Companhia. Sempre preocupado em pesquisar salinas e fortalecer a conquista do Maranhão, evitou aprofundar os segredos da terra cearense, ficando a arranhar a faixa costeira, como o haviam feito os portuguêses nas primeiras décadas do descobrimento.

Os holandeses, anota ainda Câmara Cascudo argutamente, foram péssimos caminhadores. Já não é possível encontrar entre êles quem realizasse, de novo, as quinhentas léguas de Pero Coelho de Sousa, nem os incansáveis devoradores de distância, furando, em tôdas as direções, o costão cearense.

"Quando o flamengo tinha pressa, tomava o barco, preferindo a indecisão dos ventos à monotonia das estradas silenciosas e traiçoeiras."

"O mato que crescia a dois ou três quilômetros das paliçadas dos seus fortins, continua o mesmo autor, era como uma muralha. Por detrás dêle o sertão espiava, fechado e misterioso, do alto adarvado das serras que não tinham nome. Ali começava o mundo dos animais fantásticos, das riquezas fabulosas, das mortes sem história..."

Tentativas mais sérias de penetração se fizeram, todavia, durante a segunda ocupação holandesa, isto é, a partir de 3 de abril de 1649, quando Matias Beck fundeia

próximo a ponta de Mucuripe, com uma flotilha de três iates, dois barcos e 298 homens de guarnição.

Presos das ânsias espirituais dos outros povos europeus, sonhavam agora com riquezas metalíferas perdidas no mistério das caatingas, riquezas com que pretendiam sustar o irremediável declínio econômico da Companhia das Índias Ocidentais.

Em busca dessas desejadas jazidas, encaminham-se para o interior, e, como haviam feito em Sergipe, Paraíba e Pernambuco, realizam inúteis explorações nas faldas das serras da Taquara e Maranguape e, provàvelmente, também, na Ibiapaba.

No árduo labor da mineração, mantiveram-se até o fim do domínio flamengo no Brasil e conseqüente retirada dos invasôres para Barbados.

Aqui, como nos outros pontos da costa leste-oeste, onde os batavos assentaram feitorias, sua influência morreu junto às praias oceânicas. Nenhuma atuação de vulto tendo logrado no desbravamento e colonização da terra cearense, nula foi da mesma forma a sua influência na formação étnica do povo que a habita.

Arredios ao convívio das nativas, por fôrça das determinações superiores, que proibiam os cruzamentos raciais (98), êles lograram, em sua quase totalidade, resistir aos encantos das cunhãs brasileiras.

O alferes Gaspar Bleem, que serviu no Ceará e foi dos poucos que ousaram desrespeitar as ordens formais dos Supremos Conselheiros, amigando-se com uma índia, sofreu, para escarmento de seus pares, a pena de deportação.

A partida de Matias Beck e sua tropa para Barbados, partida que marca, pode dizer-se, o fim real do domínio

---

(98) Gonçalves de Melo, no seu erudito livro "Tempo dos Flamengos", informa-nos que por mais estreita que tenha sido a amizade de uns e outros, nunca foi possível criar entre as duas raças laços mais firmes do que os de simples aliança militar. O Conselho Supremo, o Conselho Eclesiástico e os predicantes tinham para com tais aproximações indisfarçável reprovação e mesmo gestos de indignação. Apud R. Girão, "Um século sem família".

flamengo no Nordeste do Brasil, marca outrossim o princípio da verdadeira fase de ocupação povoadora do território cearense.

O esteio em que se firmariam os luso-brasileiros, para iniciar essa obra formidável de pertinácia e heroísmo, seria justamente o forte Schoonenborch, a coisa única deixada pelos holandeses naquele desolado recanto da Colônia.

Mandado construir por Matias Beck, à beira do córrego Pajeú, recebeu dos nossos o nome de forte de Nossa Senhora d'Assunção.

O movimento de expansão, destinado a levar a cultura lusitana aos chãos interiores da Capitania, não começou, todavia, nos primeiros dias da Reconquista. Por alguns anos ainda o sertão continuaria a ser região de segredos e lendas dos tempos anteriores, e conhecida apenas através das narrativas confusas de indígenas solertes e imaginosos.

Fruindo no Brasil e no Além-Mar a pecha de rude e estéril, a gleba cearense não poderia constituir-se, de um momento para outro, em centro de atração para imigrantes luso-brasileiros, únicos capazes de arrancá-la ao completo abandono em que vivia (99).

E, assim, quando Álvares de Azevedo Barreto, oficial designado para substituir o comandante holandês, aqui aportou, seguiam-no apenas 4 companhias de soldados brancos e duas de índios e pretos.

Ao que se sabe, nenhum reinol de condição livre consentira em acompanhá-lo voluntàriamente.

Até 1660, de gente originária da outra banda do Atlântico havia pois, no Ceará, apenas a guarnição da praça, que era mudada cada ano, e algum Missionário na faina gloriosa de servir a Deus pela maior difusão da fé católica.

---

(99) Em 1680, quando um melhor conhecimento do ambiente físico do Ceará havia, em grande parte, desvanecido o errôneo conceito da esterilidade de seu solo e da nocividade de seu clima, ainda o escritor brasileiro Sebastião da Rocha Pita persistia em afirmar, nas páginas eruditas da "História da América Portuguêsa", que o Ceará era "a mais áspera e inútil das províncias do Brasil".

Tal situação devia, porém, modificar-se, com certa rapidez, no decorrer das décadas seguintes. Já Pedro Lelou, fazendo o censo da Capitania, computava em 200 o número de habitantes nela radicados. Viviam juntos às lagoas circunvizinhas do presídio ou dedicavam-se ao mister de cultivar suas lavouras pouco rendosas e a cuidar de uma minguada gadaria.

Semelhante estado de coisas prolongou-se até 1679, quando foram concedidas as primeiras sesmarias cearenses aos moradores do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

Pela terceira vez, o povoamento reiniciava-se, pois, pelo litoral. Ressurgia junto à barra dos rios, onde cedo deveria igualmente avolumar-se, com proveitosos resultados para o crescimento demográfico, o secular processo de amalgamação do ameríncola com o europeu.

Instalados os primeiros sítios e os primeiros currais nas cercanias do Presídio de Nossa Senhora d'Assunção, o povoamento espraiou-se, a seguir, pela zona de Aquirás e Cascavel, donde se encaminhou para o baixo Jaguaribe, ao encontro das correntes de colonos que, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, vinham em demanda à bacia daquele rio cearense.

Por essa época já estavam, de há muito tempo, fundadas as primeiras aldeias de tupis cristianizados, sendo que a mais antiga, erigida pelos Jesuítas, em 1662, chamava-se Parangaba.

Em fins do século XVII, tôda a faixa costeira da Capitania achava-se pràticamente desbravada e suas praias francas aos portuguêses.

O sertão, não obstante o afluxo contínuo de novos imigrantes, permanecia ignoto e hostil. Ninguém se aventurara a invadi-lo para, arrostando os perigos decorrentes de um isolamento entre tribos selvagens, nêle situar fazendas curraleiras (100).

---

(100) Ao contrário do que afirmam escritores apressados, não houve no extremo nordeste do Brasil, durante a ocupação batava, o êxodo brutal de massa humana deslocando-se, em jornadas memoráveis, do litoral para o interior, a fim de escapar

Vale a pena salientar que, nos perturbados momentos da Restauração Pernambucana, numerosos indígenas, parciais dos flamengos, temendo muito justamente as represálias sempre tão cruéis por parte dos portuguêses, haviam debandado da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, encaminhando-se em grandes magotes à Ibiapaba. Afinados, muitos dêles, pelo contato da cultura flamenga, iam na esperança um tanto romanesca de criar, em plena selva brasileira, um Estado indígena por completo fechado à influência de estranhos de Além-Mar.

Acastelados em atitude hostil naqueles chapadões, que bordam o Ceará a oeste, passaram efetivamente êsses rebeldes a encabeçar a resistência à expansão dos luso-brasileiros que, em meados do século XVII, tentaram derivar para aquelas bandas.

Outro obstáculo de acentuada importância, oposto à penetração da cultura européia na hinterlândia cearense, eram certas hordas também oriundas das regiões onde batavos haviam dominado quase cinco lustros e que, com êles, se tinham igualmente cumpliciado para resistir ao português.

Expulsos os seus aliados pelos heróis da conquista pernambucana, êsses tapuias se sentiram desamparados e, destarte, compelidos a procurar refúgio no recesso das caatingas cearenses. Levavam, naturalmente, no coração o ódio ao vencedor e, por isso, repetidas vêzes juntaram-se aos outros naturais que aí viviam de longa data, para, dando expansão à sua índole vingativa e traiçoeira, exercer represálias terríveis contra os povoadores de origem lusitana. Buscando impedir que o branco alastrasse os chãos interiores da Capitania, visavam, outrossim, a garantir não só a liberdade senão mesmo a própria

à opressão. Muito diminuta era ali a densidade demográfica, e tal fato não poderia lògicamente ocorrer.

Tampouco empreenderam os raros colonos e soldados, que então viviam nesse recanto do Brasil, retirada heróica no rumo do sertão, abrindo, sob seus passos apressados, caminhos que, logo a seguir, seriam palmilhados por famílias oriundas do Rio Grande do Norte e Paraíba, em fuga precipitada do litoral daquelas capitanias, para a caatinga cearense em cujo seio teriam plantado fazendas, como quer a fantasia de outros.

vida, tida sempre em tão pouca valia pelos colonizadores.

Ocupados o baixo curso das maiores artérias líquidas cearenses, o Acaraú e o Jaguaribe, e alguns pontos da borda do mar, o avanço dos brancos prosseguiu finalmente para o sertão, caminhando pelas margens dos rios em cujos leitos jamais faltava a água indispensável para dessedentar os rebanhos e seus condutores.

E, assim, alguns anos depois, em começos do século XVIII, tôdas as ribeiras da região estavam mais ou menos conhecidas e algumas amplamente habitadas.

Mesmo nessa fase final do povoamento, a posse da terra não se processou de maneira pacífica, pois os silvícolas nunca cessaram de protestar e reagir, pelas armas, contra a espoliação de que eram vítimas. Lídimos brasilienses, êles combateram os alienígenas com determinação e bravura. Foram, no entanto, vencidos em combates que assumiam, muitas vêzes, feição de verdadeiras matanças.

A seqüência quase ininterrupta de levantes e motins que ensangüentaram êsse recanto da América, bem reflete a inconcussa valentia e pertinácia com que resistiam ao domínio estrangeiro.

Em defesa de suas terras chegaram muitas tribos sertanejas a concertar, em comum, alianças guerreiras ofensivas contra os luso-brasileiros, fato, aliás, relativamente pouco vulgar nas crônicas das lutas entre ameríncolas e europeus. Nem carnificinas, nem perseguições ordenadas, oficial ou veladamente, contra êles, pelo Govêrno da Colônia e seus prepostos, conseguiram jamais intimidá-los.

Batidos, os indígenas refluíam em massa para as brenhas ou se dispersavam para, logo a seguir, voltar ao combate, assaltando as fazendas dos brancos e lhes destruindo os haveres e também a própria vida (101).

---

(101) O mais antigo documento em que se faz menção dessas lutas data de 1666. É o "Regimento que há de guardar o Ajudante Felipe Coelho de Morais na guerra que vai dar aos Paiacus". Nêle ordena o Capitão João de Melo Gusmão, Governador da Capitania do Ceará, que Coelho de Morais, cabo da guarnição da fortaleza, vá com 30 soldados e os índios mansos das aldeias avassaladas punir os Paiacus que se achavam acastelados no lugar Precabura, situado entre Fortaleza e Aquirás. (Ver Carlos Studart Filho, "Notas Históricas sôbre os Indígenas Cearenses").

A mais cruenta e prolongada das revoltas que os colonizadores houveram de arrostar no Nordeste, a chamada "Guerra-dos-Bárbaros", teve a co-participação ativa dos silvícolas cearenses e alastrou grande parte da bacia do Jaguaribe e de seu afluente, o Banabuiú. Iniciado, em fins de 1687, (102) pelos Janduins, do Rio Grande do Norte, o tremendo conflito racial ràpidamente tomou vulto, congregando, num só esfôrço contra o branco, os Tapuias cariris do Brasil Norte-Oriental e, até, os dos sertões baianos.

Sendo insuficientes os recursos bélicos de que dispunham, no momento, para enfrentar com vantagem as tribos rebeldes que senhoreavam o alto Piranhas, Açu, Moçoró e baixo-Jaguaribe, dirigiram-se os moradores das regiões pecuaristas assoladas pela guerra a Matias da Cunha, pedindo as providências que a perigosa situação estava a requerer.

O Governador-Geral respondeu prontamente ao aflitivo apêlo dos colonos, determinando ao Governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior (carta de 14 de março de 1688) que, sem mais delonga, destacasse, para dar combate aos insurretos, não só a infantaria paga de Olinda e de Itamaracá, mas também 400 índios domésticos de Pernambuco e 100 soldados do regimento de pretos.

Percebendo, contudo, a extrema gravidade do momento, não tardou a encaminhar ainda ao teatro da luta a Domingos Jorge Velho com a tropa de 600 soldados que êste famoso sertanista acabara de levantar em São Paulo para fazer guerra aos negros palmarenses.

Mais tarde, haveria de seguir para o Nordeste o Mestre-de-Campo Matias Cardoso de Almeida com o seu têrço de 300 homens e numerosos flecheiros nativos. Isso, porém, só deveria ocorrer após longas e tediosas

(102) Há quem faça remontar a revolta ao ano de 1686, pois, já a 12 de abril daquele ano, mandava Pascoal Gonçalves de Carvalho, Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, que o Coronel de Cavalaria dos Ordenanças, Jerônimo de Albuquerque, seguisse para o sertão a dar combate aos tapuias sublevados.

negociações entre o Governador e o caudilho, a propósito das condições em que se faria a emprêsa militar, negociações que seriam, aliás, ultimadas pelo Conde de Monte Belo, sucessor imediato de Matias da Cunha na governança da Colônia.

Chegando ao interior nordestino, assumiu Matias Cardoso a direção geral das operações contra os nativos, substituindo, assim, a Domingos Jorge Velho que passou aos Palmares.

O primeiro resultado positivo colhido pelas tropas, depois de longos meses de combates, foi o pedido de tréguas feito pelos Janduins, em 17 de abril de 1692, ao Governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho que, conforme se vê da sua carta de 18 de junho daquele ano, os atendeu sem perda de tempo.

A paz concedida à tribo insurgente na realidade pouco influiria para melhorar o estado de geral insegurança reinante nas ribeiras cearenses; não diminuiu a pugnacidade dos outros indígenas nelas radicados, nem lhes fêz depor as armas, como era geralmente esperado pelas autoridades capitaniais.

O afastamento dos Janduins das atividades guerreiras seria, aliás, de curta duração. Pegando novamente em armas, de tal modo avolumaram a onda de revolta que então rolava sôbre o Nordeste, que, não obstante os métodos desumanos usados pelos paulistas para represá-la, ela só seria dominada definitivamente depois de cêrca de dois anos de combate quase ininterruptos.

A vitória das tropas paulistas e de seus aliados sôbre os nossos indígenas, ainda assim, só foi conseguida graças à cooperação eficiente das milícias locais que já iam, então, aparecendo por tôda parte.

Muito concorreu para pacificar as terras cearenses do baixo Jaguaribe a assídua presença dos soldados de linha que presidiavam o fortim de São Francisco, reduto mandado construir pelo Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro, no correr de 1695.

Erigido por Pedro Lelou, 14 léguas acima da foz do grande rio cearense, destinava-se a manter em respeito as tribos insurretas e a servir de abrigo aos moradores, em caso de serem por elas atacados.

Dezoito anos mais tarde, em 1713, um novo levante armado abalaria o Ceará, na época bastante povoado. Os Anacés, Jaguaribaras e outros descontentes, embora muito reduzidos em virtude dos morticínios e das perseguições de que vinham sendo vítimas, uniram-se, num derradeiro esfôrço, atacando vitoriosamente a vila de Aquirás. Para mais de 200 pessoas foram chacinadas nessa ocasião, pagando, assim, com a vida, o êrro de uma política mesquinha e sanguinária. Os outros moradores da faixa praieira, que conseguiram fugir, tiveram de buscar refúgio na própria fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção, único lugar da costa que oferecia segurança.

Chamado o Coronel das Ordenanças do Jaguaribe, João de Barros Braga, para restabelecer a ordem, êsse chefe militar bateu fàcilmente os amotinados, que não lograram antepor qualquer resistência digna de menção às tropas eficientes e aguerridas que o acompanhavam.

A revolta de 1713 seria a última reação importante, com que se opuseram os indígenas à subjugação de seus domínios territoriais pelos alienígenas. Finda a peleja pela completa vitória dos brancos, a ocupação prosseguiu, desde então, de modo relativamente pacífico (103).

* * *

Da mesma maneira que ocorrera em relação às outras

---

(103) Depois ocorreram, é certo, no interior da Capitania, alguns motins sangrentos em que os nativos se viram envolvidos. Êsses decorreram, porém, quase sempre de rivalidades fortuitas, surgidas entre os truculentos potentados que dominavam o sertão. Intervindo forçada ou voluntàriamente na luta dos brancos, os indígenas, de ordinário se entrematavam com valentia e determinação para gáudio dos fazendeiros que tanto desejavam ver-se livres dêsses perigosos aliados.

Assim foi no conflito armado que se feriu, pelas alturas de 1724, entre os Feitosas, família sertaneja de que era chefe o Coronel João Fonseca Ferreira, e os Montes, dirigidos êstes pelo Comissário Geral Antônio Mendes Lobato Lira, conflito que deixou tantas e tão tristes reminiscências nas crônicas e no folclore regionais. Tendo envolvido em suas malhas muitas tribos do Cariri, notadamente os índios Jucás, Quixelós, Cariús e Calabaças, essas lutas importaram no quase total desaparecimento dos remanescentes da raça indígena.

Capitanias nordestinas, a causa determinante por excelência da conquista dos chapadões e tabuleiros cearenses foi a necessidade, sentida pelos sesmeiros das regiões vizinhas, de encontrar locais ainda não explorados para nêles estabelecer novas fazendas curraleiras.

Os campos do Rio Grande do Norte, que haviam sido, durante o domínio batavo, os maiores centros fornecedores de reses para o consumo do Nordeste ocupado, já não bastavam, depois da reconquista, mesmo com a ajuda vinda da Paraíba, a satisfazer com a necessária largueza as grandes procuras de gado.

Incessantemente reclamado para atender às variadas atividades das explorações agrícolas que se estendiam pela costa do Nordeste Oriental, desde Alagoas até a Paraíba, seja como animal de tiro ou de carga, seja como fornecedor da carne requerida para o consumo alimentar da gente do litoral, o boi, com o adensamento sempre maior da população e crescimento do número de engenhos, tornava-se, dia a dia, mais desejado e obtinha melhores preços.

O gradual encarecimento dessa mercância, o que lhe tornava o comércio um negócio rendoso, fêz perceber aos fazendeiros interessados a urgente necessidade de ampliar a zona pastoril, ocupando as áreas devolutas do Ceará, de feição biogeográfica tão semelhante às do interior norte-rio-grandense e paraibano, parcialmente transformadas em latifúndios criadores.

A colonização das ribeiras cearenses foi, malgrado isso, bastante lenta.

Iniciou-se, ao que parece, por um movimento de penetração ou reconhecimento da terra, cercado, como é natural, dos mil perigos e dificuldades próprias às expedições dêsse tipo, e que teria tido, conforme pensa o historiador Raimundo Girão, um cunho acentuadamente bandeirante. Grupos armados invadiam a zona sertaneja, matando ou repelindo os nativos para lugares cada vez mais distantes, a fim de "limpar o terreno aos currais

de gado". A fase das chamadas expedições desbravadoras é, entretanto, no que diz respeito a essa parte do Brasil, obscura e duvidosa.

O modo como se processou o povoamento definitivo da região nos é melhor conhecido. Fêz-se, de ordinário, depois de terem os fazendeiros do Extremo Nordeste obtido datas de sesmarias, ou sejam, lotes, doados pelas autoridades administrativas da Capitania ou do Estado do Brasil, para nelas estabelecerem os concessionários estâncias de criar.

As gentes que pediam terras, alegando necessidade de ter onde "acomodar o gado", "situar os gados" ou "criar os gados", nem sempre foram os primeiros civilizados a ocupá-las.

Para localizar as fazendas e depois administrá-las, mandavam procuradores ou vaqueiros, aguardando que o ambiente de seus novos domínios perdesse um pouco da selvageria primitiva, desanuviando-se.

Os delegados dos fazendeiros, muitos dos quais se tornaram, por sua vez, ricos potentados matutos, eram, como os próprios donos das terras, pessoas de hábitos e feições caracteristicamente campesinas e afeiçoadas, por longa adaptação, à vida pastoril e à sua economia fechada e rotineira.

Homens sóbrios, valentes e tenazes, fazendeiros e campeadores, depois de estabelecidos nos sertões cearenses, reproduziram, em sua plenitude, um tipo de cultura já vivida alhures por outros sertanejos e a que Capistrano de Abreu emprestou a denominação, hoje clássica, de "civilização do couro".

Aqui não triunfou, pois, a habitação semidispersa das exploração agrícolas da faixa praieira, a ampla e poderosa "casa grande", nas proximidades da qual se agrupam as construções de trabalho — banguês, ou engenhos, oficinas, moradas dos escravos, ou senzalas — mas a casa tìpicamente elementar de Demangeon, onde apenas a parte reservada aos animais, o estábulo, foi exteriorizado,

transformando-se em curral e adquirindo uma importância de primeiro plano no conjunto residencial.

Nada nela lembra também a rica mobília, as alfaias, as pratarias e as amplas e bem adornadas salas de recepção solarengas da zona canavieira do litoral, testemunhos da intensa vida mundana de seus senhores.

A dispersão das famílias por sôbre áreas imensas, o isolamento característico do regime pastoril, determinado pela necessidade de dar ao gado amplas pastagens, restringiu ao mínimo as relações sociais entre sertanejos e, dificultando a circulação das utilidades, criou para êles condições sumaríssimas de confôrto.

Recordemos as eruditas considerações que, a respeito do assunto, escreveu Capistrano de Abreu nos seus "Capítulos de História Colonial". São conceitos definitivos que não podem deixar de figurar em trabalhos destinados ao estudo da conquista e posse da nossa hinterlândia.

"Os primeiros ocupadores do sertão, dizia êle, passaram vida bem apertada, não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos."

"Carne e leite havia em abundância, faltou-lhes, a princípio, a farinha por julgarem imprópria a terra à plantação da mandioca, não por defeito do solo, mas pela falta de chuva durante a maior parte do ano. O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso preparo naqueles distritos estranhos ao uso do monjolo. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saborosas eram devoradas com avidez."

"Podem-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos, dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão, e, mais tarde, a cama para os partos; de couro tôdas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar a comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês, para cortume ou para

apurar sal; para os açudes, o material de atêrro era levado em couro puxado por juntas de bois que calcavam a terra com seu pêso; em couro pisava-se tabaco para nariz."

"Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro."

"A êste cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos, alternadamente; na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregàriamente, abrir cacimbas e bebedouros."

"Para cumprir bem com seu ofício vaqueiral, escreve ainda êsse observador atento das coisas sertanejas, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente no inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam; marcar as vacas que estão próximas a ser mães e trazê-las quase como à vista, para que, parindo, não escondam os filhos da forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras."

"Depois de quatro ou cinco anos de serviço, começa o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar fazenda por sua conta."

* * *

Imigrantes, vindos do Rio Grande do Norte, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, de onde eram originários, apossaram-se das bacias do Jaguaribe, do Acaraú e de outros cursos d'água de menor importância que, a leste do Ceará, correm diretamente para o oceano. Caminhando por terra, seguiam inicialmente as trilhas abertas nos tabuleiros praianos pelos índios ou pela marcha das expedições

de guerra e de conquista que por lá transitavam nos dias iniciais da colonização. Uma vez alcançados os nossos chãos, mudavam de rumo para margear, rio acima, o leito daquelas artérias líquidas.

Dos imigrantes que povoaram o Ceará, poucos chegaram, nessa fase histórica, por via marítima e êsses foram, em maioria, soldados e funcionários públicos que, depois de deixarem o serviço, se aposentavam definitivamente na região.

Das ondas pioneiras que alcançaram as ribeiras do Salgado e das que primeiro dominaram os rincões longínquos do Cariri, umas subiram também o Jaguaribe, beirando-o desde o curso inferior, enquanto outras atingiram o seu destino, vindas do Nascente através das gargantas e boqueirões que atualmente unem nosso Estado aos Estados vizinhos.

Requeridas e ocupadas as primeiras sesmarias do baixo Jaguaribe, pelas alturas de 1681 (104), já, em 1706, a colonização se alastrava pelo ubertoso vale acima numa distância de mais de oitenta léguas, nelas logrando o gado curraleiro extraordinário desenvolvimento numérico (105).

A respeito da expansão povoadora dos brancos, na parte oriental do Ceará, assim se expressa o Governador de Pernambuco, Francisco de Castro Menezes, em carta a El-Rei, datada de 20 de agôsto de 1705, ao propor a extinção do fortim de São Francisco Xavier:

"Quando se fêz, escreve êle, se entendeu era necessário foi por fazer fronteira aos sertões e respeito aos tapuias para defesa dos primeiros povoadores daquela ribeira do Jaguaribe, porém hoje não servia aquêle presídio de cousa alguma por se achar já a dita ribeira povoada

(104) No requerimento em que, em 1681, Manuel de Abreu Soares e outros solicitam sesmarias no baixo Jaguaribe, alegam que aquela região "nunca fôra povoada de brancos".

(105) Theodósio de Gracisman, no requerimento em que solicitava a concessão de terras no Quixeré, informava que os índios, em 1706, haviam morto para mais de 1500 reses a êle pertencentes.

com muitos moradores de mais de 80 a 100 léguas para o sertão."

Não foram os rio-grandenses e paraibanos os únicos colonos dêsse recanto do Ceará. Movidos por igual estímulo a criação, pernambucanos de Goiana conseguiram datas de sesmarias nas margens do Riacho dos Porcos e de outros tributários que manam dos pontos mais afastados da Capitania nordestina. Seguiram provàvelmente a tortuosa vereda que, batida ao tempo da Guerra-dos-Bárbaros, haveria de tornar-se a tradicional estrada do Espinharás.

Por ser a mais curta via praticável, entre o ponto de partida e o de chegada, deve ter sido, indubitàvelmente, a escolhida pelos rudes sesmeiros goianenses.

Dados de preferência aos labôres da pecuária, como todos os imigrantes que, então, derivaram para o interior, os homens do Cariri cedo desenvolveram outra fonte de riqueza bem mais rendosa e que transformaria, por inteiro, o panorama geográfico daquela região, tornando-a um dos centros agrícolas da maior importância na economia rural nordestina. Referimo-nos à lavoura da cana. Introduzida, no vale do Batateiras, antes de meados do século XVIII, de tal modo prosperou que fêz, em breve prazo, do Cariri o centro abastecedor por excelência de açúcar e rapadura não apenas do interior cearense como dos sertões limítrofes de Pernambuco e Paraíba.

Pode-se até dizer terem sido o comércio de açúcar, largamente produzido pelos engenhos e banguês do Cariri, e o trânsito do sal, levado do Aracati e Moçoró para a zona sertaneja, os fatôres determinantes mais vivos da abertura da grande estrada de penetração que, do Ceará, seguia para o médio São Francisco, através do chapadão araripino. Por ela iriam selecionados rebanhos de gado cavalar e bovino da Mombaça para as zonas minei-

ras e baianas de faiscagem, fato pouco conhecido, mas incontestável (106).

As primeiras fazendas do extremo noroeste da Capitania foram estabelecidas, em 1697, pelos Jesuítas com algum gado que trouxeram do Piauí.

É concludente a tal respeito o "Relatório" do Padre Miguel do Couto, escrito a 2 de março de 1697. Aí se lê, com efeito, que "de presente levarão alguns gados os Padres da Companhia que vivem na serra da Guaspavá, dizem que com tenção de povoarem estas serras na volta que fizerão da missão que vierão fazer nesta povoação em o mês de janeiro próximo passado."

Entre os mais antigos povoadores leigos da ribeira do Acaraú figurariam os irmãos Machado Freire, que se fixaram nas sesmarias a êles doadas, em 3 de agôsto de 1702, por D. Fernandes Mascarenhas de Lencastro. Êsses moradores se tornaram célebres pela demanda que houveram de sustentar contra os Jesuítas, por questão de terras.

No trecho setentrional do Ceará radicaram-se, outrossim, homens de Pernambuco, gente resoluta que situou estâncias também no centro da Capitania, fecundando aquelas glebas com seu trabalho produtivo.

Vinham, segundo parece aceitável, em maioria, pela chamada "Estrada-nova-das-boiadas", difícil e dilatado caminho transcapitanial que, cortando a Paraíba e parte do Rio Grande do Norte, serviria a levar gado dos campos criadores do Piauí às feiras do litoral pernambucano.

Pela remota estrada setecentista rumaram, provàvelmente, aos sertões da Mombaça e do Quixeramobim os troncos de famílias sertanejas que tinham tido, até então, suas residências nas cercanias de São Miguel de Pau-dos-Ferros e Luís Gomes e dali emigraram com o fito de melhor se afazendarem para a criação do gado. Em 1724 há menção, nos textos das sesmarias cearenses, da existência de outra via de acesso à região do médio Parnaíba,

(106) Veja-se Carlos Studart Filho — "Vias de Comunicação do Ceará Colonial", in Revista do Instituto do Ceará.

denominado "Caminho dos Inhamuns", o que parece demonstrar que, por aquela época, o povoamento se expandira, vitoriosamente, avassalando o Ceará.

"A ribeira do Crateús, junto das nascenças do Poti, ficou na dependência da expansão do povoamento piauiense, talvez pela razão de se apresentar com declives mais suaves para o norte, mostrando-se em corte abrupto do lado do Ceará. As sesmarias escreviam-se nos registros de títulos dados no Maranhão, como se verá de diversas concessões constantes do catálogo de sesmeiros organizado no Pará e divulgado nos "Anais da Biblioteca e Arquivo Público" daquele Estado. Assim nos aparece na ribeira do Caratiú ou Caratihus, com título de 1738, André Moreira e Manuel Pinto Lôbo."

"No ano seguinte, 1739, conseguiram títulos, na mesma região, Ana Francisca Pereira de Macedo e Aires Francisco de Macedo."

"Dessa sujeição resultou incorporar-se a região em aprêço ao domínio do Piauí, onde continuou, sob o nome de Príncipe Imperial, até 1880, época em que passou ao Ceará, permutando-se pela região do pôrto de Amarração."

"O juiz ordinário da vila de Marvão, com jurisdição sôbre a zona de Crateús, escrevia, em 1765, um ligeiro histórico da serra dos Côcos. A êste respeito dizia: — "Também acho ser conveniente narrar a V. S. que coisa é a serra dos Côcos. Porque esta se descobriu em o ano de 1704, pelo Capitão Paulo Afonso Monte, e depois a povoou o Capitão Francisco Pinheiro e a vendeu a Manuel Correia Barbosa e êste a João da Costa, o qual a conservou sempre."

* * *

Enquanto a colonização derrama-se pelos formadores do Jaguaribe, Coreaú e Acaraú, cresce igualmente em número os imigrantes fixados nas cercanias da ponta do Mucuripe e Barra do Ceará.

Com o estabelecimento de novos sítios e currais e conseqüente aumento da população, foi determinado, pelo Govêrno Metropolitano (Carta Régia de 1699), a criação de uma vila no Ceará, o que ocorreu no Govêrno do Capitão-Mor Francisco Gil Ribeiro. Em 25 de janeiro de 1700, procedeu-se à primeira eleição para constituição da Câmara e para o provimento dos cargos de Juízes Ordinários.

A sede da vila foi, por ordem do Capitão-General de Pernambuco, assentada junto ao forte de Nossa Senhora d'Assunção, núcleo originário da atual cidade de Fortaleza.

Implantados currais nos sítios de boa pastagem da Capitania, doadas as terras de sobra, ou sobrados, isto é, aquelas que, situadas, de ordinário, nos entre-rios, "excediam às concessões", "datadas paralelo ou aproximadamente paralelo" aos cursos d'água, a imigração estancou quase inteiramente. Daí por diante, apenas um exíguo número de ádvenas penetra, de longe em longe, na área territorial do Ceará.

"Eram, como observa Pompeu, parentes dos sesmeiros ou proprietários que vinham atraídos pela prosperidade dêstes ou a seu chamamento, para ajudá-los, e, em certos casos, para desposar-lhes as filhas núbeis."

Para que de todo não cesse o afluxo de brancos, concorre a chegada de milicianos e agentes da Coroa, destacados para ocupar cargos públicos na Capitania.

Mantêm, por outro lado, o fio tenuíssimo da corrente imigratória, escravos negros, importados de Pernambuco, em particular, para os labôres da frustrada tentativa de mineração do ouro que ocorreu ao sul do Ceará, nas chamadas lavras das Mangabeiras. Foram, porém, pouco numerosos e, dado o fato de terem sido mais tarde, na ocasião das sêcas, vendidos para o Sul do País, parca influência étnica, econômica e cultural exerceram na região.

Pelos motivos apontados, o crescimento da popula-

ção se processaria, a partir do terceiro decênio do século XVIII, quase que ùnicamente por desenvolvimento intrínseco, ou seja, por intussuscepção.

A conquista e posse das últimas reservas territoriais seriam, assim, realizadas pelos próprios filhos do Ceará.

Os fazendeiros, como é fácil observar-se ainda hoje, eram muito filhentos e seus moradores e agregados nada lhes ficavam a dever do ponto de vista do número de descendentes legítimos e ilegítimos que geravam.

Crescendo a densidade demográfica, fragmentam-se os enormes latifúndios em áreas que vão sendo repartidas entre os filhos dos primitivos sesmeiros.

A prole dêstes, por sua vez, ajudará a encher os espaços vazios das sesmarias, instalando novas fazendas curraleiras.

Em virtude de não reconhecerem as leis portuguêsas o direito de primogenitura que, de certa forma, garantiram em outros países a conservação integral dos patrimônios familiares, pouco tempo conheceu esta região do Brasil o regime das extensas propriedades rurais.

* * *

Até 1723, a administração da Justiça estêve a cargo da Ouvidoria da Paraíba. A 7 de janeiro daquele ano, foi o Ceará elevado a Comarca e nomeado para exercer as funções de Ouvidor José Mendes Machado, mais conhecido pela alcunha de Tubarão.

A Capitania tornar-se-ia independente de Pernambuco, no reinado de D. Maria, filha e sucessora de D. José, pela Carta Régia de 17 de janeiro de 1799. Foi seu primeiro Governador o Chefe de Esquadra Bernardo Manuel de Vasconcelos.

Província do Império, em 1822, fêz-se Estado federado com a proclamação da República.

XIX

A CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO RIO NEGRO

Meses antes do falecimento de D. João V e ascensão ao trono de seu filho, D. José I, o que ocorreria em junho de 1750, tôda a região norte-oriental da América do Sul tornara-se de fato lusitana.

A audácia anônima dos sertanistas e colonos, secundada, no Extremo-Norte, pelo persistente esfôrço dos Missionários, e completada, ao sul, pela atuação das próprias autoridades reinóis, havia inconscientemente realizado a obra formidável de triplicar, em menos de dois séculos, a área que, à expansão do povo português, delimitara a célebre linha de demarcação do acôrdo de Tordesilhas.

Tendo crescido descompassadamente até abranger cêrca de quatro nonos do nosso Continente, a esfera de influência lusa alcançara, em meados do século XVIII, quase o sopé da grande cordilheira andina, entrando em contato, mais ou menos direto, com as populações de origem espanhola que ali viviam disseminadas.

Essas populações, que até então se tinham conservado de certo modo indiferentes à marcha da nossa gente para o oeste, começaram a dar mostras de que se iriam agora organizar para erguer uma barreira eficiente e decidida às atividades avassaladoras do povo irmão.

Os sangrentos conflitos armados, ocorridos nos campos sulinos, onde, por ordem do Governador Metropolitano, Manuel Lôbo estabelecera, 70 anos antes, a Colônia do Sacramento, e as intermináveis pendências diplo-

máticas, surgidas de pequenos incidentes de fronteiras, ameaçavam, pois, generalizar-se.

Fazia-se, dêsse modo, imprescindível riscar as linhas separadoras das soberanias vizinhas, linhas que dariam a configuração aproximada do Brasil de hoje, e apoiá-las em acidentes geográficos de fácil identificação.

A faixa fronteiriça, conforme lembra V. Correia, "em dilatados segmentos já se tornara conhecida e espontâneamente fixada pelos raianos de um e outro lado."

Interessava o assunto não apenas à tranqüilidade, mas à própria existência das colônias sul-americanas, jacentes ainda sob ameaças de povos piratas do Velho Mundo, e, assim, reconheceram as côrtes de Portugal e Castela a conveniência de assentar pacìficamente as extremas entre os dois grandes impérios coloniais.

Negociaram o ajuste delimitador das zonas de influências e domínios dos dois povos os plenipotenciários D. José de Carvajal y Lencastre, pela Espanha, e, por parte de Portugal, D. Tomás da Silva Teles, Conde de Cerveira. Orientado pela clarividência patriótica do santista Alexandre de Gusmão, fêz êle triunfar, em todo o seu rigor, no conclave ilustre, o princípio do "**Uti possidetis ita possideatis**", norma jurídica do direito romano, transportado para o campo bem mais amplo do Direito Internacional Público (107) e que nos beneficiava sobremodo.

Concertou-se por essa forma, entre ambas as partes, a 13 de janeiro de 1750, o Tratado de Madri que "consignava no seu todo e com pequenas e insignificantes diferenças a configuração atual do Brasil", e que foi, conforme a justa observação de Euclides da Cunha, "a glorificação da mais extraordinária marcha colonizadora que se conhece desencadeada para o poente".

Para dar cumprimento ao importante convênio e

---

(107) "Quiseram, diz-nos Emir Chaves, obscurecer a esplêndida concepção do "Principe Romano", apresentando como precursor do "Uti Possidetis", no Direito Internacional, o Tratado de Breda, celebrado em 1667, entre a Inglaterra e a Holanda, contudo, nem por isso, é menos intenso da idéia no conjunto no texto, senão que a consubstancia um princípio novo e firme, uma doutrina nova nos anais das relações entre nações contíguas". "Fronteiras do Brasil".

assentar os marcos divisórios da imensa fronteira convencionada, criaram-se duas comissões demarcadoras, integradas ambas por elementos das duas nações amigas: a primeira, a cujo cargo ficariam o estudo e delimitação do setor setentrional de nossa lindeira com as possessões castelhanas, era chefiada por D. José Iturriga, comissário espanhol, e por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do poderoso Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal e, já então, Ministro de D. José I.

A fim de dirigir os trabalhos da comissão que agiria no sul, foram escolhidos, por parte de Portugal, o Governador Gomes Freire de Andrade e, pela Espanha, o Marquês de Val de Lírios.

Designado Primeiro Comissário português, pela Carta Régia de 19 de maio de 1753, Mendonça Furtado, já no exercício do cargo de Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão; só pôde assumir a nova e importante missão que lhe coubera, a partir de outubro do ano seguinte. Dirigindo interinamente os negócios do Estado, ficou o Bispo D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa.

Não se limitou, porém, o grande e poderoso Ministro de D. José a essa providência acauteladora dos interêsses portuguêses, no Grande Vale; com o senso de objetividade que lhe era peculiar e que, desde sua elevação ao poder, o levara a encarar e resolver sempre satisfatòriamente os árduos problemas da administração pública da Colônia, fêz criar, pela C. R. de 3 de março de 1755, nos confins ocidentais do Extremo-Norte brasileiro, a Capitania de São José do Javari que foi, desde logo, subordinada ao Governador e Capitão-General do Grão-Pará e Maranhão.

Dera motivo a semelhante resolução a necessidade de mais bem serem garantidas a integridade e a segurança das zonas fronteiriças aos Vice-Reinados de Lima e Nova Granada e à Colônia de Surinam, protegendo-as contra

possíveis incursões armadas de vizinhos imperialistas, assim espanhóis como holandeses.

Novamente tomados de veleidades expansionistas, os espanhóis, malgrado o caráter pacífico do ajuste recém-concluído, não cessavam de lançar vistas cobiçosas para as terras amazônicas e, mais particularmente, para a bacia do Rio Branco e margens do Solimões. Aí, cêrca de meio século antes, pelas alturas de 1709, haviam ocorrido encontros armados entre fôrças castelhanas e portuguêsas. Fôra isso, ao que se sabe, uma conseqüência de terem os Missionários Jesuítas da Província de Quito mais uma vez penetrado demasiadamente fundo em território nacional, estabelecendo aldeias.

Vivas na memória dos Inacianos espanhóis permaneciam, pois, como se vê, as idéias e os propósitos imperialistas tão defendidos pelo Padre Samuel Fritz, também Miliciano de Cristo; era, portanto, da maior conveniência vigiar aquela região com redobrado cuidado e impedir qualquer outra possível infiltração de colonos espanhóis, orientados pelos filhos de Loiola.

O tratado de Madri, não obstante vantajoso para as partes contratantes e ter sido negociado com o "desejo honesto" de sanar desavenças, fôra, como observa João Ribeiro, mal recebido pela opinião pública de ambas as Colônias. Novos e graves atritos de fronteiras iam, por isso, surgir e amiudar-se. Espalhar-se-iam até os limites com a Colônia de Surinam, obrigando o Govêrno metropolitano a construir também ali, na parte hoje confinante com a Guiana Inglêsa, fortificações permanentes, entre elas o forte de São Joaquim, na foz do Tacutu, e os dois postos militares, do Uraricuera.

Mas a criação da Capitania extremenha não tinha apenas fins militares; destinava-se outrossim a resolver problemas administrativos de caráter urgente, entre os quais sobrelevava o de facilitar a ação dos agentes do Govêrno, encarregados dos estudos das questões geográficas ligadas ao extenso território.

Preocupações não menos assoberbantes da Merópole, ao tomar tal resolução, eram acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico regional; por meio de assistência mais direta aos raros habitantes dispersos naquele recanto da hinterlândia, e incentivar o povoamento.

A marcha da colonização que, de início, tão promissora se revelara, ficara depois prejudicada pela diminuta afluência de imigrantes oriundos do Além-Mar. O povoamento do solo permanecera adstrito a pontos dispersos, verdadeiros nódulos demográficos de pouco vulto e importância, disseminados em enormes áreas territoriais desertas ou dominadas apenas por escassa população indígena, que envolveriam com grande lentidão.

Estatuída, como se viu, pela Carta Régia de 3 de março de 1755, sob a denominação de Capitania de São José do Javari (108), a nova unidade administrativa sòmente devia começar a existir dois anos mais tarde. Instalou-se, a 7 de maio de 1757, o Plenipotenciário Chefe da comissão encarregada de fixar as nossas lindeiras setentrionais.

Segundo o Ato Régio, seu território "estender-se-ia pelas duas partes do Norte e do Ocidente até às duas raias setentrional e ocidental dos domínios de Espanha e pelas outras duas partes do Oriente e do Meio-Dia lhe determinareis os limites que vos parecerem justos e competentes para fins acima declarados."

Cumprindo essa ordem, Mendonça Furtado endereçaria, anos depois, a Melo e Póvoas o Alvará de 10 de maio de 1758, traçando as seguintes lindes capitaniais: "Pela parte do Oriente, dizia êle, deve servir de baliza, pela

---

(108) Consigna Theodoro Braga, em sua erudita e bem cuidada "História do Pará", que novas exigências de caráter político e administrativo fizera surgir, nas fronteiras amazônicas do Brasil com o Vice-Reinado de Lima, a Capitania de São José do Javari. Decretada por Ordem Régia de 11 de julho de 1757, teria ficado subordinada ao govêrno do Grão-Pará e Maranhão.

Arthur Reis, incontestàvelmente um dos maiores conhecedores da vida colonial da Amazônia, dá a entender, em um dos seus estudos de história regional nortista, que essa Capitania nunca existiu como entidade autônoma. O nome de São José do Javari teria a princípio crismado o território da Capitania de São José do Rio Negro, denominação logo abandonada em virtude da sede governamental ter ficado em Barcelos, no Rio Negro, não no Javari, como determinara o Ato Régio.

parte setentrional do Amazonas, o Rio Nhamundá, ficando a sua margem oriental pertencendo à Capitania-Geral do Grão-Pará e a ocidental à Capitania do Rio Negro. Pela parte Austral do mesmo rio Amazonas devem partir as duas capitanias pelo outeiro chamado Maracaaçu, pertencendo à dita Capitania de São José do Rio Negro tudo o que vai para o ocidente e à do Grão-Pará todo o território que fica para o oriente." (109)

* * *

A sede da nova Capitania de São José do Javari devia, conforme as determinações oriundas da Metrópole, ser localizada na própria faixa fronteiriça, de preferência junto ao rio Javari, que dera denominação à nova entidade administrativa.

Tal, porém, não ocorreu. Tendo em vista cumprir as instruções complementares, mandadas pelo Govêrno para a fiel execução do Tratado de 1750, enveredara Mendonça Furtado pelo rio Negro, em cuja bacia deviam começar os trabalhos de fixação dos limites intercoloniais, preferindo situá-la na Missão de São Eliseu do Mariuá. Naquela aldeola se detivera com os componentes da comissão luso-brasileira, a fim de aguardar os delegados espanhóis, encarregados de, com êles, cooperarem nos trabalhos demarcatórios.

Fundada no correr de 1728, pelo Carmelita Frei Matias de São Boaventura, nas margens do rio Negro, com o especial propósito de congregar os nativos Manaus e, mais tarde, também os Barés e os Banivas, foi a Missão de Mariuá, dois dias depois da chegada do Delegado Régio (4 de maio de 1757), erigida em Vila de Barcelos, conforme o plano Pombalino, concertado para esbulho e expulsão dos Jesuítas.

---

(109) A organização da nova entidade fôra sugerida à Metrópole pelo próprio Diogo Mendonça Furtado, quando, ao assumir o Govêrno do Estado, verificara a vastidão do território sôbre o qual lhe cabia exercer autoridade.

Logo após, em 11 de julho de 1757, era o nome da Capitania de São José do Javari mudado para São José do Rio Negro, em vista da localização de sua sede administrativa.

Seu primeiro Governador foi o Coronel Joaquim de Melo e Póvoas. Nomeado em 1758, para servir durante um triênio, tudo fêz no sentido de incrementar o povoamento da região e desenvolver os seus recursos naturais.

Enfrentando com segurança o primeiro daqueles problemas, Melo e Póvoas insuflou os moradores aos casamentos mistos, cumulando de privilégios e honrarias os brancos que contraíssem matrimônio com as índias (M. Paixão).

Na escolha da aldeia de Mariuá para servir de sede administrativa da capitania, havia prevalecido a influência de circunstâncias meramente ocasionais: era o local de fácil acesso aos comissários espanhóis, que deviam vir pelo Orenoco e Cassiquiare, e ficava mais próximo da zona fronteiriça pela qual iriam começar os trabalhos de delimitação.

* * *

Fracassado o programa de demarcação, em grande parte devido à resistência e má vontade dos Delegados da nação amiga; anulado, de mútuo acôrdo, pelo Tratado de El-Pardo (12 de fevereiro de 1761) o contrato de 1750, patenteou-se, desde logo, a inconveniência da situação excêntrica da capital amazonense.

Aguçavam-se, dia a dia, os apetites imperialistas dos nossos vizinhos, a quem já não mais bastava, na América Meridional, a larga fatia obtida pelo Tratado de Madri. "A Espanha até aquêle instante, escreve Arthur Reis, preocupada ùnicamente com o Sul, passara a voltar vistas para o Norte onde perdera pelo abandono a que relegara, pelas concessões que fizera, as terras do Amazonas. No Içá,

Franciscanos mantinham, até 1766, missões para a Espanha, sob a proteção de um fortim."

Impondo-se a mudança da sede da Capitania, foi ela transferida, em 1791, de Barcelos para o Lugar da Barra, o mísero e insignificante povoado fundado por Francisco da Mota Falcão, em 1669, junto à fortaleza de São José do Rio Negro.

Criando vila da Barra e transportado depois para o local onde hoje assenta, o lugarejo, por suas condições topográficas favoráveis, cresceu ràpidamente, vindo a ser, em nossos dias, a risonha cidade de Manaus.

Entretanto, contrariando as gerais expectativas, o progresso econômico e cultural da Capitania de São José do Rio Negro longe estava de se fazer com o ritmo desejado, malgrado o esfôrço das autoridades capitaniais e os incentivos vindos da Metrópole.

Esta demonstra seu interêsse pelo assunto, quando, ao nomear Lourenço Pereira da Costa para as funções de Ouvidor da Capitania, em 1760, funções que exerceria concomitantemente com as de Provedor da Fazenda e Intendente Geral do Comércio, com êle instara para que promovesse, pelos meios a seu alcance, "o desenvolvimento da agricultura e das indústrias nas terras de sua jurisdição econômico-judiciária".

Não obstante a energia com que o Ouvidor intentou cumprir as ordens vindas do Reino, seus esforços não lograram êxito.

* * *

O esbulho de que haviam sido vítimas os Jesuítas e a conseqüente secularização das reduções feriram de morte a economia agrária da Amazônia.

Finda a administração de Pereira Caldas, a decadência da Capitania do Rio Negro voltou a acentuar-se; pro-

cessou-se até um retôrno rápido dos moradores à vida primitiva.

A população indígena, já então reduzidíssima e gozando as liberdades imaginadas pela política pombalina, não sabia conter-se. Dava-se ao vício da embriaguez. Não trabalhava mais, abandonando as lavouras. Os diretores de povoações, por sua vez, abusando da posição, procediam criminosamente no comércio ilícito do braço indígena, escravizando-o. Quase sem moradores brancos, as vilas arrastaram uma existência miserável (Arthur Reis).

O sistema de colonização militar, onde soldados eram improvisados agricultores para substituir os processos jesuíticos de valorização da terra, e a criação da Companhia de Comércio do Maranhão não chegariam nunca a beneficiar a gleba amazônica.

Melhor êxito não alcançaria Manuel da Gama Lôbo d'Almada, Capitão-Mor empossado em 1787 e cujo lema era "reerguer o sertão".

Em sua profícua gestão governamental que constitui, no dizer de autoridade no assunto, (110) uma página imorredoura da história colonial portuguêsa e capítulo magnífico e humano da formação do Amazonas, "êle fêz, é certo, adotar novos métodos de cultura, conseguindo, assim, elevar o nível geral de produção; café, arroz, algodão, cacau e salsa chegaram mesmo para o consumo interno da Capitania, sendo o anil e certos outros produtos nativos, como a salsaparrilha, exportados em grande quantidade para o Reino; mas depois de sua morte — finou-se em Barcelos aos 27 de outubro de 1799, tendo dirigido durante 15 anos a Capitania — de novo tudo regrediu. Até a economia apropriativa dos tempos das Missões entrou em decadência.

Baldando-se os remédios que vinham sendo adotados para sustar o declínio social e econômico da Capitania,

---

(110) Arthur Reis, "Lôbo d'Almada", Manaus, 1940.

viu-se o Govêrno Imperial forçado a promover a sua anexação à Província do Pará, sob a denominação de Comarca do Alto Amazonas.

E, assim, em 1824, a Capitania de São José do Rio Negro deixava de existir como unidade administrativa independente.

Só 26 anos mais tarde, em 1850 (Lei de 5 de setembro), seria restabelecida a sua autonomia. Elevada a Província do Império, já agora sob o nome de Amazonas, seus limites ficaram os da antiga Comarca.

XX

O ESTADO DO MARANHÃO EM 1750 E O DESTINO DAS CAPITANIAS NORTISTAS

O desenvolvimento econômico e a situação sócio-religiosa do Estado do Maranhão e de suas Capitanias formadoras apresentavam-se, em meados do século XVIII, geralmente auspiciosos.

É isso, pelo menos, o que se depreende da leitura do pormenorizado relatório, feito no correr de 1751, pelo Bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, Ouvidor do Maranhão, e publicado na íntegra e em primeira mão por J. Lúcio de Azevedo in "Os Jesuítas no Grão-Pará".

Nada no gênero mais minucioso e completo e, portanto, digno de transcrição integral.

"Em todo êste distrito há, diz o documento, um Governador e Capitão-General no Pará, onde agora se pretende fazer a cabeça do Estado, e um Governador no Maranhão, que foi cabeça do Estado de seu princípio. Há dois bispados com seus bispos, residentes nas cidades de Nossa Senhora de Belém, do Grão-Pará, e de São Luís do Maranhão, onde têm suas catedrais com seus cônegos que oficiam, e com muita especialidade, asseio e aparato os do Pará. Tem êste bispado nove freguesias, duas na cidade, uma na vila da Vigia, outra na do Camutá, outra na vila do Caeté, outra na de Joanes, outra na de São Félix; tem mais nos rios Moju, Guamá, Capim e Acará seis ermidas paroquiais, subordinadas da cidade.

E, no Maranhão, há quinze freguesias: uma na Capitania de Cumá, dentro da vila de Santo Antônio de Alcân-

tara; sete na do Piauí, na vila da Moxa, Gorugueia, Surobim, Poti, Piracuruca, Brejo dos Aranazes e Pernavã; e sete na Capitania do Maranhão, que são a mesma catedral, e tôda a ilha do Mearim, e do Icatu, Parnaíba, Itapicuru, Aldeias Altas, e Pastos Bons; e têm mais na Capitania do Cumá três ermidas paroquiais anexas e subordinadas à freguesia, que são: São Bento, São José e Nossa Senhora da Água do Lupe (Guadalupe?) com o que vem a ter todo o Estado vinte e quatro freguesias e nove ermidas paroquiais, fora duas mais, que tem a cidade de Belém, que são a do Santo Cristo dos Soldados e a de Nossa Senhora do Rosário e outras particulares, que estão por várias fazendas.

Há nêle quinze conventos de religiosos: quatro do Carmo, quatro das Mercês, três de Capuchinhos e quatro da Companhia; do Carmo são dois no bispado do Pará, um na cidade, outro na vila da Vigia; e da mesma forma dois da Companhia, e um das Mercês, que todos são dois, Santo Antônio e São José, que têm cada um suas duas fazendas, a quem chamam doutrinas, com muita gente.

No bispado do Maranhão têm dois Conventos do Carmo: um na cidade da ilha, outro na vila de Santo Antônio de Alcântara; e da mesma forma os da Companhia e Mercês; e êstes têm com duas doutrinas, com muita gente como os mais, e todos os outros com muitas fazendas e gente de tôda qualidade. Além dêstes, há seis hospícios, três dos Capuchos do Pará, um na cidade do Caeté, e no Gurupá, em que tem cada um suas duas doutrinas, como os mais; e três dos Padres do Carmo, dois no Estado do Maranhão, um na ilha e outro nas Aldeias Altas, que têm suas fazendas de terras e gados, com bastante índios forros e escravos, e outro no distrito do Pará, no rio Negro, donde dão providências às dependências dos missionários. Além dêstes há três residências da Companhia no Estado do Maranhão: uma na ilha, e duas no sertão da Tutóia, e Aldeias Altas, a que se vão agregando fazendas de cultura, gados e escravos, com doações e compras como

nos mais conventos. Têm mais êstes mesmos três seminários, um na cidade do Pará, outro na do Maranhão, e outro no rio Parnaíba, onde não ensinam senão por dinheiro, e procuram ir agregando a cada um as fazendas que podem adquirir. Com o que, em suma, vem a haver em todo o Estado vinte e sete casas de regulares, fora as das fazendas, engenhos e missões que lhes estão entregues.

Contam-se neste Estado sete Capitanias: as do Piauí, Maranhão e Pará, que pertencem **in totum** à Sua Majestade, e as do Cumá, Camutá, Caeté e Ilha Grande de Joanes ou Marajó, que pertencem a donatários. A do Piauí contém as povoações e fazendas que vêm dos confins da Capitania do Ceará e Pernambuco, até o rio Parnaíba; a do Maranhão compreende as que medeiam entre o dito rio Parnaíba e o Pinaré; e a do Pará principia pela parte esquerda do Guamá e segue tudo quanto alcança o distrito da Vigia e sertão das Amazonas e Cabo do Norte até os últimos confins já declarados.

Nas duas Capitanias do Piauí e Maranhão entende o Governador do Maranhão e do Pará em tôdas, como Governador e Capitão-General. Nas três de Sua Majestade há nove fortalezas, duas no distrito do Maranhão, uma à entrada da cidade, e outra no rio Itapecuru; e sete no distrito do Pará, uma na cidade, e seis nos distritos do sertão das Amazonas, no Macapá, Paru, Pauxis, Gurupá, Tapajós e Rio Negro; além disto há mais três fortins, dois na cidade do Pará, e um no Maranhão; e três casas fortes, duas neste mesmo Estado, no Iguará e Mearim, e uma no do Pará, nas cabeceiras do Guamá.

Há em todo o Estado trinta e um engenhos reais de fazer açúcar: cinco na Capitania de São Luís do Maranhão, em que entra um dos Padres do Carmo, no rio Itapecuru, com mais de duzentos escravos, que entra um dos Padres da Companhia; e vinte e quatro no Pará, um dos Padres da Companhia no Moju, e outro dos do Carmo no Guamá, ambos afamados pela muita quantidade de gente que conservam, e os mais dos moradores, que quase todos

se ocupam em fazer aguardente, de modo que se vende o açúcar por pouco, sendo maú, a três mil réis a arrôba. E além dêstes há em todo o Estado cento e vinte engenhocas de aguardente, quarenta e três na Capitania do Maranhão, que vem a ser: uma na freguesia de Pastos Bons, três na de São Bernardo da Parnaíba, uma nas Aldeias Altas, duas na do Icatu, quatro no Mearim, vinte e duas na do Itapecuru, e dez na ilha do Maranhão; e na Capitania do Cumá, trinta e cinco; e no Estado do Pará quarenta e duas, duas na Capitania do Caité, quatro na do Camutá, cinco na vila da Vigia e trinta e uma em todo o distrito do Pará. E só para essa fábrica há aplicação suma, e dela também muito cuidam os regulares, a quem pertencem algumas das que estão declaradas.

No mesmo Estado todo se acham quatrocentas e quarenta e oito fazendas de gado vacum e cavalar, de que pertencem duzentas e quarenta e cinco à Capitania do Piauí, que quase tôdas são muito populosas, e destas vinte e tantas à administração dos Padres da Companhia da Bahia; e cento e sessenta e três à Capitania do Maranhão, quarenta situadas na extensão de cento e vinte léguas que tem a freguesia de Pastos Bons, donde não tem entrado religiões, e trinta e cinco nas das Aldeias Altas que terá de extensão cem léguas, nas quais entra uma do Carmo, e outra da Companhia, e trinta e uma na de São Bernardo, que tem de território cinqüenta léguas, em que entram dez da Companhia, e vinte e duas na do Icatu, que terá o mesmo território, em que entram duas dos Padres das Mercês, e vinte e cinco no distrito do rio Mearim, que poderá ter trinta léguas, em que entram três do Carmo, três da Companhia, e uma das Mercês, e seis no Itapecuru, que terá de distrito quarenta léguas, em que entram duas da Companhia e uma do Carmo, e as mais dos moradores, e na Capitania do Cumá há quarenta, de que pertencem oito à Companhia, duas ao Carmo, e uma às Mercês de quase todo o que dá a grande ilha de Joanes no distrito de Marajó, e ainda que lá têm currais mais outras pes-

soas seculares, são todos pequenos em comparação com os dos regulares. Fora disto há várias fazendas de Frades do Carmo e Mercês, em particular cheias de índios, a que êles chamam aldeias próprias. Há mais na Capitania do Cumá umas salinas da natureza, que, quando tomam águas de setembro e lhes corre o tempo, dão sal para sete anos, e se perde a maior parte por não poder aproveitar-se; e no distrito do Maranhão um engenho real de serrar madeira, sem exercício por estar quase arruinado.

Tem mais todo o Estado duas cidades, que são as de São Luís do Maranhão e a de Nossa Senhora de Belém do Pará, e sete vilas; três da Coroa, duas no Estado do Maranhão, que são Icatu e Piauí, e uma no do Pará, onde chamam a Vigia; e quatro de Donatários, que são: Santo Antônio de Alcântara, no Cumá, Camutá, Caité e Marajó; e para tôdas estas, e cidades, e mais alguns distritos, há dezoito Juízes Ordinários em todo êle, com seus oficiais que são, fora os das vilas e cidades nomeadas, os do Gurupá e nova povoação de São José no Macapá, no distrito do Pará, e os de Mearim, Parnaíba e Aldeias Altas, no distrito do Maranhão, e os do Paranaguá, Gorugueia, Sorobi e Piracuruca, no Piauí, e três Ouvidores Gerais letrados que lhe presidem em cada uma das três Comarcas, e dois Provedores da Fazenda nas duas cidades, e um Comissário, que é o mesmo Ouvidor do Piauí.

Em tôdas as Capitanias do Estado há oitenta aldeias, duas no distrito do Piauí, de Aruazes e Paracatis, administradas por Clérigos; duas de Arios e Araperus junto do Parnaíba, no distrito do Maranhão, também administradas por Padres da Companhia, que são uma de Guararis e duas de Barbados, e duas de Caiacaizes, e Aranhis, uma de Tarambambés, uma de Gamelas, e outra de Tapijaras, chamada São José; na Capitania do Cumá há cinco, três administradas por Padres da Companhia, São João, Maracu e Pinaré, e uma por Padres do Carmo no Turiaçu, e outra pelos das Mercês, no Gurupi.

E, no distrito do Pará, se contam sessenta e três, de

que pertencem às vilas dos Donatários quatro, uma no Caité, administrada por Padres da Companhia, uma no Camutá, e duas na ilha de Joanes, administradas por Padres Capuchos; e nas terras de administração real há cinqüenta e nove, de que regem uma no sertão do Urubu os Padres das Mercês, e dezoito os Padres da Companhia, que vem a ser: Maracanã, Cabu, Vigia, Mortiguara, Sumaúma, Araticuru; e no Xingu, Itacuruçá, Pirauiri, Aricará; e no Tapajós, Borari, Cumaru, S. Inácio e S. José e no rio Madeira, Abacaxis e Trocano; e nove pelos Padres Capuchos do Santo Antônio, que são Menino Jesus, São José; Aniatuba, Bôcas, Caviana, Urubucuara; Acarapi Paru; e pelos Padres Capuchos de São José nove, que são: Mangabiras, Caiá, Conceição, Iari, Tuari, Uramucu; e os Padres Capuchos de São José, dez, que são: Gurupá, Arapijó, Cavina, Maturu, Jamundá, Pauxis, Caruá, Manema, Surubiú, Crupatuba; e os Padres do Carmo, no Solimões ou no rio das Amazonas, oito, que são: Coari, Tefé, Maneruá, Praguari, Turucuataba, São Paulo e São Pedro e, no rio Negro, Jaú, Caragat, Aracari, Cumaru, Mariná, São Caetano, Cabuquena, Bararuá, Dari; e fora disto têm os Capuchos todos oito ou nove doutrinas como já disse, em que têm muita gente, tôda boa e escolhida, a quem chamam muito sua, por que sòmente dela se servem êles, e não consentem que se vão a outra parte, sem embargo de serem os mesmos que dizem ela é livre; e, assim, vão em suma a serem as aldeias governadas quatro pelo ordinário, trinta pelos Padres da Companhia, vinte e seis pelos Padres Capuchos; com mais oito doutrinas, duas pelos Padres das Mercês, e dezoito pelos do Carmo. Nenhuma desta gente que se compreende em aldeias, doutrinas e fazendas dos Padres paga dízimos, por serem todos partícipes dos privilégios ou abusos que êles inculcam para também os não pagarem." (111).

---

(111) M. da Biblioteca Pública de Lisboa — Arquivo do Conselho Ultramarino — Brasil, papéis avulsos.

* * *

Às Capitanias nortistas, doadas como prêmio a particulares, estava reservado fim idêntico ao que o destino se comprazera a marcar para a maior parte de suas congêneres feudais do Estado do Brasil.

Baldaram o esfôrço envidado por muitos dos feudatários e as providências por vêzes bem enérgicas dos poderes públicos, que chegaram até o extremo de ferir os direitos dos Donatários, intervindo diretamente na administração local, quando assim se fazia necessário; não lograram, pois, prosperar.

No segundo quartel do século XVIII, as vilas senhoriais, que eram então apenas três, — Alcântara, Caeté e Cametá — encontravam-se em completa decadência e extremo abandono.

Conforme registra Lúcio de Azevedo, "os beneficiários das doações viviam na Metrópole, indiferentes ao destino de suas Capitanias onde a jurisdição, que lhes era própria, coarctada, pouco a pouco, pelos Governadores, se tornava meramente nominal; às vêzes elegiam êstes últimos Capitães-Mores, esbulhando os Donatários dêsse privilégio, o mais importante dos poucos que ainda prevaleciam. A vila da Vigia, que seu proprietário deixara, por improdutiva, reverter à Coroa não contava mais de setenta e cinco homens válidos, na gente livre; a de Caeté, apenas trinta; Cametá, tão florescente nos dias em que, abundando ainda os escravos, ali se preparavam as frotas, para as viagens de exploração e resgates, caíra em lastimoso desamparo. De uma provisão de 1731, vê-se achar-se a povoação abandonada, sem Casa de Câmara, nem cadeias e a Igreja ameaçando ruína. Os moradores viviam longe do povoado, em suas roças, e o Capitão-Mor aplicava à lavoura própria os índios adidos ao serviço da vila, em vez de empregá-los em proveito da comunidade."

"Mortífera epidemia, que, por espaço de sete anos, assolou o sertão, ceifando cêrca de 20 mil vidas, veio jun-

tar seus estragos aos males de outra categoria com que se despovoava o território."

A decadência extrema, aliada ou não ao total desaparecimento dos descendentes dos primitivos donatários, fêz com que as áreas das pequenas unidades nortistas de novo voltassem à Coroa e fôssem reintegradas nos territórios do Grão-Pará e do Maranhão, que lhes haviam dado origem.

Muito concorreu também para semelhante desenlace a nova orientação político-administrativa do Govêrno, em relação à Colônia, inaugurada no reinado de D. José I.

A primeira Capitania a desaparecer, durante a gestão do Marquês de Pombal, foi a de Caeté, que passou ao Govêrno pela C. R. de 14 de julho de 1753. Manuel Antônio de Sousa e Melo, seu último donatário, transferiu os direitos ao Soberano em troca de vários favores enumerados no jornal oficial, de 15 de novembro de 1753, que registra o fato.

"Havendo S. M. Fidelíssima, diz o documento, resolvido reunir à sua Real Coroa todos os domínios ultramarinos, doados por mercê dos senhores Reis seus predecessores a alguns senhores particulares por meio de sub-rogação, se assinou em 8 do corrente a Escritura celebrada com o Porteiro-Mor Manuel Antônio de Sousa e Melo, que cede à Sua Majestade o senhorio da Capitania do Caeté, no Estado do Maranhão, pela mercê da vila de Anciães, de jure e herdade, dispensando três vêzes a lei mental, com data de todos os ofícios e nomeação de Ouvidor e 100$000 de juro cada ano, pagos pelos efeitos do Conselho Ultramarino, com tôdas as mais circunstâncias da mercê da Capitania cedida."

A Capitania de Cametá reverteu ao Estado pela Carta-Régia de 1 de junho de 1754, cabendo a Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, descendente do primeiro donatário, a pensão anual de 1:200$000, como indenização.

Na época, igualmente desaparecia a Capitania de

Cumá que, pertencendo, como vimos, ao mesmo donatário da de Cametá, voltou ao patrimônio do Estado conjuntamente com esta. Quando isso ocorreu, a Capitania do Cabo Norte de há muito cesara de existir como entidade administrativa autônoma. Tornara à Coroa em fins do século XVII, por morte de Vital Maciel Parente, falecido sem herdeiros forçados.

A Capitania da Ilha Grande de Joanes foi reincorporada ao domínio da Coroa em 29 de abril de 1754. Cedeu-a ao Rei D. Luís de Sousa Macedo Aragão Vidal, terceiro e último Barão da Ilha Grande de Joanes, que por tal ato houve a indenização de 3.000 cruzados de renda anual e o título de Visconde da Vila de Mesquitela, pelo ato régio de 1 de maio de 1754, passado em Lisboa por Dom José I.

Durara a donataria da Ilha Grande de Joanes 89 anos; de 1665, data em que foi instituída por Afonso VI, até 1754, quando voltou ao patrimônio comum.

Sôbre o assunto publica a "Gazeta de Lisboa", de 9 de maio de 1754, o seguinte: "Foi S. M. Fidelíssima servido de reunir à sua Real Coroa a Ilha Grande de Joanes, sita na bôca do Rio Amazonas, de que o senhor Rei D. Afonso VI fêz mercê de jure e herdade fora da Lei mental a Antônio de Sousa Macedo, que na batalha de Aljubarrota salvou a vida do Senhor Rei D. João I, de cuja ação se conserva a memória não só na história do Reino, mas no braço armado com uma massa na mão, que serve de timbre ao escudo de suas armas, em remuneração aos relevantes serviços que tinha feito a esta Coroa, sendo Embaixador na República de Holanda e na Côrte da Inglaterra, dando em satisfação a seu bisneto Luís de Sousa de Macedo (112), terceiro Barão da Ilha Grande, o senhorio da Vila Mesquitela, na Província da Beira, com tôda a jurisdição civil mudando-lhe o título de Barão em Visconde de Mesquitela além de 30.000 cruzados de renda

(112) Nas datas de sesmarias que concedeu em terras de sua capitania aparece, diz-nos José Galdino da Silva, o nome acrescido de Aragão Vidal.

cada ano, tudo de jure e herdade, três vêzes fora da Lei mental."

A 16 de maio do mesmo ano, retificava a "Gazeta" a renda do donatário, pelo equivalente da Ilha Grande, para 3.000 cruzados (113), como foi dito acima.

Já antes de 1754, entre 8 de abril e 19 de julho de 1732 e em maio de 1747, aparecem sesmarias na ilha, concedidas pelos Capitães-Generais Alexandre de Sousa Freire e João de Abreu C. Branco, em nome do Monarca D. João VI (G. da Silva).

---

(113) Apud Ildefonso Escobar — "Formação dos Estados Brasileiros".

XXI

NOVA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO. A LUTA CONTRA OS JESUÍTAS E A COMPANHIA DE COMÉRCIO. O MECANISMO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NO FIM DO SÉCULO XVIII

Com a nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o cargo de Capitão-General do Maranhão, fizera o Govêrno metropolitano fundas modificações no regime administrativo vigente naquela parte da Colônia. O Decreto-Régio, de 31 de março de 1751, transferira, com efeito, de São Luís para Belém a sede do Govêrno do Estado do Maranhão e Grão-Pará, que, daí por diante, passa a chamar-se Estado do Pará e Maranhão.

Ficava, assim, desfeita a sujeição em que vivera a Amazônia quase uma centúria ou, mais precisamente, desde a publicação da C. R. de 25 de agôsto de 1652.

Serviu de pretexto para justificar oficialmente a medida em aprêço a necessidade da "assistência do Govêrnador e Capitão-General na cidade do Pará, onde a ocorrência de negócios e o tráfico do comércio ocupavam a maior parte do ano, na referida residência."

A lei, que, de certo modo, assinala o início da queda da hegemonia política da cidade de São Luís sôbre as terras do Extremo-Norte brasileiro, nada mais era, aliás, que o reconhecimento expresso, por parte dos poderes públicos, de uma situação existente, de fato, há muitos anos, e contra a qual vinham lutando improficuamente.

Favorecida pela exuberância de suas riquezas florestais e por dispor de melhores e mais numerosas vias de acesso às fontes dos gêneros da terra, a Capitania do Pará prosperara de maneira mais rápida do que as suas vizi-

nhas do Meio-Norte, e Belém, apesar da anarquia administrativa em que sempre se debatera, seguira-lhe o ritmo do desenvolvimento econômico.

Eclipsando a cidade rival, Belém tornara-se a Metrópole de todo o setentrião brasileiro. Daí as simpatias e preferências a ela concedidas pela maioria dos Capitães-Generais que vinham governar o Estado do Maranhão. Sem motivos declarados ou a pretexto de mais bem servirem à causa pública, atendendo às necessidades do tráfico e da defesa do território, êles se transportavam com desusada freqüência a Belém, onde, não raro, fixavam residência definitiva.

Semelhantes abusos tanto se repetiram com o correr do tempo, que acabaram dando azo a que alguns Governadores fôssem de público advertidos e censurados pela Côrte, que se não cansava de insistir sôbre a conveniência de assistirem, sempre em São Luís, as autoridades maiores do Estado do Maranhão.

A lei, de 31 de março de 1751, que vigorou a partir de 26 de junho do mesmo ano, quando o novo Capitão-General aportou a São Luís dando posse ao Governador subalterno do Maranhão, Luís de Vasconcelos Lôbo, seu companheiro de travessia, não resultou, porém, apenas dêsses imperativos de ordem meramente econômica. Determinaram-na, também, ao que parece, certas razões de caráter internacional, de maior pêso, e os imperativos decorrentes da própria segurança interna da Colônia.

Era pensamento da administração metropolitana estabelecer definitivamente as fronteiras do Brasil com as possessões de Espanha, estipuladas pelo tratado de 1750, e a presença, em Belém, do Capitão-General e de seus auxiliares imediatos era tida por vantajosa. Viria, muito naturalmente, apressar os trabalhos necessários ao integral cumprimento daquele ajuste diplomático.

Desejava, outrossim, o Govêrno pôr côbro aos constantes atritos de soberania amiúde verificados na região do Cabo Norte, entre franceses e colonos luso-brasileiros,

atritos capazes de gerar sérias inimizades internacionais.

A definição de nossas extremas com a Guiana Francesa se fizera desde 1713, quando, pela assinatura do Tratado de Utrecht, a França renunciara de maneira formal e definitiva à área compreendida entre o rio Oiapoque e o Amazonas. Tal desistência não havia, porém, logrado refrear a agressiva política de absorção que vinham pondo em prática os moradores da Caiena.

Era, pois, aconselhável que as autoridades administrativas do Estado do Maranhão, dando ao caso a merecida importância, mais de perto observassem as atividades dêsses incômodos vizinhos. Tornava-se necessário impedir-lhes incursionassem naquele trecho do solo brasileiro ou aí sub-reptìciamente estabelecessem colônias de exploração, bases certas para futuras reivindicações territoriais por parte dos nossos adversários.

Não obstante os empenhos do Govêrno lusitano em tornar efetivo o acôrdo firmado em Madri, com o propósito de solucionar o vastíssimo problema de nossas fronteiras coloniais com os domínios de Espanha, também êles não lograram, como vimos, êxito imediato. O comissário espanhol e seus subordinados que deviam participar dos trabalhos de demarcação, de parceria com os portuguêses, não compareceram ao encontro ajustado para verificar-se em terras amazônicas do rio Negro. Isso tornou inúteis os sôbre-humanos esforços envidados por Mendonça Furtado para o desempenho de suas funções de Primeiro Comissário português, para os negócios do traçado das raias setentrionais do Brasil (114).

Outro motivo que concorreu poderosamente para o insucesso lusitano foi a má vontade dos Jesuítas. Obrigados pela lei a fornecer os homens e os mantimentos de que necessitavam os Delegados portuguêses para levar avante as imprescindíveis explorações geográficas da nossa zona

(114) A rebeldia dos indígenas e a resistência mantida pelos missionários aos empenhos dos dois Soberanos peninsulares fizeram também fracassar os esforços das autoridades nomeadas para delimitar as fronteiras sulinas.

lindeira, mostraram-se muito pouco solícitos em cooperar na patriótica emprêsa. Dizem papéis oficiais da época que, não contentes de sonegarem víveres, encorajaram os indígenas a não se apresentarem para o serviço do Rei. Provocaram, assim, não apenas o retraimento dos trabalhadores nativos, mas, igualmente, a deserção em massa dos que já haviam sido engajados pelos representantes do Monarca.

Ora, sem o concurso dêsse inestimável elemento humano, que era o silvícola manso, impossível seria empreender na Amazônia qualquer tarefa útil.

Tem-se alegado, para justificar o insólito proceder dos Jesuítas, que, dos nativos por êles entregues aos membros da comissão demarcadora para o serviço d'El-Rei, se "exigia tudo de graça sem mesmo lhes deixar tempo para fazerem as próprias plantações", e, por isso, era natural a resistência dos Padres.

O alegado será, certamente, verdadeiro; todavia, a atitude inamistosa dos Jesuítas, para com o Govêrno, lhes seria fatal, pois teve, como conseqüência imediata, anuviar mais ainda a atmosfera de suspeitas reinantes em tôrno das atividades extra-religiosas dos Missionários de tôdas as Regras que exerciam a catequese no Estado do Maranhão. Abriu, ainda, fundas incompatibilidades entre os Inacianos e o Capitão-General, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que empreendeu destruir o incontestável poder de que fruíam em terras de sua jurisdição administrativa.

Denunciados à Côrte, onde era "imenso o rol de queixas acumuladas contra a Companhia no suceder das gerações", move-se mais rápido contra êstes o mecanismo governamental, mecanismo que, no dizer de Lúcio de Azevedo, já se achava em andamento desde o antecedente reinado.

Nesse ínterim, são postas em execução as medidas administrativas, ideadas por Pombal, para salvar o Brasil Norte da derrocada econômica que parecia inevitável.

Promulgaram-se leis restritivas dos direitos dos Catequistas, muitas das quais nada mais fazem, em verdade, que revigorar dispositivos da copiosa legislação sôbre o cativeiro, caídos em desuso ou, simplesmente, revogados.

Assim, por C. R. de 7 de junho de 1755, foram os nativos do Pará e Maranhão declarados livres de tôda a escravidão, podendo dispor de suas pessoas e do govêrno das aldeias, que passaria a ser exercido pelos principais.

Dois anos depois, a C. R. de 28 de maio de 1757, derrogando, em parte, o célebre "Regimento das Missões", punha limites aos excessos de liberalismo das leis que nêle se continham e que a experiência havia demonstrado inoportunos. Criava, outrossim, nas povoações indígenas, vários cargos públicos entre os quais sobressaía o de diretor dos índios, funcionário de nomeação governamental que, pràticamente iria, daí por diante, dirigir, sem barreiras nem restrições de qualquer natureza, os destinos daquelas comunidades.

Para varrer de vez a lembrança do regime antigo, mandava a C. R. que as aldeias "tomassem a designação de vilas ou lugares, conforme a população, sendo seus Juízes Ordinários e Oficiais de Justiça escolhidos entre os mesmos índios ali residentes (115).

---

(115) As leis destinadas a regular as condições dos silvícolas, leis criadas sob o influxo dos princípios humanísticos postos em voga pelos livres pensadores do século XVII, não favoreceram o indígena, nem melhoraram a economia de produção, fim êste particularmente visado pelo Govêrno Português.

Pombal, conforme acentua Lúcio de Azevedo, considerava a prosperidade do Grão-Pará indissolùvelmente ligada à liberdade dos índios e ao estado das missões.

"A escravidão, afirma êle em carta de 15 de maio de 1753, não pode jamais conduzir à prosperidade; emancipá-los será o meio único de os levar ao trabalho; aceitem com isso os colonos, e terão serviçais, tantos quantos lhes forem necessários."

Libertando os nativos da tutela dos missionários, entregando-os à própria sorte e ao arbítrio de seus diretores, arruinou Pombal o sistema administrativo e a original organização do trabalho vigentes nas missões, únicos compatíveis com a índole dos selvagens; isso porque, diz-nos, com razão, João Ribeiro, êles os conservavam em estado propício a pouco e pouco se erguerem ao nível de população útil.

A liberdade dos nativos, nas circunstâncias em que se produziu, teve, como inevitável conseqüência, de um lado, entregá-los à miséria e à anarquia; do outro, determinar o êxodo em massa das populações índias cristianizadas para a floresta e seu retôrno à vida erradia do nômade.

O que se viu depois dela foi entrarem a decair de maneira assustadora as aldeias missionárias. Outrora florescentes, nelas passaram a reinar a violência e o pânico.

Sem querermos trazer à baila, mesmo em rápida revista, as contingências morais e materiais do imenso drama, que foi para o nativo o afastamento de seus missionários, devemos, todavia, recordá-lo, pondo em confronto à opinião emitida, em

Os Padres Carmelitas e os Capuchos aceitaram a situação sem muitas relutâncias; os Jesuítas, sentindo-se fundamente prejudicados, opuseram-se com firmeza à execução das novas leis.

A resistência dos filhos de Loiola aos planos do Rei lhes valeu não só os rancores do futuro Marquês de Pombal, já então todo poderoso na Côrte de D. José, como o serem acusados de tôdas as ignomínias.

Dêsses regulares se disse às escâncaras que excitavam o povo à revolta, que urdiam em segrêdo tramas contra a própria segurança do Estado e, ainda, que, cumpliciados com os espanhóis, pretendiam usurpar as Colônias lusitanas.

Redobrando de veemência e severidade contra os supostos inimigos da Pátria, lavrou por fim o Govêrno, no dia 21 de junho de 1759, o decreto de expulsão definitiva e confisco dos bens dos Jesuítas do mundo português.

Na África, Índias e Brasil, quase dois mil religiosos da Companhia foram presos e deportados para o Reino.

Depois de terem escrito, para a História do Brasil, páginas imorredouras de intrepidez, energia disciplinada, inteligência e nobreza moral e realizado uma obra política, social e econômica de grande magnitude e benemerência, ei-los vilipendiados e constrangidos a deixar as terras que haviam ajudado a desvendar e proteger. Triunfara, mais uma vez, a inveja, a cobiça e o despeito.

Erros, como êsse, excessos e até violências clamorosas cometidas por Pombal, no decorrer dos seus 26 anos

---

1745, por La Condamine que, ao baixar de Quito, tivera ocasião de admirar a obra dos Jesuítas da Amazônia, depois, a de D. Frei Caetano Brandão, Bispo do Pará que a conheceu, em 1787.

Dizia o primeiro:

"Começamos a ver (alude o sábio francês às missões portuguêsas), em lugar de casas e igrejas só feitas de palha, capelas e presbitérios de pedra e cal, de tijolo e paredes mui bem caiadas. Vimos, também, com agradável surprêsa, no meio dêstes desertos, as mulheres indianas tôdas com sua camisa de Bretanha, e, nas habitações, arcas com fechaduras de ferro, agulhas, espelhos, facas, tesouras, pentes e vários objetos da Europa... O comércio, que tem com o Pará, dá a êstes índios e a seus Missionários um ar de abastança que, à primeira vista, logo distingue as Missões portuguêsas das castelhanas."

Ao passo que o segundo escreve — "as povoações (estavam) na última decadência, as leis divinas e humanas calcadas aos pés, as igrejas em uma prodigiosa nudez e desamparo, e os índios sumamente desgostosos."

de ministério, não impediram, porém, que o Norte do Brasil colhesse, de sua tão discutida administração, inegáveis benefícios materiais.

Problemas econômicos, sociais e políticos, que clamavam por urgente solução, passaram a ser por êle estudados com carinho e resolvidos de maneira feliz.

Nulas, ou de pouco resultado, haviam sido até então as providências postas em prática pela Metrópole para reestruturar a economia do Brasil Setentrional, em bases mais firmes e duradouras, e melhorar, assim, o padrão de vida de seus habitantes.

Tentara-se, é certo, durante a gestão administrativa de Alexandre Gusmão — indubitàvelmente a mais proveitosa para o Brasil de quantas, até aquela época, houvera em Portugal — apoiar a riqueza pública não apenas na colheita de gêneros silvestres, mas, como o haviam feito holandeses e inglêses, no trato e amanho da terra nortista, cuja fertilidade era por todos conhecida e proclamada. A cana-de-açúcar fôra então plantada. Cultivaram-se baunilha, cacau, cravo e canela. Prêmios em dinheiro, garantias, concessões e facilidades haviam, informa o autor de "Política de Portugal no Vale do Amazonas", servido de incentivo à cultura do café, algodão, tabaco, que começaram a receber a atenção dos colonos.

Tudo isso, porém, pertencia ao passado.

Mortífera epidemia, que, como dissemos, por espaço de sete anos, grassara com intensidade inusitada ao longo da extensa bacia amazônica, junto aos males decorrentes das guerras e outros de variadas origens, havia despovoado a região, assim de brancos como de índios domésticos.

No Grande Vale e no Maranhão, a desolação e a miséria imperavam, pois, quando Pombal chegou ao cargo de Primeiro Ministro.

Em Vigia existiam apenas 75 homens válidos, entre a gente livre do lugar, e em Caeté sòmente 30. Cametá florescente, outrora, caíra em triste decadência.

"Em 1749, pela Semana Santa, esclarece ainda o autorizado Lúcio de Azevedo, o Governador mandou proceder a um sumário recenseamento aproveitando a época em que grande número de lavradores deixavam suas roças pela cidade, onde faziam menos constante moradia. Verificou-se que, de novecentas casas existentes no perímetro urbano, estavam quatrocentas e cinqüenta desabitadas.

Por deficiência de obreiros, as colheitas perdiam-se na terra, o solo arroteado transformava-se em baldio e as drogas cobiçadas do sertão corrompiam-se ao abandono na mata.

A farinha de mandioca, sustento ordinário de todos, triplicou de preço. Diminuíam as rendas públicas. Faltavam serviçais para as obras e comissões do Estado; gemiam os moradores entre a opressão da própria miséria e as exigências de um fisco insaciável."

"Absolutamente entregues à exploração do índio, nada sabiam nem podiam fazer, senão por ela e com êle a tudo o mais se conservavam indiferentes e, destarte, viviam num estado social, que mais racionalmente se podia dizer — semibárbaro que de povoação civilizada. Como no tempo de Vieira, não havia nem mercado, nem loja, nem serviçais de condição livre que, mediante salário, se pudessem contratar."

As condições sociais e econômicas do Maranhão não eram melhores nem mais promissoras.

Dando conta ao Rei do estado de extrema penúria em que se debatiam os habitantes do Estado, que viera dirigir, e, mais particularmente, do povo paraense, escrevia Mendonça Furtado em seu ofício de 30 de novembro de 1751: —

"Êste Estado e principalmente esta capitania (do Pará) se acha reduzida à extrema miséria. Todos os seus moradores estão na última consternação, são poucos os que ainda cultivam alguns gêneros. A maior parte conserva algum índio escravo, para lhes ir buscar ao rio, ou ao mato, o miserável sustento quotidiano, com que passam

pobrìssimamente, metidos em uma choupana a que êles chamam roça."

* * *

"Para fomentar o desenvolvimento das terras nortistas, fundou-se, porém, a Companhia de Comércio".

Restabelecia-se, em moldes quase idênticos, o monopólio que ali vigorara ao tempo da Companhia de Comércio do Maranhão, emprêsa fundada em 1682 e que, também detentora única do direito do tráfico das mercadorias que se destinassem ao Norte ou daí proviessem, tão nociva e antipática se tornara aos filhos da terra.

A instituição da nova Companhia de Comércio (116) foi, todavia, benéfica. Concorreu, pretende Varnhagen, para fazer ressurgir, desde logo, as duas Capitanias nortistas da ruína em que jaziam, detendo-lhes o fatal definhamento.

"O Maranhão, principalmente, cujos produtos, diz êle, antes se achavam empatados, e que parecia condenado a volver à barbaria, levantou a cabeça."

"Também a Amazônia arruinada reergueu-se ao impulso dêsse novo estímulo."

"Tôda a especiaria que se acumulara no alto sertão pôde ser colhida e exportada para Lisboa, de onde tomava outra direção, distribuída pelos maiores mercados consumidores da Europa."

Para melhorar o panorama econômico do Norte e Meio-Norte, não concorreu menos a política de amparo à produção, tentada pelo próprio Govêrno metropolitano.

"O Govêrno português, explica Arthur Reis, a braços com as dificuldades que se verificavam no Oriente de onde não vinha mais, com a mesma abundância e facilidade, a especiaria que enricara a nação e lhe criara posição singular no concêrto europeu, apelava agora para o novo

---

(116) A Companhia foi abolida depois da queda de Pombal.

velocino que encontrava no extremo norte do Brasil. A corrida para a hinterlândia amazonense era, em parte, evidentemente, uma conseqüência direta dêsse incentivo governamental."

O gado vacum, que, desde 1630, tomara conta das boas pastagens de Marajó, e que depois se alastrara pelas clareiras marginais do baixo Amazonas, foi, em 1788, levado para o vale do Rio Branco.

Como parte importante do plano de valorização econômica do Norte, plano que, diz-nos autor conhecido, se desdobraria sem interrupção até o fim do ciclo colonial, aí favoreceu o govêrno o desenvolvimento da indústria têxtil, permitindo a entrada das máquinas que lhe eram necessárias e até a introdução de operários especializados trazidos da costa do Coromandal.

Incentivou também a imigração européia, encaminhando ao Grande Vale casais portuguêses, oriundos dos Açôres, da Madeira e do próprio reino, em número cada vez maior.

Semelhante providência havia sido ditada pela premente necessidade de valorizar as terras do Extremo-Norte, pela colonização, e criar nelas núcleos demográficos capazes de servir de arrimo aos alegados direitos de posse e domínio da Coroa lusitana.

O povoamento devia ser feito justamente nas áreas extremenhas "mais sensíveis à influência castelhana e onde, de fato, esta se vinha fazendo sentir, procurando penetrar, avançando e tentando fincar pé."

A fim de enfrentar o perigo iminente de infiltração estrangeira, mandara o Rei, nas instruções secretas de 31 de maio, estabelecessem os Jesuítas, na zona de atrito, duas aldeias: uma, perto da bôca do Javari, e outra, nas cachoeiras do Japurá. Ordenara, ainda, que se fizessem novas povoações nas terras do Cabo Norte. A êsses agregados humanos, embora separados por milhares de léguas quadradas de chãos apenas povoados por nativos, cabia,

outrossim, a função de reerguer a agricultura regional, sempre precária, e fomentar as indústrias extrativas.

Relevante seria a obra disciplinadora dêsse Govêrno inteligente e enérgico.

A vida política e administrativa do Estado, onde medravam abusos inomináveis, dêle beneficiou-se grandemente.

A indisciplina crônica reinante na Colônia, desde os primeiros dias e que culminava em tumultos e revoltas populares quase contínuas, foi jugulada pelo pulso de ferro do irmão e preposto do poderoso Ministro.

Os Governadores seguintes completar-lhe-iam a obra saneadora.

Os receios por parte da Administração superior de que a instituição da Companhia de Comércio viesse a encontrar repulsa e hostilidades, por parte das classes produtoras, não se justificaram.

"Os negociantes, escreve Lúcio de Azevedo, estabelecidos na terra, eram em pequeno número. Pobres e humilhados pelo tratamento grosseiro de Francisco Xavier..., jamais lhes passaria pela mente declararem-se em oposição a um Govêrno tão forte, como demonstrava ser aquêle."

As próprias autoridades civis e eclesiásticas do Estado, que, ufanas de seus privilégios e categorias, vinham dando os mais escandalosos exemplos de desacato às leis régias, suspendendo a sua execução ou não as cumprindo integralmente, voltaram à obediência.

Igualmente cessaram os atritos entre os representantes da Igreja e os do Estado. Repressões severas e prontas dos abusos, tão seguidamente praticados pelas próprias autoridades, puseram, pois, têrmo às veleidades libertárias que, porventura, nutrissem.

Acabaram os protestos petulantes dos moradores, sempre irritados e insatisfeitos com as Resoluções Régias que, sob qualquer aspecto ou pretexto, lhes contrariassem

as ambições desmedidas. Uma nova vida e um promissor panorama político, social e econômico abrem-se, pois, com a gestão pombalina, para o vasto Setentrião Brasileiro.

A forma de Govêrno instituída no ano de 1751, para as Capitanias do Norte e Meio-Norte, não vigorou, todavia, por muito tempo.

Pelo Decreto-Régio de agôsto de 1772, era, com efeito, o Estado do Grão-Pará e Maranhão dividido, dando-se a cada uma das duas entidades resultantes completa autonomia.

A C. R. de 3 de maio de 1774 e a provisão de 9 de junho do mesmo ano completaram a medida.

Para o novo Estado do Maranhão era, em 1775, nomeado Capitão-General Joaquim Melo e Póvoas que, antes, tivera os Governos subalternos do rio Negro e do Maranhão. Havia, então, no Reino, especial interêsse pelos negócios da região amazônica, sôbre cujas fronteiras convergiam os olhares cobiçosos do estrangeiro.

"Do mesmo modo por que se incentiva a aparelhagem militar e econômica, escreve Arthur Reis, começaram a tomar corpo ao lado dos Capitães-Generais e dos Governadores do Rio Negro, Governadores Militares no Macapá, Ilha do Marajó, Magazão, Alto Rio Negro e Rio Branco. Não se conhece um ato sequer instituindo êsses distritos político-militares, dando-lhes forma especial. Mas os Governadores eram nomeados e exerciam as funções, é certo que sem grandes liberdades porque dos Capitães-Generais e dos Governadores do Rio Negro recebiam ordem, como também as recebiam diretamente de Lisboa". "A aparelhagem burocrática, adianta ainda Arthur Reis, em todo o período de dois séculos crescia para atender às exigências que surgiam. Funcionários mais graduados eram, além do Capitão-General, o Secretário-Geral, o Intendente de Marinha, o Provedor da Fazenda e os Intendentes do Comércio e Agricultura e Manufaturas, um no Pará e outro no Rio Negro, onde o Ouvidor acumu-

lava a função, também exercendo a de Provedor da Fazenda."

"Para os negócios fazendários, em Belém funcionou por largo tempo uma Provedoria e em Barcelos, outra, sendo aquela substituída depois por uma junta da Fazenda."

"O Poder Judiciário na Amazônia, como no restante do Ultramar português, na América, representou-se no Ouvidor e autoridades menores. A Ouvidoria do Pará, criada em 1700, sofreu em 30 de junho de 1760 o primeiro golpe na criação de similar na Capitania de São José do Rio Negro.

A segunda diminuição, no campo de jurisdição, veio em 17 de agôsto de 1816, com a Comarca da Ilha Grande de Joanes."

"As três Ouvidorias governaram-se pelo Regimento expedido a 7 de novembro de 1619 para o Maranhão, com as alterações que foram sendo decretadas" (117).

"Dos juízes menores, o de mais significação era o Juiz de Fora, cargo para cuja criação tanto se empenharam a Câmara de Belém e o Governador Mendonça Furtado."

"No concernente à organização municipal, a primeira Câmara foi a de Belém. Depois a de Vigia. Nas donatarias, embora suas sedes devessem ter a condição de Vila, com o respectivo grêmio Municipal, só funcionaram Câmaras em Camutá e Gurupá."

"Entre 1755 e 1769 foram criadas as vilas de Bragança, Chaves, Vila d'El-Rei, São José do Macapá, Alenquer. Melgaço, Monte Alegre, Almeirim, Óbidos, Santarém, Oeiras, Ourém, Portel, Pôrto de Moz, Soure, Souzel, Faro, Tomar, Moura, Silves, Serpa, Ega, São Paulo de Olivença, São José do Javari."

Os aldeamentos, no ciclo missionário, guardavam nomes gentílicos.

---

(117) Até 1812, as apelações e agravos subiam à Casa de Suplicação de Lisboa. Dessa data em diante, ao Tribunal da Relação, em São Luís.

"Com a alteração política passaram a ser chamados à lusitana. Mendonça Furtado escolhera as novas denominações a lhes serem aplicadas, como êle próprio informou, nas das Vilas da Casa Real de Bragança, da Coroa, das Terras da Rainha, do Infantado e da Ordem de Cristo."

A primeira a receber — logo a 1º de janeiro de 1756 — nome português foi a antiga missão do Trocano, no Madeira, que se chamou Borba, a Nova, em virtude de C. R. de 3 de março de 1755.

* * *

"Completando a aparelhagem do Estado, encontramos, no setor religioso, as seguintes autoridades eclesiásticas: Bispo do Pará, com morada em Belém, o Vigário-Geral do Rio Negro, residindo em Barcelos até 1808, e, dessa data a seguir, no Lugar de Barra, atualmente Manaus."

"O Bispado vinha de 1719, Bula de 4 de março. Primeiro Bispo, D. Frei Bartolomeu do Pilar. A Vigararia do Rio Negro, instituída em 13 de abril de 1759, por D. Miguel de Bulhões, seu primeiro ocupante seria o Padre José Mendes de Noronha."

"As vilas reais eram também paróquias. Datavam, em grossa maioria, de 1759, obra louvada de Frei Miguel de Bulhões, que as criara nos aldeamentos indígenas, golpeando de morte, destarte, o poder dos missionários, Jesuítas os mais visados, que se recusaram e nisso se contendia havia muito entre os Religiosos e os Bispos, render obediência ao Prelado Maior, e permitir mesmo que se procedesse à avaliação regular das missões."

XXII

A INTEGRAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO NO BRASIL

Correm os tempos. Já agora o cenário político é inteiramente outro. No começo de século XIX, o Extremo-Norte e o Maranhão continuavam a viver separados do resto do Brasil. Apesar de constituir a nossa pátria administrativamente um Vice-Reinado, com sede no Rio de Janeiro, as entidades citadas obedeciam realmente ao Conselho Ultramarino e à Mesa das Consciências, de Lisboa.

Ainda quando o Brasil se viu oficialmente elevado à condição de Reino, unido ao de Portugal e Algarves, aquêle amplo setor do território nacional permaneceu como que alheio aos fatos políticos que se desenrolavam no sul do País.

Prêso ao Rio, que lhe mandava Governadores e Capitães-Mores, é à Europa que os ligavam a economia e a tendência acentuadamente lusitanófila de seus habitantes de maior representação e responsabilidade.

Em contato com o Velho Mundo por animado tráfego comercial, foi, assim, o Pará a primeira unidade da futura federação brasileira onde se teve conhecimento da Revolução Constitucionalista do Pôrto, revolução de caráter liberal e nacionalista que punha fim à monarquia absoluta em Portugal. Chegou a notícia alvissareira e oportuna, no brigue Nova Amazonas, que aí aportou a 10 de dezembro de 1820.

Tão lusitanos eram considerados, na Metrópole, os antigos componentes do Estado do Maranhão, que, na

hora da Independência, as Côrtes de Lisboa foram ao extremo de lhes oferecer aquilo que consideravam uma honra excelsa: — a condição de Província transatlântica de Portugal.

Na mente daqueles homens públicos lampejara, tomando vulto, a idéia absurda de que seria possível arrancar um pedaço do Brasil e prendê-lo à Coroa dos Braganças, de Portugal. Repetiria o Norte o que fizera o Canadá que, por estranho lealismo, conservara-se fiel à Inglaterra na hora das supremas reivindicações separatistas dos norte-americanos.

O galardão não foi, nem podia ser aceito. Os nobres chãos do Norte estavam talhados a fins mais gloriosos. Cabia-lhes unir-se a Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio e Rio Grande do Sul — as células-mater da nossa nacionalidade, na concepção original e feliz do historiador João Ribeiro — para formar o Brasil. Era seu destino histórico integrar a maior potência do hemisfério meridional e participar de seus heróicos destinos.

Aliás, desde 1800, já se vinham fazendo sentir, dia a dia, mais fracas as influências dos agentes geográficos criadores do isolamento, em que jouvera até então o Extremo-Norte brasileiro.

Graças aos progressos da técnica náutica, as viagens são agora mais seguras, melhores e mais rápidas, encurtando distâncias e apresilhando, assim, de modo íntimo, o Norte ao Sul do País. Não havia, é certo, o navio a vapor, nem surgira ainda o telégrafo, nem o telefone, mas o pensamento circulava célere através de tôda a extensão do território brasileiro e, no qual, se contavam dez Capitanias-Gerais. Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio, Minas, São Paulo, Rio Grande de São Pedro, Goiás e Mato Grosso eram as grandes estrêlas do nosso firmamento geográfico.

A solidariedade sentimental reinante, beneficiando a homogeneização do povo e determinando, não raro, o

entrelaçamento de famílias, torna-se, com o tempo, em verdadeiro agente da unificação pátria.

Sutis e benfazejas, as influências vindas do Nordeste enrijecem, no coração dos que haviam nascido na Amazônia e chãos próximos do Ocidente, o lídimo orgulho de serem brasileiros e coa-lhes nalma um nacionalismo sadio e estuante, tão vivo certamente quanto o que levara os nordestinos e, mais particularmente, os pernambucanos, a tantas revoltas nativistas.

Começam a brotar, também, no seio das populações nortistas, anseios libertários que iriam explodir nos tremendos entrechoques da cabanagem.

Crises econômicas concorrem também para apressar a unificação.

Depois de o comércio do Reino quedar-se semi-arruinado, em virtude da C. R. de 28 de janeiro de 1808, e a Metrópole, por fôrça da lei de 16 de dezembro de 1815, retrogradar, pode dizer-se, a um plano secundário, os portuguêses sentem-se, no Norte, como que obrigados a amesquinhar os filhos do País. São recalques que, voltando à tona, se exteriorizam em violências e desejos de impor humilhações.

Sempre prepotentes e gananciosos, os reinóis fazem-se, assim, cada dia mais agressivos e os brasileiros mais xenófobos.

Por isso mesmo, surda e seguramente a propaganda anti-lusitana se alastra, encontrando apoio em tôdas as camadas sociais. Na sombra, trabalham com infatigável energia os que, já então, queriam uma pátria livre, coesa e feliz.

Em Belém, o "Paraense", pregando ostensivamente a independência, se torna o arauto dos sentimentos de repulsa contra os estrangeiros, qualquer que fôsse a bandeira e qualquer o credo político ou religioso.

Em São Luís, as perseguições partidas do elemento

português contra nacionais criam entre ambos rivalidades dia a dia mais fundas e irredutíveis.

O ódio por tal forma se exacerba e se inflama que, se os mercenários brutais e interesseiros de Tomás Cockrane e de Pascoe Greenfell não houvessem forçado o Pará e o Maranhão à causa da Independência, os filhos do Norte ter-se-iam feito livres por si sós, expulsando do solo pátrio aquêles que, de há muito, vinham sendo considerados ali, como nos outros recantos do nosso território, insuportáveis intrusos.

Falhara, é certo, a primeira tentativa levada a efeito, a 14 de abril de 1823, para reunir o Extremo-Norte ao Brasil; a vitória da fôrça opressora não lograra, porém, esmagar a idéia de liberdade e, por isso, a independência, aspiração já unânime dos nortistas, viria fatalmente a concretizar-se em realidade palpável.

No próprio interior do Piauí e Maranhão o brado do Ipiranga, que tão bem traduzia o sentimento dos brasileiros, repercutira em alegres ressonâncias nos corações de seus moradores, e êles estavam dispostos aos maiores sacrifícios pelo ideal comum.

Fatôres geográficos, intervindo nas decisões humanas, haviam dividido o Brasil Colônia em dois Estados autônomos cujas conseqüências maléficas tanto tempo se fizeram sentir no seio da comunidade nacional.

Fatôres humanos, anulando, de certo modo, as fôrças naturais, unificaram de novo o Brasil. Fundiram-no em uma só Pátria, numa grande Pátria.

BIBLIOGRAFIA

ABREU (Capistrano de) — "Caminhos e povoamento do Brasil", Rio, 1930.
ACUÑA (P. Cristóvão de) — "Novo descobrimento do Rio Amazonas", Trad. de Meio Leitão, Ed. Brasiliana, n. IX, São Paulo.
ALENCASTRE (José Martins Pereira d') — "Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí" — Rev. Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, 1857, Vol. XX.
AMARAL (Alberto) — "Para a História de Sobral", Rev. do Inst. do Ceará, Vol XLV, 1934.
AMORIM (Aníbal) — "Fortificações" — Rev. Militar Brasileira.
ANCHIETA (Pe. Joseph de) — "Informações e fragmentos históricos", (1585), Imprensa Nacional, Rio, 1886.
ANDRADE (Almir de) — "Formação da Sociologia Brasileira", 1º Vol. Rio, 1941.
ARARIPE (Tristão de Alencar) — "História da Província do Ceará", Recife, 1867.
AUGUSTO (José) — "Famílias seridoenses", Rio, 1940.
———, — "Povoamento do Nordeste", Revista Instituto do Ceará, Tomo LIII, Ceará, 1939.
AZEVEDO (J. Lúcio de) — "Os Jesuítas no Grão-Pará", Lisboa, 1901.
BARROSO (Gustavo) — "Guerra de Corso e de Morte", Revista "O Cruzeiro", Rio, 1949.
BENEVIDES — "Os nossos Territórios Federais", Rio, 1946.
BENÍCIO DA SILVA (Gen. V.) — "A Restauração de Portugal e seus Reflexos no Brasil", Rev. Militar Brasileira, Vol. XXXVIII.
BEZERRA (Antônio) — "Algumas Origens do Ceará".
BLACHE (P. Vidal de la) — "Principes de Geografie Humaine", Paris, 1922.
BORGES DE BARROS (F.) — "À Margem da História da Bahia", Bahia, 1934.
BRAGA (Theodoro) — "História do Pará", São Paulo.
BRÍGIDO (João) — "Homens e Fatos", Rio, 1919.
CALMON (Pedro) — "História da Civilização Brasileira", Rio, 1940.
———, — "História da Bahia" (Resumo didático), São Paulo.
CAMARA CASCUDO (Luís da) — "Informação Geográfica do Ceará Holandês", Rev. do Instituto do Ceará, Tomo LV, Ceará, 1941.
CARDIN (Fernão) — "Tratado da Terra e Gente do Brasil", Rio, 1925.
CARVALHO (Afonso de) — "Rio Branco", Rio, 1945.
CARVALHO (M. E. Gomes de) — "D. João e os Franceses", Lisboa, 1909.
CATUNDA (J.) — "Estudos de História do Ceará", Fortaleza, 1919.
CAVALHEIRO (Rodrigues) — "Richelieu e o Duque de Bragança", Lisboa, 1942.
CHAVES (Cap. Osmar Emir) — "Fronteiras do Brasil", Rio, 1943.
CORRÊA FILHO (Virgílio) — Artigos publicados no "Jornal do Comércio" — "Multiplicação dos Centros Pastoris", "A Propósito da Indústria Pastoril", etc.
CRUZ, JOSÉ DA (Filho) — "História do Ceará", São Paulo, 1931.

CUNHA (Ovídio da) — "Diretrizes da Antropogeografia Brasiliense", Rio, 1935.
DANIEL (Pe. João) — "Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas", Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, Tomo II, Rio, 1843.
DINIZ (Almáquio) — "História Racial do Brasil", São Paulo.
ENNES (Ernesto) — "As Guerras dos Palmares", São Paulo, 1938.
ESCOBAR (Ildefonso) — "Formação dos Estados Brasileiros", Rio.
EVREUX (Pe. Ivo d') — "Viagem ao Norte do Brasil". Trad. de Carlos Augusto Marques, Maranhão, 1874.
FERREIRA (João de Sousa) — "Noticiário Maranhense", Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, Tomo 81 — 1918.
FERREIRA (Desembargador Vieira) — "Descobrimento do Brasil", Conferência realizada no Instit. Hist. e Geogr. Brasileiro, "Jornal do Comércio", 4 de julho de 1948.
FIGUEIREDO (Lima) — "Limites do Brasil", Rio, 1936.
FLEIUSS (Max) — "História Administrativa do Brasil", São Paulo, 1925.
GANDARA MENDES (G) — "Domingos Afonso Mafrense", Rev. Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo, Vol. XLI.
GERALDINO DA SILVA (José) — "Breve Notícia dos Antigos Barões da Ilha Grande de Joanes e suas concessões de sesmarias", Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Pará, Belém, 1926.
GIRÃO (Aristides de Amorim) — "Lições de Geografia Humana", Coimbra, 1936.
GIRÃO (Raimundo) — "Um Século sem Famílias", Valor n 29, Ano X, Ceará, 1947.
GUILLIBEL (Alm. José Cândido) — "Formação dos Limites do Brasil", Rev. Inst. Hist. Brasileiro.
HALKEMEYER (J. B.) — "Determinação da Área Conhecida do Brasil do Norte até fins do Século XVII", Rio.
HERIARTE (Maurício de) — "Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Gorupá e Rio das Amazonas", Viena, 1874.
———, — "Journaux et Nouvelles Tirées de la Boucha des Marins hollandais et portuguais de la navigation aux Antilles et sur les côtes du Brésil", Anais da Biblioteca Nacional, T. 29.
LEITE (Diogo) — "Carta de... ao Rei" — 30 de abril de 1528. Doc. of. por Varnhagen, Rev. do Inst. n. 22, pág. 222.
LEONARDO (Othon Henry) e INÁCIO DE OLIVEIRA — "Geologia do Brasil", Rio 1943.
LESOURD (Paul) — "Histoire de l'église", Rio.
LIMA (Barbosa) — "O devassamento do Piauí", São Paulo, 1946.
LISBOA (João Francisco) — "Obras", Vols. II e III, São Luís, 1865.
LÔBO (Cel. Luís) — "História Militar do Pará", Rio, 1943.
LORETO (Aliatar) — "Capítulos de História Militar do Brasil", Rio, 1946.
MACEDO (Sérgio D. T. de) — "A Literatura do Brasil Colonial", Rio, 19..
MACEDO SOARES (José Carlos de) — "Fronteiras do Brasil no Regimento Colonial", Rio, 1939.
MAGALHÃES (Basílio) — "História do Brasil", Rio, 1943.
———, — "Expansão Geográfica do Brasil Colonial", Rio, 1944.
MARÇAL (Heitor) — "Martim Soares Moreno", Rio, 1943.
MARTINS FILHO (Antônio) — "O Cariri", Fortaleza, 1945.
MARTIUS (C. F. von) — "Como se deve Escrever a História do Brasil", n. 24, janeiro, 1940.
MIRANDA (Salm de) — "Expansão Para o Norte", Rio, 1946.
MONTEIRO (Mozart) — "Em Tôrno de um Problema", "Diário de Notícias", 4 de julho de 1948.
MOURA (Inácio Batista de) — "História do Pará in L'État de Pará", Paris, 1897.

MUNIZ (Palma) — "Dados para a História dos Limites Paraenses", Rev. do Inst Hist. e Geogr. do Pará, Belém, 1936.
MURIAS (Manuel) — "História Breve de Colonização Portuguêsa", Lisboa, 1940.
NERY (Barão de Santa Anna) — "Le Pays des Amazones", Paris, 1899.
PRIMÉRIO (P. Fidelis M. de) — "Capuchinhos em Terras de Santa Cruz", São Paulo, 1940.
REIS (Arthur César Ferreira) — "História do Amazonas", Manaus, 1931.
———, — "A Política de Portugal no Vale Amazônica". Manaus, 1931.
———, — "Paulista na Amazônia e Outros Ensaios", Rio, 1941.
———, — "Lôbo dé Almada", Masaus, 1940.
RIO BRANCO (Barão do) — "Memoire", Paris, 1899.
RODRIGUES (José Honório) — "Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil", Rio, 1949.
ROCHA POMBO (José Francisco da) — "História do Brasil", Tomo III, Rio.
SALVADOR (Frei Vicente de) — "História do Brasil", Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
SANTA ROSA (Henrique B.) — "Conquista do Norte", Rev. Inst. Hist. e Geogr. do Pará, Belém, 1926.
SCHMIDT (Max Georg) — "História do Comércio Mundial", Rio.
SERAFIM LEITE (S. J.) — "História da Companhia de Jesus no Brasil", Rio, 1943.
SERRA (Astolfo) — "Caxias e o seu Govêrno Civil na Província do Maranhão, Rio, 1943.
———, — "A Balaiada", Rio, 1943.
SILVA (Joaquim Caetano da) — "L'Oyapoc et l'Amazone", 2º Vol., Paris, 1899.
SILVA (José Galdino da) — "Breve Notícia dos Antigos Barões da Ilha Grande", Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Pará, Belém.
SOUSA (Augusto Fausto de) — "Fortificações no Brasil", Rev. do Inst. Geogr. e Etnológico do Brasil, Tomo XLVIII, Rio, 1885.
SOUSA (Gabriel Soares de) — "Tratado Descritivo do Brasil em 1597", São Paulo.
STUDART (Barão de) — "O Pe. Martim de Nantes e o Cel. Dias d'Ávila", Rev. do Instituto do Ceará, Tomo XLV, Fortaleza, 1931.
STUDART FILHO (Carlos) — "O Ceará sob o Regime das Capitanias Hereditárias".
———, — "Via de Comunicação no Ceará Colonial'"
———, — "Notas para a História das Fortificações do Ceará".
———, — "Notas Históricas sôbre os Indígenas Cearenses".
TAVARES (Almirante Raul) — "Corografia da Costa do Brasil", Rev. da Sociedade de Geografia, Tomo XXXIX, Rio, 1943.
TRAVASSOS (Mário) — "Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras", Rio, 1942.
VALLAUX (Camille) — Geografie Sociale. "Le Sol et l'État", Paris, 1911.
———, — Geografie Sociale. "Le Mer", Paris, 1911.
VARNHAGEN (F. A.) — "História Geral do Brasil".
———, — "Os Holandeses no Brasil", São Paulo, ed. Cultura, 1943.
VERÍSSIMO (Inácio) — "Falsos Precursores de Cabral", Nação Armada, Ano I, n. 6.
VIEIRA (Pe. Antônio) — "Carta", Tomo IV, Rio, 1842, pág. III.
ZEFERINO CANDIDO (Dr. Antônio) — "Brasil", Rio, 1900.

SUMÁRIO

Prefácio 5
Capítulo I — Os fatôres geográficos 9
" II — Reconhecimento e primeiras explorações da costa leste-oeste 17
" III — Donatariás do meio-norte 39
" IV — Piratas e contrabandistas estrangeiros 57
" V — Tentativa portuguêsa para ocupar a costa leste-oeste 67
" VI — A fundação do Ceará 81
" VII — A França equinocial 95
" VIII — A conquista da costa leste-oeste 111
" IX — Jornada do Grão-Pará e Amazonas 139
" X — Rumo ao oeste — Luta contra os estrangeiros — Início do movimento desbravador 155
" XI — A viagem de Pedro Teixeira ao Equador 169
" XII — O Estado do Maranhão e Grão-Pará 189
" XIII — Início do povoamento — Novos sobressaltos 199
" XIV — As capitanias feudais do norte e meio-norte 211
" XV — A unidade do Estado 227
" XVI — O nativo 235
" XVII — Os missionários 253
" XVIII — A capitania do Ceará Grande 275
" XIX — A capitania de São José do Rio Negro 301
" XX — O Estado do Maranhão em 1750 e o destino das capitanias nortistas 313
" XXI — Nova organização do Estado — A luta contra os Jesuítas e a companhia de comércio — O mecanismo geral da administração pública no fim do século XVIII 325
" XXII — A integração do Estado do Maranhão no Brasil 341
Bibliografia 347-349

ÍNDICE

Bibliografia 347-349
A capitania de São José do Rio Negro 301
A capitania do Ceará Grande 273
As capitanias feudais do norte e meio-norte 211
A conquista da costa leste-oeste 111
Donatarias do meio-norte 39
O Estado do Maranhão e Grão-Pará 189
O Estado do Maranhão em 1750 e o destino das capitanias nortistas 313
Os fatôres geográficos 9
A França equinocial 95
A fundação do Ceará 81
Início do povoamento — Novos sobressaltos 199
A integração do Estado do Maranhão no Brasil 341
Jornada do Grão-Pará e Amazonas 139
Os missionários 253
O nativo 235
Nova organização do Estado — A luta contra os Jesuítas e a companhia de comércio — O mecanismo geral da administração pública no fim do século XVIII 325
Piratas e contrabandistas estrangeiros 57
Prefácio 5
Reconhecimento e primeiras explorações da costa leste-oeste 17
Rumo ao oeste — Luta contra os estrangeiros — Início do movimento desbravador 155
Tentativa portuguêsa para ocupar a costa leste-oeste 67
A unidade do Estado 227
A viagem de Pedro Teixeira ao Equador 169

mente, no Colégio Militar do Rio de Janeiro, na Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo e, por fim, na Escola Preparatória de Fortaleza, em cujo comando estêve por mais de uma vez. Ensinou, também, na Escola Normal de Fortaleza. Promovido ao pôsto de General de Brigada (1955), reformou-se no de General de Divisão. Jornalista, geógrafo, historiador e indianista de larga erudição. Seus trabalhos culturais trazem sempre o rigoroso cunho da veracidade e da precisão científicas e são escritos em linguagem de absoluta correção e bastante colorida. É membro do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, ocupando nesta a cadeira nº 29 de que é patrono Paulino Nogueira. Entre os seus variados escritos podem ser destacados: AS TRIBOS INDÍGENAS DO CEARÁ; CIVILIZAÇÃO PRÉ-COLOMBIANA DA AMÉRICA; ANTIGUIDADES INDÍGENAS DO CEARÁ; AS FORTIFICAÇÕES DO CEARÁ; OS ARIANOS; PRIMITIVO COMÉRCIO MARÍTIMO DO CEARÁ; FUNDAMENTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO ESTADO DO MARANHÃO; HISTÓRIA COLONIAL DO CEARÁ; A BANDEIRA DE PERO COELHO; O CEARÁ SOB O REGIME DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS; VIAS DE COMUNICAÇÃO DO CEARÁ COLONIAL".

"O ANTIGO ESTADO DO MARANHÃO E SUAS CAPITANIAS FEUDAIS" enriquece, assim, a bagagem cultural de Carlos Studart Filho, sentindo-se honrada a Universidade do Ceará em poder incluí-lo em sua "Biblioteca de Cultura".

I. U.

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA